INDICADORES PARA O PLANEAMENTO À ESCALA LOCAL

UMA ABORDAGEM EM TORNO DO CONCEITO DE COMUNIDADE SUSTENTÁVEL APLICADO À ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Eduarda Marques da Costa
Ana Louro
João Fumega

Modelação, Ordenamento e Planeamento Territorial
Centro de Estudos Geográficos
Universidade de Lisboa
2011

IGOT-UL / CEG-UL
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
Centro de Estudos Geográficos
Universidade de Lisboa

Indicadores para o Planeamento à Escala Local

Uma abordagem em torno do conceito de Comunidade Sustentável aplicado à Área Metropolitana de Lisboa

Autores
Eduarda Marques da Costa
Ana Louro
João Fumega

Ficha Técnica

Título:
Indicadores para o Planeamento à Escala Local - Uma abordagem em torno do conceito de Comunidade Sustentável aplicado à Área Metropolitana de Lisboa

Autores:
Eduarda Marques da Costa
Ana Louro
João Fumega

Edição:
CEG-ul / IGOT-UL
Centro de Estudos Geográficos
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
Universidade de Lisboa

Tiragem:
100 exemplares
2ª edição (2012)

ISBN:
978-972-636-223-4

Índice de conteúdos

Parte I **17**

Capítulo 1. Introdução 18

1.1. O conceito de "Comunidade Sustentável" – Breve discussão 21

Capítulo 2. Guia para uma Comunidade Sustentável 30

2.1. Casos de estudo 35

Parte II **40**

Capítulo 3. Componentes de uma Comunidade Sustentável 41

3.1. Componente 1 – Habitação, Ambiente Construído e Uso do Solo 42

3.1.1. Pressupostos 42

3.1.2. Fichas de Indicadores 47

Sub-Componente 1.1. Parque Habitacional 47

1.1.1. Proporção de edifícios com um alojamento (alojamento unifamiliar) 48

1.1.2. Época de construção do edificado por escalão 50

1.1.3. Densidades 52

1.1.3.1. Densidade do edificado 52

1.1.3.2. Densidade dos alojamentos 52

1.1.4. Alojamentos familiares clássicos por edifício 55

1.1.5. Alojamentos não clássicos 57

1.1.5.1. Proporção de alojamentos não-clássicos 57

1.1.5.2. Proporção de população residente em alojamentos familiares não clássicos 57

1.1.6. Estado de conservação da habitação 59

1.1.6.1. Proporção de edifícios muito degradado 59

1.1.6.2. Proporção de edifícios com necessidade de reparação 59
1.1.7. Taxa de Atracção Total (escala da freguesia) 61
1.1.8. Mobilidade residencial (escala do município) 63
1.1.8.1. Taxa de atracção total 63
1.1.8.2. Taxa de repulsão interna 65
1.1.9. Preços médios do m2 da habitação (Total, apartamento, moradias) 65
1.1.10. Gastos com a habitação arrendada ou adquirida 67
1.1.10.1. Renda média de alojamentos clássicos de residência habitual arrendados e subarrendados (euros) 67
1.1.10.2. Encargo médio devido à aquisição dos alojamentos familiares clássicos de residência actual (euros) 67
1.1.11. Satisfação com a Habitação 69
1.1.12. Percepção dos residentes sobre o estado de conservação do edificado no bairro 71
1.1.13. Percepção dos residentes sobre o estado de conservação do mobiliário urbano no bairro 73
Sub-Componente 1.2. Espaços Verdes 75
1.2.1. Área de "Zonas Verdes Urbanas" 75
Sub-Componente 1.3. Uso do Solo 79
1.3.1. Área de "Zonas Agrícolas" e "Zonas florestais e semi-naturais" 79
1.3.2. Área de "Unidades industriais ou comerciais" 83
1.3.3. Área de "Tecido urbano contínuo" 88
1.3.4. Área de "Tecido urbano descontínuo" 92
3.1.3. Reflexões 96
3.2. Componente 2 – Economia Local e Familiar 102
3.2.1. Pressupostos 102
3.2.2. Fichas de Indicadores 106
Sub-Componente 2.1.Instrução 107
2.1.1. Nível de escolaridade atingido 107
2.1.2. Taxa de Analfabetismo 110
2.1.3. Taxa de Abandono Escolar 112
Sub-Componente 2.2.Emprego 114
2.2.1. Condições perante a actividade económica 114
2.2.2. Localização dos postos de trabalho 117

2.2.3. Pessoal ao serviço por secção da CAE 119
2.2.4. Estabelecimentos por secção da CAE 121
2.2.5. Emprego 123
2.2.5.1. Taxa de Emprego 123
2.2.5.1. Taxa de Desemprego 123
2.2.6. Índice de Polarização do Emprego 125
Sub-Componente 2.3. Rendimento Familiar e Gastos 127
2.3.1. Rendimento médio mensal do Agregado Familiar 127
2.3.2. Proporção do Rendimento Médio Mensal alocado a gastos de Transporte 129
3.2.3. Reflexões 131
3.3. Componente 3 – Transporte, Mobilidade e Conectividade 136
3.3.1. Pressupostos 136
3.3.2. Fichas de Indicadores 139
Sub-Componente 3.1. Rede Viária e de Transporte Público 140
3.1.1 Área de "Rede rodoviária ou ferroviária e zonas associadas" 140
3.1.2 Densidade da rede viária 144
3.1.3 Percepção dos residentes sobre a suficiência de estacionamento no bairro 146
3.1.4 Percepção dos residentes sobre o estado de conservação das vias para andar a pé no bairro 148
3.1.5 Percepção dos residentes sobre o serviço de transportes públicos no bairro 150
Sub-Componente 3.2. Mobilidade 152
3.2.1 Nº de viagens realizadas num dia útil por indivíduo (adulto empregado e crianças e jovens até aos 18 anos)..... 152
3.2.2 Percentagem de deslocações diárias com destino no bairro, no concelho e fora do concelho 154
3.2.3 Entradas e saídas diárias por motivo laboral 156
3.2.3.1. Índice de atracção: Proporção da população residente que entra na unidade territorial 156
3.2.3.2. Índice de geração: Proporção da população residente que sai da unidade territorial 156
3.2.4 Modos de transporte 158
3.2.4.1. Meio de Transporte mais utilizado nos movimentos pendulares 158

3.2.4.2. Modo de transporte e destino das deslocações laborais 161

3.2.4.3. Modo de transporte de crianças e jovens para a escola 163

3.2.4.4. Modos de transporte utilizados na procura de bens e serviços 165

3.2.5 Tempos de deslocação 167

3.2.5.1. Tempo gasto em deslocações durante um dia 167

3.2.5.2. Proporção de pequenas viagens (distância-tempo de 15 minutos) 169

3.2.5.3. Duração média dos movimentos pendulares 171

3.2.5.4. Tempo despendido na procura de bens e serviços 174

3.2.6 Destino na procura de bens e serviços 176

Sub-Componente 3.3. Conectividade 178

3.3.1. Postos telefónicos residenciais por 100 habitantes 178

3.3.2. Acesso à Banda Larga 180

3.3.2.1. Proporção de agregados domésticos privados com pelo menos um individuo com idade entre os 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa através de Banda Larga 180

3.3.2.2. Proporção de agregados domésticos privados com pelo menos um individuo com idade entre os 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa através de Banda Larga por tipologia de localidade ... 180

3.3.3. Reflexões 183

3.4. Componente 4 – Serviços 189

3.4.1. Pressupostos 189

3.4.2. Fichas de Indicadores 191

Sub-Componente 4.1. Satisfação com os serviços 192

4.1.1. Percepção dos residentes sobre a sua satisfação com os serviços em geral disponíveis no bairro 192

Sub-Componente 4.2. Serviços e Equipamentos de Saúde 194

4.2.1. Número de equipamentos de Saúde de proximidade 194

Sub-Componente 4.3. Serviços e Equipamentos Escolares 196

4.3.1. Número de estabelecimentos escolares por ciclo de ensino 196

4.3.2. Taxa de ocupação dos equipamentos escolares 198

4.3.3. Distância-tempo às escolas do 1º Ciclo EB 200

4.3.3.1. Área a menos de 10 minutos a pé a pé de escolas do 1º Ciclo EB 200

4.3.3.2. Residentes a menos de 10 minutos a pé a pé de escolas do 1º Ciclo EB 200

Sub-Componente 4.4. Outros serviços 203

4.4.1. Distância-tempo a serviços vários 203

4.4.1.1. Área a menos de 15 minutos a pé de cafés 203

4.4.1.2. Residentes a menos de 15 minutos a pé de cafés 203

4.4.1.3. Área a menos de 15 minutos a pé de supermercados 206

4.4.1.4. Residentes a menos de 15 minutos a pé de supermercados 206

3.4.3. Reflexões 209

3.5. Componente 5 – Ambiente 214

3.5.1. Pressupostos 214

3.5.2. Fichas de Indicadores 216

Sub-Componente 5.1. Recursos Naturais 217

5.1.1. Consumo Doméstico de energia eléctrica por habitante 217

5.1.2. Consumo de água por habitante 219

Sub-Componente 5.2. Reciclagem 221

5.2.1. Cobertura dos pontos de reciclagem 221

5.2.2. Proporção de residentes que reciclam Resíduos Sólidos Urbanos 223

Sub-Componente 5.3. Recolha de RSU e Limpeza Urbana 225

5.3.1. Percepção dos residentes sobre a qualidade da recolha do lixo no bairro 225

5.3.2. Proporção de edifícios servidos pela recolha de Resíduos Sólidos Urbanos 227

5.3.3. Percepção dos residentes sobre a qualidade da limpeza urbana no bairro 229

3.5.3. Reflexões 231

3.6. Componente 6 – Sociedade e Cultura 234

3.6.1. Pressupostos 234

3.6.2. Fichas de Indicadores 236

Sub-Componente 6.1. Serviços e equipamentos de lazer, desporto ou cultura ..237

6.1.1. Área de "Equipamentos de desporto ou lazer" 237

6.1.2. Equipamentos desportivos, culturais e de lazer 240

6.1.2.1. Número de equipamentos desportivos 240

6.1.2.2. Existência de equipamentos culturais e de lazer 240

Sub-Componente 6.2. Satisfação com os serviços 242

6.2.1. Grau de satisfação com a qualidade dos serviços culturais e de lazer no bairro 242

6.2.2. Regularidade na realização de actividades desportivas, culturais ou de lazer no bairro 244

Sub-Componente 6.3. Segurança 246

6.3.1. Taxa de Criminalidade 246

6.3.2. Percepção dos residentes sobre o seu sentimento de segurança no bairro 248

3.6.3. Reflexões 250

3.7. Componente 7 – Equidade e Capital Social 252

3.7.1. Pressupostos 252

3.7.2. Fichas de Indicadores 255

Sub-Componente 7.1. Sentimento de Pertença e Envolvimento com a Comunidade 256

7.1.1. Proporção de residentes que se identificam com o bairro ou comunidade 256

7.1.2. Grau de satisfação com o bairro como lugar para viver 258

7.1.3. Percepção dos residentes sobre a sua vizinhança no bairro 260

7.1.4. Percepção dos residentes sobre o ambiente no bairro 262

Sub-Componente 7.2. Comunidades 264

7.2.1. Densidade Populacional 264

7.2.2. Dimensão das famílias 266

7.2.3. Idade da população residente por escalão 268

7.2.4. Proporção de Famílias clássicas unipessoais 273

7.2.4.1. Proporção de famílias clássicas unipessoais 273

7.2.4.2. Proporção de famílias clássicas unipessoais constituídas por indivíduos com 65 ou mais anos 273

7.2.5. Índice de renovação da população em idade activa 275

7.2.6. Índice de dependência 277

7.2.6.1. Índice de dependência de jovens 277

7.2.6.1. Índice de dependência de idosos 277

7.2.7. Proporção de Núcleos familiares com crianças 279

7.2.7.1. Proporção de Núcleos familiares de casais com filhos 279

7.2.7.2. Proporção de Núcleos familiares monoparentais 279

7.2.8. Proporção de residentes de nacionalidade estrangeira 281

7.2.9. Taxa de Deficiência da população 283

7.2.10. Proporção do edificado com acessibilidade através de cadeira de rodas 285

3.7.3. Reflexões 287

3.8. Componente 8 – Governança 293

3.8.1. Pressupostos 293

3.8.2. Fichas de Indicadores 295

Sub-Componente 8.1. Confiança 296

8.1.1. Grau de confiança na vizinhança/comunidade e instituições públicas 296

Sub-Componente 8.2. Informação 298

8.2.1. Proporção de residentes que considera estar informado sobre os benefícios e serviços que o bairro oferece 298

Sub-Componente 8.3. Participação 300

8.3.1. Proporção de residentes que considera que as suas opiniões têm influência nas decisões locais 300

8.3.2. Regularidade na realização de actividades de participação activa no bairro 302

3.8.3. Reflexões 305

Bibliografia 306

Índice de Quadros

Quadro 1 – Check-list da Sustentabilidade aplicada ao Bairro (cont.) 26
Quadro 2 – Check-list da Sustentabilidade aplicada ao Bairro (cont.) 27
Quadro 3 – Lista de Indicadores das Comunidades Sustentáveis (Cont.) 32
Quadro 4 - Evolução da ocupação Urbana do Solo, 1990, 2000 e 2009 (2009, 63) 37
Quadro 5 – Proporção de edifícios com um alojamento 49
Quadro 6 – Época de construção do edificado por escalão 51
Quadro 7 – Densidade do edificado e densidade dos alojamentos 53
Quadro 8 – Alojamentos familiares clássicos por edifício, 2011 56
Quadro 9 – Proporção de alojamentos não clássicos e Proporção de população residente em alojamentos familiares não clássicos 58
Quadro 10 – Proporção de edifícios muito degradados e Proporção de edifícios com necessidade de reparação 60
Quadro 11 – Proporção de população residente que 5 anos antes residia fora do município 62
Quadro 12 – Taxa de atracção total e taxa de repulsão interna 64
Quadro 13 – Adaptado de Valores Unitários de Avaliação Bancária de Habitação, Apartamentos e Moradias - 1º trimestre de 2001 (milhares de escudos / m2) (convertido para euros). * Valores unitários de Avaliação Bancária de Habitação – Grupos de Freguesias dos Concelhos de Lisboa - 1º trimestre de 2001 (milhares de escudos / m2) (convertido para euros). *1 Lapa-Amoreiras-Campo de Ourique, *2 Zona Norte, *3 Campolide – Benfica. 66
Quadro 14 – Renda média de alojamentos clássicos de residência habitual arrendados e subarrendados (€) e Encargo médio devido à aquisição dos alojamentos familiares clássicos de residência actual (€) 68
Quadro 15 – Satisfação com a habitação 70
Quadro 16 – Área de "Zonas Verdes Urbanas" 76
Quadro 17 – Área de "Zonas Agrícolas" e "Zonas Florestais e Semi-naturais" 81
Quadro 18 – Área de "Unidades industriais ou comerciais" 84
Quadro 19 – Área de "Tecido Urbano Contínuo" 89
Quadro 20 – Área de "Tecido Urbano Descontínuo" 94

Quadro 21 – População residente segundo o nível de escolaridade atingido 108
Quadro 22 – Taxa de analfabetismo 111
Quadro 23 –Taxa de abandono escolar 113
Quadro 24 – Condições perante a actividade económica 115
Quadro 25 – Pessoal ao Serviço por Secção da CAE Rev. 3, para os municípios de Lisboa e Alcochete e Freguesias de Benfica e Alcochete 120
Quadro 26 – Número de estabelecimentos por Secção e Divisão da CAE Rev. 3. para os municípios de Lisboa e Alcochete e Freguesias de Benfica e Alcochete.... 122
Quadro 27 – Taxas de Emprego e Desemprego 124
Quadro 28 –Índice de Polarização de Emprego 126
Quadro 29 –Rendimento médio mensal do agregado familiar 128
Quadro 30 – Proporção do rendimento médio mensal do agregado familiar alocado a gastos de transportes 130
Quadro 31 – Área de "Rede viária e ferroviária e zonas associadas". (Km2 e percentagem da freguesia) 141
Quadro 32 – Número de viagens realizadas num dia útil por individuo 153
Quadro 33 – Número de viagens realizadas num dia útil por individuo (adulto empregado e crianças e jovens até aos 18 anos) 153
Quadro 34 – Percentagem das deslocações diárias com destino no bairro, no concelho e fora do concelho 155
◎..... Quadro 35 – População que entra numa unidade territorial para deslocação laboral 157
Quadro 36 – Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (2001) 159
Quadro 37 – Modo de deslocação e destino das deslocações laborais 162
Quadro 38 – Modos de transporte de crianças e jovens para a escola 164
Quadro 39 – Tempo gasto em deslocações durante um dia (minutos) 168
Quadro 40 – Percentagem de pequenas viagens (distância-tempo de 15 minutos) no total das viagens diárias) 170
Quadro 41 – Duração dos movimentos pendulares por escalão (min) da população residente empregada ou estudante por Local de residência 172
Quadro 42 – Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por Local de residência 173
Quadro 43 – Postos telefónicos residenciais por 100 habitantes 179
Quadro 44 – Proporção de agregados domésticos privados com pelo menos um individuo com idade entre os 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa através de Banda Larga 181

Quadro 45 – Proporção de agregados domésticos privados com pelo menos um individuo com idade entre os 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa através de Banda Larga por tipologia de localidade 181
Quadro 46 – Concordância com a afirmação "O bairro onde reside é uma zona com muito comércio e serviços" 193
Quadro 47 – Satisfação com a oferta de comércio 193
Quadro 48 – Número de equipamentos de saúde de proximidade (Centro de saúde ou extensão, farmácia, posto de enfermagem) 195
Quadro 49 – Número de equipamentos escolares por ciclo de ensino (Estabelecimentos públicos e privados) 197
Quadro 50 – Taxa de Ocupação dos Estabelecimentos de Pré-Escolar e 1º Ciclo na freguesia de Alcochete 199
Quadro 51 – Taxas de cobertura (área e população) a partir das escolas de Ensino Básico e Secundário 201
Quadro 52 – Taxas de cobertura (área e população) a partir dos cafés 204
Quadro 53 – Taxas de cobertura (área e população) a partir dos supermercados . 207
Quadro 54 – Consumo Doméstico de Energia Eléctrica por Habitante (kW/h) 218
Quadro 55 – Consumo de água por habitante (m3/hab.) 220
Quadro 56 – Percentagem de residentes que reciclam Resíduos Sólidos Urbanos 224
Quadro 57 – Proporção de edifícios servidos por recolha de resíduos sólidos urbanos 228
Quadro 58 – Percepção dos residentes sobre a qualidade da limpeza urbana (passeios, ruas, fachadas de edifícios, dejectos caninos) 230
Quadro 59 – Área de "Equipamentos de desporto e lazer" (Km2 e percentagem da freguesia) 239
Quadro 60 – Número de equipamentos desportivos e existência de equipamentos culturais e de lazer 241
Quadro 61 – Grau de satisfação com a qualidade dos serviços culturais e de lazer no bairro 243
Quadro 62 – Regularidade na realização de actividades desportivas, culturais ou de lazer no bairro 245
Quadro 63 – Taxa de criminalidade 247
Quadro 64 – Percepção dos residentes sobre o seu sentimento de segurança no bairro 249
Quadro 65 – Percentagem de residentes que se identificam com o bairro ou comunidade 257
Quadro 66 – Satisfação com o bairro como local para viver 259
Quadro 67 – Densidade populacional por freguesia 265

Quadro 68 – Dimensão das famílias, 2001 e 2011 267
Quadro 69 – Proporção de famílias clássicas unipessoais e Proporção de famílias clássicas unipessoais constituídas por indivíduos com 65 ou mais anos 274
Quadro 70 – Índice de renovação da população activa 276
Quadro 71 – Índice de dependência de jovens e Índice de dependência de idosos 278
Quadro 72 – Proporção de núcleos familiares de casais com filhos e Proporção de núcleos familiares monoparentais 280
Quadro 73 – Proporção de residentes de nacionalidade estrangeira 282
Quadro 74 – Taxa de deficiência da população 284
Quadro 75 – Proporção do edificado acessível através de cadeira-de-roda 286
Quadro 76 – Grau de Confiança na Vizinhança e nas Instituições Públicas 297
Quadro 77 – Percentagem de residentes que considera estar informado sobre o bairro (serviços, actividades, etc.) 299
Quadro 78 – Percentagem de residentes que considera ter influência nas decisões locais 301
Quadro 79 – Regularidade na realização de actividades de participação activa no bairro 303

Índice de Figuras

Figura 1 – Nuvem de palavras partindo das definições do conceito de "Comunidade Sustentável" analisadas 25
Figura 2 - Grau de concordância com a afirmação: "O edificado apresenta um bom estado de conservação." 72
Figura 3 - Grau de concordância com a afirmação: "O mobiliário urbano existente no bairro apresenta-se em bom estado de conservação." 74
Figura 4 - Área de "Zonas Verdes Urbanas". Caso de Benfica 77
Figura 5 - Área de "Zonas Agrícolas" e "Zonas Florestais e Semi-naturais" 82
Figura 6 - Área de "Unidades industriais ou comerciais". Caso do Pinhal Novo 85
Figura 7 - Área de "Unidades industriais ou comerciais". Caso de Benfica 86
Figura 8 - Área de "Tecido Urbano Contínuo". Caso de Santo Condestável 90
Figura 9 - Área de "Tecido Urbano Descontínuo". Caso do Pinhal Novo 94
Figura 10 - Área de "Tecido Urbano Descontínuo". Caso de Benfica 95
Figura 11 - Local de trabalho dos inquiridos 118
Figura 12 - Área de "Rede viária e ferroviária e zonas associadas". Caso de Estudo de Benfica 142
Figura 13 -Área de "Rede viária e ferroviária e zonas associadas". Caso de Estudo de Santo Condestável 143
Figura 14 - Densidade da rede viária, 2010 145
Figura 15 - Grau de concordância com a afirmação: "O estacionamento no bairro é suficiente." 147
Figura 16 - Grau de concordância com a afirmação: "Os passeios apresentam bom estado de conservação para andar a pé" 149
Figura 17 - Grau de concordância com a afirmação: "O serviço de transportes públicos no bairro apresenta boas condições" 151
Figura 18 - Modos de transporte utilizados na procura de bens e serviços. Exemplo de Benfica 166
Figura 19 - Tempo despendido na procura de bens e serviços. Exemplo de Benfica 175
Figura 20 - Destino na procura de bens e serviços. Exemplo de Benfica. 177
Figura 21 - Isócronas simulando o tempo de deslocação pedonal a partir das escolas de Ensino Básico e Secundário, Telheiras e Quinta do Conde 201
Figura 22 - Isócronas simulando o tempo de deslocação pedonal a partir dos cafés 204
Figura 23 - Isócronas simulando o tempo de deslocação pedonal a partir dos supermercados 207
Figura 24 - Localização dos Ecopontos (azul) e Vidrões (verde) em Lisboa. 222

Figura 25 - Localização da Recolha Porta-a-Porta em Áreas Residenciais, Novembro 2011. Fonte: CM Lisboa - DHU – DLU (2011) 222
Figura 26 - Grau de concordância com a afirmação: “A qualidade da recolha de lixo no bairro apresenta boas condições” 226
Figura 27 - Grau de concordância com a afirmação: “O bairro onde vivo tem boa vizinhança” 261
Figura 28 - Grau de concordância com a afirmação: “O bairro onde vivo tem bom ambiente (sossegado e tranqulo)” 263
Figura 29 – Idade da população residente por escalão. Freguesias de Santo Condestável e Benfica 269

Parte I

Capítulo 1- Introdução

A discussão sobre a forma urbana e sustentabilidade urbana em Portugal ganhou um maior impulso desde a realização da Expo 98, o mega-projecto que despoletou a regeneração de uma antiga área industrial de Lisboa, e também do "Programa Polis" - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades (Resolução número 26/2000, do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente), lançado em 2000, propondo uma intervenção maciça em edifícios, espaços públicos e institucionais das cidades portuguesas. Estes foram seguidos por instrumentos de planeamento importantes, como o PNPOT (Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, aprovado pela Lei n º 58/2007) e POLIS XXI (Políticas para as cidades POLIS XXI), que actualizou e redesenhou o ordenamento do território e da política urbana em Portugal. Estes programas e planos surgem da necessidade urgente de intervenção no espaço urbano que sofreu mudanças estruturais nas últimas décadas devido ao fluxo populacional que se deslocou das áreas rurais para áreas urbanas, mas também pelo forte fluxo de migração para Portugal provindo das antigas colónias (nas décadas de 1970 e 1980) e de outros países (com início em 1970), que introduziram uma nova dinâmica no emprego e nos serviços num curto período de tempo. A dinâmica recente do uso do solo, da economia e a evolução das necessidades das famílias promoveram novos desafios em termos de mobilidade, acessibilidade e transportes públicos, na disponibilidade de habitação e serviços, com grandes impactes ambientais. Esta evolução reflecte principalmente uma tendência mundial de urbanização, que no caso de Portugal, é traduzida numa profunda concentração da maioria da população na região litoral, onde as principais áreas urbanas estão localizadas.

O Projecto FURBS, um projecto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, desenvolvido no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL), tem como objectivo quantificar e cartografar algumas dessas mudanças e fenómenos. O objectivo principal do projecto prendia-se com a produção de uma metodologia apoiada em indicadores-chave que permitisse medir e analisar a evolução da forma urbana em Portugal e as suas relações com o processo de desenvolvimento urbano. "Forma Urbana Sustentável" é o conceito subjacente a todo o projecto de investigação, desenvolvido através da apresentação de indicadores relativos a quatro princípios fundamentais: densidade/compacidade,

acessibilidade/mobilidade, multifuncionalidade/uso do solo e eficiência ambiental/equidade social. Estes princípios foram representados por diferentes dimensões: população, rede urbana, habitação, uso do solo (considerados como dimensões estruturais do território) e os padrões de mobilidade (considerado como uma dimensão dinâmica que contribui para mudanças na organização territorial).

Para cada uma dessas dimensões foi definido um conjunto de variáveis para quantificar a investigação, variáveis que são o suporte para a produção de tipologias de forma urbana: métricas de uso do solo, de especialização do emprego e das zonas urbanas funcionais, dos padrões residenciais, dos padrões demográficos, e da organização funcional do comércio e serviços. Para ilustrar melhor as diversas tipologias e aplicar as variáveis definidas no Projecto FURBS, foram estudados algumas unidades – bairros – todos localizados na AML. Neste contexto, a primeira discussão focou-se na escolha da unidade geográfica mais adequada para avaliar comunidades sustentáveis no contexto do planeamento local. No contexto formal português relativo às unidades administrativas considerou-se que a escala mais adequada a estudos de bairro é a "Freguesia". Assim, foram escolhidos no total cinco casos de estudo, e as respectivas freguesias ou municípios onde se enquadram (caso não haja informação à escala do bairro ou da comunidade) (Figura 1). Inseridos no município de Lisboa, na margem Norte do Tejo contam-se três casos de estudo que apresentam um tecido urbano consolidado, variando a sua densidade entre casos de estudo: o bairro de "Campo de Ourique", integrado nas freguesias de Santo Condestável e Santa Isabel, o bairro de "Telheiras", nas freguesias de Lumiar e Carnide, o "grande" bairro de "Benfica", onde se insere um conjunto vasto de bairros que, no conjunto, formam a identidade de Benfica, e a freguesia de Benfica. Já na margem Sul do Tejo, foram seleccionados dois casos de estudo que apresentam novas áreas urbanizadas embora fragmentadas e dispersas: o bairro da "Quinta do Conde", incluído na freguesia da Quinta do Conde, no município de Sesimbra, e o centro histórico de "Alcochete", na freguesia e município de Alcochete.

A escolha dessa escala foi regida pela importância que o nível local e municipal tem no processo de planeamento, reforçado pelo facto de que em algumas áreas temáticas e em algumas áreas geográficas, o poder institucional é descentralizado para as freguesias, entidade que está mais perto da população e do território. No entanto, os dados estatísticos disponíveis à escala da freguesia são muito insuficientes para fazer uma identificação completa e um diagnóstico das comunidades sustentáveis, uma vez que, por um lado, não abrange todos as componentes e dimensões da análise, onde se salientam as questões do Ambiente e da poluição, na maioria das vezes analisado à escala do município. Por outro lado, as unidades administrativas, na maioria das vezes, não correspondem geograficamente e na totalidade às áreas das comunidades, identificadas como "bairro". No contexto da Área Metropolitana de Lisboa (AML), identificam-se casos de freguesias que possuem vários bairros na sua área (ex. freguesia de

Benfica onde se localizam o bairro de Santa Cruz, o bairro do Charquinho, o bairro da Boavista, entre outros), mas também bairros que cruzam duas ou mais freguesias (ex. o bairro de Telheiras nas freguesias de Lumiar e Carnide, ou o bairro de Campo de Ourique, nas freguesias de Santo Condestável e de Santa Isabel), e raramente se identificam bairros e freguesias de áreas semelhantes. Neste sentido, a actual pesquisa torna-se um instrumento fundamental para analisar alguns aspectos a esta escala – do bairro ou da comunidade. Outra questão principal está relacionada com a escolha dos indicadores, a fim de representar o conceito de comunidade sustentável aplicado à escala de bairro, dado que os sistemas de indicadores já elaborados, como por exemplo por Egan no Reino Unido, dificilmente de adequam a outras realidades, especialmente no que respeita à informação estatística existente produzida pelas entidades oficiais.

O Guia das Comunidades Sustentáveis proposto para a avaliação e monitorização de uma comunidade sustentável, e tendo alguns bairros da AML como exemplos, está organizado em oito componentes, desde a habitação, transportes e mobilidade, economia local, meio ambiente, governança, entre outros, e cada uma das componentes é composta por subcomponentes específicas e um conjunto de indicadores. O sistema de indicadores proposto apresenta uma colecção de informação com base em fontes primárias (tais como inquéritos aplicados nas comunidades ou cartografia e modelação geográfica) e fontes secundárias (especialmente recorrendo a estatísticas de fontes oficiais), utilizando para a análise vários tipos de sistemas de processamento de informação (Excel e SPSS para análise estatística de inquéritos, ArcGIS para a modelagem geográfica). A fim de atender aos indicadores propostos, foi aplicado um inquérito a 100 famílias residentes em cada caso de estudo. Noutras situações, para além do trabalho de campo realizado, em alguns casos foram cartografados alguns equipamentos ou serviços (por exemplo: a localização de equipamentos comunitários, como escolas, comércio, supermercados ou cafés), de forma a simular modelos de distância-tempo, de forma a avaliar a cobertura territorial e de população dos aspectos em estudo. Um vasto conjunto de informação secundária também foi recolhido para este fim, cobrindo a maior parte das componentes das "Comunidades sustentáveis".

Concluindo, um dos principais objectivos no contexto do Projecto FURBS na perspectiva da escala local foi a de criar um conjunto de ferramentas para o desenvolvimento, avaliação e monitorização de Comunidades Sustentáveis. Este conjunto de ferramentas, constituindo um guia prático para a análise dos bairros na perspectiva das Comunidades sustentáveis, deve ser um recurso valioso para todos os agentes, pois conjuga as áreas da Sociedade, Economia e Ambiente, numa perspectiva integrada e de longa duração.

1.1. O conceito de "Comunidade Sustentável" – breve discussão

Antes de aprofundar o Guia das Comunidades Sustentáveis, é importante destrinçar dois conceitos que se irão repetir várias vezes: os conceitos de "Bairro" e o conceito de "Comunidade". Burgess refere que "no estudo do crescimento de uma cidade conclui-se que a vida de cada bairro é determinante, não só pelas suas forças internas mas pelo curso total da vida na cidade. Pensar no bairro ou na comunidade isolados da cidade é desprezar o maior facto sobre os bairros/comunidades." O bairro, tal como as cidades, passam por vários estádios de vida: nascimento, expansão, declínio e renascimento, e devem apresentar quatro funções principais: função económica (de produção e consumo), função administrativa e de controlo (e consequente eficiência dos serviços e equipamentos públicos), função política e função de sociabilização. Porém, nesta última função Burgess salienta que a rede de amizades está cada vez difundida à escala metropolitana (verificado ainda na década de 1970). A interacção entre os indivíduos e a comunidade ou o nível de identificação com o bairro têm influência na rede social das famílias mas também factores como classe socio-económica, o estilo de vida da família ou a existência de crianças fazem com que o leque de actividades e espaços frequentados seja maior ou menor. No final da década de 1970, Hunter assume que o bairro é a ligação entre as unidade de organização espacial e social e as autoridades, e o quotidiano dos indivíduos (Hunter, 1979, 269).

Em 2000, Barton distinguiu estes dois conceitos da seguinte forma: o "Bairro" é considerado "uma área residencial ou mista onde as pessoas podem convenientemente andar. A escala é gerada pelo acesso pedestre e é essencialmente uma construção espacial. Pode ter ou não limites bem definidos. Não está necessariamente centrado em infra-estruturas locais mas tem uma identidade que as pessoas reconhecem e valorizam."; enquanto a "Comunidade" caracteriza-se por ser "um termo social que não implica um local. É uma rede de pessoas com interesses comuns e com a expectativa de mútuo reconhecimento, apoio e amizade." (Barton, 2000, 5). Neste contexto, Barton identifica dez razões para o reforço do bairro como unidade de estudo e planeamento urbano Barton (2000, 54):

1. **Redução das emissões de gases** – através das necessidades de deslocação, da redução da dependência do carro e do aumento da eficiência energética dos edifícios;
2. **Transformar os ciclos dos recursos naturais** – procurando a redução da procura de recursos não-renováveis, a re-utilização e reciclagem dos recursos locais, o tratamento local de água e a recarga de aquíferos e Locais de baixo consumo de alimentação;

3. **Melhoria do ambiente local** – com a promoção e distinção da herança local, com a criação de uma região pública atractiva e aumento da diversidade dos habitats locais;
4. **Criação de um ambiente saudável** – atendendo à melhoria da qualidade do ar, à promoção de um estilo de vida activo, por exemplo andar a pé ou de bicicleta, encorajando ao consumo de fruta fresca e vegetais;
5. **Aumento da segurança nas ruas** – promovendo a redução das hipóteses de acidentes entre veículos e pedestres e a redução do medo de violência;
6. **Aumento da acessibilidade e a liberdade de escolha** – desenvolvendo várias opções no modo de transporte das viagens e de mais equipamentos acessíveis nas proximidades;
7. **Maior equidade e inclusão social** – através de mais opções de equipamentos acessíveis a pé e de maior viabilidade dos transportes públicos;
8. **Mais oportunidade de emprego local** – havendo emprego acessível para os residentes de um determinado local, promovendo assim a redução da emissão de gases pelos transportes;
9. **Valorização da comunidade local** – promovendo uma maior facilidade em aceder às redes sociais e através da promoção da saúde mental;
10. **Aumento da auto-determinação local** – recorrendo ao aumento do controlo dos cidadãos e de sistemas de gestão descentralizados.

Wellman e Leighton (1979, 365) apresentaram os três grandes ingredientes para a definição de uma comunidade: existência de laços interpessoais (fora do agregado familiar) para uma verdadeira sociabilidade entre indivíduos, a existência de um lugar-comum de residência e, por fim, a existência de actividades comuns e do sentimento de solidariedade. É a "localização comum da residência" que relaciona os conceitos de bairro e de comunidade. Os mesmos autores destacam algumas complicações na definição e distinção destes dois conceitos com aplicabilidade na investigação:

- A identificação do bairro como um "contentor" dos laços de comunidade assume um papel de poder na organização do espaço (determinismo espacial) e mesmo se tivermos em conta os custos espaço-tempo que possam incentivar alguns relacionamentos, estes não são obrigatoriamente laços comunitários;
- Mesmo existindo muitos relacionamentos locais isto não quer dizer que existam bairros diferentes, podendo haver até sobreposição de conjuntos de relações locais;
- Os estudos sobre os bairros podem omitir as principais esferas de interacção. Há laços sociais importantes fora do bairro, como por exemplo as relações

laborais, enquanto os vizinhos "desaparecem de manhã e só reaparecem ao fim do dia";

- O foco no bairro pode dar uma importância indevida às características espaciais.

A base para a elaboração deste Guia foi o conceito de "**Comunidade Sustentável**". Apesar das incontáveis definições existentes, provindas tanto do meio académico como de entidades governamentais nacionais, regionais e/ou locais ou de instituições, alguns elementos são comuns para a definição e operacionalização do conceito.

Duas das definições mais proeminentes neste contexto são as apresentadas no Plano para as Comunidades Sustentáveis (ODPM, 2003) e no "The Egan Review" (Egan, 2004). No Plano para as Comunidades Sustentáveis define-se Comunidades Sustentáveis como "lugares onde as pessoas querem viver e trabalhar, agora e no futuro. Respondem às diversas necessidades dos residentes actuais e futuros, são sensíveis ao ambiente e contribuem para uma melhor qualidade de Vida. As Comunidades Sustentáveis devem ser seguras e inclusivas, bem planeadas e oferecem oportunidade de bons serviços para todos." (ODPM, 2003). Já Egan assume que as Comunidades Sustentáveis "devem atender às diversas necessidades dos residentes actuais e futuros, dos seus filhos e dos utilizadores, contribuem para uma elevada qualidade de vida e promove oportunidades e escolhas. Isto atinge-se fazendo uso efectivo dos recursos naturais, melhorando o ambiente, promovendo a coesão social e a inclusão, bem como a fortalecendo a prosperidade económica." (Egan, 2004). Uma outra definição frequentemente utilizada é-nos apresentada por Roseland, em que "Um Comunidade Sustentável utiliza os seus recursos para atender às necessidades actuais assegurando que haja os recursos necessários para as gerações futuras. Procura uma melhor qualidade de vida para todos os residentes, mantendo a capacidade da natureza de funcionar ao longo do tempo, minimizando a produção de resíduos, promovendo a eficiência e desenvolvendo recursos locais para revitalizar a economia local. A tomada de decisão na Comunidade deriva de uma vida cívica rica e da partilha de informação pelos membros da Comunidade. Uma Comunidade Sustentável assemelha-se a um sistema vivo em que os elementos humanos, naturais e económicos são interdependentes, fortalecendo-se mutuamente." (Roseland, Towards Sustainable Communities - Resources for Citizens and Their Governments, 2005). A definição apresentada pelo Instituto de Comunidades Sustentáveis (Reino Unido) sublinha que "As Comunidades Sustentáveis são definidas como vilas ou cidades que tomam medidas para se manterem saudáveis a longo prazo. Apresentam um forte senso de lugar bem como uma visão comum promovida por todos os sectores-chave da sociedade – empresas, grupos desfavorecidos, ambientalistas, associações civis, órgãos governamentais e organizações religiosas. São lugares que constroem os seus activos e são inovadores. Valorizam os ecossistemas saudáveis, utilizando os

recursos de forma eficiente e procuram manter e melhorar a economia local. Há um espírito voluntário recompensado por resultados concretos. As parcerias entre o governo, o sector empresarial e as organizações sem fins lucrativos são usuais. O debate público nas comunidades é envolvente, inclusivo e construtivo. Para além das abordagens tradicionais de desenvolvimento da comunidade, surgem outras estratégias: a comunidade como um todo em vez de só atender aos bairros desfavorecidos, a protecção do ecossistema, a participação social ampla e a auto-suficiência económica.". A definição apresentada na plataforma "*Sustainable Communities online – for a more Sustainable future*", que desenvolve o seu trabalho com base no conceito de "*Smart Growth*" em contraposição ao conceito de "*Urban sprawl*", assume que "Uma Comunidade Sustentável utiliza os seus recursos para atender às necessidades actuais, assegurando os recursos adequados às gerações futuras. Procura também uma melhor saúde pública e uma melhor qualidade de vida para todos os residentes, limitando a produção de resíduos, procurando prevenir a poluição, maximizando a conservação e promovendo a eficiência, e desenvolvimento os recursos locais para revitalizar a economia local." (Concern, Inc., 1993). Já a perspectiva apresentada no Workshop de formação online do MACED (Mountain Association for Community Economic Development) – "Sustainable Community Indicators", refere que "O Desenvolvimento de uma Comunidade Sustentável é a capacidade de fazer escolhas de desenvolvimento que respeitem a relação entre os três "E": Economia, Ecologia e Equidade. A actividade económica deve servir o bem comum, auto-renovar-se e construir activos locais e auto-confiança. Quanto à Ecologia, os humanos são parte da natureza, a natureza tem os seus limites e as comunidades são responsáveis por proteger e desenvolver os activos naturais. Quanto à Equidade, sublinha-se a oportunidade de participar em todas as actividades, benefícios e tomadas de decisão da sociedade". O mesmo conceito foi discutido na Mesa Redonda sobre Meio Ambiente e Economia em Ontário (Institute for Research and Innovation in Sustainability, Canadá), formalizando um conjunto de oito princípios modelo para as Comunidades Sustentáveis e dois resultados: 1. Reconhece que o crescimento cresce dentro de determinados limites e, no limite, é limitado pela capacidade de absorção do ambiente; 2. Apresenta valores de diversidade cultural; 3. Respeita outras formas de vida e suporta a biodiversidade; 4. Existem valores comuns entre os membros da comunidade, promovido pela educação para a sustentabilidade; 5. Emprega decisões ecológicas (ex. integração do critério ambiental no governo municipal e nos processos de decisão empresarial e individual); 6. Forma decisões e planos de forma equilibrada, aberta e flexível, incluindo as perspectivas da sociedade, saúde, economia e ambiente na comunidade; 7. Faz bom uso dos esforços e recursos locais, criando soluções a nível local; 8. Utiliza fontes de energia renováveis e confiáveis; 8. Promove actividades que utilizam materiais em ciclos contínuos. Como resultado das Comunidades Sustentáveis, sublinha-se que a Comunidade, numa perspectiva geográfica, não compromete a sustentabilidade de outras comunidades e, numa perspectiva temporal, não compromete a sustentabilidade

das suas gerações futuras. Por fim, na Estratégia de Comunidade Sustentável do município de Brighton & Hove, no Reino Unido, discute-se mais uma vez o conceito de Comunidade Sustentável, esboçando duas perspectivas de análise. Na primeira perspectiva a Comunidade Sustentável é pensada como aquela em que todas as pessoas, independentemente da sua origem, pode ter sucesso, com base numa educação e formação de qualidade, capazes de viver em bairros atraentes e seguros, com excelentes serviços públicos e infra-estruturas, onde todos têm a oportunidade de envolver-se na sociedade civil com uma robusta rede de segurança de forma a garantir o bem-estar da população vulnerável. A segunda perspectiva assume que a Comunidade Sustentável é aquela que trabalha para garantir uma melhor qualidade de vida para todos agora e para as gerações vindouras, fazendo uso eficaz dos recursos naturais, melhorando o meio ambiente, promovendo a coesão e inclusão social e fortalecendo a prosperidade económica, enquanto a oferta de serviços e infra-estruturas são de alta qualidade, bem concebidos e mantidos, seguros, acessíveis, flexíveis e rentáveis.

Figura 1 – Nuvem de palavras partindo das definições do conceito de "Comunidade Sustentável" analisadas

Fonte: Própria

Concluindo a leitura das várias definições de "Comunidade Sustentável", obtém-se a nuvem de palavras da Figura 1, demonstrando, por um lado, que alguns temas são bastante frequentes em todas as definições, e por outro, a variedade de temas associados ao mesmo conceito que diferem entre as diversas definições em estudo.

Temáticas e Áreas		Tópicos a aplicar ao bairro
Ecologia Global		
	Estabilidade Climática e Energia em transportes	Localização que minimiza as distâncias das viagens e bom serviço da rede de transportes públicos
		Design que facilite a deslocação pedonal ou de bicicleta e desencoraje a utilização do automóvel
	Energia em edifícios	Eficiência energética da forma do edificado
		Desenvolvimento da energia renovável
	Biodiversidade	Refúgio e corredores para a vida selvagem
Recursos Naturais		
	Qualidade do Ar	Redução do tráfego e gestão da qualidade do ar
	Água	Locais de abastecimento e gestão da procura de água
		Águas superficiais locais, tratamento de esgotos, recarga de aquíferos
	Terra e solos	Grandes densidades para reduzir o solo urbano utilizado
		Compostagem local, esquemas de reciclagem orgânica
	Minerais	Procura local de material de construção reciclado
Ambiente Local		
	Qualidade estética	Ambiente local pedestre atractivo
	Imagem e herança	Ambiente elegível com sentimento de lugar
		Design que reflecte diferentes ambientes e a herança cultural
Provisão Social		
	Acesso a equip.	Acessível, boa qualidade dos serviços de saúde, educação, comércio e lazer
	Espaço Construído	Diversificado, boa qualidade do mercado da habitação
		Adaptáveis, boa qualidade dos espaços comerciais e institucionais
	Espaços Abertos	Acessíveis, com bons parques de corrida, parques infantis, campos de jogos
	Infra-estruturas	Adaptáveis, de manutenção fácil e redes úteis
Sustentabilidade Económica		
	Oportunidade de Emprego	Diversidade e oportunidades acessíveis de emprego associado a uma boa formação local
	Dinâmica Económica	Encorajamento para escritórios locais, oficinas, trabalhos em casa e tele-centros (lugar onde o público pode aceder a computadores pessoais (e outros equipamentos digitais) e Internet, a fim de adquirir ou melhorar as suas habilidades)
Sustentabilidade Social		
	Saúde	Ambiente livre de poluição, facilitando o exercício, a produção local de alimentação e o bem-estar psicológico
	Segurança	Equilíbrio social e continuidade no bairro
		Acesso à habitação por todos os grupos sociais
	Equidade e Escolhas	Equipamentos facilmente acedidos a pé ou de transportes públicos, com especial atenção às crianças e incapacitados

Quadro 1 – Check-list da Sustentabilidade aplicada ao Bairro (cont.)

Fonte - Barton (2000, 9)

Salientam-se especialmente as referências aos temas do ambiente, dos recursos naturais e da sua eficiência, da comunidade e da sociedade, através da inclusão social, da saúde e segurança, da diversidade cultural e da participação, e também a referência frequente à economia local e ao desenvolvimento relacionado com a diversidade de oportunidades e serviços. Estes temas preenchem os três grandes domínios do Desenvolvimento Sustentável – Ambiente, Economia e

Sociedade, embora numa perspectiva local e de planeamento do território. Cruzando os três domínios referidos, surge a preocupação com o presente e com o futuro, não procurando apenas a sustentabilidade na actualidade, tendo a Comunidade um papel relevante neste desenvolvimento através da participação social, de um planeamento urbano sustentável e de parcerias entre agentes públicos e privados, entre outros.

A partir da discussão do conceito de "Comunidade Sustentável", importa que esta discussão transporte o conceito para as políticas urbanas locais e municipais, através da formalização de pressupostos a desenvolver e de formas de mensuração dos fenómenos mais relevantes, através da elaboração de sistemas de indicadores. Neste contexto, apresentam-se com mais detalhe os trabalhos desenvolvidos por Barton (2000) e por Egan (2004). Em 2000, Barton apresentou uma check-list sustentável aplicada à escala do bairro, repartida em seis grandes temáticas: Ecologia Glocal, Recursos Naturais, Ambiente Local, Provisões Sociais, Sustentabilidade Económica e Sustentabilidade Social (Quadro 1).

Pilares e Pressupostos das Comunidades Sustentáveis
1. Social e Cultural – comunidades harmoniosas e inclusivas
- Sentimento de identidade e pertença
- Tolerância e respeito entre culturas, passados e crenças
- Vizinhança "amigável" e cooperativa
- Oportunidades de actividades culturais, lazer e desporto
- Baixo nível de criminalidade e comportamentos anti-sociais, policiamento de proximidade
- População socialmente incluída e com oportunidades de vida semelhante
2. Governança – participação, representação e liderança efectiva e inclusiva
- Sistemas de governança inclusiva, activa e participativa por indivíduos e organizações
- Liderança e parceria forte e informada
- Sector voluntário forte e inclusivo
- Valores cívicos e responsabilidade
Pilares e Pressupostos das Comunidades Sustentáveis
3. Ambiente – espaços amigos do ambiente
- Uso eficiente dos recursos
- Minimização de impactos negativos/ aumento de impactos positivos (reciclagem, ciclo via)
- Proteger e melhorar os recursos naturais e biodiversidade
- Atender às necessidades das gerações futuras
4. Habitação e Construção
- Criar o senso de lugar – sentimento positivo para as pessoas e distinção local
- Uso amigável dos espaços verdes e públicos para todos (incluindo crianças e idosos)
- Gamas suficientes, diversidade e acessibilidade do mercado de trabalho
- Alta qualidade do ambiente construído – tamanho, escala, densidade, design e planos apropriados que complemente o carácter da comunidade local
- Edificado de alta qualidade, mix de funções, durável, flexível e adaptável

Quadro 2 – Check-list da Sustentabilidade aplicada ao Bairro (cont.)

Fonte - Egan (2004, 18)

5. Transportes e Conectividade
- Facilidade de transporte inclui: transporte público que ajude as pessoas a viajar dentro e entre comunidades - Instalações destinadas a promover a segurança local para andar a pé e de bicicleta - Instalações de estacionamento local acessível e apropriado - Disponibilidade de telecomunicações e internet
6. Economia
- Ampla gama de oportunidades de empregos e educação - Espaço e edificado suficiente que suporte a prosperidade económica e mudanças - Criação dinâmica de empregos e negócios - Forte comunidade de negócios
7. Serviços
- Pessoas bem-educadas através de boas performances escolares, elevada educação e aprendizagem ao longo da vida - Elevada qualidade dos serviços sociais e de saúde locais - Elevada gama de serviços acessíveis - Prestadores de serviços que pensam e agem a longo prazo para além das suas próprias fronteiras e interesses

Quadro 2 – Check-list da Sustentabilidade aplicada ao Bairro (cont.)

Fonte - Egan (2004, 18)

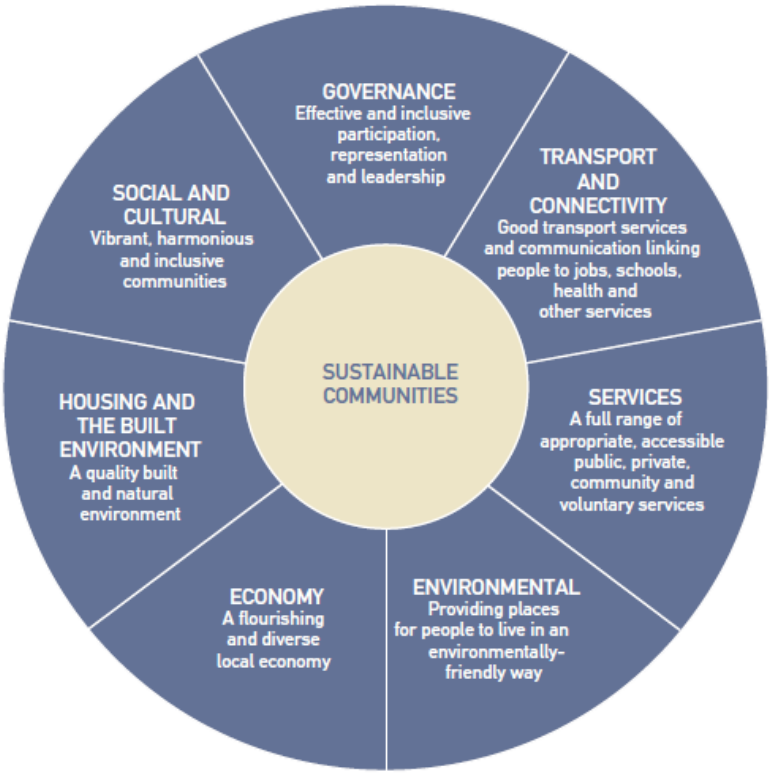


Figura 2 - Componentes das Comunidades Sustentáveis

Fonte - Egan (2004, 18)

Já Egan apresentou um esquema de sete componentes principais – Ambiente, Economia, Habitação e Ambiente Construído, Social e Cultural, Governança, Transportes e Conectividade e Serviços (havendo também uma componente transversal a todas as outras já referidas) que, no conjunto, constituem as Comunidades Sustentáveis (Figura 2). Associado a cada componente é identificado um conjunto de pressupostos que as Comunidades deveriam desenvolver (Quadro 2), bem como é sugerido um conjunto de indicadores para monitorização e avaliação. A componente da "Equidade" seria posteriormente adicionada a este esquema.

Capítulo 2 - Guia para uma Comunidade Sustentável

Após as leituras já relatadas anteriormente, especialmente no que respeita à discussão do conceito de Comunidade Sustentável, a equipa FURBS propôs-se a desenvolver vários exercícios de experimentação para aplicação dos vários pressupostos teóricos e de metodologias apresentadas por vários autores, culminando com a elaboração de um vasto conjunto de trabalhos de campo. Dentro do conceito de Comunidade Sustentável, foram desenvolvidas temáticas como o "Capital Social" ou as práticas culturais e de lazer (Fumega, 2009; Louro, Costa, Silva, 2009, Costa, Fumega, Louro, 2012); sobre a mobilidade quotidiana nas deslocações laborais e nas deslocações na procura de bens e serviços (Costa, Louro, 2010 (a), Costa, Louro, 2010 (b), Louro, 2011), ou quanto a práticas quotidianas relativas a acções ambientais (reciclagem, poupança de recursos, etc.) (Louro, Silva, 2009).

No decurso do desenvolvimento do Guia das Comunidades Sustentáveis, foi definido um conjunto de componentes e de subcomponentes (Figura 3) que orientam a lista de indicadores (Quadro 3):

- **1ª Componente – Habitação e Ambiente construído**, inclui o "Parque Habitacional", os "Espaços Verdes Urbanos" e o "Uso do Solo";

- **2ª Componente – Economia local e familiar**, onde se estuda a "Instrução", o "Emprego" e os "Rendimentos e Gastos do agregado familiar";

- **3ª Componente – Transporte e Conectividade**, abordando-se questões como a "Rede Viária e de Transportes Públicos", as "Deslocações laborais", as "Deslocações para bens e serviços", as características das deslocações como o "Modos de deslocação, tempos e destinos de deslocação" e, por fim, a "Conectividade";

- **4ª Componente – Serviços**, através do estudo da "Satisfação com os Serviços", da análise de alguns serviços específicos como "Educação" e "Saúde" e de "Outros serviços";

- **5ª Componente – Ambiente**, onde se focam questões relativas aos "Recursos Naturais", à "Reciclagem" e à "Limpeza Urbana";

- **6ª Componente – Cultura e Sociedade**, observando-se a "Satisfação com os serviços e infra-estruturas de desporto, cultura e lazer", mas também a prática de "Desporto" e de actividades de "Cultura e Lazer", focando-se também um aspecto essencial relativo à sociedade, relacionado com a "Segurança";

- **7ª Componente – Equidade e Capital Social**, onde se analisa tópicos relativos à "Confiança na Comunidade", ao "Envolvimento na Comunidade" e ao "Sentimento de Pertença";

- **8ª Componente – Governança**, analisada sobre a perspectiva da comunidade, através de assuntos relativos à "Confiança nas Instituições Públicas", à "Participação social" e à "Informação institucional".

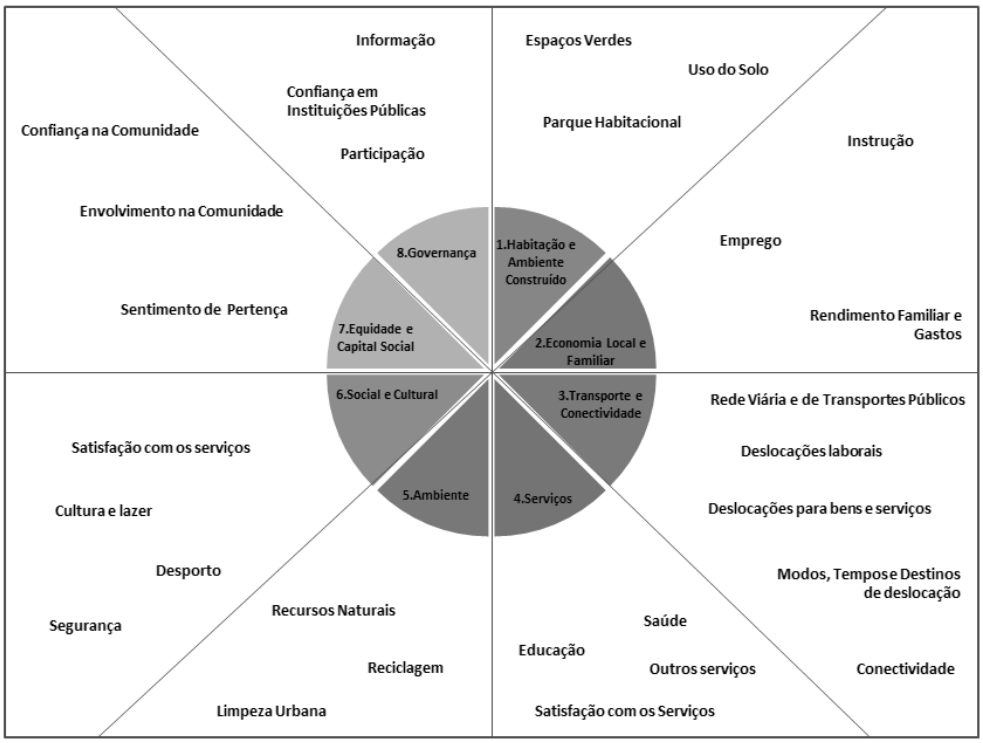


Figura 3 - Componentes das Comunidades Sustentáveis

Fonte – Equipa FURBS (Costa, Louro, Fumega)

No total foi elaborada uma lista com 100 indicadores (**Quadro 3**), que recorrem a diversas fontes de informação (ex. análise estatística de dados primários, com aplicação de inquérito, e de dados secundários, recorrendo ao INE e outras fontes estatísticas, análise e modelação cartográfica, entre outras).

Componente	Sub-componente	Indicador
1 Habitação e Ambiente Construído	1.1.Parque habitacional	**1.1.1. Proporção de edifícios com um alojamento (alojamento unifamiliar)**
		1.1.2. Época de construção do edificado por escalão
		1.1.3. Densidades 1.1.3. 1. Densidade do edificado 1.1.3.2. Densidade de alojamentos
		1.1.4. Alojamentos familiares clássicos por edifício
		1.1.5. Alojamentos não clássicos (ex. barracas, roulottes, etc.) 1.1.5.1. Proporção de alojamentos não clássicos 1.1.5.2. Proporção de população residente em alojamentos familiares não clássicos
		1.1.6. Estado de conservação da habitação 1.1.6.1. Proporção de edifícios muito degradados 1.1.6.2. Proporção de edifícios com necessidade de reparação
		1.1.7. Taxa de atracção total (escala da freguesia)
		1.1.8. Mobilidade residencial (escala do município) 1.1.8.1. Taxa de atracção total 1.1.8.2. Taxa de repulsão interna
		1.1.9. Preços médios do m2 da habitação (Total, apartamento, moradias)
		1.1.10. Gastos com a habitação arrendada ou adquirida 1.1.10.1. Renda média de alojamentos clássicos de residência habitual arrendados e subarrendados (euros) 1.1.10.2. Encargo médio devido à aquisição dos alojamentos familiares clássicos de residência actual (euros)
		1.1.11. Satisfação com a Habitação
		1.1.12. Percepção dos residentes sobre o estado de conservação do edificado no bairro
		1.1.13. Percepção dos residentes sobre o estado de conservação do mobiliário urbano no bairro
	1.2.Espaços Verdes	**1.2.1. Área de "Zonas Verdes Urbanas"**
	1.3.Uso do Solo	**1.3.1. Área de "Zonas Agrícolas" e "Zonas florestais e semi-naturais"**
		1.3.2. Área de "Unidades industriais ou comerciais"
		1.3.3. Área de "Tecido urbano contínuo"
		1.3.4. Área de "Tecido urbano descontínuo"
2 Economia Local e Familiar	2.1.Instrução	**2.1.1. Nível de escolaridade atingido**
		2.1.2. Taxa de Analfabetismo
		2.1.3. Taxa de Abandono Escolar
	2.2.Emprego	**2.2.1. Condições perante a actividade económica**
		2.2.2. Localização dos postos de trabalho
		2.2.3. Pessoal ao serviço por secção da CAE
		2.2.4. Estabelecimentos por secção da CAE
		2.2.5. Emprego 2.2.5.1. Taxa de Emprego 2.2.5.2. Taxa de Desemprego
		2.2.6. Índice de Polarização do Emprego
	2.3.Rendimento Familiar e Gastos	**2.3.1. Rendimento médio mensal do Agregado Familiar**
		2.3.2. Proporção do Rendimento Médio Mensal alocado a gastos de Transporte

Quadro 3 – Lista de Indicadores das Comunidades Sustentáveis (Cont.)

Fonte - Equipa FURBS (Costa, Louro, Fumega)

Componente	Sub-componente	Indicador
3 Transporte, Mobilidade e Conectividade	3.1.Rede Viária e de Transporte Público	**3.1.1. Área de "Rede rodoviária ou ferroviária e zonas associadas"**
		3.1.2. Densidade da rede viária
		3.1.3. Percepção dos residentes sobre a suficiência de estacionamento no bairro
		3.1.4. Percepção dos residentes sobre o estado de conservação das vias para andar a pé no bairro
		3.1.5. Percepção dos residentes sobre o serviço de transportes públicos no bairro
	3.2. Mobilidade	**3.2.1. Nº de viagens realizadas num dia útil por indivíduo (adulto empregado e crianças e jovens até aos 18 anos)**
		3.2.2. Percentagem de deslocações diárias com destino no bairro, no concelho e fora do concelho
		3.2.3. Entradas e saídas diárias por motivo laboral 3.2.3.1. Índice de atracção: Proporção da população residente que entra na unidade territorial 3.2.3.2. Índice de geração: Proporção da população residente que sai da unidade territorial
		3.2.4. Modos de transporte 3.2.4.1. Meio de Transporte mais utilizado nos movimentos pendulares 3.2.4.2. Modo de transporte e destino das deslocações laborais 3.2.4.3. Modo de transporte de crianças e jovens para a escola 3.2.4.4. Modos de transporte utilizados na procura de bens e serviços
		3.2.5. Tempos de deslocação 3.2.5.1. Tempo gasto em deslocações durante um dia 3.2.5.2. Proporção de pequenas viagens (distância-tempo de 15 minutos) 3.2.5.3. Duração média dos movimentos pendulares 3.2.5.4. Tempo despendido na procura de bens e serviços
		3.2.6. Destino na procura de bens e serviços
	3.3.Conectividade	**3.3.1. Postos telefónicos residenciais por 100 habitantes**
		3.3.2. Acesso à Banda Larga 3.3.2.1. Proporção de agregados domésticos privados com pelo menos um individuo com idade entre os 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa através de Banda Larga 3.3.2.2. Proporção de agregados domésticos privados com pelo menos um individuo com idade entre os 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa através de Banda Larga por tipologia de localidade
4 Serviços	4.1.Satisfação com os serviços	**4.1.1. Percepção dos residentes sobre a sua satisfação com os serviços em geral disponíveis no bairro**
	4.2.Serviços e Equip. de Saúde	**4.2.1. Número de equipamentos de Saúde de proximidade**
	4.3.Serviços e Equipamentos Escolares	**4.3.1. Número de estabelecimentos escolares por ciclo de ensino**
		4.3.2. Taxa de ocupação dos equipamentos escolares
		4.3.3. Distância-tempo às escolas do 1º Ciclo EB 4.3.3.1. Área a menos de 10 minutos a pé a pé de escolas do 1º Ciclo EB 4.3.3.2. Residentes a menos de 10 minutos a pé a pé de escolas do 1º Ciclo EB
	4.4.Outros Serviços	**4.4.1. Distância-tempo a serviços vários** 4.4.1.1. Área a menos de 15 minutos a pé de cafés 4.4.1.2. Residentes a menos de 15 minutos a pé de cafés 4.4.1.3. Área a menos de 15 minutos a pé de supermercados 4.4.1.4. Residentes a menos de 15 minutos a pé de supermercados

Quadro 3 – Lista de Indicadores das Comunidades Sustentáveis (Cont.)

Fonte - Equipa FURBS (Costa, Louro, Fumega)

Componente	Sub-componente	Indicador
5 Ambiente	5.1.Recursos Naturais	**5.1.1. Consumo Doméstico de energia eléctrica por habitante**
		5.1.2. Consumo de água por habitante
	5.2.Reciclagem	**5.2.1. Cobertura dos pontos de reciclagem**
		5.2.2. Proporção de residentes que reciclam Resíduos Sólidos Urbanos
	5.3. Recolha de RSU e Limpeza Urbana	**5.3.1. Percepção dos residentes sobre a qualidade da recolha do lixo no bairro**
		5.3.2. Proporção de edifícios servidos pela recolha de Resíduos Sólidos Urbanos
		5.3.3. Percepção dos residentes sobre a qualidade da limpeza urbana no bairro
6 Sociedade e Cultura	6.1. Serviços e equipamentos de lazer, desporto ou cultura	**6.1.1. Área de "Equipamentos de desporto ou lazer"**
		6.1.2. Equipamentos desportivos, culturais e de lazer 6.1.2.1. Número de equipamentos desportivos 6.1.2.2. Existência de equipamentos culturais e de lazer
	6.2.Satisfação com os serviços	**6.2.1. Grau de satisfação com a qualidade dos serviços culturais e de lazer no bairro**
		6.2.2. Regularidade na realização de actividades desportivas, culturais ou de lazer no bairro
	6.3.Segurança	**6.3.1. Taxa de Criminalidade**
		6.3.2. Percepção dos residentes sobre o seu sentimento de segurança no bairro
7 Equidade e Capital Social	7.1.Sentimento de Pertença e Envolvimento com a Comunidade	**7.1.1. Proporção de residentes que se identificam com o bairro ou comunidade**
		7.1.2. Grau de satisfação com o bairro como lugar para viver
		7.1.3. Percepção dos residentes sobre a sua vizinhança no bairro
		7.1.4. Percepção dos residentes sobre o ambiente no bairro
	7.2. Comunidades	**7.2.1. Densidade Populacional**
		7.2.2. Dimensão das famílias
		7.2.3. Idade da população residente por escalão
		7.2.4. Proporção de Famílias clássicas unipessoais 7.2.4.1. Proporção de famílias clássicas unipessoais 7.2.4.2. Proporção de famílias clássicas unipessoais constituídas por indivíduos com 65 ou mais anos
		7.2.5. Índice de renovação da população em idade activa
		7.2.6. Índice de dependência 7.2.6.1. Índice de dependência de jovens 7.2.6.2. Índice de dependência de idosos
		7.2.7. Proporção de Núcleos familiares com crianças 7.2.7.1. Proporção de Núcleos familiares de casais com filhos 7.2.7.2. Proporção de Núcleos familiares monoparentais
		7.2.8. Proporção de residentes de nacionalidade estrangeira
		7.2.9. Taxa de Deficiência da população
		7.2.10. Proporção do edificado com acessibilidade através de cadeira de rodas
8 Governança	8.1. Confiança	**8.1.1. Grau de confiança na vizinhança/comunidade e instituições públicas**
	8.2.Informação	**8.2.1. Proporção de residentes que considera estar informado sobre os benefícios e serviços que o bairro oferece**
	8.3.Participação	**8.3.1. Proporção de residentes que considera que as suas opiniões têm influência nas decisões locais**
		8.3.2. Regularidade na realização de actividades de participação activa no bairro

Quadro 3 – Lista de Indicadores das Comunidades Sustentáveis (Cont.)

Fonte - Equipa FURBS (Costa, Louro, Fumega)

Neste contexto, salientam-se já algumas problemáticas relativas ao Guia das Comunidades Sustentáveis:

- Como pontos fortes salienta-se: a adaptação dos indicadores à realidade nacional, nomeadamente à disponibilidade da informação; a procura de aproximar a informação à realidade dos bairros através de trabalho de campo e aplicação de inquéritos; e a promoção de uma análise na perspectiva focada nas comunidades e não tanto nas unidades territoriais administrativas ou estatísticas;

- Como potencialidades identifica-se a adaptabilidade dos indicadores a vários casos nacionais (recorrendo a várias técnicas e metodologias), as metodologias aplicadas são acessíveis às entidade de gestão do território à escala local; e por fim, esta informação pode ser associada a outros instrumentos de gestão do território, nomeadamente cartas de equipamentos e cartas escolares, planos de mobilidade urbana, empresarial e escolar;

- Como pontos fracos identifica-se a incompatibilidade entre as unidades territoriais administrativas ou estatísticas e as unidades territoriais associados ao sentimento de pertença – bairros; a indisponibilidade de todos os dados à escala local, do bairro ou freguesia; e, por fim, sublinha-se que a sensibilidade do Guia recorreu a um conjunto diversificados de técnicas e métodos de elevado consumo de recursos humanos, financeiros, técnicos e temporais;

- Por fim, como ameaça à utilidade do Guia das Comunidades Sustentáveis identifica-se a desactualização dos dados com o passar do tempo, o que implica uma regular actualização (sempre que possível).

2.1. Casos de Estudo

No contexto desta investigação, foram seleccionados vários casos de estudos, todos integrados numa unidade metropolitana – Área Metropolitana de Lisboa (AML). Não só a importância da AML no contexto nacional, como a grande variedade de casos existentes dentro da metrópole foram os motivos para a escolha desta área mais ampliada, não esquecendo as dinâmicas das últimas décadas, verificando-se uma tendência notória do fenómeno de urbanização e suburbanização, densificação e fragmentação urbana, entre outros.

Como salienta Pires Soares (2003, 149), na década de 1950, após o início da industrialização, surgiram pequenos núcleos urbanos nas proximidades do município de Lisboa, como a Amadora, Queluz, Moscavide ou Almada, tornando essa área muito mais densa, tanto no que respeita à população residente como à habitação. A atracção populacional repentina levou à construção da habitação sem organização, surgindo as áreas suburbanas de Lisboa. Na década de 1960, a pressão urbanística provocou um grande volume de loteamento e construção clandestina, inicialmente a Norte de Lisboa e, após a construção da Ponte 25 de

Abril, em 1966, este fenómeno estendeu-se para a Península de Setúbal. Entre 1970 e 1991, observa-se uma maior concentração de construção especialmente no litoral, iniciando-se também uma maior dinâmica na procura de habitações para segundas residências. É notória a expansão urbana do centro para as periferias cada vez mais distantes, fenómeno favorecido pelas melhores acessibilidades e infra-estruturas de transportes, tanto privados como colectivos. Entre 1970 e 1980, verificou-se um elevado aumento de alojamentos em quase todas as freguesias da AML, combatendo as necessidades da dinâmica populacional influenciada pelo êxodo rural e pelo retorno dos emigrantes provindos dos territórios ultramarinos, dinâmica que viria a diminuir bastante na década de 1990. Entre 1991 e 2001, observa-se um decréscimo dos alojamentos ocupados, especialmente nas freguesias do concelho de Lisboa, mas também noutros concelhos suburbanos.

O crescimento urbano das duas margens do Tejo é uma das razões para a escolha de casos de estudo localizados em ambas as áreas: enquanto a margem Norte cresceu com base num conjunto de eixos radiais com início no centro (Lisboa), já a margem Sul cresceu numa estrutura anelar, constituída por uma coroa de cidades e lugares que dependiam do transporte fluvial para se ligar a Lisboa (Pires Soares, 2003). À escala metropolitana, observa-se que a densidade de alojamentos diminui do centro para a periferia, destacando-se alguns lugares de elevada densidade nos eixos urbanos Amadora-Sintra, Odivelas-Loures e nos núcleos urbanos ribeirinhos Almada-Laranjeiro-Fogueteiro, Seixal, Moita e Barreiro. Neste contexto, sublinha-se que, a par da cidade de Lisboa, a cidade de Setúbal apresenta um comportamento compacto. No seio da AML, e como refere Antunes (2009, 15), "(…) a Península de Setúbal assume, decisivamente, um papel cada vez mais estratégico como reserva de solo não ocupado, topograficamente pouco acidentado e de acessibilidade impar (…, porém) Praticamente toda a sua orla marítima se encontra urbanizada ou a caminho disso.". O mesmo autor sublinha que, apesar de em concelhos como Moita, Sesimbra, Palmela, Montijo, Alcochete e parte de Setúbal, "persiste uma imagem de acentuada ruralidade, tirada em costumes e tradições de inegável identidade (…) Contudo, quase todos estão em processo regressivo e de transformação das suas estruturas para outros usos (…) As aldeias rurais transformam-se em vilas e estas almejam já ser cidade."

Ainda analisando a AML como um todo, a área alocada a processos de urbanização tem vindo constantemente a aumentar, embora havendo tipologias distintas. No Relatório de Caracterização e Diagnóstico Sectorial do Sector "Sistema Urbano, Habitação e Equipamentos" da Revisão do PROT-AML (2009, 63) é sistematizada a evolução da ocupação do espaço edificado consoante a sua tipologia em três momentos: 1990, 2000 e 2009 (Quadro 4). Analisando a totalidade do espaço edificado, verifica-se um decréscimo das áreas alocadas às "Zonas Portuárias e Aeroportuárias" e à "Indústria, Comércio e Equipamentos Gerais". O "Tecido Urbano Descontínuo" (disperso ou fragmentado) diminuiu 6,5% em 20 anos enquanto o "Tecido Urbano Contínuo" verificou um aumento de 12,9% entre

1990 e 2009. Contudo, a área total do "Tecido Urbano Descontínuo" era, em 2009, cerca do dobro da área de "Tecido Urbano Contínuo".

Grandes Categorias de Espaço Edificado	Tipologia de Espaços em 2009	Área Ocupada (Km2)			Área Ocupada (%)		
		1990	2000	2009	1990	2000	2009
Tecido Urbano Contínuo (inclui Equipamentos Desportivos e de Lazer, Espaços Verdes Urbanos)	Áreas Edificadas Compactas e Complexos Desportivos e Marinas	63,6	79,5	**266**	16,7%	15,4%	**29,6%**
Tecido Urbano Descontínuo	Áreas Edificadas Dispersas Tipo 1 e 2; e Áreas Edificadas Fragmentadas	247,6	332,7	**524,8**	64,9%	64,4%	**58,4%**
Áreas em Construção	Espaços Vazios em Construção	4,1	12,4	**12,6**	1,1%	2,4%	**1,45**
Indústria, Comércio e Equipamentos Gerais	Grandes Superfícies Comerciais; e Áreas de Indústria logística e Armazém	48,5	73,2	**83,6**	12,7%	14,2%	**9,3%**
Zonas Portuárias e Aeroportuárias	Portos e Instalações Aeroportuárias e Ferroviárias	17,7	18,6	**12**	4,6%	3,6%	**1,3%**
TOTAL		**381,5**	**516,4**	**899**	**100%**	**100%**	**100%**

Quadro 4 - Evolução da ocupação Urbana do Solo, 1990, 2000 e 2009 (2009, 63)

Fonte - IGP, 1990 e 2000; CCDRLVT, Equipa do PROT-AML, 2009; adaptação própria

Assim, no contexto da Área Metropolitana de Lisboa, foi realizado trabalho de campo em seis áreas distintas. Contudo, uma das principais delimitações desta análise prende-se com as incompatibilidades entre as delimitações administrativas das freguesias e a indefinição da delimitação das áreas que representam os bairros. Na Figura 4 identificam-se as várias áreas de estudo: Benfica, Telheiras e Campo de Ourique, no município de Lisboa; Alcochete, no município com a mesma denominação, Pinhal Novo, no município de Palmela, e Quinta do Conde, no município de Sesimbra. Foram vários os factores que levaram à escolha destes casos de estudo. Dadas as tendências de evolução do sistema metropolitano de Lisboa, era essencial confrontar casos de estudo das duas margens do rio Tejo. As tendências recentes de evolução da população e actividades económicas bem como da evolução das tendências de urbanização e do sistema de transporte foram também relevantes na escolha dos casos. Representando a margem Norte do Tejo, optou-se pela selecção de vários casos de estudo no município de Lisboa, muito devido à diversidade de bairros existentes no município e à forte conotação de algumas áreas da cidade como bairro histórico, com características muito específicas, nomeadamente a malha urbana (ex. Campo de Ourique com a sua malha ortogonal), dinâmicas comunitárias e vivência de bairro (ex. Benfica e o comércio local), ou dinâmicas de consolidação urbana recentes com repercussões

na atracção populacional (ex. Telheiras e a atracção de um estrato populacional de escolaridade mais elevada). A margem Sul apresentou nas últimas décadas, uma evolução da urbanização bastante distinta da margem Norte. Neste sentido, optou-se pela selecção de vários casos de estudo em municípios diferentes: uma área histórica que regista recentemente um rápido aumento de construção e população, muito devido à sua nova localização relativa no contexto da AML, alterada devido à Segunda Travessia do Tejo (ex. Alcochete), uma área que se iniciou com um processo de urbanização ilegal e observa agora uma relativamente elevada densidade populacional quando comparado com outras áreas da margem norte do Tejo (ex. Quinta do Conde), e por fim, uma outra área considerada centro ferroviário, que sofreu recentemente influências com a possibilidade de instalação de grandes projectos na sua proximidade, nomeadamente a Plataforma Logística do Poceirão, o Transporte de Alta Velocidade e o Aeroporto de Alcochete (mega projectos que acabaram por não avançar).

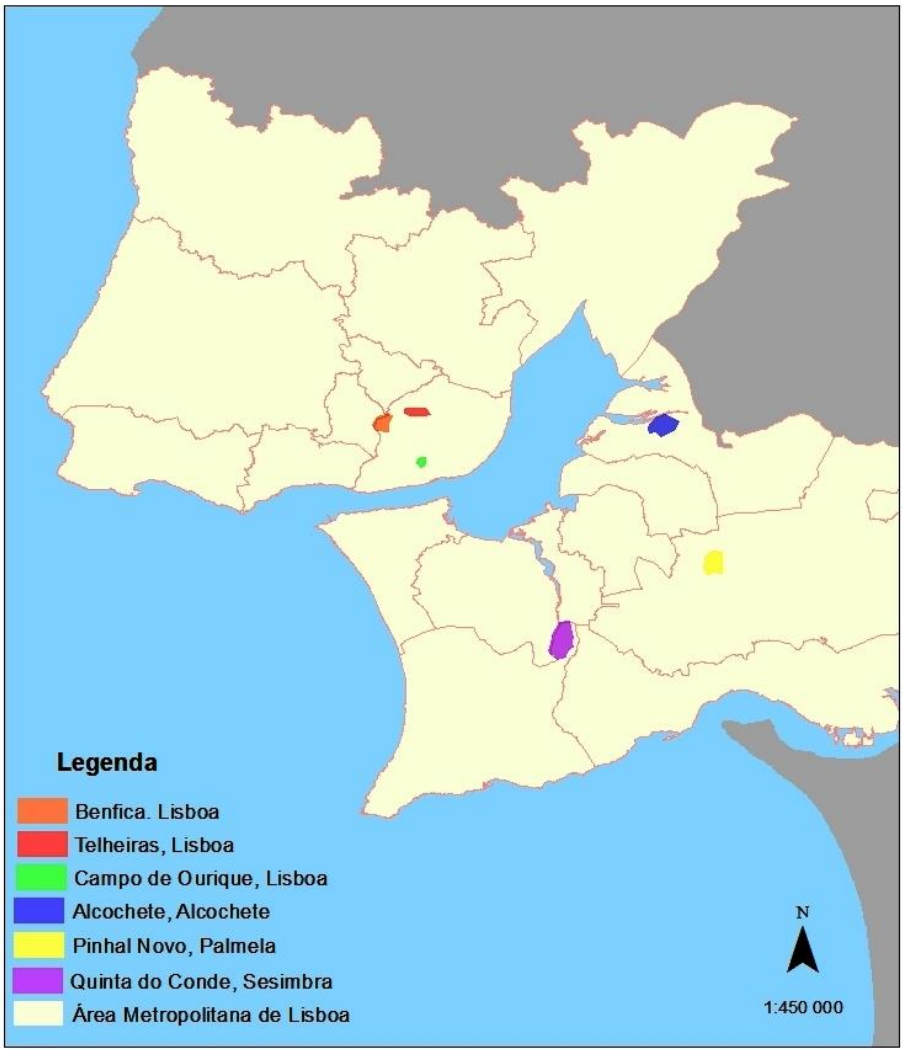


Figura 4 – Casos de estudo (áreas do trabalho de campo)

Fonte – Própria

Parte II

Capítulo 3 - Componentes de uma Comunidade Sustentável

O desenvolvimento de um conjunto de indicadores para o Planeamento à escala local, suportado no conceito de Comunidade Sustentável, organizou-se em oito componentes anteriormente referidas:

- 1ª Componente – Habitação, ambiente construído e uso do solo;
- 2ª Componente – Economia local e familiar;
- 3ª Componente – Transporte, Mobilidade e Conectividade;
- 4ª Componente – Serviços;
- 5ª Componente – Ambiente;
- 6ª Componente – Cultura e Sociedade;
- 7ª Componente – Equidade e Capital Social;
- 8ª Componente – Governança.

Assim, dentro de cada uma das oito componentes é apresentada uma breve reflexão sobre os pressupostos e relevância dos indicadores seleccionados, um conjunto de fichas de indicadores, e uma reflexão posterior relativamente aos resultados dos indicadores seleccionados para os casos de estudo do Projecto FURBS. A ficha de indicadores apresenta várias utilidades no contexto do planeamento à escala local, a salientar:

- função de suporte teórico da relevância do indicador para a escala local, da freguesia ou, sempre que possível, do bairro;

- apoio metodológico através da identificação das características principais do indicador, nomeadamente a fonte de informação, escala, metodologia de recolha de dados, ferramentas e fórmulas de cálculo;

- exemplo de aplicação com base em todos ou parte dos casos de estudo desenvolvidos no decorrer do projecto FURBS.

Numa reflexão final por componente, para além dos principais resultados obtidos para os casos de estudo em análise, com o objectivo de compreender, em particular, se a tipologia urbana dos bairros e a sua localização geográfica no contexto da Área Metropolitana de Lisboa têm influência nas dinâmicas dos bairros e das comunidades, foi também relevante a recolha de notícias dos últimos anos (2009-2012), que justifiquem as dinâmicas verificadas através dos indicadores analisados.

3.1. Componente 1 - Habitação, ambiente construído e uso do solo

3.1.1. Pressupostos

A Habitação, o Ambiente Construído e o Uso do Solo têm grande impacte na qualidade de vida da população, especialmente na sua saúde e condições de vida, e nas condições e características dos bairros e cidades.

As características e condições da habitação no bairro influenciam a atracção ou repulsa de famílias (ex. os condomínios de luxo atraem famílias de altos rendimentos, os bairros construídos com a finalidade de realojamento das famílias residentes em bairros de lata têm fraca adesão por parte de outras famílias), concluindo-se assim que este poderá ser um factor de exclusão ou inclusão social. Na sub-componente "Habitação" identificam-se vários tópicos relevantes, que potenciam determinadas dinâmicas demográficas, sociais e económicas das comunidades. As tipologias do parque habitacional afectam a forma urbana do bairro, pretendendo que atinja um nível óptimo de compacidade e densidade de forma a potenciar a sustentabilidade urbana. A densidade habitacional reflecte em parte esta característica do território. Sendo assim importa uantificar a proporção de **edifícios com apenas um alojamento** (alojamento unifamiliar), na forma de vivendas e moradias. A existência de edifícios onde reside apenas uma família faz com que a densidade populacional seja bastante reduzida em comparação a áreas de prédios, sendo que para responder às necessidades básicas das famílias acaba por se verificar um maior consumo de recursos (ex. solo, infra-estruturas, resposta de serviços, etc.) para um menor número de residentes. Importa, também, avaliar a **densidade do edificado e dos alojamentos**, ou seja, o número de edifícios e de alojamentos por quilómetro quadrado, como factor de relevância para o planeamento e adequação dos restantes serviços, equipamentos e infraestruturas. O factor "densidade" é uma das características frequentemente referidas quando se pretende desenvolver comunidades sustentáveis. Associado a esta questão, importa compreender se a única **função dos edifícios** é a função residencial. Isto porque um dos grandes factores de sustentabilidade local é a existência de várias funções dentro do bairro. Ou seja, é importante, por exemplo, que o edificado esteja preparado para receber comércio e serviços em simultâneo com a função residencial. A mistura de funções torna-se uma mais-valia na medida em que promove uma maior dinâmica tanto de dia como de noite (entre activos e residentes), para além de fornecer um melhor serviço de proximidade aos residentes. Associado à densidade do edificado e do

alojamento está a relação entre estes tópicos, que revelam a variedade e tipologias do edificado consoante a sua volumetria, ou seja o **número de alojamentos familiares clássicos por edifício**. Vários autores assumem esta característica como um aspecto relevante, dado que a construção em altura, até um certo limite, promove a poupança de recursos como o consumo do solo ou de infraestruturas de energia, abastecimento de água e esgotos, criando também a massa humana que utilizará os equipamentos e serviços bem como frequentará os espaços comerciais.

A **época de construção do edificado** no conjunto do bairro demonstra a sua dinâmica de construção, as fases de construção (mais concentrada num momento específico ou contínua ao longo do tempo), sendo também notória a capacidade ou não de regeneração do mercado da habitação, através da recuperação do edificado existente ou através de nova construção em substituição da construção degradada. Por exemplo, em algumas cidades centrais é possível observar uma grande dinâmica de recuperação e regeneração do edificado, acabando por atrair nova população e actividades para as zonas históricas e centrais, que recentemente tendem a perder população. Noutras, as mesmas zonas denotam um grande enfraquecimento populacional associado à elevada degradação do edificado, à inexistência de comércio e serviços bem como de uma má oferta de transportes públicos, de estacionamento para os automóveis ou a um elevado nível de insegurança. Por outro lado, áreas periféricas aos grandes centros acabaram por, nas últimas décadas, serem áreas receptoras de população que procura novas habitações com maiores áreas. Contudo, se por vezes a expansão urbana ao longo da metrópole foi realizada com recurso ao planeamento urbano, associando a expansão urbana à expansão das rodovias e redes de transporte, outras áreas foram rapidamente urbanizadas sem que houvesse uma grande adequação dos serviços e infra-estruturas às necessidades do número de residentes que seria atraído.

As condições do edificado são relevantes no que trata à qualidade de vida da população. A **conservação do edificado** está, em grande parte, relacionada com a época de construção do edificado. Esta característica do edificado é bastante relevante, não só para a qualidade do ambiente construído no bairro mas por questões de segurança e de saúde das famílias residentes. A identificação dos edifícios degradados ou que necessitam de grandes reparações deve ser tida em conta para a elaboração de uma política de habitação local. Actualmente os municípios começam a ter competências quanto à área da habitação, especialmente para convocar os proprietários do edificado em mau estado e delinear o futuro do edificado (através de obras ou demolição). A **existência de alojamentos não-clássicos** (ex. barraca, alojamento móvel, casa rudimentar de madeira ou alojamento improvisado) é também um sinal relevante da qualidade urbanística dos bairros. A contabilização deste tópico torna-se relevante para a definição de políticas de habitação local, tendo em conta a existência de tais alojamentos não-clássicos, que usualmente não apresentam condições de saneamento, mas também das famílias aí residentes que necessitam de apoio para um possível realojamento.

Os **custos com a habitação** são um factor de grande relevância no contexto do consumo das famílias. Neste contexto, distinguem-se dois fenómenos: o fenómeno do arrendamento e o fenómeno da aquisição da habitação. Se o arredamento permite uma maior dinâmica habitacional, dada a maior facilidade de escolher e mudar de habitação, esta questão tem gerado grandes debates em Portugal devido à actualização da legislação, especialmente para os proprietários e senhorios, e mais recentemente quanto à questão da actualização das "rendas antigas". O sistema de arrendamento actual apresenta valores médios bastante reduzidos, especialmente para famílias residentes há várias décadas, fazendo prever o confronto entre uma habitação degradada e a dificuldade dos proprietários e senhorios realizarem obras de melhoria. Já quanto à aquisição da habitação este fenómeno apresenta um grande peso em Portugal quando comparado com outros países europeus, dado que muitas vezes o encargo médio para a aquisição de um alojamento da mesma tipologia acaba por ser semelhante ou inferior ao valor do arrendamento. Contudo, este encargo para a aquisição, provindo de um empréstimo bancário para este fim, acaba por ser influenciado por outros factores extra-família, como os juros bancários ou a taxa Euribor, que acabam por tornar o valor bastante mutável, tendo consequências para as próprias famílias. A dinâmica de aquisição acabou por provocar outro fenómeno em Portugal. A construção de um elevado número de habitações que actualmente se encontram vagas acaba por influenciar os custos médios da habitação (quanto mais alojamentos disponíveis para venda, mais discutível é o seu valor, ou seja, quanto maior a oferta, menor o seu valor). Neste contexto, o **custo médio do metro quadrado** da habitação poderá influenciar a escolha das famílias, não só quanto à escolha da tipologia da habitação mas também à própria localização da mesma.

Ainda à escala do bairro é importante compreender a dinâmica recente de atracção da população. Interessa então identificar a "**Taxa de atracção total"**, ou seja proporção de população residente que há menos de 5 anos residia noutro município que não o município do bairro onde reside actualmente. Este fenómeno de atracção é influenciado não só pela vontade dos indivíduos mas também pelas características e condições dos bairros quanto à existência de habitação disponível para arrendamento e aquisição, bons serviços de transportes, bens e serviços disponíveis, qualidade do ambiente construído, conhecimentos na vizinhança, proximidade ao trabalho, escolas ou familiares, entre outros factores. A uma maior escala, é também importante para uma Comunidade Sustentável que haja equilíbrio na mobilidade residencial, ou seja, entre a "**Taxa de atracção total**" (proporção de indivíduos que nos últimos 5 anos residia em outro município) e a "**Taxa de repulsão interna**" (proporção de indivíduos que nos últimos 5 anos se mudou para outro município), já que estes indicadores acabam por reflectir as condições dos bairros (estado de conservação do edificado, existência de alojamentos e espaços vagos para residentes ou estabelecimentos, acessibilidades, existência de serviços e equipamentos, ambiente social, etc.).

As características do ambiente construido do bairro influenciam fortemente os comportamentos dos residentes. Torna-se relevante então compreender qual a "**Percepção dos residentes sobre o estado de conservação do edificado no bairro**" e a "**Percepção dos residentes sobre o estado de conservação do mobiliário urbano no bairro**", de forma a compreender os comportamentos dos residentes no bairro, nomeadamente na vontade de procurar satisfazer as necessidades da família no bairro ou não, como por exemplo a procura de bens e serviços, áreas verdes ou equipamentos desportivos e culturais. Não só o aspecto físico da habitação é relevante para a leitura de Comunidades Sustentáveis, mas as opiniões dos residentes são também relevantes. É importante ter em consideração a **satisfação dos residentes pela sua habitação** de uma forma geral e de uma forma específica, focando aspectos como a localização geográfica, a área, o número de assoalhadas, as condições de conservação, a existência de garagem ou arrecadação, o acesso às redes de transporte ou a bens e serviços. A satisfação com as condições do edificado no geral ou com as condições do mobiliário urbano também são relevantes para uma comunidade sustentável, promovendo ou retraindo a vivência das famílias nos espaços sociais do bairro, e consequentemente o fortalecimento ou não das redes sociais, do consumo local de bens e serviços, e da apropriação dos espaços para actividades colectivas, entre outros.

Um outro aspecto relevante para a qualidade do bairro é a **existência de espaços verdes urbanos e a existência de espaços abertos**. Os espaços verdes de várias dimensões, desde os pequenos jardins até jardins botânicos, detêm várias funções relevantes para a qualidade do ambiente urbano, não tendo apenas a função de embelezamento associado a espaços de lazer e passeio, mas possuem também a função de salubridade, com a existência de árvores que funcionam de barreira ao som, equilibram o micro-clima através da sombra e humidade, mantendo uma menor amplitude térmica durante todo o dia e todo o ano, e absorvem o dióxido de carbono provindo dos veículos motorizados, entre outros efeitos positivos. Os espaços abertos e públicos, como as praças, são também espaços de convívio e encontro entre as pessoas, locais de comércio, que dinamizam o bairro e promovem o fortalecimento dos laços sociais entre residentes e entre residentes e comerciantes. À escala do bairro também podem ser analisados os **usos do solo**, embora esta análise seja realizada usualmente a uma escala geográfica maior, do município ou da região. Contudo, torna-se relevante conhecer as áreas alocadas a determinadas funções para um melhor planeamento urbano local. Assim, importa conhecer as áreas dedicadas a **"Zonas Agrícolas" e "Zonas Florestais e Semi-naturais"**, especialmente agora que a agricultura de subsistência mesmo nas grandes cidades é cada vez mais relevante, apoiado pela existência de hortas urbanas, e tendo estas áreas funções relevantes para os espaços urbanos como a existência de solo permeável, a produção de alimentos e recursos naturais, mas também podem apresentar, até simultaneamente, função de lazer e passeio ou função económica e de emprego. As áreas de **"Unidades Industriais ou Comerciais"** também são relevantes neste contexto de uso do solo. Esta tipologia

responde às grandes necessidades das famílias, como por exemplo hospitais, estacionamento, centros comerciais, participando assim activamente para a dinâmica de emprego nos sectores secundários e terciários. A identificação das áreas industriais, em algumas áreas das Áreas Metropolitanas são também relevantes dada a reestruturação económica das cidades e, consequentemente, a deslocalização da actividade industrial para as periferias, deixando um conjunto de grandes edifícios ao abandono em zonas centrais das cidades, que poderão ser requalificados e revitalizados novamente, atribuindo-lhes novas funções. Quanto ao tecido urbano este pode ser qualificado como **"Tecido urbano contínuo"** ou **"Tecido urbano descontínuo".** A característica do tecido urbano é, associado à densidade do edificado, um dos aspectos mais relevantes para uma Comunidade Sustentável. O "Tecido urbano contínuo" potencia a existência de um tecido contínuo e homogéneo, integrando actividades comerciais e industriais, serviços públicos e privados, redes de transporte e pequenas zonas verdes urbanas. Esta variedade e proximidade de funções permite uma maior eficácia e eficiência das infra-estruturas (energia, saneamento, água, etc.), dos equipamentos e serviços de transporte, das redes escolares e de saúde, bem como potencia o sentimento de comunidade e o reforço dos laços sociais, promovendo também o sentimento de segurança no bairro. Já as áreas de "Tecido urbano descontínuo" não são as que melhor caracterizam uma Comunidade Sustentável, dado que esta tipologia caracteriza-se por uma menor densidade do edificado, de residentes e de serviços, havendo entre 30% a 80% de área de impermeabilização. Contudo, através de planos de acção locais na perspectiva das Comunidades Sustentáveis, é possível procurar soluções para tornar o "Tecido urbano descontínuo" em "Tecido urbano contínuo".

Aspectos relevantes para uma Comunidade Sustentável
Ambiente Construído e Habitação

- O bairro deve apresentar um determinado nível de densidade de edificado para a eficiência das infra-estruturas e serviços, concentração de indivíduos para desenvolver laços sociais;
- O bairro deve transmitir um "sentimento de lugar" para os seus residentes e visitantes, havendo individualidade e distinção do bairro no contexto da cidade;
- Deve haver espaços verdes e públicos de uso amigável para a comunidade, especialmente para crianças e idosos;
- O ambiente construído, especialmente o edificado, deve apresentar qualidade e variedade (tamanho, densidade, design), flexível às funções necessárias (habitação, serviços, escritórios, comércio, etc.), adequado ao contexto urbanístico local, não esquecendo as características históricas e culturais do local;
- Deve haver preocupação em reduzir a existência de alojamentos não-clássicos e de requalificar o edificado degradado ou a necessitar de grandes reparações;
- Apesar de ser relevante a existência de vários usos do solo, cada bairro apresenta uma tipologia diferenciada, devendo ter-se em consideração o contexto dos bairros vizinhos e o contexto do bairro na cidade/município;

3.1.2. Fichas de Indicadores – Componente 1. Habitação, ambiente construído e uso do solo

COMPONENTE: 1. HABITAÇÃO E AMBIENTE CONSTRUÍDO

SUB-COMPONENTE: 1.1.PARQUE HABITACIONAL

PRESSUPOSTO:

A Habitação é um dos factores-chave para a qualidade de vida das famílias e das áreas urbanas. Assim, importa ter em consideração algumas características do Parque Habitacional que influenciam a Qualidade de Vida dos residentes (ex. a dimensão média dos alojamentos e os gastos mensais dos arrendamentos/despesas de aquisição de alojamento) e da qualidade e dinâmica das áreas urbanas (ex. existência de edifícios de um alojamento, número de alojamentos por edifício, época de construção do edificado, entre outros). A densidade populacional e do edificado é um dos pressupostos da sustentabilidade das Comunidades, fazendo prever que a maior ou menor compactação urbana, potenciará mais ou menos a eficiência de infra-estruturas, equipamentos e serviços, entre outros.

Indicador: **1.1.1. PROPORÇÃO DE EDIFÍCIOS COM UM ALOJAMENTO (ALOJAMENTO UNIFAMILIAR)**

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** Alojamento, Edifício
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (Edifícios com um alojamento/ Total de edifícios) *100 (percentagem)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

1.1.1. PROPORÇÃO DE EDIFÍCIOS COM UM ALOJAMENTO (ALOJAMENTO UNIFAMILIAR)

Freguesias	1991 (%)	2001 (%)	2011 (%)
Benfica	59.6	50.0	49.38
Carnide	82.6	73.8	65.52
Lumiar	78.1	50.6	29.30
Santo Condestável	52.2	53.7	33.02
Alcochete	86.6	84.1	79.2
Pinhal Novo	85.5	78.4	78.56
Quinta do Conde	87.8	88.2	87.31

Quadro 5 – Proporção de edifícios com um alojamento

Fonte - INE, Censos 1991, 2001, 2011

Considerando a "**Proporção de edifícios com um alojamento**" identificam-se diferenças consideráveis entre os casos de estudo em 2011 (Quadro 5). As freguesias em estudo localizadas no município de Lisboa apresentam uma maior diversidade no que respeita à proporção de edifícios com um alojamento, reflexo das formas urbanas existentes nas freguesias. Nas freguesias de Benfica (49%), Lumiar (29%) e Santo Condestável (33%) menos de metade dos edificios apresentam apenas um alojamento, enquanto a freguesia de Carnide apresenta 66% de edificios desta tipologia, que reflecte uma menor densidade populacional. Nos casos de estudo do município de Lisboa verifica-se que entre 1991 e 2011 um considerável decréscimo desta tipologia, justificada pela demolição do edificado mais antigo e, simultaneamente, pela construção de novo edificado com um maior número de alojamentos. Destaca-se, neste caso, as freguesias do Lumiar (de 78% para 29%) e Carnide (de 83% para 66%). Já as três freguesias da Margem Sul, apresentam um tecido urbano menos denso já que, em 2011, a grande maioria dos edifícios apenas possuem um alojamento: 79% no Pinhal Novo e em Alcochete e 87% na Quinta do Conde. Nestas freguesias, a proporção deste tipo de edifícios não apresenta grandes alterações entre 1991 e 2001: -7% em Alcochete e Pinhal Novo, enquanto na Quinta do Conde a proporção manteve-se muito semelhante.

COMPONENTE: 1. HABITAÇÃO E AMBIENTE CONSTRUÍDO

SUB-COMPONENTE: 1.1.PARQUE HABITACIONAL

PRESSUPOSTO:

A Habitação é um dos factores-chave para a qualidade de vida das famílias e das áreas urbanas. Assim, importa ter em consideração algumas características do Parque Habitacional que influenciam a Qualidade de Vida dos residentes (ex. a dimensão média dos alojamentos e os gastos mensais dos arrendamentos/despesas de aquisição de alojamento) e da qualidade e dinâmica das áreas urbanas (ex. existência de edifícios de um alojamento, número de alojamentos por edifício, época de construção do edificado, entre outros). A época de construção do conjunto de edifícios de uma determinada área num determinado momento reflecte fortemente a dinâmica de construção existente ao longo do tempo, reflexo também das necessidades e vontades dos indivíduos, dos agentes de gestão do território e dos empreendedores imobiliários, mas também da dinâmica urbanística de nova construção e requalificação da construção existente.

INDICADOR: 1.1.2. ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO DO EDIFICADO POR ESCALÃO

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** Época de Construção do Edifício, Edifício
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (Edifícios construídos durante determinada época/ Total de edifícios) *100 (percentagem)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

1.1.2. ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO DO EDIFICADO POR ESCALÃO

Freguesias	Antes de 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-1995	1996 - 2000	2001-2005	2006-2011	Total
Benfica	1,0	2,8	34,3	29,6	15,8	5,9	2,8	3,5	1,7	2,5	100
Carnide	7,9	2,2	49,3	3,8	6,4	10,1	5,5	8,2	4,7	1,9	100
Lumiar	4,7	2,6	4,6	9,2	22,5	16,9	10,9	8,2	14,3	6,0	100
Santo Condestável	15,3	28,6	23,6	17,9	8,1	1,8	0,6	2,2	1,1	0,9	100
Alcochete	6,2	8,9	14,8	11,4	11,3	8,2	6,0	8,9	15,7	8,6	100
Pinhal Novo	2,4	2,7	8,9	13,4	18,9	21,0	8,3	8,0	10,6	5,9	100
Quinta do Conde	0	0,0	0,1	1,7	16,7	21,5	10,1	20,2	20,8	9,0	100

Quadro 6 – Época de construção do edificado por escalão

Fonte: INE, Censos 2011

A época de construção do edificado em cada freguesia reflecte a sua dinâmica urbana ao longo dos tempos (Quadro 6). Salienta-se que este indicador não é estático ao longo do tempo, ou seja o peso absoluto e relativo de cada época de construção no total do edificado altera-se a cada momento censitário devido a vários factores, nomeadamente a nova construção ou a demolição de edificado. As freguesias localizadas na cidade de Lisboa apresentam dinâmicas diversas. Em 2011, a freguesia de Santo Condestável reflectia a sua dinâmica secular, apresentando 44% de edificado construído até 1945 e apenas 2% de edificado recente construído após 2001. Benfica apresenta mais de 50% do seu edificado construido entre 1946 e 1970 e apenas 4% a partir de 2001. Já a freguesia de Carnide apresenta quase metade do seu edificado construido entre 1946 e 1960 (49%), o que constitui maioritariamente o seu núcleo histórico, e 7% de edificado recente (após 2011). Por outro lado, a freguesia do Lumiar, apesar de apresentar uma pequena proporção de edificado mais antigo, são as últimas décadas que se destacam: 39% do edificado existente foi construido entre 1971 e 1990, 19% construído entre 1991 e 2000 e 20% construído após 2001. Já nas freguesias da Margem Sul surgem diferentes fenómenos. Na freguesia de Alcochete o crescimento da construção tem sido faseado ao longo do século XX, notando-se um recente ímpeto entre 1991 e 2000 (15%) e 2001 e 2011 (24%). A construção na freguesia do Pinhal Novo iniciou-se após 1946, com destaque para as décadas de 1971 a 1990 (40%), não obstante a existência de edificado recente com 16% de edificado construído a partir de 2001. Já na Quinta do Conde, a construção surgiu em massa nitidamente a partir da década de 1970, representando as décadas de 1991 a 2000 (30%) e de 2001 a 2011 (30%) grande parte do edificado construido. A época de construção é relevante para caracterizar as formas urbanas dos bairros ou freguesias, estando associado a outras características do edificado como seja o seu estado de conservação, ou a dinâmica de crescimento ou estagnação da área.

COMPONENTE: 1. HABITAÇÃO E AMBIENTE CONSTRUÍDO

SUB-COMPONENTE: 1.1.PARQUE HABITACIONAL

PRESSUPOSTO:

A densidade populacional, resultado da densidade do edificado e do número de alojamentos por edifício, é um factor fundamental para uma comunidade sustentável, potenciando, por um lado, a eficácia e eficiência de um vasto conjunto de recursos (humanos, infra-estruturais, naturais e financeiros), e por outro, potencia um maior contacto e relacionamento entre a comunidade, por exemplo, através da participação de actividades no bairro e do conhecimento da vizinhança. A diversidade de funções no bairro, através da existência de edificado não exclusivamente residencial, mas também com funções de comércio, serviços e equipamentos relevantes para o quotidiano da comunidade, promovem a utilização dos mesmos nas proximidades da habitação, reforçando o sentimento de comunidade local bem como diminuindo o número de viagens e suas distâncias na procura de bens e serviços.

INDICADOR: 1.1.3. DENSIDADES
1.1.3. 1. DENSIDADE DO EDIFICADO
1.1.3.2. DENSIDADE DOS ALOJAMENTOS

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** Edifício, alojamento, alojamento familiar clássico, edifícios exclusivamente residenciais
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** Densidade do edificado: N.º de Edifícios / Superfície em Km^2
  Densidade de alojamentos: N.º de Alojamentos / Superfície em Km^2
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

1.1.3.1. DENSIDADE DO EDIFICADO

1.1.3.2. DENSIDADE DOS ALOJAMENTOS

Freguesias	Densidade do Edificado		Proporção de edifícios exclusivamente residenciais		Densidade dos alojamentos familiares		Densidade dos alojamentos familiares clássicos	
	2001	**2011**	**2001**	**2011**	**2001**	**2011**	**2001**	**2011**
Benfica	353	354,0	77.8	80,1	2494	2671	2488	2670
Carnide	483	443,2	87.8	89,2	2208	2739	2188	2738
Lumiar	328	290,5	78.3	72,7	2751	3511	2725	3510
Santo Condestável	2479	1661,2	81.7	79,8	9648	9205	9537	9200
Alcochete	20	24,7	92.1	93,5	36	52	36	52
Quinta do Conde	448	593,1	91.5	92,9	634	861	632	860
Pinhal Novo	85	101,8	92.3	94,6	186	229	186	229

Quadro 7 – Densidade do edificado e densidade dos alojamentos

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Quanto à densidade do edificado, notam-se diferentes dinâmicas entre s vários casos de estudo (Quadro 7). Salienta-se também que a densidade do edificado está relacionada não só com o edificado existente mas com a área da freguesia, que em parte poderá estar alocada a outras tipologias, nomeadamente áreas verdes, infra-estruturas de transporte ou outras. A freguesia de Santo Condestável apresenta uma elevada densidade de edificado, apesar da sua redução entre 2001 e 2011 (de 2479 para 1661 edifícios por Km^2), bem como uma elevada densidade de alojamentos familiares (9205 alojamentos por Km^2). As três freguesias periféricas de Lisboa apresentam, em 2011, uma menor densidade de edificado entre os 328 e 483 edifícios por Km^2, bem como de densidade de alojamentos (2671 e 3511 alojamentos por Km^2) (ainda assim superior às freguesias da Margem Sul), quer devido à sua grande extensão de território não urbanizado, mas também devido às novas construções em altura, de um elevado número de alojamentos por edifício. Também nas freguesias em estudo da Margem Sul verificam-se dinâmicas bastante distintas. A freguesia de Alcochete apresenta uma densidade de edifícios e alojamentos muito reduzida mas que aumentaram entre 2001 e 2011 (de 20 para 25 edifícios por Km^2 e de 36 para 52 alojamentos por Km^2) (também devido à sua grande área, grande parte alocada à Reserva Natural do Tejo e a áreas agrícolas). O mesmo fenómeno verifica-se no caso do Pinhal Novo que regista,

entre 2001 e 2011, um aumento da densidade do edificado (de 85 para 102 edifícios por Km^2) e dos alojamentos (de 186 para 229 alojamentos por Km^2). Por fim, a freguesia de Quinta do Conde revela uma elevada densidade do edificado, a par dos casos de Lisboa (que evoluiu, entre 2001 e 2011, de 448 para 593 edifícios por Km^2), mas a densidade de alojamentos não se compara aos casos lisboetas (de 632 para 860 alojamentos por Km^2 de 2001 para 2011), devido às tipologias de edificado existente, com preponderância para o edificado unifamiliar.

A densidade dos alojamentos familiares clássicos (Quadro 7) é muito aproximada da densidade de alojamentos familiares, muito devido à existência de uma reduzida proporção de alojamentos não clássicos.

A proporção de edifícios exclusivamente residenciais (Quadro 7) contraria os pressupostos das Comunidades Sustentáveis que promovem um uso misto do solo, que poderia ser potenciada pela existência de diversas funções no mesmo edifício, nomeadamente habitação, serviços e comércio. Tanto em 2001 como em 2011, é possível observar que os casos de estudo localizados em Lisboa apresentam proporções de edifícios exclusivamente residenciais inferiores do que nos casos de estudo da Margem Sul, promovendo assim a existência de uma maior proporção de edificado com diversas funções. Considerando os casos localizados no município de Lisboa em 2011, a proporção de edifícios exclusivamente residenciais situa-se entre os 73% no Lumiar e os 89% em Carnide. Entre 2001 e 2011, dois dos casos registam aumentos ligeiros desta proporção, nomeadamente Benfica (de 78% para 80%) e Carnide (88% para 89%), enquanto as outras duas freguesias em estudo registam um decréscimo na proporção, como Lumiar (de 78% para 73%) e Santo Condestável (82% para 80%). Nos casos de estudo localizados na Margem Sul, os valores situam-se em 2011 entre os 93% na Quinta do Conde e os 95% no Pinhal Novo. Os três casos registam aumentos nesta proporção entre 2001 e 2011: de 92% para 94% em Alcochete, 92% para 93% na Quinta do Conde e 92% para 95% no Pinhal Novo.

COMPONENTE: 1. HABITAÇÃO E AMBIENTE CONSTRUÍDO

SUB-COMPONENTE: 1.1.PARQUE HABITACIONAL

PRESSUPOSTO:

A volumetria do edificado é um dos indicadores que melhor reflecte a composição do mesmo numa determinada área. Este indicador influencia fortemente a densidade do edificado e dos alojamentos, e consequentemente a densidade populacional. Sublinha-se que dentro dos limites administrativos de uma freguesia, ou mesmo num bairro, é possível encontrar conjuntos urbanísticos diferenciados, especialmente quanto à volumetria do edificado, desde áreas de vivendas, a núcleos históricos com um edificado de reduzido número de andares e alojamentos, até áreas de grandes empreendimentos constituídos por prédios de vários andares e alojamentos.

INDICADOR: 1.1.4. ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS POR EDIFÍCIO

APLICAÇÃO

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial - INE, Censos 1991 e 2001
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** Edifício, Alojamento
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

1.1.4. ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS POR EDIFÍCIO

Freguesias	Alojamentos por edificio							Total	Média
	1 Aloj.	2 Aloj.	3 Aloj.	4 Aloj.	5 Aloj.	6 Aloj.	7 ou + Aloj.		
Benfica	49,4	0,8	0,6	1,1	0,5	2,2	45,4	100	7.6
Carnide	65,5	1,9	0,8	0,9	0,2	1,4	29,4	100	6.2
Lumiar	29,3	2,5	1,9	1,6	0,7	2,4	61,5	100	12.1
Santo Condestável	33,0	6,1	6,6	9,2	4,1	8,3	32,7	100	5.6
Alcochete	79,2	4,1	1,5	1,4	0,2	3,3	10,3	100	2.1
Pinhal Novo	78,6	2,9	0,9	1,6	0,8	4,4	10,8	100	2.3
Quinta do Conde	87,3	6,8	1,0	0,3	0,2	0,8	3,6	100	1.5

Quadro 8 – Alojamentos familiares clássicos por edifício, 2011

Fonte – INE, Censos 2011

O número médio de alojamentos por edifício reflecte as tipologias urbanísticas mais presentes nos casos de estudo (Quadro 8). Neste sentido, destaca-se a freguesia do Lumiar com uma média de 12 alojamentos por edifício em 2011. Sublinha-se também a diferença de valores estre os casos de estudo localizados no município de Lisboa (entre 6 a 12 alojamentos por edifício) e os valores dos casos localizados na margem sul (todos apresentam uma média de 2 alojamentos por edifício). Reflexo dos valores médios apresentados, as freguesias da Margem Sul apresentam uma elevada percentagem de edifícios apenas com um alojamento (79% em Alcochete e Pinhal Novo e 87% na Quinta do Conde), contrapondo com menores proporções desta tipologia nos casos de Lisboa, entre os 29% no Lumiar e os 49% em Benfica (Quadro 8). Os casos em estudo da Margem Sul apresentam também um proporção relevante de edifícios com 2 alojamentos, nomeadamente em Alcochete (4%) e Quinta do Conde (7%). Por outro lado, destaca-se, embora em proporções distintas, a relevância do edificado com 7 ou mais alojamentos em 2011. Assim, se nos casos de estudo da Margem Sul esta proporção situa-se entre os 4% na Quinta do Conde, 10% em Alcochete e 11% no Pinhal Novo, já nos casos de Lisboa os valores são bastante superiores, entre os 29% em Carnide, 33% em Santo Condestável, 45% em Benfica e 62% no Lumiar. No contexto dos casos da Margem Norte, destaca-se a freguesia de Santo Condestável que apresenta uma distribuição do número de edifícios consoante o número de alojamentos mais homogénea que todos os outros casos, justificado pela existência de proporções relevantes de edifícios com 2 alojamentos (6%), 3 alojamentos (7%), 4 alojamentos (9%), 5 alojamentos (4%) e 6 alojamentos (8%).

COMPONENTE: 1. HABITAÇÃO E AMBIENTE CONSTRUÍDO

SUB-COMPONENTE: 1.1.PARQUE HABITACIONAL

PRESSUPOSTO:

Para uma comunidade mais sustentável é da maior relevância que todas as famílias possam ter as condições mínimas de residência em alojamentos clássicos. Assim, a existência de alojamentos familiares não clássicos, onde se incluem a barraca, o alojamento móvel, a casa rudimentar de madeira e o alojamento improvisado, no seio de comunidades urbanas, devem ser identificadas para uma actuação ao nível da habitação, de forma a diagnosticar as necessidades infra-estruturais e sociais da comunidade e, especialmente, das famílias residentes neste tipo de alojamentos.

INDICADOR: 1.1.5. ALOJAMENTOS NÃO CLÁSSICOS (EX. BARRACAS, ROULOTTES, ETC.)

1.1.5.1. PROPORÇÃO DE ALOJAMENTOS NÃO CLÁSSICOS

1.1.5.2. PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO RESIDENTE EM ALOJAMENTOS FAMILIARES NÃO CLÁSSICOS

APLICAÇÃO

- *FONTE DE INFORMAÇÃO:* Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- *ESCALA TERRITORIAL:* Freguesia
- *CONCEITOS:* Alojamento Não Clássico
- *METODOLOGIA:* Análise estatística
- *CÁLCULO:* (Alojamento não clássico/ Total de alojamentos) *100 (percentagem)
- *APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:* Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

1.1.5.1. PROPORÇÃO DE ALOJAMENTOS NÃO CLÁSSICOS

1.1.5.2. PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO RESIDENTE EM ALOJAMENTOS FAMILIARES NÃO CLÁSSICOS

Freguesias	Alojamentos não clássicos (%)		População residente em aloj. fam. não clássicos (%)	
	2001	2011	2001	2011
Benfica	0.3	0.03	0.3	0.05
Carnide	0.9	0.03	1.0	0.03
Lumiar	1.0	0.02	1.5	0.03
Santo Condestável	1.2	0.05	1.6	0.08
Alcochete	0.4	0.03	0.4	0.03
Pinhal Novo	0.3	0.08	0.2	0.08
Quinta do Conde	0.3	0.1	0.4	0.09

Quadro 9 – Proporção de alojamentos não clássicos e Proporção de população residente em alojamentos familiares não clássicos

Fonte - INE, Censos 2001 e 2011

No contexto da existência de alojamentos não clássicos, importa identificar qual a proporção de alojamentos não clássicos por freguesia e a proporção de população residente em alojamentos familiares não clássicos (Quadro 9). Considerando a proporção de alojamentos não clássicos, se em 2001 a sua proporção já era bastante reduzida, em 2011 essa proporção tornou-se quase nula em todos os casos de estudo. Assim, em 2011, a proporção de alojamentos não clássicos dos casos de estudo situam-se entre os 2 alojamentos não clássicos por cada 10.000 alojamentos (Lumiar) e os 10 alojamentos não clássicos por 10.000 alojamentos (Quinta do Conde). Também a proporção de população residente em alojamentos familiares não clássicos registou um decréscimo entre 2001 e 2011, espeiclamente no Lumiar e Santo Condestável. Em 2011, considerando os casos de estudo, a população residente em alojamentos familiares não clássicos situa-se entre os 3 por cada 10.000 individuos (Carnide, Lumiar e Alcochete) e os 9 por cada 10.000 individuos (Quinta do Conde).

COMPONENTE: 1. HABITAÇÃO E AMBIENTE CONSTRUÍDO

SUB-COMPONENTE: 1.1.PARQUE HABITACIONAL

PRESSUPOSTO:

As condições dos alojamentos e o seu estado de conservação são de grande relevância para o bem-estar das famílias e das comunidades. A degradação dos edifícios é algo a ter em conta num bairro que se pretende sustentável. Além de não atrair potenciais novos residentes, não promove o bem-estar e qualidade de vida dos residentes actuais, devido aos riscos de ruina ou existência de pragas. A análise das condições do edificado muito degradado e/ou com necessidade de reparação são assim de grande relevância. As soluções para eta questão são complexas já que carecem do envolvimento de vários agentes (proprietários, residentes, comerciantes, juntas de freguesia e câmaras municipais, empresários, etc.).

INDICADOR: **1.1.6. ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA HABITAÇÃO**
1.1.6.1. PROPORÇÃO DE EDIFÍCIOS MUITO DEGRADADOS
1.1.6.2. PROPORÇÃO DE EDIFÍCIOS COM NECESSIDADE DE REPARAÇÃO

APLICAÇÃO

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** Edifício muito degradado, Edifício a necessitar de reparação (Edifícios com necessidade de reparação/ Total de edifícios) *100 (percentagem)
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (Edifícios muito degradados/ Total de edifícios) *100 (percentagem)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

1.1.6.1. PROPORÇÃO DE EDIFÍCIOS MUITO DEGRADADOS

1.1.6.2. PROPORÇÃO DE EDIFÍCIOS COM NECESSIDADE DE REPARAÇÃO

Freguesias	Edifícios muito degradados (%)		Edifícios com necessidade de reparação (%)	
	2001	2011	2001	2011
Benfica	1.2	0.4	37.2	51.2
Carnide	2.2	5.9	78.0	70.4
Lumiar	4.4	1.0	38.9	22.8
Santo Condestável	9.4	2.1	75.8	45.9
Alcochete	3.1	1.9	34.6	35.6
Pinhal Novo	1.7	0.9	39.5	32.8
Quinta do Conde	0.2	0.3	17.6	14.4

Quadro 10 – Proporção de edifícios muito degradados e Proporção de edifícios com necessidade de reparação

Fonte - INE, Censos 2001 e 2011

Considerando as condições do edificado (Quadro 10), é possivel observar um considerável decréscimo da proporção de edifícios muito degradados entre 2001 e 2011 na maioria dos casos de estudo, com destaque para o caso de Santo Condestável (de 9% para 2%) e Lumiar (4% para 1%). Dos vários casos de estudo, apenas a freguesia de Carnide regista um aumento desta proporção (de 2% para 6%). Pelo contrário, a freguesia de Quinta do Conde apresenta valores residuais, muito devido ao início do processo de urbanização relativamente recente. Quanto aos edifícios com necessidades de reparação, destacam-se novamente as freguesias de Carnide (70%), Benfica (51%) e Santo Condestável (46%) com valores bastante elevados, em oposição ao caso da freguesia de Quinta do Conde (14%). Analisando a evolução entre 2001 e 2011, em alguns casos de estudo registou-se um decréscimo quanto a este indicador, nomeadamente em Carnide, Lumiar, Santo Condestável, Pinhal Novo e Quinta do Conde, enquanto nas freguesias de Benfica e Alcochete, esta proporção aumentou. Assim, observa-se que são as freguesias que detém núcleos históricos e um perfil de edificado mais antigo que apresentam maior degradação do edificado e necessidade de reparação.

COMPONENTE: 1. HABITAÇÃO E AMBIENTE CONSTRUÍDO

SUB-COMPONENTE: 1.1.PARQUE HABITACIONAL

PRESSUPOSTO:

A existência de laços entre a comunidade tem uma forte relação com o tempo de residência das famílias num mesmo local (podendo verificar-se, contudo, alteração de residência dentro do mesmo bairro). Por motivos vários, entre eles, as condições do edificado, a proximidade à família ou ao emprego, entre outros, verifica-se uma contínua mudança da dinâmica residencial das famílias. A taxa de atracção de residentes das freguesias em relação a residentes em outros concelhos permite revelar estas dinâmicas.

INDICADOR: 1.1.7. TAXA DE ATRACÇÃO TOTAL (ESCALA DA FREGUESIA)

APLICAÇÃO

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** Taxa de atracção
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (População residente que 5 anos antes residia fora do município/ População residente) * 100
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

1.1.7. TAXA DE ATRACÇÃO TOTAL (ESCALA DA FREGUESIA)

Freguesias	1991	2001	2011
Benfica	6.7	9.5	10.39
Carnide	6.5	9.7	8.80
Lumiar	9.6	14.0	10.99
Santo Condestável	4.3	8.3	9.59
Alcochete	7.3	19.2	17.31
Pinhal Novo	15.8	16.0	12.35
Quinta do Conde	29.7	40.3	20.87

Quadro 11 – Proporção de população residente que 5 anos antes residia fora do município

Fonte – INE, 1991, 2001 e 2011

Considerando os casos de estudo, a Taxa de atracção total tem variando ao longo das últimas décadas (Quadro 11). Nas freguesias em análise localizadas no município de Lisboa, verifica-se um aumento da taxa de atracção total entre 1991 e 2011, com excepção das freguesias do Lumiar e Carnide que no momento censitário de 2001 registaram uma taxa de atracção superior à de 2011. Assim, em 2011, a taxa de atracção total nos casos localizados no municipio de Lisboa situam-se entre os 9% em Carnide e Santo Condestável e os 11% no Lumiar. Já nas freguesias da Margem Sul em estudo, os valores são muito distintos dos casos anteriores. A freguesia de Alcochete mais que duplicou a sua taxa de atracção de novos residentes provindos de outros municípios em duas décadas (1991 - 2011), sendo que em 2011 cerca de 17% dos residentes mudaram-se para a freguesia nos cinco anos anteriores. A freguesia do Pinhal Novo manteve a sua dinâmica entre 1991 e 2001, atraindo 16% de novos residentes nos 5 anos antes de cada momento censitário, mas regista um decréscimo na taxa de atracção totoal em 2011. Assim, no momento censitário de 2011 contabilizava-se 12% de população de recente atracção. Por fim, a freguesia da Quinta do Conde, que apresentava já em 1991 uma forte atractividade residencial (29% dos residentes estavam nesta freguesia há menos de 5 anos), aumentou ainda mais este valor em 2001 (para 40%), registando um decréscimo considerável deste indicador em 2011 (21%). Assim, regista-se uma tendência comum nos casos da margem sul: o momento censitário de 2001 foi aquele em que todos apresentaram uma maior taxa de atracção total, decrescendo em 2011, embora em 2011 a taxa de atracção total dos casos de estudo da margem sul sejam consideravelmente superiores à taxa de atracção registada nos casos de estudo do município de Lisboa.

COMPONENTE: 1. HABITAÇÃO E AMBIENTE CONSTRUÍDO

SUB-COMPONENTE: 1.1.PARQUE HABITACIONAL

PRESSUPOSTO:

A existência de laços entre a comunidade tem uma forte relação com o tempo de residência das famílias num mesmo local (podendo verificar-se, contudo, alteração de residência dentro do mesmo bairro). Por motivos vários, entre eles, as condições do edificado, a proximidade à família ou ao emprego, entre outros, verifica-se uma contínua mudança da dinâmica residencial das famílias. A taxa de atracção de residentes das freguesias em relação a residentes em outros concelhos permite revelar estas dinâmicas.

INDICADOR: 1.1.8. MOBILIDADE RESIDENCIAL (ESCALA DO MUNICÍPIO)

1.1.8.1. TAXA DE ATRACÇÃO TOTAL

1.1.8.2. TAXA DE REPULSÃO INTERNA

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Município
- ***CONCEITOS:*** [1]Taxa de atracção total, [2]Taxa de repulsão interna
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:***

[1] (População residente que 5 anos antes residia noutra unidade territorial ou noutro país/ População residente na unidade territorial)*100

[2] (População residente que 5 anos antes residia na unidade territorial e já não reside/ População residente na unidade territorial)*100

- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

1.1.8. MOBILIDADE RESIDENCIAL (ESCALA DO MUNICÍPIO)

1.1.8.1. TAXA DE ATRACÇÃO TOTAL

1.1.8.2. TAXA DE REPULSÃO INTERNA

Municípios	Taxa de atracção total (%)		Taxa de repulsão interna (%)	
	2001	2011	2001	2011
Lisboa	9.4	11.22	15.2	12.76
Alcochete	19.2	18.03	4.9	9.03
Palmela	15	12.95	6.4	6.96
Sesimbra	22.9	14.82	4.1	8.83

Quadro 12 – Taxa de atracção total e taxa de repulsão interna

Fonte – INE, Censos 2001 e 2011

A taxa de atracção total e a taxa de repulsão interna é um dos indicadores que reflecte a dinâmica residencial de uma área, neste caso de um município (Quadro 12). Quanto à taxa de atracção total, ou seja, a percentagem de população que reside à menos de 5 anos numa determinada área em relação à população residente total, observa-se que enquanto em 2001 havia uma considerável discrepância entre a taxa de atracção total de Lisboa (9%) e dos csos de estudo da margem sul, nomeadamente Palmela (15), Alcochete (19) e Sesimbra (23), em 2011 a taxa de atracção total de Lisboa aumentou para 11%, enquanto nos outros três casos diminuiram, embora estejam todos acima dos 10%: Palmela (13%), Sesimbra (15%) e Alcochete (18%). No que respeita à Taxa de repulsão interna, o padrão revela-se o inverso do verificado na Taxa de atracção. Em 2001, era o município de Lisboa (15%) que verificava uma taxa consideravelmente superior aos dos três casos da margem sul: 4% em Sesimbra, 5% em Alcochete e 6% em Palmela. Já em 2011, enquanto a taxa de repulsão interna do municipio de Lisboa diminuiu (13%), nos municipios da margem sul aumentou: 7% em Palmela e 9% em Alcochete e Sesimbra.

COMPONENTE: 1. HABITAÇÃO E AMBIENTE CONSTRUÍDO

SUB-COMPONENTE: 1.1.PARQUE HABITACIONAL

PRESSUPOSTO:

A habitação é um dos factores-chave para a qualidade de vida das famílias e das áreas urbanas, já que as tipologias de habitação de uma determinada área reflectem, em parte, a sua tipologia urbana. Assim, importa ter em consideração algumas características do parque habitacional que influenciam a qualidade de vida dos residentes. O preço da habitação é um aspecto bastante influente quando se trata de adquirir ou arrendar uma habitação, influenciado maioritariamente pela localização da habitação (p.ex. em centros urbanos, subúrbios ou áreas rurais) e pela tipologia da habitação (apartamentos ou moradias).

INDICADOR: 1.1.9. PREÇOS MÉDIOS DO M² DA HABITAÇÃO (TOTAL, APARTAMENTO, MORADIAS)

APLICAÇÃO

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Município e zonas (dados limitados)
- ***CONCEITOS:*** Preço médio do metro quadrado da habitação
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** N.A.
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

1.1.9. PREÇOS MÉDIOS DO M2 DA HABITAÇÃO (TOTAL, APARTAMENTO, MORADIAS)

Municipios e Zonas	Média (euros por m²)			1º Quartil – 4º Quartil (euros por m²)		
	Total	**Apartamentos**	**Moradias**	**Total**	**Apartamentos**	**Moradias**
Lisboa	1636.13	2248.58	1515.89	1128.0-2253.9	1139.6-2248.6	758.9-2397.3
Campo de Ourique*1	1710.88	…	…	1147.2-2374.3	…	…
Telheiras*2	1680.95	…	…	1232.0-2214.7	…	…
Benfica*3	1641.05	…	…	1202.1-2224.9	…	…
Sesimbra	1216.84	1631.52	1327.60	841.9-1752.6	858.8-1631.5	787.5-1995.4
Alcochete	1158.31	1167.33	…	862.6-1502.4	902.5-1493.7	…
Palmela	1072.42	1037.50	1266.95	768.2-1516.4	763.2-1371.7	818.0-2015.1

Quadro 13 – Preços médios do m2 da habitação. Adaptado de Valores Unitários de Avaliação Bancária de Habitação, Apartamentos e Moradias - 1º trimestre de 2001 (milhares de escudos / m2) (convertido para euros). * Valores unitários de Avaliação Bancária de Habitação – Grupos de Freguesias dos Concelhos de Lisboa - 1º trimestre de 2001 (milhares de escudos / m2) (convertido para euros). *1 Lapa-Amoreiras-Campo de Ourique, *2 Zona Norte, *3 Campolide – Benfica.

Fonte – INE, 2001 (Dados indisponíveis para 2011)

O preço do metro quadrado da habitação tem também uma grande influência no momento da decisão da localização da mesma por parte das famílias, optando entre o elevado preço da centralidade, da melhor localização relativamente ao local de trabalho, serviços e equipamentos necessários do quotidiano ou a aposta numa localização menos central, poupando nos gastos com a habitação, cobrindo outro tipo de gastos, por exemplo associado aos transportes e mobilidade. Ainda relativamente a este tópico, a tipologia da habitação influencia, em parte, o seu custo, também associado à sua função: residência habitual ou segunda residência. Assim, é possível observar que a centralidade de Lisboa reflecte-se em muito no custo do metro quadrado da habitação, valores relativamente mais reduzidos nos concelhos da AML Sul (Quadro 13). Em média, são os apartamentos que apresentam valores de custo mais elevados, com excepção do município de Palmela, onde as moradias são, em média, mais valorizadas que os apartamentos. Ainda assim, são as moradias que apresentam uma maior discrepância entre os custos do 1º quartil (mais barato) e o 4º quartil (mais caro) de apartamentos e moradias.

COMPONENTE: 1. HABITAÇÃO E AMBIENTE CONSTRUÍDO

SUB-COMPONENTE: 1.1.PARQUE HABITACIONAL

PRESSUPOSTO:

O custo com a habitação é um encargo relevante no orçamento das famílias. O sistema actual tanto de arrendamento como de aquisição de habitação tem verificado algumas actualizações. O sistema de arrendamento sofreu recentemente actualizações das denominadas "rendas antigas", que devido ao seu reduzido valor, eram justificação das dificuldades na execução de melhorias na habitação pelos proprietários. Já a aquisição de habitação tem sido dificultada pelo ambiente de crise económica, havendo uma menor taxa de aprovação dos empréstimos aos agregados, provocando, em simultâneo, a existência de um grande lote de novas habitações vagas, factores que dificultam a criação e/ou reforço de uma comunidade.

INDICADOR: **1.1.10. GASTOS COM A HABITAÇÃO ARRENDADA OU ADQUIRIDA**

1.1.10.1. RENDA MÉDIA DE ALOJAMENTOS CLÁSSICOS DE RESIDÊNCIA HABITUAL ARRENDADOS E SUBARRENDADOS (EUROS)

1.1.10.2. ENCARGO MÉDIO DEVIDO À AQUISIÇÃO DOS ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS DE RESIDÊNCIA ACTUAL (EUROS)

APLICAÇÃO

- *FONTE DE INFORMAÇÃO:* Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- *ESCALA TERRITORIAL:* Freguesia
- *CONCEITOS:* Renda média de alojamentos clássicos de residência habitual arrendados e sub-arrendados (euros), Encargo médio devido à aquisição dos alojamentos familiares clássicos de residência actual (euros)
- *METODOLOGIA:* Análise estatística
- *CÁLCULO:* (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- *APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:* Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

1.1.10.1. RENDA MÉDIA DE ALOJAMENTOS CLÁSSICOS DE RESIDÊNCIA HABITUAL ARRENDADOS E SUBARRENDADOS (€)

1.1.10.2. ENCARGO MÉDIO DEVIDO À AQUISIÇÃO DOS ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS DE RESIDÊNCIA ACTUAL (€)

Freguesias	Renda média de alojamentos clássicos de residência habitual arrendados e subarrendados (€)		Encargo médio devido à aquisição dos alojamentos familiares clássicos de residência actual (€)	
	2001	2011	2001	2011
Benfica	118	256.09	301	431.98
Carnide	64	189.85	359	496.22
Lumiar	150	291.95	418	491.65
Santo Condestável	129	270.79	325	486.10
Alcochete	73	259.6	355	453.79
Pinhal Novo	142	314.99	299	392.78
Quinta do Conde	254	385.33	410	453.06

Quadro 14 – Renda média de alojamentos clássicos de residência habitual arrendados e subarrendados (€) e Encargo médio devido à aquisição dos alojamentos familiares clássicos de residência actual (€)

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

O encargo mensal para a habitação é um aspecto fundamental na economia familiar (Quadro 14). Desde o dilema dos proprietários e das rendas "antigas", dificultando assim a manutenção do edificado, até à dinâmica de compra de habitação verificada em Portugal, em que a localização da habitação também influencia o seu preço, são vários os factores de influência destes dois indicadores. Assim, no que respeita à renda média de alojamentos clássicos de residência habitual arrendados e subarrendados, entre 2001 e 2011 registou-se um considerável aumento dos valores médios nas várias freguesias. Se em 2001 os valores para os casos de estudo situavam-se entre os 64 euros em Carnide e os 254 euros na Quinta do Conde, já em 2011 os valores situam-se entre os 190 euros em Carnide e os 385 euros na Quinta do Conde. No que trata ao encargo médio devido à aquisição dos alojamentos familiares clássicos de residência actual, embora se verifique também um aumento entre 2001 e 2011 em todos os csos de estudo, considerando os valores de 2011 não se verifica uma discrepância considerável entre os vários casos de estudo, situando-se os os valores entre os 393 euros no Pinhal Novo e os 496 euros em Carnide.

COMPONENTE: 1. HABITAÇÃO E AMBIENTE CONSTRUÍDO

SUB-COMPONENTE: 1.1.PARQUE HABITACIONAL

PRESSUPOSTO:

A satisfação com a habitação reflecte a avaliação de um conjunto de aspectos, como sejam as características da habitação em si – área, número de assoalhadas, condições de conservação, existência de garagem e/ou arrecadação, entre outros, mas também de aspectos de outra natureza, como a localização geográfica, por exemplo, nas proximidades do trabalho/escola, de bens e serviços, de redes de transportes; e também pelo ambiente social onde se insere, por exemplo no que respeita à localização ou proximidade de um bairro histórico, bairro social, condomínio, entre outros. Assim, associado a esta avaliação devem ser relacionados outros indicadores como a dimensão da habitação, o rendimento mensal do agregado, a tipologia de família, entre outros.

INDICADOR: 1.1.11. SATISFAÇÃO COM A HABITAÇÃO

APLICAÇÃO

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:***
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

1.1.11. SATISFAÇÃO COM A HABITAÇÃO

Freguesia	Muito Satisfeito	Bastante Satisfeito	Satisfeito	Pouco Satisfeito	Nada satisfeito	Total (%)
Pinhal Novo	35.4	32.3	26.3	3.0	0.0	100

Quadro 15 – Satisfação com a habitação

Fonte: Inquérito Pinhal Novo [4], 2011

A satisfação com a habitação encontra-se relacionada com vários aspectos percepcionados pelo indivíduo, relacionados com as características da própria habitação (ex. necessidade de obras, falta de espaço, falta de condições de saneamento, água ou electricidade, custo mensal da habitação no contexto do rendimento mensal do agregado, etc.), outros relativos à localização da habitação especialmente no contexto das deslocações quotidianas e da procura de bens e serviços, mas também com o contexto social em que se insere (ex. bairros sociais, condomínios fechados, etc.). Apenas no caso de estudo do Pinhal Novo foi inquirida a satisfação com a sua habitação actual (Quadro 15). No cômputo geral, a insatisfação é bastante reduzida (3%) e a grande maioria dos inquiridos afirma-se "muito" ou "bastante" satisfeito (68%). Ao nível de satisfação relativamente à habitação actual acresce-se a análise dos principais motivos da escolha da actual habitação, neste caso: "procura de uma casa maior/melhor" (56%), "razões conjugais, onde se inclui casamento ou divórcio" (31%), "procura de uma casa mais barata" (18%) e "proximidade ao emprego" (30%).

COMPONENTE: 1. HABITAÇÃO E AMBIENTE CONSTRUÍDO

SUB-COMPONENTE: 1.1.PARQUE HABITACIONAL

PRESSUPOSTO:

Para além dos indicadores que caracterizam o edificado e qualificam o seu estado de conservação, a percepção do estado do edificado por parte dos residentes é também um aspecto fundamental. Esta questão está em parte relacionada com a satisfação que os mesmos apresentam pelo bairro onde residem e pela sua qualidade de vida na generalidade. A percepção dos residentes pode também despoletar a vontade de melhorar as condições do seu bairro, promovendo para tal acções de divulgação juntos dos órgãos competentes e da comunidade em geral.

INDICADOR: 1.1.12. PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES SOBRE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO NO BAIRRO

APLICAÇÃO

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:***
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

1.1.12. PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES SOBRE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO NO BAIRRO

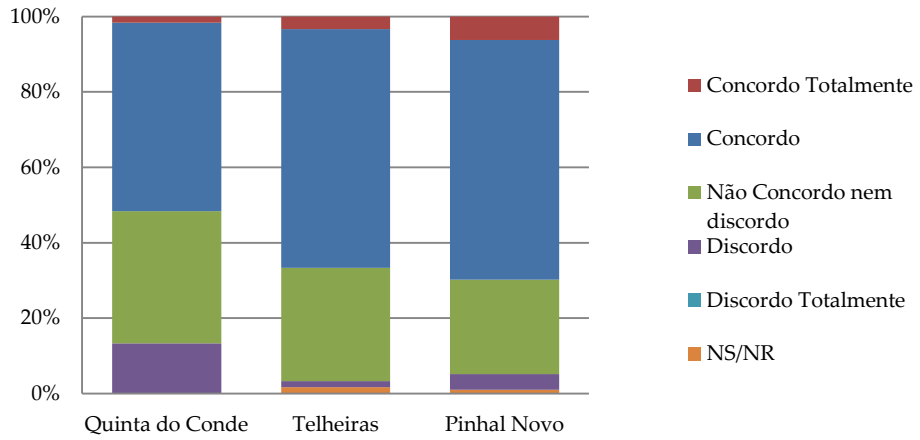


Figura 2 - Grau de concordância com a afirmação: "O edificado apresenta um bom estado de conservação."

Fonte: Inquérito Telheiras e Quinta do Conde [2], 2009; Inquérito Pinhal Novo [4], 2011

Considerando três casos de estudo – Quinta do Conde, Telheiras e Pinhal Novo – a avaliação sobre o estado de conservação do edificado no bairro de residência, realizada através de inquérito à população, as opiniões não se revelam muito divergentes entre os casos, embora o contexto e perfil urbanístico variem entre cada caso (Figura 2). Nos três casos, a maioria dos inquiridos assume que o seu bairro está numa zona de edifícios bem conservados: 52% na Quinta do Conde e 69% tanto em Telheiras como no Pinhal Novo. Salienta-se, no caso da Quinta do Conde, uma percentagem razoável de inquiridos que, por outro lado, discordam com a afirmação apresentada (13%). Novamente, nos três casos de estudo surge uma percentagem relevante de indivíduos que "não concordam nem discordam": 25% no Pinhal Novo, 30% em Telheiras e 35% na Quinta do Conde.

COMPONENTE: 1. HABITAÇÃO E AMBIENTE CONSTRUÍDO

SUB-COMPONENTE: 1.1.PARQUE HABITACIONAL

PRESSUPOSTO:

A existência de mobiliário urbano e a sua boa conservação nos bairros potencia uma melhor e maior utilização do espaço público, especialmente para as actividades de lazer e recreação dos indivíduos e das famílias. É também devido à existência e condições do mobiliário urbano (ex. bancos, mesas, áreas de sombra, iluminação, fontes, bancas de jornal ou floristas, quiosques, entre outros) que se potencia a existência de um maior relacionamento informal entre elementos da mesma comunidade, de relacionamento entre residentes e comerciantes, desenvolvendo também um maior sentimento de segurança no espaço público.

INDICADOR: 1.1.13. PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES SOBRE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO NO BAIRRO

APLICAÇÃO

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:***
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

1.1.13. PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES SOBRE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO NO BAIRRO

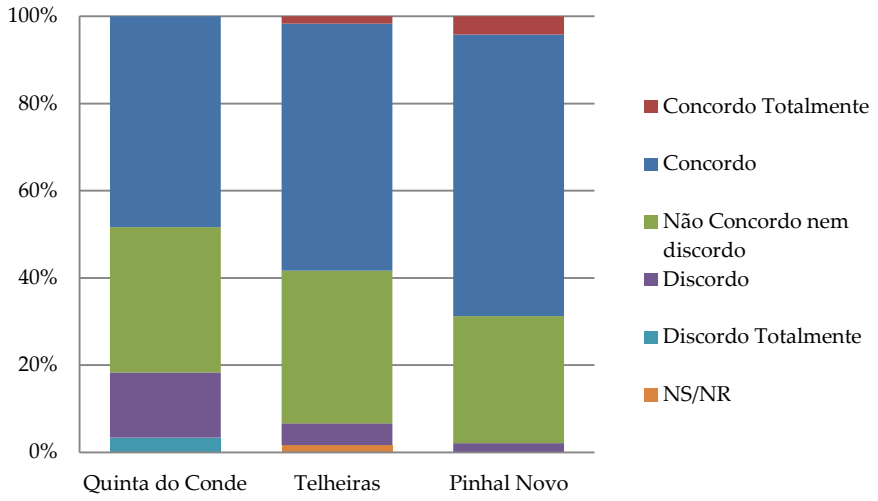


Figura 3 - Grau de concordância com a afirmação: "O mobiliário urbano existente no bairro apresenta-se em bom estado de conservação."

Fonte: Inquérito Telheiras e Quinta do Conde [2], 2009; Inquérito Pinhal Novo [4], 2011

Considerando três casos de estudo - Quinta do Conde, Telheiras e Pinhal Novo, as opiniões dos residentes divergem ligeiramente quanto ao estado de conservação do mobiliário urbano existente no bairro (Figura 3). Enquanto na Quinta do Conde 48% dos inquiridos concordam que o seu bairro possui mobiliário urbano em número e variedade suficiente e em bom estado de conservação, em Telheiras a proporção aumenta para 58% e no Pinhal Novo para 69%. Por outro lado, no caso da Quinta do Conde foi onde mais residentes discordaram (18%). Ainda assim, neste contexto, cerca de um terço dos inquiridos em cada caso de estudo assumiu "não concordar nem discordar" da afirmação proposta.

COMPONENTE: 1. HABITAÇÃO E AMBIENTE CONSTRUÍDO

SUB-COMPONENTE: 1.2. ESPAÇOS VERDES URBANOS

PRESSUPOSTO:

Os espaços verdes são elementos de grande pertinência para um ambiente urbano mais saudável e atractivo, não só pela função de embelezamento, mas também como espaço de lazer e passeio para as famílias, pela sua utilidade na minimização de diversos tipos de poluição (ex. sonora, atmosférica, etc.) e manutenção de uma menor amplitude térmica, facilitadora de uma maior frequência na utilização de espaços públicos abertos, especialmente de lazer e recreio, como sejam as áreas relvadas, jardins, praças, entre outros.

INDICADOR: 1.2.1. ÁREA DE "ZONAS VERDES URBANAS"

APLICAÇÃO

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Corine Land Cover, 2000 e 2006
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Zonas Verdes Urbanas
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística e cartográfica
- ***CÁLCULO:*** (Área de Espaços Verdes Urbanos/ Área Total) *100 (percentagem)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

1.2.1. ÁREA DE "ZONAS VERDES URBANAS"

Com base na Nomenclatura Comentada do Corine Land Cover 2006, o espaço definido como "Zonas Verdes Urbanas" é caracterizado por se constituírem por "Zonas com vegetação dentro do tecido urbano. Inclui parques, cemitérios com vegetação e jardins privados."

A classe "Zonas Verdes Urbanas" inclui:

- Parques, relvados, zonas com canteiros de flores, jardins ornamentais;
- Jardins botânicos e zoológicos inclusos ou adjacentes a zonas de tecido urbano;
- Praças urbanas, Espaços no interior de quarteirões urbanos;
- Cemitérios com vegetação inclusos em aglomerados urbanos;
- Zonas com vegetação que possam ser usadas para fins recreativos, mesmo que tal não seja a sua utilização principal, tal como bosques em tecido urbano.

Esta classe exclui:

- Jardins urbanos, a classificar como sistemas culturais e parcelares complexos;
- Cemitérios com vegetação situados fora de tecido urbano, a classificar como equipamentos de desporto ou lazer , Cemitérios sem vegetação inclusos em tecido urbano, a classificar como tecido urbano.

Freguesias	Zona Verde Urbana				
	Km²		%		
	2000	2006	Taxa de variação 2000-2006	2000	2006
Benfica	4.7	4.3	-8.5	59.0	54.0
Carnide	0	0	0	0	0
Lumiar	0.3	0.3	0	4.4	4.4
Santo Condestável	0	0	0	0	0
Alcochete	0	0	0	0	0
Pinhal Novo	0	0	0	0	0
Quinta do Conde	0	0	0	0	0

Quadro 16 – Área de "Zonas Verdes Urbanas"

Fonte – EEA, Corine Land Cover, 2000 e 2006

Apenas duas das quatro freguesias em análise no municipio de Lisboa apresentam área considerada "Espaço Verde Urbano" – Benfica e Lumiar, embora de dimensões diferenciadas (Quadro 16). Em 2006, a freguesia de Benfica apresentava 54% da sua área destinada a "Espaços Verdes Urbanos", enquanto a freguesia do Lumiar detinha 4,4% da sua área para esta tipologia. Contudo, se na freguesia do Lumiar a área de Espaço Verde Urbano se manteve de 2000 para 2006, já em Benfica verificou-se uma redução da área em cerca de 9%.

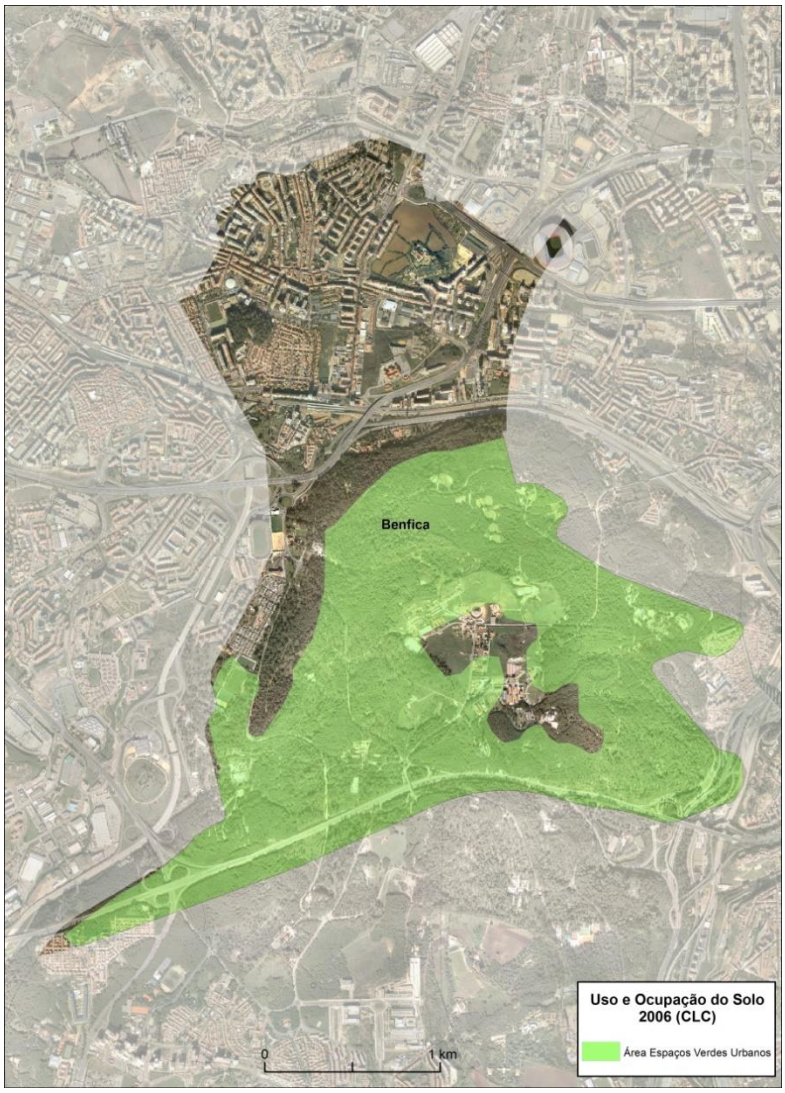


Figura 4 - Área de "Zonas Verdes Urbanas". Caso de Benfica

Fonte – EEA, Corine Land Cover, 2006

Com base na cartografia do CLC de 2006, observa-se que a área avaliada como "Espaços Verdes Urbanos" na freguesia de Benfica representa, em grande parte, o Parque Florestal do Monsanto. Neste espaço, com cerca de 9 Km^2 (Figura 4), concentra-se uma panóplia de equipamentos lúdico-educativos, entre eles: Parque Recreativo do Alto da Serafina, Parque Recreativo do Alvito, Parque Recreativo dos Moinhos de Santana, mata de S. Domingos de Benfica, Clube Municipal de Ténis de Lisboa, Circuitos de Manutenção, Circuito de Manutenção para Idosos, Centros de Actividades, Parques de Merendas, Miradouros e Parque de Campismo.

Destaca-se, contudo, que os valores associados ao Corine Land COver apresentam um desvio considerável dado que a unidade mínima de identificação de determinada classe, ou seja, a área mínima cartográfica é entre 5 a 25 hectares (áreas muito elevadas para uma análise refinada à escala da freguesia).

COMPONENTE: 1. HABITAÇÃO E AMBIENTE CONSTRUÍDO

SUB-COMPONENTE: 1.3. USO DO SOLO

PRESSUPOSTO:

No seio de uma comunidade urbana, a ocupação do solo para actividades agrícolas, florestais ou semi-naturais é residual, embora, dependendo da tipologia urbana do bairro, esta função possa coexistir com as restantes. Não deixa de ser de extrema importância, porventura mais adaptado a uma análise à escala municipal/regional, a existência da função agrícola e florestal nas proximidades dos centros urbanos dadas as várias funções que desenvolvem (por exemplo a existência de solo permeável, produção de alimentos frescos ou de recursos naturais como madeira, áreas de lazer e passeio e função económica e de emprego).

INDICADOR: 1.3.1. ÁREA DE "ZONAS AGRÍCOLAS" E "ZONAS FLORESTAIS E SEMI-NATURAIS"

APLICAÇÃO

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Corine Land Cover, 2000 e 2006
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Áreas agrícolas e agro-florestais
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística e cartográfica
- ***CÁLCULO:*** (Áreas Agrícolas e Agro-Florestais / Área Total) *100 (percentagem)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou cartografia

EXEMPLO:

1.3.1. ÁREA DE "ZONAS AGRÍCOLAS" E "ZONAS FLORESTAIS E SEMI-NATURAIS"

Com base na nomenclatura Comentada do Corine Land Cover 2006, analisam-se agora duas classes de uso do solo.

A Classe 2. Zonas agrícolas inclui as seguintes sub-classes:

Classe 21. Terras aráveis - Terras sob um regime de rotação para culturas anuais e terras incultas. Inclui sequeiros e regadios. Inclui culturas em campos inundados, tais como arrozais.

Classe 22. Culturas permanentes - Zonas ocupadas por culturas permanentes, que não estejam sujeitas a um regime de rotação de culturas. Inclui culturas de espécies lenhosas, tais como pomares, olivais, souto manso, nogueirais, culturas com porte arbustivo tais como vinhas.

Classe 23. Pastagens - Terras que sejam permanentemente utilizadas (pelo menos 5 anos) para a produção de forragens. Inclui espécies herbáceas naturais ou semeadas, pastagens não melhoradas ou pouco melhoradas, zonas sujeitas a pastoreio ou colheita mecânica.

Classe 24. Zonas agrícolas heterogéneas - Zonas de culturas anuais associadas a culturas permanentes na mesma parcela, culturas anuais cultivadas sob coberto florestal, zonas de mosaicos de culturas anuais, prados e/ou culturas permanentes, paisagens em que as culturas e pastagens se encontrem misturadas com zonas de vegetação natural ou zonas naturais.

A Classe 3. Zonas florestais e semi-naturais inclui as seguintes sub-classes:

Classe 31. Florestas - Zonas ocupadas por florestas ou bosques com vegetação constituída por coníferas e/ou caducifólias nativas ou exóticas, utilizadas para a produção de madeira ou outros produtos florestais. Sob condições climáticas normais, as espécies florestais apresentam um porte superior a 5m e um grau de coberto de pelo menos 30%. No caso de plantações recentes, utiliza-se um limiar de 500 indivíduos por hectar.

Classe 32. Zonas com vegetação arbustiva e/ou herbácea - Matos das zonas temperadas, charnecas alpinas e atlânticas, comunidades herbáceas e arbustivas subalpinas, sebes, coníferas anãs; matos esclerófilos mediterrânicos e submediterrânicos perenifólios – maquis, garrigue, matorral (matagal), friganas – estádios de recolonização e degradação de florestas de folhosas perenifólias; prados secos termófilos de baixa altitude, e pisos colino a montano; prados pobres acidófilos atlânticos e subatlânticos; prados de areias descalcificadas; prados

alpinos e subalpinos. Pradarias húmidas de ervas altas; prados mesófilos de baixa altitude e de montanha e prados de feno.

Classe 33. Zonas sem vegetação ou com vegetação esparsa - Zonas naturais com pouca ou nenhuma vegetação, incluindo formações termófilas de terrenos arenosos ou rochosos em solos calcários ou siliciosos frequentemente sujeitos a erosão; prados estépicos; prados perenes tipo-estepe; prados perenes, abertos de ervas baixas, meso e termomediterrâneos xerófilos; estepes de esparto (Stipa tenacissima); zonas com vegetação esparsa de terrenos rochosos em vertentes íngremes; depósitos de vertente; passagens rochosas; comunidades vegetais em lajes calcárias; gelo e neves eternas; dunas arenosas litorais e interiores; zonas ardidas

Freguesias	Zona Agrícola e Zonas Florestais e Semi-naturais				
	Km²		%		
	2000	2006	Taxa de variação 2000-2006	2000	2006
Benfica	0	0	0	0	0
Carnide	0.3	0.3	0	7.2	7.1
Lumiar	0.7	0.3	-61.4	11.0	4.3
Santo Condestável	0	0	0	0	0
Alcochete	54.4	54.4	0	43.3	43.3
Pinhal Novo	5.7	5.9	3.2	10.8	10.4
Quinta do Conde	2.6	1.9	0	18.2	13.6

Quadro 17 – Área de "Zonas Agrícolas" e "Zonas Florestais e Semi-naturais"

Fonte – EEA, Corine Land Cover, 2000 e 2006

A existência de áreas agrícolas e florestais depende em muito da tipologia e dinâmica urbanística das freguesias e dos municípios onde estas estão integradas. Neste estudo (Quadro 17), observa-se que o município de Lisboa, bastante denso e compacto, apresenta freguesias sem área alocada a este tipo de actividade, como Benfica e Santo Condestável, enquanto outras freguesias, especialmente de grandes áreas e localizadas nas áreas limítrofes do município, como Carnide ou Lumiar, ainda subsiste uma pequena percentagem de área para a actividade agrícola e agro-florestal. Em 2006, e relativamente à área da freguesia, 7% em Carnide e 4,3% no Lumiar estava destinada a estas actividades.

Ainda assim, entre 2000 e 2006, a freguesia do Lumiar apresenta um decréscimo de quase 60% de área agrícola e agro-florestal. Nos municípios da margem sul (Figura 5), os fenómenos são bastante diferentes. Enquanto a freguesia da Quinta do Conde apresenta, em 2006, 14% da área para actividades agrícolas e agro-florestais, valor que diminuiu entre 2000 e 2006, já Alcochete tem mantido essa área constante, onde mais de 40% da área da freguesia está alocada à agricultura e actividades agro-florestais.

Destaca-se, contudo, que os valores associados ao Corine Land COver apresentam um desvio considerável dado que a unidade mínima de identificação de determinada classe, ou seja, a área mínima cartográfica é entre 5 a 25 hectares (áreas muito elevadas para uma análise refinada à escala da freguesia).

Figura 5 - Área de "Zonas Agrícolas" e "Zonas Florestais e Semi-naturais"

Fonte – EEA, Corine Land Cover, 2006

COMPONENTE: 1. HABITAÇÃO E AMBIENTE CONSTRUÍDO

SUB-COMPONENTE: 1.3. USO DO SOLO

PRESSUPOSTO:

As áreas alocadas a indústria e comércio são de grande relevância na dinâmica urbana, especialmente quando se pretende desenvolver uma variedade de actividades. Ou seja, a existência destes espaços apresentam uma dupla função: como resposta às necessidades e exigências dos residentes (ex. bancos, hospitais, estacionamento, compras), mas também participam na dinâmica de emprego dos sectores secundários e terciários.

INDICADOR: 1.3.2. ÁREA DE "UNIDADES INDUSTRIAIS OU COMERCIAIS"

APLICAÇÃO

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Corine Land Cover, 2000 e 2006
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Unidades Industriais ou Comerciais
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística e cartográfica
- ***CÁLCULO:*** (Área de Unidades Industriais ou Comerciais / Área Total) *100 (percentagem)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou cartografia

EXEMPLO:

1.3.2. ÁREA DE "UNIDADES INDUSTRIAIS OU COMERCIAIS"

Com base na Nomenclatura Comentada do Corine Land Cover 2006, o espaço definido como "Unidades Industriais ou Comerciais" caracteriza-se pela existência de uma zona artificializada sem vegetação, onde estão presentes edifícios e/ou vegetação. Nesta classe incluem-se, entre outros:

- Serviços judiciais e de segurança pública (estações de bombeiros, estabelecimentos penais, etc.);
- Estabelecimentos de segurança social (lares de terceira idade, casas de repouso, orfanatos, etc.);
- Estabelecimentos agro-pecuários (cooperativas, unidades de produção pecuária, etc.); Locais de realização de feiras e exposições; Centros comerciais de grandes dimensões;
- Hospitais, termas; Universidades, escolas;
- Parques de estacionamento;
- Instalações industriais abandonadas ou subprodutos da actividade industrial em que os edifícios ainda estejam presentes;
- Infra-estruturas da rede de telecomunicações (estações de retransmissão, telescópios, estações de radar).

Freguesias	Unidades industriais ou comerciais				
	Km²		%		
	2000	2006	Taxa de variação 2000-2006	2000	2006
Benfica	0.02	0.4	1700	0.3	4.5
Carnide	0.5	0.5	0	12.3	12.3
Lumiar	0.6	0.6	0	9.1	9.1
Santo Condestável	0	0	0	0	0
Alcochete	0.4	0.4	0	0.3	0.3
Pinhal Novo	0	0	0	0	0
Quinta do Conde	0.4	0.4	0	0.8	0.8

Quadro 18 – Área de "Unidades industriais ou comerciais"

Fonte – EEA, Corine Land Cover, 2000 e 2006

Em todos os casos de estudo, através dos critérios do CLC 2006, a área identificada como "Unidades industriais ou comerciais" é bastante pequena (Quadro 18). Contudo, foi nas freguesias de Benfica, Alcochete e Pinhal Novo onde se verificou um maior aumento na percentagem de área com esta ocupação. Carnide e Lumiar são, das freguesias analisadas, as que apresentam uma maior área alocada a indústria ou grande comércio (12,3% e 9,1% respectivamente).

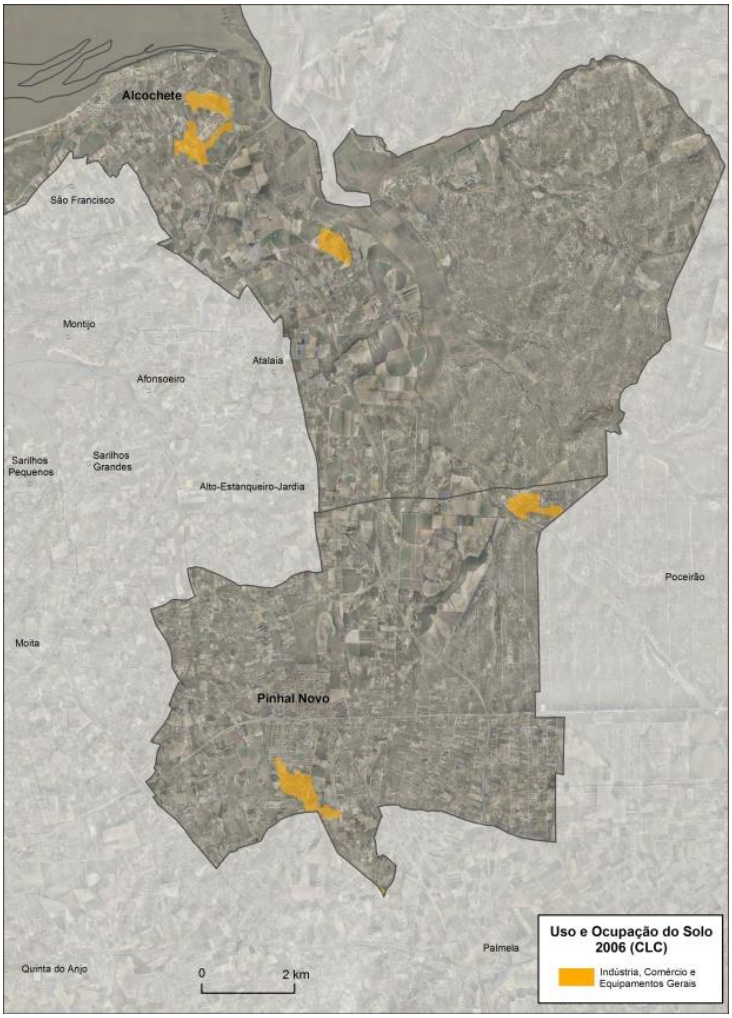


Figura 6 - Área de "Unidades industriais ou comerciais". Caso do Pinhal Novo

Fonte – EEA, Corine Land Cover, 2006

Com base na cartografia CLC de 2006 para as freguesias de Pinhal Novo e Alcochete (Figura 6), observam-se algumas manchas alocadas à classe da "Unidades industriais ou comerciais". Apesar das duas freguesias apresentarem uma extensa zona agrícola e zona florestal e semi-natural, e em ambas se identificar um núcleo urbano, embora que descontínuo (com base nos critérios do CLC 2006), há algumas áreas reservadas a actividades essencialmente de cariz industrial ou comercial: no caso de Alcochete identificam-se, os Parques Industriais do Batel e do Passil e também, como espaço comercial, o Freeport Outlet Alcochete. Já no Pinhal Novo pode-se observar, por exemplo, o Parque Industrial do Vale do Alecrim.

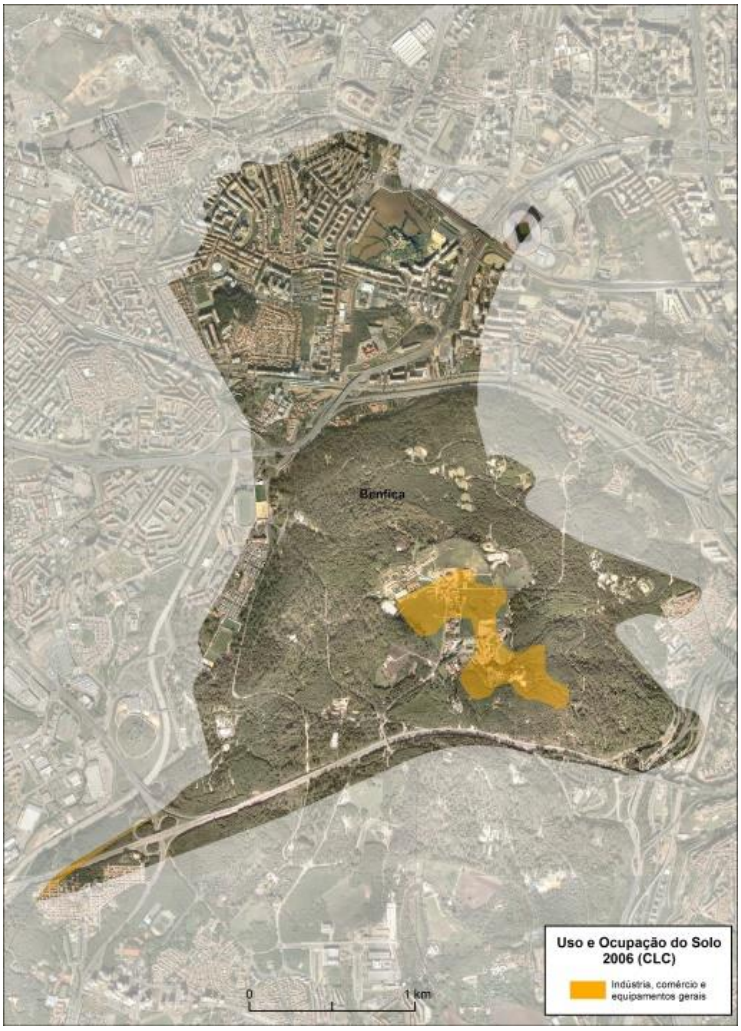


Figura 7 - Área de "Unidades industriais ou comerciais". Caso de Benfica

Fonte – EEA, Corine Land Cover, 2000 e 2006

Já na freguesia de Benfica (Figura 7), sabendo que é uma freguesia com um cariz fortemente comercial e com alguns vestígios (de grandes dimensões) de actividade industrial, apenas uma área localizada no centro do Parque Florestal do Monsanto é identificada como "Unidades industriais ou comerciais". Este fenómeno ocorre pois outra classe se sobrepõe a esta (no caso de Benfica será a classe "Tecido Urbano Descontínuo" que supera a classe agora em análise, onde o comércio se encontra englobado. Quanto à mancha identificada como "Unidades industriais ou comerciais", esta respeita à área das Antenas de Monsanto, onde se localiza o Centro Emissor de Monsanto (Infra-estruturas da rede de telecomunicações), e o Centro Operacional da Força Aérea (Serviços judiciais e de segurança pública).

Destaca-se, contudo, que os valores associados ao Corine Land COver apresentam um desvio considerável dado que a unidade mínima de identificação de determinada classe, ou seja, a área mínima cartográfica é entre 5 a 25 hectares (áreas muito elevadas para uma análise refinada à escala da freguesia).

COMPONENTE: 1. HABITAÇÃO E AMBIENTE CONSTRUÍDO

SUB-COMPONENTE: 1.3. USO DO SOLO

PRESSUPOSTO:

A existência de "Tecido urbano Contínuo" pressupõe a existência de um tecido contínuo e homogéneo, onde se integram actividades comerciais e industriais, serviços públicos e privados, redes de transporte e pequenas zonas verdes urbanas. Este aspecto é considerado de máxima relevância no seio de uma comunidade sustentável, que se pretende mista e variada em termos de actividades e serviços, promovendo a eficácia e eficiência das infra-estruturas, equipamentos e serviços de transporte, saneamento, educação, saúde, entre outros, reforçando assim o sentimento de comunidade e de segurança no bairro.

INDICADOR: 1.3.3. ÁREA DE "TECIDO URBANO CONTÍNUO"

APLICAÇÃO

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Corine Land Cover, 2000 e 2006
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Tecido Urbano Continuo
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística e cartográfica
- ***CÁLCULO:*** (Área de Tecido Urbano Contínuo / Área Total) *100 (percentagem)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou cartografia

EXEMPLO:

1.3.3. ÁREA DE "TECIDO URBANO CONTÍNUO"

Com base na Nomenclatura Comentada do Corine Land Cover 2006, o espaço definido como "Tecido Urbano Contínuo" é ocupado por construções urbanas e infra-estruturas da rede de transportes (superfícies impermeabilizadas), ocupando mais de 80% da área.

A classe "Tecido Urbano Contínuo" inclui:

− Centros urbanos e subúrbios em que os edifícios formem um tecido contínuo e homogéneo; Serviços públicos e municipais e actividades comerciais/industriais e zonas associadas, com área inferior à AMC (25 hectares), se inclusas em zonas de tecido urbano contínuo; Interstícios de zonas artificializadas; Parques de estacionamento, zonas cobertas de betão ou asfalto; Infra-estruturas da rede de transporte; Pequenas praças, zonas pedestres, pátios; Zonas verdes urbanas (parques e zonas relvadas) ocupando um máximo de 20% da superfície; Cemitérios com ou sem vegetação, com área inferior à AMC, se inclusas em zonas de tecido urbano contínuo.

Destaca-se, contudo, que os valores associados ao Corine Land COver apresentam um desvio considerável dado que a unidade mínima de identificação de determinada classe, ou seja, a área mínima cartográfica é entre 5 a 25 hectares (áreas muito elevadas para uma análise refinada à escala da freguesia).

Freguesias	Tecido Urbano Contínuo				
	Km²		%		
	2000	2006	Taxa de variação 2000-2006	2000	2006
Benfica	0.001	0.00	0	0.01	0.01
Carnide	0.4	0.4	0	9.3	9.3
Lumiar	1.1	1.1	-1.7	18.4	18.2
Santo Condestável	0.8	0.6	-31.3	78.0	53.6
Alcochete	0	0	0	0	0
Pinhal Novo	0	0	0	0	0
Quinta do Conde	0	0	0	0	0

Quadro 19 – Área de "Tecido Urbano Contínuo"

Fonte – EEA, Corine Land Cover, 2000 e 2006

Analisando o quadro-síntese relativamente ao "Tecido urbano contínuo" em 2006, são as freguesias do município de Lisboa que apresentam maior área e maior percentagem de tecido urbano contínuo na freguesia (Quadro 19). Contudo, em Santo Condestável, esta característica diminuiu cerca de 31% em seis anos, não deixando porém de ser a freguesia com maior percentagem de tecido urbano contínuo (54% em 2006) dos casos de estudo. Lumiar e Carnide apresentam também valores significativos em 2006 (18% e 9% respectivamente), enquanto na freguesia de Benfica, a área classificada como "Tecido Urbano Contínuo" é quase nula. Nas freguesias da Margem Sul não foi identificada qualquer área relativa a tecido urbano contínuo.

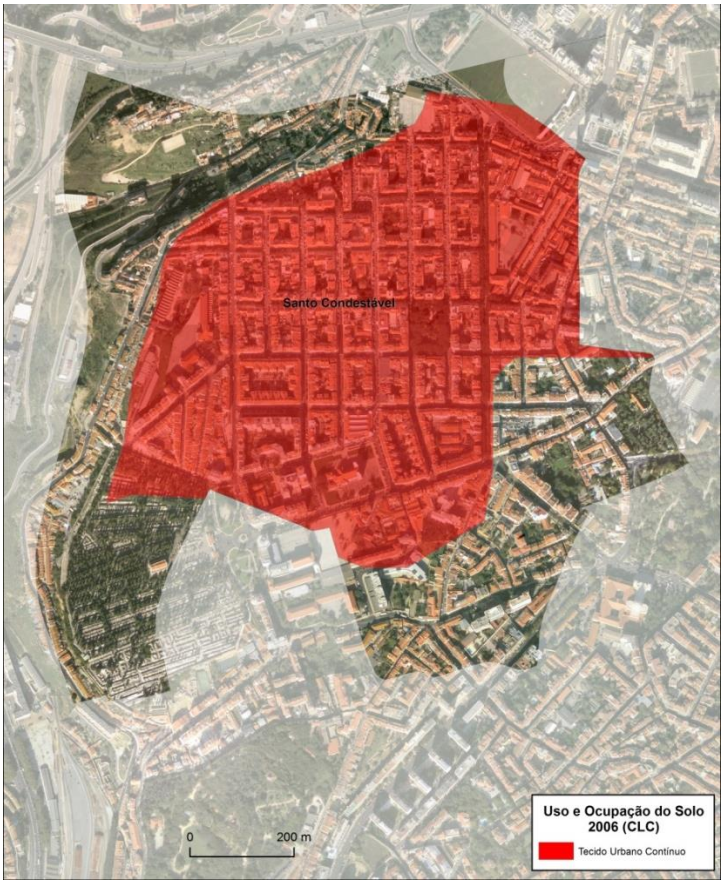


Figura 8 - Área de "Tecido Urbano Contínuo". Caso de Santo Condestável

Fonte – EEA, Corine Land Cover, 2006

Na freguesia de Santo Condestável (Figura 8), observa-se que nem toda a área está considerada na classe "Tecido urbano contínuo", embora o núcleo identificado como o bairro de Campo de Ourique esteja presente. Pelas reduzidas áreas em relação à metodologia do CLC 2006, praças e zonas pedestres e zonas verdes urbana, como o Jardim Teófilo Braga, conhecido como Jardim da Parada, são assumidas dentro da categoria "Tecido Urbano Contínuo", e não como "Espaço Urbano Verde". A restante área está categorizada como "Tecido Urbano Descontínuo", onde se inclui a área do Cemitério dos Prazeres ou os diversos equipamentos públicos e privados da rede escolar, e "Redes viárias e ferroviárias e espaços associados".

COMPONENTE: 1. HABITAÇÃO E AMBIENTE CONSTRUÍDO

SUB-COMPONENTE: 1.3. USO DO SOLO

PRESSUPOSTO:

A área de "Tecido Urbano Descontínuo" é uma tipologia do uso do solo pouco privilegiada pelo conceito de Comunidade Sustentável, mas que poderá ser convertida em "Tecido Urbano Contínuo", com base nos pressupostos da Sustentabilidade. Este tecido implica a existência de uma menor densidade habitacional, onde se verificam áreas de descontinuidades entre edifícios ou edifícios com um reduzido número de alojamentos, mas também onde se contabilizam serviços, equipamentos públicos e comércio, havendo no total uma área de impermeabilização entre os 30% e 80%.

INDICADOR: 1.3.4. ÁREA DE "TECIDO URBANO DESCONTÍNUO"

APLICAÇÃO

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Corine Land Cover, 2000 e 2006
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Tecido Urbano Descontínuo
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística e cartográfica
- ***CÁLCULO:*** (Área de Tecido Urbano Descontínuo / Área Total) *100 (percentagem)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou cartografia

EXEMPLO:

1.3.4. ÁREA DE "TECIDO URBANO DESCONTÍNUO"

A superfície classificada como "Tecido urbano descontínuo" apresenta impermeabilização entre 30% a 80% da área total. Porém, dentro da mesma categoria é possível encontrar diversas situações. Se por vezes pode surgir dificuldade na distinção entre tecido urbano contínuo e tecido urbano descontínuo, onde são as zonas verdes e de jardim que auxiliam a classificação, utilizando o valor de 80% como limiar, noutras áreas, de cariz nitidamente mais rural, onde se identificam com alguma proximidade zonas cultivadas e zonas construídas, é necessária a existência de uma área impermeabilizada superior a 30%.

Esta classe inclui:

− Condomínios habitacionais privados, subúrbios residenciais constituídos por habitações unifamiliares com jardins e/ou pracetas; Blocos descontínuos de apartamentos residenciais, vilas e aldeias em que sejam visíveis numerosos espaços intersticiais não impermeabilizados (jardins, relvados); Grandes blocos de apartamentos em que uma superfície significativa seja ocupada por espaços verdes, zonas de estacionamento ou parques de diversões/infantis; Infra-estruturas da rede de transporte, Zonas de equipamentos desportivos com área inferior à AMC se inclusas em zonas de tecido urbano descontínuo; Edifícios com funções ligadas a educação, cuidados de saúde, produção e mercados, com área inferior à AMC; Cemitérios com ou sem vegetação, com área inferior à AMC, se inclusas em zonas de tecido urbano descontínuo); Equipamentos públicos com área inferior à AMC; Aldeamentos turísticos e casas de veraneio são classificadas como tecido urbano descontínuo (classe 112), se forem visíveis, na imagem de satélite, infra-estruturas como edifícios ou rede viária, conexas a zonas edificadas.

Quanto à classificação de "Tecido urbano descontínuo" nos casos de estudo, verificam-se diferentes fenómenos (Quadro 20). Nas freguesias dos municípios da margem sul, esta tipologia de área tem vindo a aumentar de forma diferente: entre 2000 e 2006, aumentou 61% na Quinta do Conde, onde 45% da área da freguesia em 2006 é assim caracterizada, enquanto em Alcochete aumentou 18%, representando apenas 1,8% da freguesia em 2006 (salienta-se que a freguesia de Alcochete apresenta uma área bastante extensa, sendo contudo as áreas construídas de dimensão bastante reduzida). Já na freguesia do Pinhal Novo, entre 2000 e 2006, esta tipologia aumentou mais de 40%, sendo que em 2006 só representava 11% da área total da freguesia. Esta tipologia identifica nas freguesias da margem sul em estudo, os principais núcleos urbanos (Figura 9). Tanto em Alcochete como no Pinhal Novo, existe um centro urbano bem definido, apesar de ser considerado "Tecido Urbano Descontínuo", onde se encontram tipologias de habitação distintas, entre moradias e apartamentos, mas também são núcleos onde se verificam vários espaços intersticiais não impermeabilizados.

Freguesias	Tecido Urbano Descontínuo				
	Km²		%		
	2000	2006	Taxa de variação 2000-2006	2000	2006
Benfica	2.9	3.0	2.1	36.4	37.2
Carnide	2.4	2.4	1.7	63.0	64.3
Lumiar	3.0	3.4	13.9	47.5	54.1
Santo Condestável	0	0.3	0	0	24.5
Alcochete	1.9	1.9	0	1.5	1.5
Pinhal Novo	5.7	6.4	13.1	40.7	46.0
Quinta do Conde	2.1	2.1	0	3.9	3.9

Quadro 20 – Área de "Tecido Urbano Descontínuo"

Fonte – EEA, Corine Land Cover, 2000 e 2006

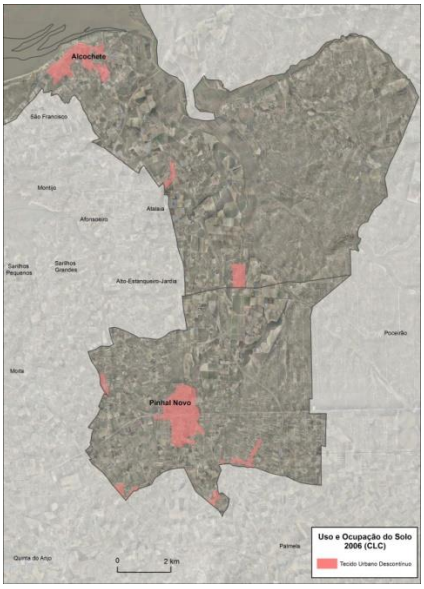


Figura 9 - Área de "Tecido Urbano Descontínuo". Caso do Pinhal Novo

Fonte – EEA, Corine Land Cover, 2006

Já no município de Lisboa, na freguesia do Lumiar salienta-se um aumento da área de tecido urbano descontínuo (6%), tipologia que representa 54% da área da freguesia. Carnide é das freguesias analisadas, a que apresenta uma maior percentagem de tecido urbano descontínuo em relação à área da freguesia (64%).

Quanto a Benfica destaca-se uma área de 37% de tecido urbano descontínuo (Figura 10), respeitantes essencialmente à área construída da freguesia, visto uma boa parte da sua área estar alocada ao Parque Florestal do Monsanto. Apesar da existência de edifícios de vários pisos, e de algumas secções/quarteirões apresentarem uma grande densidade populacional, é a existência de espaços verdes, do Cemitério de Benfica, de áreas industriais desactivadas ou activas e de grandes espaços abertos e equipamentos (mercados, escolas, etc.), não chegando ao limiar dos 80% de área impermeabilizada, faz com que a classificação da área construída não seja "Tecido urbano contínuo" mas "Tecido urbano descontínuo". Na freguesia de Santo Condestável, se em 2000 não havia qualquer área associada a esta tipologia, em 2006 este valor passou a representar 25% da freguesia.

Figura 10 - Área de "Tecido Urbano Descontínuo". Caso de Benfica

Fonte – EEA, Corine Land Cover, 2006

3.1.3. Reflexões

No contexto da primeira componente, relativa à "Habitação, ambiente construído e uso do solo", pode-se distinguir algumas dinâmicas diferenciadas entre casos de estudo. A "**Proporção de edifícios com um alojamento**" é mais evidente nos casos inseridos em municípios de menor densidade populacional e de edificado, com um perfil rural. Ainda assim, algumas áreas de Lisboa apresentam valores elevados de edifícios unifamiliares, especialmente as freguesias mais periféricas e de maior área. Considerando os casos de estudo, a proporção de edifícios unifamiliares entre 1991 e 2011 registou uma redução desta tipologia de edificado, com maior evidência nas freguesias do município de Lisboa, quer pela sua demolição, quer pela forte dinâmica de construção de edificado de vários alojamentos (prédios).

A "**Época de construção do edificado**", sendo um indicador explicativo da dinâmica de construção de um lugar, é também um indicador volátil entre os momentos censitários, já que o número de edifícios não é sempre o mesmo, dada a ocorrência de fenómenos como a demolição de edificado degradado e antigo e/ou a construção de novo edificado. Apresentando uma dinâmica do edificado coerente com a evolução urbana da AML, são as freguesias mais "antigas" e centrais de Lisboa que apresentam maior percentagem de edificado construído no início do Século XX, a par dos núcleos históricos nas periferias de Lisboa ou em áreas mais afastadas, como o centro da vila de Alcochete. Em comparação, outras áreas apresentam uma dinâmica de construção mais recente, como a área da Quinta do Conde (décadas de 1970 e 1980). No entanto, nos núcleos urbanos em estudo localizados fora de Lisboa (Pinhal Novo, Alcochete e Quinta do Conde) verifica-se uma dinâmica recente de construção de edificado (entre 1991 e 2011). É possível observar também que se em alguns casos, como em Santo Condestável, há uma razoável distribuição do número de edifícios por época, reflexo de um crescimento constante, na maioria dos outros casos de estudo, algumas épocas destacam-se, como por exemplo a construção na freguesia de Benfica entre 1946 e 1970, ou a freguesia de Quinta do Conde nas épocs entre 1971 e 1990 e 1996 e 2005.

Quanto à "**Densidade do edificado e dos alojamentos**", destaca-se uma elevada densidade de ambos os tópicos na freguesia de Santo Condestável, onde se localiza o bairro de Campo de Ourique em comparação com as outras freguesias de Lisboa em estudo. Já as freguesias da margem sul apresentam densidades bastante reduzidas, justificadas pelas grandes áreas alocadas a áreas agrícolas, industriais ou de reserva natural. As freguesias de Lisboa destacam-se também pela menor proporção de edifícios exclusivamente residenciais, fazendo prever uma maior diversidade de funções, pressuposto considerado para uma Comunidade Sustentável.

A relação entre o número de edifícios e o número de alojamentos demonstra a volumetria do edificado. Para além do edificado unifamiliar que já foi debatido, o "**Número de alojamentos clássicos por edifício**" é bastante variável entre freguesias, mesmo dentro do mesmo município. As freguesias inseridas em municípios rurais apresentam um rácio bastante reduzido, como o caso da Quinta do Conde, Alcochete e Pinhal Novo, com uma média de cerca de 2 alojamentos por edifício. Ainda assim, verificam-se dinâmicas variadas nas freguesias do município de Lisboa, havendo grandes assimetrias entre as freguesias de Santo Condestável, Carnide e Benfica em comparação com a freguesia do Lumiar (que apresenta uma média de 12 alojamentos por edifício, cerca do dobro da média de alojamentos por edifício das freguesias anteriores).

Os custos com a habitação são uma das principais prioridades e preocupações das famílias no geral, quer se opte pelo arredamento ou pela aquisição do alojamento. Em ambos, a localização geográfica da habitação tem grande influência no seu preço, quantificado pelo "**Preço médio do metro quadrado da habitação**", distinguindo-se variações entre apartamentos e moradias. Salienta-se contudo que enquanto o custo do metro quadrado dos apartamentos em Lisboa é superior ao das moradias, o inverso verifica-se em áreas como Palmela, onde se situa a freguesia da Quinta do Conde. Salienta-se a centralidade do município de Lisboa, reflectido num maior custo do metro quadrado para a habitação. A "**Renda média de alojamentos clássicos de residência habitual**" é relativamente aproximada entre as várias freguesias em estudo no ano de 2011. Destaca-se que a renda média das freguesias da margem sul em estudo (entre 260 euros e 385 euros) apresentam valores superiores à maioria das freguesias do município de Lisboa em estudo (entre 190 euros e 292 euros mensais). Noticiado em 2012, está previsto um aumento das rendas em 2013, o maior desde 2004, de acordo com o Novo Regime do Arrendamento Urbano, prevendo-se o aumento de 3,3% para os contratos após 1996 e 4,95% para contratos anteriores a 1967 (Jornal Público, 13/08/2012). Os valores do "**Encargo médio devido à aquisição dos alojamentos familiares clássicos de residência actual**" em 2011 são relativamente aproximados entre todas as áreas de estudo, situando-se entre os 393 euros e os 492 euros mensais. Dada a conjuntura actual do país e da União Europeia que influencia fortemente os empréstimos da banca, tem-se verificado um aumento do incumprimento deste encargo. Por exemplo, no primeiro semestre de 2011 cerca de 3060 casas foram devolvidas aos bancos por dificuldade em pagar as dívidas, sendo o município de Alcochete onde se registou um maior número de entregas por incumprimento das dívidas, especialmente provindo de construtoras e empresários da construção (Jornal Diário de Notícias). Em Agosto de 2012 contabilizavam-se mais de 150.000 devedores no crédito à habitação, aumentando exponencialmente o número de devedores no crédito ao consumo (cerca de 650.000 famílias) (Jornal Público, 06/08/2012).

A "**Satisfação com a habitação**" é também um aspecto da percepção dos residentes a ter em consideração. Apenas questionada a comunidade do Pinhal Novo, a satisfação é bastante generalizada, sendo que os principais motivos para a escolha da actual habitação foram a procura de uma casa maior ou melhor, por razões conjugais de casamento ou divórcio, a procura de uma casa mais barata e a proximidade do emprego.

O tipo de construção e o estado de conservação do edificado torna-se bastante relevante, não só para a qualidade do ambiente construído do bairro, mas também para a qualidade de vida das famílias, em particular da sua saúde. Verificou-se em todos os casos de estudo uma reduzida "**Proporção de alojamentos não clássicos**", ou seja, em barracas, alojamentos móveis, casas rudimentares de madeiras ou alojamentos improvisados, bem como uma reduzida "**Proporção de população residente em alojamentos familiares não clássicos**". Já a "**Proporção de edifícios muito degradados**" é variável entre freguesias em estudo, situando-se em 2011 entre os 0,3% e os 5,9%. Contudo, é de destacar que na maioria dos casos de estudo, esta proporção diminuiu, com a excepção de Carnide que vê este valor passar de 2,2% para 5,9%, contrariamento ao verificado em Santo Condestável que reduziu a proporção de edifícios muito degradados de 9,4% para 2,1%, justificado não só pela reabilitação dos edifícios muito degrdados mas também pelo aumento de edifícios de construção nova. As próprias Câmaras Municipais possuem no seu espólio prédios devolutos. É o caso de Lisboa que, em 2011, apresentava 81 prédios totalmente devolutos disponíveis para venda ou reabilitação urbana. A mesma Câmara pretendia alienar em 2012 cerca de 14 bairros, entre eles Pedralvas e Boavista (Benfica), Horta Nova (Carnide), D. Leonor (São Domingos de Benfica), Alto do Lumiar, e Telheiras Sul (Lumiar), entre outros (Jornal Diário de Noticias, 14/12/2011). É na contabilização de "**Edifícios com necessidade de reparação**" que há maior diferença entre as freguesias em estudo: se a freguesia da Quinta do Conde apresenta valores perto dos 14%, já freguesias de construção mais antiga apresentam valores próximos de 70%, como a freguesia de Carnide. Contudo, se em algumas freguesias se registou uma diminuição desta proporção entre 2001 e 2011, nomeadamente em Santo Condestável (de 76% para 46%), noutros casos verificou-se o infermo, tal como em Benfica (de 37% para 51%). Em alguns municípios, pretendem-se tomar acções locais para minimizar a existência de edifícios muito degradados através da redução do IMI para quem recuperar o edificado, de vendas coercivas e de maior facilidade no licenciamento de obras de reabilitação, caso o edifício mantenha a fachada, o número de pisos e a geometria da cobertura. É o caso da Câmara Municipal de Lisboa, que conta cerca de 7000 edifícios em mau estado mas pretende tornar obrigatória a inspecção técnica dos edifícios de 8 em 8 anos (Jornal Público, 28/04/2011).

A atracção e repulsão populacional dos lugares são representativas da sua dinâmica e do gosto que as famílias sentem pelo lugar onde residem. A "**Proporção de população residente que 5 anos antes residia fora do município**" é bastante

maior nas freguesias onde se verifica novo crescimento urbanístico, como Pinhal Novo, Alcochete e, especialmente, Quinta do Conde, freguesias que atraem novos residentes provindos de outros municípios. Entre 1991 e 2011, destacam-se diferentes padrões: em Benfica e Santo Condestável, a Taxa de atracção total tem aumentado, já nas freguesias de Carnide, Lumiar, Alcochete, Pinhal Novo e Quinta do Conde foi no momento censitáriode 2001 que se verifica a maior proporção de população residente há menos de 5 anos com proveniência de outro município. Ainda assim, a Taxa de atracção em 2011 a presenta proporções diversas considerando os casos de estudo, situando-se entre os 9% em Carnide e os 21% na Quinta do Conde. Analisando a "**Taxa de atracção total**" e a "**Taxa de repulsão interna**" à escala municipal entre 2001 e 2011 observa-se que dos 4 munícipios em estudo, apenas o município de Lisboa registou um aumento da taxa de atracção total e uma diminuição da taxa de repulsão interna, contrariamente ao verificado nos municípios de Alcochete, Palmela e Sesimbra. Quanto à Taxa de atracção total, apenas Alcochete revela valores superiores a 15% (18%), enquanto apenas o município de Lisboa é o que revela maior Taxa de repulsão interna (13%). Com base nos Censos 2011 quanto à mobilidade residencial, verifica-se em Portugal a tendência para a saída de residentes das grandes cidades para as periferias, sendo o crescimento metropolitano devido ao crescimento das localidades periféricas, reforçado pela melhoria da mobilidade de municípios mais distantes até aos mais centrais, como Lisboa (Jornal Diário de Notícias, 30/06/2011).

A "**Percepção dos residentes sobre o estado de conservação do edificado no bairro**" é também relevante para o desenvolvimento da sua ligação ao bairro. Nos bairros em estudo para este tópico – Quinta do Conde, Telheiras e Pinhal Novo, a avaliação é bastante semelhante, apesar das grandes diferenças dos contextos urbanísticos. Se nos três casos, mais de metade da população considera que o edificado está em bom estado, é no bairro da Quinta do Conde onde há maior insatisfação com esta questão. Contudo, o estado de conservação do edificado também deve ser uma preocupação da comunidade e não só dos órgãos autárquicos. Neste sentido, a Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana já tem intimado proprietários para a execução de obras de reparação de prédios em mau estado, como aconteceu em prédios de Campo de Ourique (Jornal Diário de Noticias, 29/07/2009). Alguns edifícios, apesar do seu mau estado de conservação, apresentam uma referência histórica que interessa preservar. Isto acontece, por exemplo, com duas vilas centenárias na Estrada de Benfica – Vila Ana e Vila Ventura, em que apesar do seu estado de degradação ainda possuem três inquilinos. Pertencendo ao Inventário Municipal do Património, só poderão ser demolidas caso haja risco de ruir. A comunidade apresentou grande preocupação quanto à evolução do estado do edificado, pois a intenção seria a sua preservação em detrimento da possibilidade de demolição, sendo que a CML já intimou a empresa proprietária afazer obras de recuperação (Jornal Diário de Noticias, 27/03/2010). Já quanto à "**Percepção dos residentes sobre o estado de**

conservação do mobiliário urbano no bairro" esta apresenta ligeiras diferenças. Enquanto nos bairros de Telheiras e Quinta do Conde mais de metade das pessoas afirma que o mobiliário urbano apresenta boas condições, um quinto dos inquiridos na Quinta do Conde afirma o contrário.

Na temática dos Espaços Verdes Urbano, foi possível identificar as "**Zonas Verdes Urbanas",** onde se inclui parques, relvados, jardins, praças, jardins botânicos, entre outros. Contudo dadas as limitações de análise do Corine Land Cover para a escala do bairro, esta informação não é precisa. Através desta metodologia, identificou-se, por exemplo, a área do Parque Florestal do Monsanto, incluído na freguesia de Benfica. Neste contexto, a vontade não só dos órgãos autárquicos mas também da população podem fazer melhorar a existências de zonas verdes urbanas integradas nos bairros. Um exemplo disso foi o referendo local realizado na freguesia de Campolide, com o intuito de compreender a vontade da população quanto à ocupação de um terreno baldio, onde se poderia construir um parque de estacionamento ou um jardim. A grande maioria dos moradores votou na criação de um espaço verde (Jornal Público, 12/07/2012). Já em 2010, a Câmara de Cascais estipulou a necessidade de construir mais quatro parques verdes urbanos, totalizando assim 10 espaços no município, procurando promover a qualidade de vida da população, através de espaços como espaços de lazer em meio urbano, de parques infantis, pistas de aventura e parques de merendas (Jornal Público, 05/06/2010).

Apesar da maior precisão, o mesmo se verifica com a identificação das "**Zonas agrícolas**" e "**Zonas florestais e semi-naturais**", onde se destacam várias áreas nas freguesias de Alcochete (onde cerca de 40% da área da freguesia está alocada a estas actividades), Pinhal Novo, e, em menor escala, Quinta do Conde. Sendo um tema cada vez mais frequente no ordenamento das áreas urbanas, em 2010 a CML pretendia legalizar e infra-estruturar todas as horas urbanas da cidade de Lisboa, com caminhos, abastecimento de água e iluminação, vedações e arrumos, investido três milhões de euros em cerca de 40 hectares, destacando-se o "grande parque hortícola de Chelas", de 14 hectares, mas também um projecto em Telheiras de hortas e flores, ou na Ameixoeira, entre outros. Esta iniciativa pretende ter repercussões no abastecimento local, diminuindo a dependência de políticas nacionais ou europeias. Contudo, Ribeiro Telles sublinha a importância da agricultura urbana e horticultura no contexto da cidade de Lisboa e salienta que Lisboa deveria desenvolver corredores de sustentabilidade onde se produza carne, leite e alimentos hortícolas (Jornal Diário de Notícias, 22/08/2010).

Também a identificação de "**Unidades industriais ou comerciais**" está limitada pela identificação do CL. Contudo, esta função surge tanto em algumas freguesias urbanas, como em Carnide e Lumiar, mas também em freguesias rurais, como no Pinhal Novo e Alcochete (onde se inclui o Freeport de Alcochete).

O tecido urbano é um dos principais indicadores das Comunidades Sustentáveis. Preferencialmente procura-se desenvolver um "**Tecido urbano**

contínuo", de forma a aproximar as funções residenciais das infra-estruturas de transporte e estacionamento, de pequenas praças e zonas verdes urbanas, tendo mais de 80% da área impermeabilizada (aspecto prejudicial à qualidade do ambiente urbano, que deve ser minimizada com a existência de espaços verdes). Exemplo desta tipologia é o bairro de Campo de Ourique. Noutros casos de estudo identifica-se "**Tecido Urbano descontínuo**", como por exemplo em Benfica ou do Pinhal Novo (devido à percentagem de área impermeabilizada). Neste caso, a leitura deveria também ser mais refinada, dado que a área mínima de análise do CLC ser 5 hectares, unidade bastante elevada para o estudo dos bairros.

Componente 2 – Economia local e familiar

3.2.1. Pressupostos

A Componente 2 – Economia local e familiar compõem-se por três sub-componentes relacionadas com a instrução da comunidade, o emprego da comunidade e o existente no bairro e com os rendimentos e gastos das famílias.

Quanto à sub-componente 2.1. Instrução esta reflectirá o perfil de literacia e escolarização da comunidade com reflexo na inclusão ou exclusão social. Esta característica dos indivíduos relacionar-se-á com o emprego e salário, com o modo de vida e gostos dos indivíduos (por exemplo no consumo de arte), entre outros aspectos. Contudo, a importância da escolarização dos indivíduos não é sinónimo de que todos os indivíduos devam fazer o mesmo percurso escolar, ou seja, a variedade de opções de escolarização que existem actualmente são uma mais-valia para a comunidade, como a existência de cursos profissionais ou cursos técnicos. Apesar das recentes opções de escolarização não só para os jovens em idade escolar mas também para os adultos, e para vários níveis escolares, desde o ensino básico até ao ensino universitário (ex. cursos EFA - Educação e Formação de Adultos, ou Programa Maiores de 23). Apesar dos esforços no sentido da escolarização da população jovem e adulta, o "**Nível de escolaridade atingido**" da população, mesmo das áreas urbanas, ainda é relativamente "baixo" na medida em que existe uma percentagem relevante de residentes que detêm nenhuma escolarização ou apenas o 1º Ciclo do Ensino Básico (antiga 4ª classe ou 4º ano), especialmente entre a população mais idosa. A "**Taxa de analfabetismo**" é um reflexo da dinâmica observada, que deverá ser reduzida naturalmente com o passar dos anos caso haja as condições essenciais para que todos possam frequentar a escola, apesar de ser um indicador de controlo desta situação. O fenómeno do analfabetismo acarreta um conjunto de problemas sociais que devem ser minimizados, sendo um dos factores de desigualdade e exclusão social. Por exemplo, a dificuldade de entrar no mercado de trabalho sem saber ler ou escrever é muito elevada, levando até à existência de preconceitos relativamente aos indivíduos analfabetos, associando-os, no extremo, à criminalidade, consumo de drogas, entre outros comportamentos negativos. Se no tópico anterior não há uma distinção da taxa de analfabetismo por idade do indivíduo, o que permitiria uma análise mais fina quanto às características escolares da comunidade (por exemplo, a taxa de analfabetismo poderia estar totalmente concentrada na população idosa,

fazendo prever um decréscimo natural deste valor, ou pelo contrário, este indicador social está presente em várias gerações), um outro indicador será mais explícito no que respeita às características da população jovem e da sua educação. A "**Taxa de abandono escolar**" centra-se apenas na população entre os 10 e 15 anos, quantificando os jovens que saíram do sistema educativo antes de terminar o Ensino Básico completo (9º ano). O abandono escolar apresenta várias motivações entre os jovens. Se alguns simplesmente sentem-se desmotivados com o sistema de ensino, por vezes associados a dificuldades de aprendizagem, outros desistem por dificuldades financeiras (por vezes obrigados a desistir pela família) para trabalharem em casa ou noutra actividade. Comportamentos "desviantes" como consumo de droga ou álcool, ou gravidez adolescente são também motivos de desistência da escola.

Um segundo aspecto relevante prende-se com a dinâmica de emprego e desemprego. Um primeiro tópico em estudo, este na perspectiva da comunidade, prende-se com as "**Condições perante a actividade económica**". A dinâmica de emprego é um ponto relevante no contexto de uma Comunidade Sustentável, dada a forte influência que tem em vários outros pilares das Comunidades Sustentáveis, dado o emprego dever ser a principal fonte de rendimento dos agregados. Uma proporção de População empregada relevante faz prever uma comunidade com menores discrepâncias socioeconómicos, promovendo uma maior coesão social entre a comunidade, desenvolvendo o poder de compra e equilíbrio financeiro das famílias e reduzindo a criminalidade, entre outros impactes. Contudo, a população pode exercer a sua actividade profissional a distâncias variadas da sua residência: dentro do bairro, na cidade ou município mas fora do bairro, noutro município. Assim, a função laboral implica também um conjunto de deslocações diárias com impacte no quotidiano das famílias, não só pelo uso do tempo mas também pelos gastos inerentes. Assim, é possível compreender a generalidade da Comunidade através das actividades económicas ou não de todos os indivíduos, desde o foco na população empregada e população desempregada, mas também na análise da população sem actividade económica, com destaque para os estudantes, domésticas, reformados, incapacitados ou outros.

Considerando a população empregada, importa assim conhecer a **"Localização do posto de trabalho"** dos residentes, quer o destino da deslocação laboral seja o bairro/freguesia, o concelho ou outro concelho. Como foi já referido, a função laboral obriga, na maioria das vezes, a deslocações diárias, sendo que a sua localização influenciará o ou os modos de transporte seleccionados, o tempo de deslocação, o número de viagens diárias, entre outros. O Índice de Polarização do emprego está também fortemente relacionado com o tipo de actividades e sectores económicos presentes em cada lugar e, obviamente, com o número de postos de trabalhos existentes. Assim a quantificação do "**Pessoal ao serviço por secção da CAE**" e de "**Estabelecimentos por secção da CAE**", torna-se fundamental para compreender, por um lado, o volume dos postos de trabalho locais,

independentemente do local de residência dos trabalhadores, e por outro, o número de estabelecimentos abertos, independentemente do número de empregados, ambos sectorializados pelas CAE (Classificação das Actividades Económicas), podendo então aferir-se se há uma maior especialização do lugar em um ou alguns sectores económicos ou se há uma grande variedade e diversidade de actividades. É interessante também comparar o perfil do bairro com o perfil da cidade, sendo que nem sempre os perfis coincidem. A diversidade de emprego, promovida pela existência e variedade de estabelecimentos, é um factor de grande relevância no contexto das Comunidades Sustentáveis. Podem ser analisados dois outros indicadores: "**Taxa de emprego**" e "**Taxa de desemprego**". O primeiro indicador demonstra a proporção de população empregada relativamente à população residente com 15 ou mais anos, enquanto o segundo representa a proporção de população desempregada no total da população activa. A este conjunto (população desempregada) juntam-se os indivíduos que estudam a tempo inteiro, ou afectos por doença ou deficiência, entre outros motivos, que afastam os valores da população empregada dos valores da população residente com mais de 15 anos.

Na perspectiva territorial, é possível quantificar o **"Índice de polarização do emprego"** das áreas de estudo, reflectindo assim a dinâmica de emprego localização do bairro ou no município. A existência de postos de trabalho no bairro, e a consequente atracção de população não-residente para trabalhar gera um maior consumo do comércio e restauração, mas também dos serviços existentes. Esta dinâmica acaba por ser positiva para os residentes que, muitas vezes, só frequentam o seu próprio bairro ao fim do dia ou aos fins-de-semana. Contudo, dada a especialização ou diversificação das funções nos bairros, pode-se verificar, por exemplo dentro da mesma cidade, bairros com um elevado índice de polarização de emprego, superior a "1", ou seja, contabiliza-se um maior número de população empregada no bairro do que a população residente e empregada no mesmo bairro ou cidade, havendo outros locais com um índice inferior a 1, ou seja, verifica-se a necessidade de um conjunto de indivíduos sair do bairro ou da cidade para trabalhar.

Ainda na componente "2. Economia Local e Familiar" destaca-se a temática do "Rendimento familiar e gastos". Neste contexto são abordados dois tópicos. Num primeiro momento, importa conhecer o **"Rendimento médio mensal do agregado familiar",** que influencia todas as escolhas das famílias, desde a escolha da habitação à dos transportes, dos consumos diários (alimentação, bens e serviços, como vestuário ou escolas), ou até no consumo de actividades de lazer e cultura. Resulta maioritariamente da situação socioprofissional dos indivíduos, do número de indivíduos em idade activa e empregados, e em parte pelos seus níveis de instrução, condições de saúde ou contexto familiar. Salienta-se que o rendimento médio mensal pode provir de outras fontes como pensões de invalidez, velhice, doença profissional, morte/sobrevivência ou desemprego,

rendimento mínimo garantido, rendimento social de inserção, entre outros. Apesar da variedade da fonte dos rendimentos, alguns gastos são vitais para a "sobrevivência das famílias", como para a alimentação ou para a habitação, ou para o cumprimento dos seus deveres laborais, como para os transportes. A **"Proporção do rendimento médio mensal líquido do agregado familiar alocado a estes vários gastos"** são relevantes para compreender quais as maiores dificuldades das famílias na gestão do seu orçamento familiar.

Aspectos relevantes para uma Comunidade Sustentável
Economia Local e Familiar

- O bairro deve apresentar variedade de actividades económicas, dinamizando assim a existência e diversificação do emprego e criando mais oportunidades de consumo de bens e serviços locais;
- O edificado existente deve suportar as várias actividades económicas mas também ser adaptável às mudanças e a receber novas tecnologias de comunicação;
- Uma forte comunidade de negócios pode reforçar outras áreas das Comunidades Sustentáveis como a Governança local;
- Deve existir oportunidades variadas de educação e formação dos residentes, independentemente da idade, procurando evitar a iliteracia e a saída precoce da escola;

3.2.2. Fichas de Indicadores – Componente 2. Economia local e familiar

COMPONENTE: 2. ECONOMIA LOCAL E FAMILIAR

SUB-COMPONENTE: 2.1. INSTRUÇÃO

PRESSUPOSTO:

O nível de Instrução de uma comunidade é fundamental, não só pelo acesso à educação formal, mas também, a longo prazo, pelo seu reflexo no acesso ao mercado de trabalho e a uma melhor qualidade de vida dos indivíduos. A tendência das últimas décadas revela uma considerável evolução nos níveis médios de instrução dos individuos, em parte resultado das políticas educativas nacionais, com o aumento do número de anos de ensino obrigatório.

INDICADOR: 2.1.1. NÍVEL DE ESCOLARIDADE ATINGIDO

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** Nível de Instrução
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria de instrução/número total de residentes) * 100
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

2.1.1. NÍVEL DE ESCOLARIDADE ATINGIDO

Zona Geográfica	População residente segundo o nível de escolaridade atingido								Total
	Nenhum nível de escolaridade	Ensino pré-escolar	Ensino básico			Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior	
			1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo				
Benfica	5,5	2,1	23,8	6,8	13,7	16,5	0,8	30,7	100
Carnide	7,0	3,2	20,0	6,7	11,7	13,3	0,6	37,6	100
Lumiar	5,5	3,3	14,1	5,4	9,2	12,8	0,7	49,0	100
Santo Condestável	5,8	2,5	23,0	7,4	13,6	16,5	0,9	30,3	100
Alcochete	9,0	3,3	22,4	8,2	14,9	19,7	0,9	21,6	100
Pinhal Novo	9,9	2,7	24,1	9,1	17,8	21,2	1,3	13,9	100
Quinta do Conde	9,0	2,8	21,7	9,2	18,7	23,8	1,3	13,5	100

Quadro 21 – População residente segundo o nível de escolaridade atingido

Fonte – INE, Censos 2011

Quanto ao nível de ensino da população residente, é possível distinguir diversos padrões entre os vários casos de estudo. (Quadro 21) Nos casos de estudo localizados no município de Lisboa entre 6% a 7% dos individuos não apresentam qualquer nível e escolaridade, enquanto nos casos de estudo da margem sul essa proporção situa-se entre os 9% e os 10%. No que respeita ao Ensino Pré-escolar, a proporção de residentes em cada caso de estudo é muito aproximada: entre 2% em Benfica e 3,3% no Lumiar. Quanto ao Ensino Básico, também há uma distribuição semelhante entre os casos de estudo. Quanto ao 1º Ciclo, a proporção de residentes situa-se entre os 20% em Carnide e os 24% no Pinhal Novo. Destaca-se a excepção do Lumiar, apenas com 14% (em parte justificado pela expressiva proporção de individuos com níveis de escolaridade mais elevado. Relativamente ao 2º Ciclo, apesar dos valores próximos entre os casos de estudo, verificam-se proporções menores nas freguesias de Lisboa (de 5% no Lumiar a 7% nas restantes), enquanto nas freguesias da margem sul situa-se entre os 8% em Alcochete e 9% nos restantes. Quanto à população detendora do 3º Ciclo, mais uma vez, apesar de próximos, os valores das freguesias da margem sul são mais elevados. Assim, a proporção de residentes com o 3º ciclo situa-se entre os 9% no Lumiar e os 19% na Quinta do Conde. Considerando o Ensino Secundário, o padrão verifica-se novamente entre as freguesias de Lisboa e as da margem sul, estando os valores entre os 13# em Carnide e Lumiar e os 24% na Quinta do Conde. A distribuição da população pelos ciclos de ensino obrigatório depende também da população

que detém níveis mais elevados. Assim, é nos casos de estudo do municipio de Lisboa que a proporção de individuos com Ensino Superior é mais elevada, entre os 30% em Santo Condestável e os 49% no Lumiar, apresentando as freguesias em estudo localizados na margem sul valores mais reduzidos, entre os 14% na Quinta do Conde e Pinhal Novo e os 22% em Alcochete.

COMPONENTE: 2. ECONOMIA LOCAL E FAMILIAR

SUB-COMPONENTE: 2.1. INSTRUÇÃO

PRESSUPOSTO:

O nível de Instrução de uma comunidade é fundamental, não só pelo acesso à educação formal, mas também, a longo prazo, pelo seu reflexo no acesso ao mercado de trabalho e a uma melhor qualidade de vida dos indivíduos. A economia existente numa determinada área também é influenciada pela qualificação da população residente, potenciando uma dinâmica de economia local mais ampliada. Aspectos como o analfabetismo ou o abandono escolar devem ser evitados para uma maior coesão social a curto e longo prazo. O indicador "Taxa de Analfabetismo" reflecte a situação das comunidades na actualidade, sem destrinçar quais os grupos etários com menor ou maior taxa.

INDICADOR: 2.1.2. TAXA DE ANALFABETISMO

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** Taxa de Analfabetismo
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (População residente com 10 e mais anos ('Não sabe ler nem escrever')/ População residente com 10 e mais anos)*100
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

2.1.2. TAXA DE ANALFABETISMO

Freguesias	Taxa de analfabetismo (%)		
	1991	2001	2011
Benfica	4.0	4.7	2.74
Carnide	7.6	8.2	3.82
Lumiar	5.9	3.8	1.90
Santo Condestável	6.1	5.8	2.76
Alcochete	13.0	9.7	3.87
Pinhal Novo	12.6	8.2	4.54
Quinta do Conde	7.7	5.1	2.46

Quadro 22 – Taxa de analfabetismo

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Relativamente à Taxa de Analfabetismo (Quadro 22), é opssivel observar que, em 2011, a sua proporção em cada caso de estudo era bastante similiar, situando-se entre os 2% no Lumiar e Quinta do Conde e os 5% no Pinhal Novo. Contudo, analisando a evolução da taxa de analfabestismo entre 1991 e 2011 é possível analisar duas tendências distintas. Os casos de estudo localizados no municipio de Lisboa apresentam valores em 2001 relativamente próximos dos valores de 2011. Em 2001, a taxa de analfabetismo situava-se entre os 4% em Benfica e os 8% em Carnide, diminuindo o intervalo para 2% no Lumiar a 4% em Carnide. Já nas três freguesias da AML Sul, é ainda mais notória a redução da presença do fenómeno de analfabetismo, salientando-se o caso do Pinhal Novo, que passou de 13% em 1991 paea 3% em 2011, e o caso de Alcochete que evoluiu de 13% em 1991 para 4% em 2011.

COMPONENTE: 2. ECONOMIA LOCAL E FAMILIAR

SUB-COMPONENTE: 2.1. INSTRUÇÃO

PRESSUPOSTO:

O nível de Instrução de uma comunidade é fundamental, não só pelo acesso à educação formal, mas também, a longo prazo, pelo seu reflexo no acesso ao mercado de trabalho e a uma melhor qualidade de vida dos indivíduos. O abandono escolar é resultado não só de problemas sociais e familiares dos indivíduos (por exemplo por dificuldades de aprendizagem ou necessidade de rendimentos), mas também de inexistência ou falta de adaptação a diferentes oportunidades de aprendizagem que respondam a diferentes necessidades dos jovens (fenómeno que se tem procurado minimizar ao longo dos anos, por exemplo, com a criação de cursos técnico-profissionais ou tecnológicos).

INDICADOR: 2.1.3. TAXA DE ABANDONO ESCOLAR

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** Taxa de abandono escolar
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (População residente com idade entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano/ População residente com idade entre 10 e 15 anos) * 100
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

2.1.3. TAXA DE ABANDONO ESCOLAR

Freguesias	Taxa de abandono escolar (%)		
	1991	2001	2011
Benfica	6.1	2.4	1.93
Carnide	5.3	4.8	1.66
Lumiar	7.6	0.7	1.15
Santo Condestável	8.1	1.3	1.45
Alcochete	10.5	1.5	1.97
Pinhal Novo	6.0	1.8	1.34
Quinta do Conde	4.8	1.2	1.66

Quadro 23 –Taxa de abandono escolar

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

A Taxa de abandono escolar pretende expressar a proporção de população entre os 10 e os 15 anos que abandou a escola sem concluir o 9º ano (Ensino Básico), neste caso em três momentos censitários de 1991, 2001 e 2011 (Quadro 23). Também quanto a este indicador se registam mudanças positivas no sentido da redução da taxa de abandono escolar. Considerando a taxa de abandono escolar nos casos de estudo, os calores situavam-se entre os 5% na Quinta do Conde e os 11% em Alcochete. Passado duas décadas, os valores da taxa de abandono escolar reduziu drasticamente em todas as freguesias e aproximou os valores entre todas as freguesias em estudo. Assim, em 2011 a taxa situa-se entre os 1% no Lumiar e Pinhal Novo e os 2% nos restantes casos de estudo.

COMPONENTE: 2. ECONOMIA LOCAL E FAMILIAR

SUB-COMPONENTE: 2.2. EMPREGO

PRESSUPOSTO:

As actividades dos individuos residentes numa comunidade são um factor de grande importância tanto na qualidade de vida dos mesmos e das famílias como para o fortelacimento de uma comunidade equilibrada. Assim, uma determinada comunidade apresenta um conjunto de população empregada, população desempregada ou população sem actividade económica, onde se incluem os estudantes, os reformados, os incapacitades, entre outros. A distribuição da proporção de cada um destes grupos pode revelar uma comunidade mais ou menos sustentável.

INDICADOR: 2.2.1. CONDIÇÕES PERANTE A ACTIVIDADE ECONÓMICA

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** População activa, População empregada, População desempregada, Estudantes, Reformados, Incapacitados
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:***
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

2.2.1. CONDIÇÕES PERANTE A ACTIVIDADE ECONÓMICA

	População empregada	População desempregada			População sem actividade económica					Total
		Total	Procura 1º emprego	Procura novo emprego	Estudante	Doméstica	Reformada, aposentada ou na reserva	Incapacitada permanente p/o trabalho	Outra situação	
Benfica	43,6	6,7	1,5	5,2	6,2	3,1	35,1	1,2	4,1	100
Carnide	53,7	6,7	1,4	5,3	9,4	2,2	22,0	1,6	4,4	100
Lumiar	57,2	5,0	1,1	4,0	9,7	2,3	21,1	0,9	3,8	100
Santo Condestável	45,7	5,9	1,2	4,7	6,0	2,6	34,5	0,9	4,4	100
Alcochete	56,2	7,9	1,4	6,6	7,0	3,1	21,1	1,1	3,5	100
Pinhal Novo	54,1	8,6	1,6	7,0	6,6	3,8	21,6	1,2	4,2	100
Quinta do Conde	57,4	8,5	1,5	6,9	7,0	4,1	17,9	1,2	3,9	100

Quadro 24 – Condições perante a actividade económica

Fonte - INE, Censos 2011

As condições perante a actividade económica são fundamentais para uma comunidade sustentável equilibrada, coesa e, simultaneamente, competitiva. Assim, considerando as actividades dos residentes nas freguesias em estudo em 2011 (Quadro 24), é possível destacar que, ao nível da população empregada, verificam-se algumas discrepâncias entre as freguesias. Enquanto Benfica (44%) e Santo Condestável (46%) apresentam proporções abaixo dos 50%, os restantes casos de estudo apresentam valores acima dos 50%, nomeadamente na Quinta do Conde (57%) e e Lumiar (57%). Relativamente à proporção de população desempregada, os valores entre os casos de estudo são mais aproximados, entre os 5% no Lumiar e os 9% no Pinhal Novo. Neste contexto, enquanto cerca de 1% a 2% se refere a população à procura do primeiro emprego, a proporção restante refere-se a individuos à procura de novo emprego. Um terceiro conjunto de população é considerada como não tendo actividade económica, nomeadamente os estudantes, domésticas, reformados, aposentados ou na reserva, incapacitados ou outra situação. A proporção de estudantes nos vários casos de estudo é relativamente semelhante: entre 6% em Santo Condestável e 10% no Lumiar. A proporção de domésticas em 2011 situa-se entre os 2% em Carnide e Lumiar e os 4% no Pinhal Novo e Quinta do Conde. Os individuos reformados, aposentados ou na reserva apresentam uma relevante proporção das

comunidades, embora em proporções distintas nos casos de estudo: entr os 18% na Quinta do Conde e os 35% em benfica e Santo Condestável. Por fim, a proporção de individuos incapacitados é bastante reduzida, situando-se entre os 1% no Lumiar, Santo Condestável, Alcochete, Pinhal Novo e Quinta do Conde e Benfica, e so 2% em Carnide.

COMPONENTE: 2. ECONOMIA LOCAL E FAMILIAR

SUB-COMPONENTE: 2.2. EMPREGO

PRESSUPOSTO:

A localização do posto de trabalho é um factor determinante no quotidiano dos indivíduos e das famílias. Associado à localização do posto de trabalho, outras variáveis, como o modo de transporte utilizado, o tempo despendido em deslocações, ou o número de deslocações que cada individuo realiza por dia, influenciam a relação dos indivíduos com o território, em particular com o seu bairro de residência. Por exemplo, um indivíduo que trabalhe na freguesia de residência poderá eventualmente desenvolver um maior número de relações com a vizinhança, fortalecendo a comunidade além de uma poupança ao nível do tempo e dinheiro gasto em deslocações.

INDICADOR: 2.2.2. LOCALIZAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Posto de trabalho
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria de instrução/número total de residentes) * 100
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

2.2.2. LOCALIZAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO

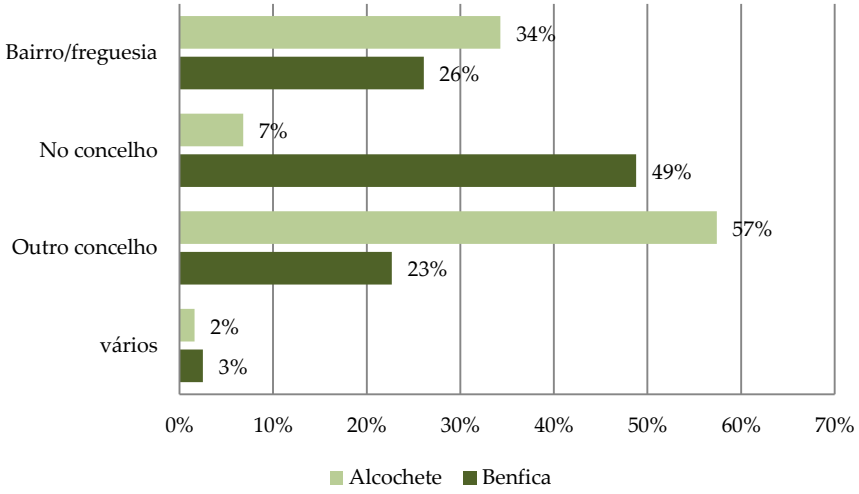


Figura 11 - Local de trabalho dos inquiridos

Fonte - Inquérito Benfica e Alcochete [3], 2010

O local de trabalho dos indivíduos no activo interfere na sua qualidade de vida na medida em que, além do rendimento mensal que daí provém para subsistência das famílias, é uma das actividades que consome mais tempo, não só pelo horário de trabalho mas também pelas deslocações casa-trabalho-casa. Analisando assim as freguesias de Benfica e Alcochete, estudadas por inquérito à população (Figura 11), é notório que é em Alcochete que um maior número de indivíduos assumiu trabalhar no bairro ou freguesia onde reside (34%), porém é também esta comunidade que apresenta uma maior percentagem de indivíduos a trabalhar fora do município de residência (57%). Já em Benfica, quase metade dos inquiridos afirmou trabalhar no município de Lisboa, excepto na freguesia de Benfica (49%), reflexo da polarização do emprego na cidade de Lisboa sendo que os restantes se repartem pelo local de trabalho sediado no bairro (26%) ou em outro concelho que não Lisboa (23%), maioritariamente em municípios da AML Norte. Esta dinâmica está fortemente relacionada com o sistema municipal e metropolitano de emprego, que obriga a diversos padrões de deslocação laboral consoante a área de residência e o sector de trabalho.

COMPONENTE: 2. ECONOMIA LOCAL E FAMILIAR

SUB-COMPONENTE: 2.2. EMPREGO

PRESSUPOSTO:

A quantidade e variedade de estabelecimentos existentes numa área proporcionam uma maior vivência dos seus residentes na área de proximidade à residência a par da atracção de visitantes, gerando uma maior dinâmica comunitária. Associado aos estabelecimentos estão os postos de trabalho necessários que apoiam e dinamizam a economia local de um bairro e fortalecem a criação e manutenção das redes de vizinhança, quer os indivíduos trabalhadores residam ou não na área.

INDICADOR: 2.2.3. PESSOAL AO SERVIÇO POR SECÇÃO DE CAE

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Gabinete de Estratégia e Planeamento – Ministério do Trabalho e Solidariedade Social
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Município ou freguesia
- ***CONCEITOS:*** Pessoal ao Serviço, Secção de actividade CAE Rev. 3
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (N.º pessoas ao serviço por CAE Rev. 3/ Nº pessoas ao serviço) * 100
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

Nota 1: O indicador "Pessoal ao serviço" não se refere ao emprego dos indivíduos residentes em determinada área, mas sim aos empregados em estabelecimentos localizados em determinada área quer sejam residentes ou não no local

EXEMPLO:

2.2.3. PESSOAL AO SERVIÇO POR SECÇÃO DE CAE

CAE Rev. 3	Pessoas ao Serviço (%)			
	Concelho		Freguesia	
Secção	Lisboa	Alcochete	Benfica	Alcochete
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	0,1	6,9	0,03	7,3
B - Indústrias extractivas	0,1	0,1	0,0	0,1
C - Indústrias transformadoras	3,6	18,4	3,0	20,1
F - Construção	18,8	45,8	33,2	46,4
H - Transportes e armazenagem	7,6	4,2	0,7	4,6
I - Alojamento, restauração e similares	9,4	7,0	8,5	6,2
J - Actividades de informação e de comunicação	6,3	0,6	4,8	0,6
K - Actividades financeiras e de seguros	8,4	0,9	2,3	0,9
L - Actividades imobiliárias	1,2	1,7	1,1	2,0
M - Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	7,8	1,7	4,5	1,6
N - Actividades administrativas e dos serviços de apoio	22,9	2,7	20,9	0,0
O - Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	1,0	1,8	0,3	2,0
P - Educação	8,6	5,9	15,9	5,8
R – Actividades artísticas, de espectáculos e recreativas	1,2	1,7	0,4	1,9
S – Outras actividades de serviços	3,3	0,5	4,2	0,5
U – Act. Dos organismos internacionais e outras instit. Extra-territoriais	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	100	100	100	100

Quadro 25 – Pessoal ao Serviço por Secção da CAE Rev. 3, para os municípios de Lisboa e Alcochete e Freguesias de Benfica e Alcochete

Fonte – GEP/MTSS (2011)

À escala das freguesias (Quadro 25), em ambos os casos há uma grande concentração de pessoal ao serviço no sector da "Construção" (46% em Alcochete e 33% em Benfica). A par do perfil de estabelecimentos existentes, cada uma das freguesias concentra os seus postos de trabalho em secções diferentes. Em Alcochete sobressaem as secções das "Indústrias Transformadoras" (20%) e "Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca" (7%). Já em Benfica, as principais secções de trabalho são "Actividades administrativas e dos serviços de apoio" (21%), "Educação" (16%) e "Alojamento, Restauração e Similares" (9%). Contudo, no contexto dos municípios, a freguesia de Alcochete, pela sua macrocefalia, apresenta um perfil muito semelhante à do município de Alcochete. Já a freguesia de Benfica no contexto do município de Lisboa, sobressai nos sectores da "Educação", em detrimento das "Actividades Financeiras e de Seguros" e de "Actividades de Consultoria, científicas, técnicas e similares" com presença relevante à escala municipal.

COMPONENTE: 2. ECONOMIA LOCAL E FAMILIAR

SUB-COMPONENTE: 2.2. EMPREGO

PRESSUPOSTO:

A quantidade e variedade de estabelecimentos existentes numa comunidade potenciam uma maior vivência dos seus residentes na área de proximidade da residência a par da atracção de visitantes, gerando uma maior dinâmica na vida de rua. O perfil das áreas é também determinado pela variedade dos estabelecimentos comerciais e de serviços. Apesar de, para uma comunidade mais sustentável, ser muito relevante a existência de uma diversidade de serviços, algumas áreas são beneficiadas pela concentração de determinada tipologia de actividade, bem ou serviço.

INDICADOR: 2.2.4. ESTABELECIMENTOS POR SECÇÃO DA CAE

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Gabinete de Estratégia e Planeamento – Ministério do Trabalho e Solidariedade Social
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Município ou freguesia
- ***CONCEITOS:*** Estabelecimentos, Secção de actividade CAE Rev. 3
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (N.º estabelecimentos por CAE Rev. 3/ Nº pessoas ao serviço) * 100
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

2.2.4. ESTABELECIMENTOS POR SECÇÃO DA CAE

CAE Rev. 3	Estabelecimentos (%)			
	Concelho		Freguesia	
Secção	Lisboa	Alcochete	Benfica	Alcochete
A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	0.4	5.9	0.1	6.3
B - Indústrias extractivas	0.0	0.2	0.0	0.4
C - Indústrias transformadoras	4.1	8.9	4.3	10.7
F - Construção	5.3	11.1	6.9	8.7
G – Comércio por grosso e a retalho, reparação de automóveis e motociclos	27.7	34.9	37.4	35.6
H - Transportes e armazenagem	4.9	3.0	2.7	2.9
I - Alojamento. restauração e similares	12.9	13.2	10.3	12.5
J - Actividades de informação e de comunicação	3.6	1.4	2.9	1.5
K - Actividades financeiras e de seguros	4.2	1.9	2.9	1.7
L - Actividades imobiliárias	5.0	3.9	4.1	4.4
M - Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	11.6	4.4	8.4	4.1
N - Actividades administrativas e dos serviços de apoio	4.8	3.1	4.0	3.1
O - Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	0.3	0.5	0.1	0.4
P - Educação	7.6	4.5	7.4	4.1
R – Actividades artísticas, de espectáculos e recreativas	1.3	0.8	0.9	1.1
S – Outras actividades de serviços	6.4	2.6	7.5	2.6
U - Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	0.0	0.0	0.0	0.0
TOTAL	100	100	100	100

Quadro 26 – Número de estabelecimentos por Secção e Divisão da CAE Rev. 3. para os municípios de Lisboa e Alcochete e Freguesias de Benfica e Alcochete

Fonte – GEP/MTSS (2011)

À escala das freguesias (Quadro 26), as duas em análise apresentam algumas semelhanças, como por exemplo a grande percentagem de estabelecimentos alocados a "Comércio por grosso e a retalho. reparação de automóveis e motociclos" (37% em Benfica e 36% em Alcochete). Contudo, Alcochete apresenta uma maior percentagem de estabelecimento do sector primário (6% para "Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca " e 11% para "Indústrias Transformadoras"), enquanto Benfica distingue-se pelo número de estabelecimentos para "Actividades de Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares" (8%), "Educação" (7%) e "Outras Actividades de Serviço" (8%). Quando comparados os perfis das freguesias e dos municípios onde se integram, nota-se uma grande semelhança entre a freguesia e o município de Alcochete (devido à sua macrocefalia). Já no caso de Benfica e Lisboa, no município em geral há um maior número relativo de estabelecimentos de "Alojamentos, restauração e Similares", "Actividades de Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares", em detrimento da presença de "Comércio por grosso e a retalho, reparação de automóveis e motociclos".

COMPONENTE: 2. ECONOMIA LOCAL E FAMILIAR

SUB-COMPONENTE: 2.2. EMPREGO

PRESSUPOSTO:

O Emprego é um dos aspectos mais relevantes para a existência de uma comunidade sustentável, pois, além de tudo, promove a independência financeira das famílias, criando comunidades mais estáveis e equilibradas, independentemente do tipo de emprego ou sector de trabalho. Por outro lado, a existência de desemprego no seio das famílias e das comunidades gera dificuldades (ex. perda de poder de compra, desequilíbrio financeiro das famílias, etc.), que poderá ter reflexos na comunidade (desadequação ou falta de serviços de resposta, insegurança e criminalidade, entre outros).

INDICADOR: 2.2.5. EMPREGO

2.2.5.1. TAXA DE EMPREGO

2.2.5.2. TAXA DE DESEMPREGO

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** Taxa de Emprego[1], Taxa de Desemprego[2], População Empregada, População Desempregada, População Activa
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** [1] (População empregada/População residente com 15 e mais anos)*100 (%)

  [2] (População desempregada (sentido lato) /População activa)*100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

2.2.5.1. TAXA DE EMPREGO

2.2.5.2. TAXA DE DESEMPREGO

Freguesias	Taxa de Emprego (%)		Taxa de Desemprego (sentido lato) (%)	
	2001	2011	2001	2011
Benfica	52.0	43,6	7.4	13.30
Carnide	56.7	53,7	6.6	11.04
Lumiar	60.2	57,2	5.2	8.09
Santo Condestável	48.0	45,7	8.7	11.47
Alcochete	56.4	56,2	7.3	12.37
Pinhal Novo	57.1	54,1	9.1	13.69
Quinta do Conde	59.5	57,4	8.9	12.90

Quadro 27 – Taxas de Emprego e Desemprego

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Relativamente aos indicadores relativos à Taxa de emprego e Taxa de desemprego (Quadro 27), em todos os casos de estudo, entre 2001 e 2011, a taxa de emprego decresceu enquanto a taxa de desemprego aumentou. Considerando a taxa de emprego, é possível identificar alguns casos de estudo em que, em 2011, o seu valor é inferior a 50%, nomeadamente Benfica (44%) e Santo Condestável (46%), enquanto os casos que apresentam valores mais elevados situam-se nos 60% na Quinta do Conde e no Lumiar. Entre 2001 e 2011, Alcochete foi o caso de estudo onde a taxa de emprego se manteve aproximada, enquanto, pelo contrário, se destaca o caso de Benfica em que a taxa diminuiu 8%. Considerando a Taxa de desemprego, apenas a freguesia do Lumiar (8%) apresenta valores abaixo de 10% em 2011. Todos os outros csaos situam-se entre os 11% em Carnide e os 14% no Pinhal Novo. Considerando a evolução da taxa de desemprego entre 2001 e 2011, os aumentos situam-se entre os 3% em Santo Condestável e Lumiar e os 6 em Benfica.

COMPONENTE: 2. ECONOMIA LOCAL E FAMILIA

SUB-COMPONENTE: 2.2. EMPREGO

PRESSUPOSTO:

O Emprego revela-se um forte pilar para a manutenção de uma comunidade mais sustentável, não só com a existência de postos de trabalho na área, que permita empregar população residente (e não-residente), mas que os próprios residentes consigam manter o seu posto de trabalho como fonte de rendimento do agregado familiar. Consoante o perfil económico da área, também associado à localização dos territórios no contexto regional, o Índice de Polarização do Emprego reflecte o "peso" do emprego em cada município, com base no número de residentes, fazendo prever um determinado volume de entradas e/ou saídas do e para o município com o motivo de trabalho

INDICADOR: 2.2.6. ÍNDICE DE POLARIZAÇÃO DO EMPREGO

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Município
- ***CONCEITOS:*** Índice de Polarização de Emprego
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** População empregada na unidade territorial/ População residente e empregada na unidade territorial
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

2.2.6. ÍNDICE DE POLARIZAÇÃO DO EMPREGO

Municípios	Índice de polarização de emprego	
	2001	2011
Lisboa	2.2	2.32
Alcochete	0.7	0.88
Palmela	1.1	1.03
Sesimbra	0.7	0.6

Quadro 28 –Índice de Polarização de Emprego

Fonte - INE, Censos 2001 e 2011

O Índice de Polarização do Emprego (IPE), ou seja, a relação entre a população empregada na unidade territorial e a população residente e empregada na unidade territorial, é agora analisado à escala do município, integrando os quatro municípios onde se inserem as sete freguesias em estudo, sendo que: IPE =1 – revela um equilíbrio entre o número de postos de trabalho no município e o número de indivíduos que residem em determinada área e aí estão empregados (independentemente do local de trabalho): IPE < 1 – há um maior número de população residente em determinado local e empregados que o número de empregados existentes no mesmo local, ou seja, há um maior fluxo diário de trabalhadores para fora de determinada área do que para a própria; IPE > 1 – o número de empregados numa área é superior à população empregada residente nessa área, promovendo um fluxo de atracção de trabalhadores residentes em outras áreas para a primeira. Verifica-se assim que o Índice de polarização de emprego se manteve relativamente semelhante entre 2001 e 2011 para todos os municípios em estudo (Quadro 28). Em 2011, Lisboa apresenta um Índice de polarização de emprego bastante destacado (2,3), valor que aumentou ligeiramente desde 2001 (2,2). Com um índice de aproximadamente 1 surge apenas Palmela (que diminuiu ligeiramente). Os casos de Alcochete (0,9) e Sesimbra (0,6) apresentam índices inferiores a 1. Contudo, enquanto Alcochete registou um ligeiro aumento do índice entre 2001 e 2011 (de 0,7 para 0,9), Sesimbra registou um ligeiro decréscimo (de 0,7 para 0,6).

COMPONENTE: 2. ECONOMIA LOCAL E FAMILIAR

SUB-COMPONENTE: 2.3. RENDIMENTO FAMILIAR E GASTOS

PRESSUPOSTO:

O rendimento mensal do agregado familiar, como base de subsistência, permite que cada agregado possa tomar determinadas opções no seu quotidiano: escolha da habitação, modos de transporte utilizados, frequência de actividades e espaços de lazer e desporto, procura de determinados bens e serviços, etc. É resultado não só da situação socioprofissional dos indivíduos mas também do seu nível de instrução, condições de saúde (p.ex. que impeçam o trabalho), entre outros.

INDICADOR: 2.3.1. RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DO AGREGADO FAMILIAR

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Rendimento mensal do agregado familiar
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

2.3.1. RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DO AGREGADO FAMILIAR

Bairros	<500€	501-1000€	1001-2500€	1501-2500€	2501-3500€	3501-5000€	>5001€	NS/NR	Total (%)
Benfica	2.0	19.0	28.0	30.0	13.0	3.0	2.0	3.0	100
Telheiras	0.0	1.7	6.7	18.3	13.3	31.7	10.0	18.3	100
Alcochete	3.0	25.3	37.4	25.3	4.0	4.0	1.0	0.0	100
Quinta do Conde	1.7	13.3	16.7	38.3	13.3	1.7	0.0	15.0	100

Quadro 29 –Rendimento médio mensal do agregado familiar

Fonte – Inquérito Telheiras e Quinta do Conde [2], 2009; Inquérito Benfica e Alcochete [3], 2010

A análise aos rendimentos médios mensais líquidos do agregado pretendem quantificar a soma do rendimento mensal de trabalho somando também os rendimentos mensais de outras fontes (ex. pensão de invalidez, velhice, doença profissional, morte/sobrevivência, desemprego, rendimento mínimo garantido, rendimento social de inserção, entre outros). Analisando os escalões dos rendimentos médios mensais dos agregados familiares inquiridos (Quadro 29), foi no caso de Alcochete que um maior número de agregados, um quarto do total, afirmou receber entre 500 a 1000 euros mensais (sendo que o salário mínimo nacional de 2011 é de 485 euros). Em todos os casos de estudo, o valor médio mensal dos agregados situa-se maioritariamente entre os 1001 euros e os 2500 euros, com excepção de Telheiras, onde cerca de um terço dos inquiridos afirmou receber mensalmente no total do agregado familiar entre 3501 e 5000 euros. Salienta-se que estes resultados são apuramentos dos inquéritos realizados e que, em alguns casos (Telheiras e Quinta do Conde), a percentagem de não-respostas foi bastante elevada.

COMPONENTE: 2. ECONOMIA LOCAL E FAMILIAR

SUB-COMPONENTE: 2.3. RENDIMENTO FAMILIAR E GASTOS

PRESSUPOSTO:

Sendo a mobilidade um aspecto relevante no quotidiano de todos os indivíduos, o seu custo é também um aspecto de estudo com base no total dos rendimentos do agregado. Este facto é potenciador da escolha de determinados aspectos como o local de residência/trabalho/escola, procura de bens e serviços, escolha do modo de transporte, entre outros, especialmente procurando uma maior eficiência no que se trata ao consumo de dinheiro e tempo.

INDICADOR: 2.3.2. PROPORÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DO AGREGADO FAMILIAR ALOCADO A GASTOS DE TRANSPORTES

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:***
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

2.3.2. PROPORÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL LÍQUIDO DO AGREGADO FAMILIAR ALOCADO A GASTOS DE TRANSPORTES

Bairros	<10%	10 – 25%	26 – 50%	50 - 75%	>76%	Total (%)
Benfica	68.8	30.1	1.1	0	0	100
Telheiras	61	26.9	3.5	8.6	0	100
Alcochete	45.9	48.9	5.2	0	0	100
Quinta do Conde	44	50	6	0	0	100

Quadro 30 – Proporção do rendimento médio mensal do agregado familiar alocado a gastos de transportes

Fonte – Inquérito Telheiras e Quinta do Conde [2], 2009; Inquérito Benfica e Alcochete [3], 2010

Com base nos inquéritos aplicados em quatro casos de estudo, questionou-se sobre a proporção do rendimento médio mensal líquido do agregado familiar alocado a gastos de transportes (por exemplo prestação de aquisição de veículos próprios, combustível, passe social de transporte, transporte escolar). Verificam-se assim dois fenómenos com algumas diferenças (Quadro 30). Nos dois bairros de Lisboa, cerca de dois terços dos inquiridos assumiu gastar menos de 10% do rendimento total do agregado apenas para transportes e menos de um terço assume gastar entre 10% a 25%. Nas duas freguesias da Margem Sul do Tejo (Alcochete e Quinta do Conde), há uma repartição da percentagem de famílias inquiridas que gasta menos de 10% e entre 10% a 25% do seu rendimento médio mensal, com ligeira tendência para a segunda classe. Estes gastos estão associados não só ao total do rendimento mensal das famílias mas também do número de indivíduos por família, à localização do posto de trabalho ou escolas, à multiplicidade de deslocações diárias, ao modo(s) de transporte seleccionado(s), entre outros factores.

3.2.3. Reflexões

Associado à componente 2. Economia local e familiar destacam-se alguns resultados das temáticas abordadas.

Quanto ao "**Nível de escolaridade atingido**" das comunidades em 2011, verificam-se alguns padrões entre as freguesias em estudo. Nas quatro freguesias de Lisboa em estudo, é o Ensino Superior que se destaca como o mais prevalente entre os residentes (entre 30% em Santo Condestável e 49% no Lumiar), seguido do 1º Ciclo do Ensino Básico (entre 14% no Lumiar e 24% em Benfica), associado ao número de crianças existentes. O Ensino Secundário é o terceiro nível mais dominante, entre is 13% em Carnide e Lumiar e os 17% em Benfica e Santo Condestável. Quanto aos casos de estudo da margem sul, os padrões são mais diversificados. Em Alcochete e Pinhal Novo, o nível de escolaridade atingido dominante é o 1º Ciclo do Ensino Básico. Contudo, em Alcochete segue-se o nível Ensino Superior e Ensino Secundário, enquanto no Pinhal Novo, destaca-se o Ensino Secundário e o 3º Ciclo. No caso da Quinta do Conde, o Ensino Secundário é o mais prevalente, seguido do 1º Ciclo. Ainda relativamente ao ensino obrigatório, agora até ao 12º ano, o Governo actual pretende que metade dos estudantes optem pelo ensino profissional já este ano, revelando-se uma preocupação quanto à empregabilidade dos cursos, direccionando assim as vagas para as áreas de comércio, bens transaccionáveis, turismo, restauração e indústria (Jornal Diário de Notícias, 21/08/2012). Quanto à "**Taxa de analfabetismo**", verifica-se que, entre 1991 e 2011, as discrepâncias existentes entre freguesias reduziram consideravelmente. Se em 1991 era notória a diferença entre a taxa nas freguesias de Lisboa, entre 4% em Benfica e 8% em Carnide, e as freguesias da margem sul, entre 8% na Quinta do Conde e 1% em Alcochete e Pinhal Novo; volvidas duas décadas os valores da taxa de analfabetismo situam-se entre os 2% no Lumiar e os 5% no Pinhal Novo. A "**Taxa de abandono escolar**" é um dos indicadores que regista melhores sinais de melhoria. Se em 1991, havia uam considerável taca de abandono escolar, havendo contudo, uma relativa discrepância entre as freguesias em estudo, já em 2011, para além dos valores se aproximarem em todos os casos de estudo, a taxa de abandono escolar situa-se entre os 1% no Lumiar e Pinhal Novo e os 2% nos restantes casos. Assim, em algumas freguesias o decréscimo da taxa de abandono escolar chegou aos 8% em Alcochete ou 7% no Lumiar.

O emprego é um dos pilares fundamentais para a Comunidade, especialmente por ser o suporte financeiro da maioria das famílias. Contudo, numa comunidade existe população com e sem actividade económica, a destacar a população empregada e popuilação desempregada, e como população sem actividade económica, os estudantes, domésticas, reformados, aposentados ou na reserva, incapacitados ou outros. Neste contexto, as "**Condições perante a actividade económica**" revelam esta dinâmica em cada comunidade. Quando

comparando todos os casos de estudo, é a categoria da População empregada que mais predomina, entre 44% em Benfica e 57% no Lumiar e Quinta do Conde, seguido da população reformada, aposentada ou na reserva, entre os 18% na Quinta do Conde e 35% em Benfica. Este facto reflecte as pirâmides etárias verificadas nas várias freguesias em estudo. Duas outras categorias são relevantes no equilíbrio das comunidades: os estudantes e os desempregados. Neste sentido, as suas proporções são aproximadas entre as várias freguesias em estudo. A proporção de estudantes situa-se entre os 6% em Santo Condestável e Benfica e os 10% no Lumiar, enquanto a proporção de desempregados está entre os 5% no Lumiar e os 9% no Pinhal Novo e Quinta do Conde. Ainda quando aos desempregados, salienta-se que a maioria desta proporção se refere a população desempregada à procura de novo emprego, e em menor proporção, à população desempregada que procura primeiro emprego.

Dada a influência que as deslocações laborais detêm no quotidiano dos indivíduos, a "**Localização do emprego**" torna-se um aspecto relevante. Numa análise por inquérito nos bairros de Benfica e Alcochete, denota-se que há uma percentagem considerável de indivíduos que trabalham no bairro de residência (um quarto em Benfica e um terço em Alcochete). Porém, reflexo da grande dinâmica económica e laboral de Lisboa, enquanto metade dos inquiridos de Benfica trabalham em Lisboa, ou seja no município de residência, já os inquiridos em Alcochete trabalham maioritariamente fora do município de Alcochete, com deslocações predominantes para Lisboa e Montijo.

As actividades económicas preponderantes em cada freguesia são também um factor de atractividade ou repulsa de trabalhadores e residentes. Contudo, analisando a proporção de "**Pessoal ao serviço por secção de CAE**" e os "**Estabelecimentos por secção de CAE**" o perfil nem sempre é aproximado entre os dois tópicos, fazendo prever que alguns estabelecimentos tenham uma variedade bastante considerável do número de pessoal ao serviço. O perfil das actividades económicas das freguesias pode, em parte, ser influenciado pelo contexto em que se situam. Por exemplo, entre a freguesia de Alcochete e o município de Alcochete o perfil é semelhante, dada a macrocefalia da freguesia em relação às freguesias restantes, destacando-se quanto ao número de estabelecimentos as actividades "Comércio por grosso e a retalho, reparação de automóveis e motociclos", "Industrias transformadoras" e "Alojamento, restauração e similares". Contudo, quanto ao pessoal ao serviço, a "Construção" aproxima-se dos 50%. A freguesia de Benfica também apresenta um perfil económico aproximado ao do município de Lisboa. Nesta área também há discrepâncias entre o número de estabelecimentos, concentrados nas actividades de "Comércio por grosso e a retalho, reparação de automóveis e motociclos" e "Alojamento, restauração e similares", e o número de pessoal ao serviço, concentrados nas áreas de "Construção" e "Actividades administrativas e de serviços de apoio".

Quanto à "**Taxa de Emprego**", ou seja, a proporção de população empregada relativamente à população residente com 15 ou mais anos, os valores

nas freguesias em estudo situam-se em 2011 entre os 44% em Benfica e os 57% no Lumiar e Quinta do Conde. Entre 2001 e 2011, todas as freguesias em estudo registaram um decréscimo da taxa de emprego. Por sua vez, a "**Taxa de Desemprego**", sendo a proporção de população desempregada em relação à população activa, apresenta valores relativamente semelhantes entre as freguesias, situando-se entre os 8% no Lumiar e os 14% no Pinhal Novo. Também no período de 2001 a 2011, todas as freguesias em análise registaram um aumento da taxa de desemprego. Noticiado em Agosto de 2012, um fenómeno crítico para a economia das famílias é o grande aumento do número de casais desempregados, atingindo à data 8807 casais, duplicando entre 2011 e 2012 o número de casais que sobrevivem com as prestações sociais do Estado (Jornal Diário de Noticias, 22/08/2012). O aumento do desemprego levou à criação ou fortalecimento de medidas de emprego, formação e reabilitação profissional, em que os números dos beneficiários entre 2011 e 2012 aumentaram cerca de 14% (Jornal Diário de Noticias, 22/08/2012)

O "**Índice de polarização do emprego**", resultado da relação entre a população empregada numa determinada unidade territorial e a população residente empregada na mesma unidade. Neste contexto, e numa análise à escala municipal, em 2011 Lisboa (2,3) apresenta um índice bastante elevado quando comparado aos outros municípios, atraindo mais do dobro de empregados em relação aos residentes de Lisboa que estão empregados. Enquanto Palmela apresenta um índice equilibrado de 1, onde o número de postos de trabalho no município é semelhante ao número de residentes empregados que residem nesse município (quer trabalhem no município ou fora), já os municípios de Alcochete e Sesimbra observam uma maior saída dos residentes para trabalhar em outros municípios do que o número de postos de trabalho existentes nesse município. Dos casos em estudo, apenas o munícipio de Sesimrba regista uma ligeira redução do Índice de polarização do emprego entre 2001 e 2011.

A situação profissional dos indivíduos acaba por ter impacte no "**Rendimento médio mensal dos agregados familiares**", acumulando também os rendimentos provindos de outras fontes (ex. pensão de invalidez, velhice, doença profissional, morte/sobrevivência, desemprego, rendimento mínimo garantido, rendimento social de inserção, etc.). Analisando, através de inquérito, as respostas das famílias de Benfica, Telheiras, Alcochete e Quinta do Conde, verifica-se uma forte relação com a instrução dos indivíduos e com a actividade profissional que exercem. Assim, foi em Alcochete que se contabilizou um maior número de famílias que recebem entre 501 e 1000 euros mensais. Em todos os casos dominam as famílias que recebem nos escalões 1001-1500 euros (Alcochete) e 1501-2500 euros (Benfica e Quinta do Conde). Nos inquiridos de Telheiras o escalão de rendimento mensal mais presente é bastante superior (3501-5000 euros). A questão dos rendimentos é também sensível num momento de crise económica que o país enfrenta. Exemplo disso é o aumento do número de activos que trabalham por conta de outrem que ganham menos de 310 euros líquidos, que aumentaram 9%

entre 2011 e 2012. O crescimento do desemprego tem afectado a maioria dos escalões de rendimento (Jornal Diário de Noticias, 17/08/2012). Ainda no contexto dos rendimentos médios mensais das famílias, importava conhecer os seus gastos. Neste caso apenas se abordou a proporção de "**Rendimento médio mensal líquido do agregado familiar alocado a gastos de transporte**". Foi nos bairros de Benfica e Telheiras, localizados em Lisboa, possuindo bons acessos rodoviários e de transportes públicos, que se identificou uma maior proporção de famílias que gastava menos de 10% do seu orçamento mensal em transporte, quer privado quer público, para todos os elementos do seu agregado. Já nas áreas de Alcochete e Quinta do Conde, cerca de metade dos agregados inquiridos afirmaram gastar entre 10% a 25% do seu orçamento para transportes. Outras motivações determinam os gastos do orçamento familiar. Conclusões do "Inquérito às Despesas das Famílias 2010/2011" identificam a habitação, os transportes e a alimentação como os principais gastos do orçamento anual dos agregados familiares. É referido que entre 2000 e 2010, os encargos com a habitação (incluindo renda ou empréstimo, água, gás, electricidade) aumentaram (de 20% para 30% do orçamento anual), tendo as famílias reduzido nos gastos com a alimentação. A área do transporte verificou um ligeiro decréscimo entre os dois anos. No conjunto dos três sectores referidos – habitação, transportes e alimentação – verifica-se um maior consumo por parte das famílias urbanas do que das famílias residentes em áreas rurais (a. Jornal Diário de Noticias, 20/06/2012). No entanto, e ainda quanto ao mesmo Inquérito, identifica-se que as famílias portuguesas gastam mais em "hotéis, restaurantes e cafés" do que em "saúde" e "educação", apesar destas duas últimas terem cada vez maior peso no orçamento familiar (b. Jornal Diário de Noticias, 20/06/2012). Contudo, com a crise económica nacional e o momento de austeridade vivido em Portugal, dado medidas como cortes salariais, aumento de impostos, subida das taxas de juro e do desemprego, as famílias começaram já a fazer cortes nas suas despesas, sobretudo da alimentação e na saúde, em particular, na farmácia, substituindo os produtos por produtos de marca branca ou genéricos, ou deixando mesmo de comprar. Contudo, serviços como a televisão por cabo ou as telecomunicações mantêm uma dinâmica crescente. Um exemplo de consumo de qual as famílias têm maior dificuldade em abdicar é do automóvel, apesar dos seus gastos contínuos com combustível, impostos, manutenção, etc. (Jornal Público, 13/06/2010). Outro exemplo é a existência de crianças no agregado obriga a um conjunto de gastos, como para a educação, vestuário e calçado, saúde, bens e serviços, actividades de lazer e cultura, verificando-se um gasto de mais de 40% nos agregados com dependentes menores quando comparados com os gastos de agregados sem dependentes (Jornal Diário de Noticias, 20/06/2012).

Identificado através do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (2012) em 2010 quase 20% da população residente em Portugal estava em risco de pobreza, especialmente nas famílias com crianças dependentes, nas famílias monoparentais com uma criança e em casais com três ou mais crianças, questão

minimizada com as prestações sociais relacionadas com doença ou incapacidade, família, desemprego e inclusão social (Jornal Público, 13/07/2012).

Componente 3 – Transporte, mobilidade e conectividade

3.3.1. Pressupostos

Na terceira componente "**3 – Transporte, mobilidade e conectividade**", foram desenvolvidas três grandes áreas temáticas: a primeira prende-se com as infraestruturas rodoviárias e o sistema de transporte público; a segunda discute as características da mobilidade através do número médio de viagens por dia, da mobilidade diária para deslocações laborais ou escolares, dos modos de transporte, dos tempos de deslocação e, a uma escala maior, da mobilidade residencial; no último assunto é analisada a conectividade da área.

Quanto à primeira temática "Rede viária e Sistema de Transporte Público" esta apresentará duas leituras. A primeira leitura relaciona-se com a infraestruturação do território, como por exemplo a "**Área de Rede viária ou ferroviária e zonas associadas**". Este é um indicador relevante, especialmente num momento em que se debate o consumo excessivo de solo para as infraestruturas de acessibilidade, dando prioridade à rodovia (e consequentemente ao estacionamento), em detrimento de uma aposta nos sistemas de transporte, especialmente o ferroviário, para diminuir o volume de tráfego de automóveis, e utilizando esse espaço para outras funções urbanas. Para além desta identificação, pode-se quantificar a rede de acessibilidades com mais detalhe recorrendo a Sistemas de Informação Geográfica. É também possível compreender em parte a estrutura da rede viária através da análise da "**Densidade da rede viária**". As condições da rede serão relevantes na influência de outras dinâmicas, nomeadamente nos tempos de deslocação e modos de transporte seleccionados para as deslocações laborais ou na procura de bens e serviços. A segunda leitura nesta temática é a questão da percepção dos residentes quanto às condições de mobilidade existentes, já que a sua percepção influencia as suas opções e escolhas diárias de mobilidade. A percepção quanto ao "**Estacionamento**", à "**Qualidade das áreas pedonais**" (ex. passeios, passadeiras, etc.), ou até dos "**Serviços de transporte público**" fazem parte da discussão anterior. Contudo, torna-se muito relevante confrontar a percepção dos indivíduos e os seus comportamentos com a realidade do território, identificando-se, por vezes, algumas discrepâncias entre o conhecimento dos indivíduos, por exemplo quanto ao sistema de transporte público, e a realidade.

A segunda temática abordada prende-se com as características da mobilidade diária dos indivíduos, sabendo que a mobilidade diária envolve consumo de tempo e dinheiro, e a consequente adaptação das necessidades (bens, serviços, trabalho, escola, lazer, etc.) a algumas limitações não controladas pelos indivíduos (ex. horas de abertura e fecho dos serviços, localização, horário dos transportes públicos). Neste contexto, sabe-se também que as deslocações diárias tornaram-se, nas últimas décadas, cada vez mais complexas, através da combinação de vários destinos e motivos, da combinação das deslocações entre vários indivíduos (ex. pais e filhos), e na maior variedade de modos de transporte e opções dentro do mesmo modo. Esta dinâmica complexa reflecte-se no "**Número de viagens realizadas num dia útil por individuo**", identificando-se comportamentos diferenciados entre crianças e jovens, indivíduos activos ou indivíduos reformados ou não-activos. Quanto a este facto, a localização geográfica dos bairros e as suas características (existência de bens e serviços ou uma boa rede de transportes públicos) tem influência na mobilidade das famílias. Assim, importa também compreender a "**Proporção das deslocações com destino dentro do bairro, no concelho ou outro concelho**".

No contexto de todas as deslocações, as deslocações laborais são relevantes dada a sua repetição diária e pela dimensão de fluxos que gera, reflectindo-se num **Índice de Geração** e num **Índice de Atracção** de trabalhadores e estudantes. Estes indicadores têm grande importância para um planeamento urbano, das infraestruturas de acessibilidade e dos transportes públicos mais próximo das necessidades dos indivíduos. Enquanto o Índice de Geração contabiliza a proporção de população activa ou estudantes que vão para o trabalho ou escola para outro município que não o de residência, o Índice de Atracção contabiliza a proporção de população activa ou estudantes que se deslocam diariamente para o município em estudo.

Quanto aos **modos de transporte**, estes são variados, bem como as possíveis combinações entre eles, e dependem do trajecto diário dos indivíduos, do número de viagens a realizar, das relações origem-destino e do tempo disponível, entre outras condicionantes. As opções são também diferenciadas pelo ciclo de vida familiar e pelas características da própria família, sendo relevante distinguir os modos de transporte utilizados pelos indivíduos activos e pelas crianças e jovens para as deslocações para o trabalho ou escola, mas é também interessante compreender qual ou quais os modos de transporte utilizados na procura de bens e serviços. Associado ao modo de transporte está o "**Tempo de deslocação**". A representação das dinâmicas de mobilidade dos indivíduos reflectem-se em indicadores como o "**Tempo médio total de deslocação num dia útil**" ou no "**Tempo médio total de deslocação para o trabalho**", sendo este um aspecto relevante para a qualidade de vida das famílias, mas também no "**Tempo médio total de deslocação para bens e serviços num dia útil**". Reforçando a importância das deslocações na procura de bens e serviços, motivada pela proximidade aos estabelecimentos, pela preferência, proximidade ao emprego, entre outros factores,

importa compreender a "**Proporção de indivíduos que gasta até 5, até 10, até 15, até 30 e mais de 30 minutos na procura de bens e serviços**", como cafés, supermercados, serviços de saúde, banco, cinema, desporto, entre outros, bem como o "**Destino mais frequente na procura de bens e serviços**", desde o bairro, o concelho ou outro concelho.

Por fim, dentro da componente 3. Transportes e Conectividade salienta-se a temática da "**Conectividade**". Nesta foi analisada a evolução da dimensão de "**Postos telefónicos residenciais por 100 habitantes**", dada a importância tecnológica do contacto potenciado pela linha telefónica. Contudo, esta tecnologia começa a ser ultrapassada por outras, com maiores potencialidades, como a Internet. Assim, a compreensão deste fenómeno nas famílias torna-se alvo de interesse, através do estudo da "**Proporção de agregados domésticos privados com pelo menos um indivíduo com idade entre 16 a 74 anos com ligação à Internet em casa através de Banda Larga**". Contudo a tecnologia não está presente no território português de forma homogénea, relacionando-se em parte com a tipologia da localidade quanto à densidade de povoamento.

Aspectos relevantes para uma Comunidade Sustentável
Transporte, Mobilidade e Conectividade

- O bairro deve apresentar variedade de estabelecimentos de forma a minimizar a distância das viagens e a utilização do transporte motorizado;
- O bairro deve apresentar condições infraestruturais e de segurança para a deslocação pedonal ou de bicicleta e que desencoraje a utilização do automóvel;
- A rede de transporte público deve ser eficiente, permitindo a realização de deslocações dentro do bairro mas também para outros bairros, especialmente atendendo a necessidades especiais (crianças, idosos, indivíduos de mobilidade limitada);
- Deve haver áreas apropriadas para o estacionamento local, que não interfiram com a deslocação pedestre mas que permitam a procura dos estabelecimentos de bens e serviços
- O bairro deve estar apetrechado com as infraestruturas de conectividade necessárias (ex. telecomunicações, Internet);

3.3.2. Fichas de Indicadores – Componente 3. Transporte, Mobilidade e Conectividade

COMPONENTE: 3. TRANSPORTES, MOBILIDADE E CONECTIVIDADE

SUB-COMPONENTE: 3.1. REDE VIÁRIA E DE TRANSPORTE PÚBLICO

PRESSUPOSTO:

O transporte e a mobilidade são aspectos fundamentais no quotidiano dos indivíduos, não só para a realização das suas necessidades diárias (ex. deslocação para o trabalho/escola, procura de bens e serviços, lazer, etc.), a mobilidade e a deslocação estão sempre presentes. Esta função é uma das principais no que trata ao consumo do solo.

INDICADOR: 3.1.1. ÁREA DE "REDE VIÁRIA OU FERROVIÁRIA E ZONAS ASSOCIADAS"

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Corine Land Cover, 2000 e 2006
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Redes viárias e ferroviárias
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística e cartográfica
- ***CÁLCULO:*** (Área de Rede viária e ferroviário e espaços associados/ Área Total) *100 (percentagem)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou cartografia

EXEMPLO:

3.1.1. ÁREA DE "REDE VIÁRIA OU FERROVIÁRIA E ZONAS ASSOCIADAS"

Com base na Nomenclatura Comentada do Corine Land Cover 2006, o espaço definido como "Rede viária e ferroviária e zonas associadas" considera-se quando existem rodovias e ferrovias, incluindo equipamentos associados (estações, plataformas, taludes), com largura mínima de 100 m.

A classe "Rede viária e ferroviária e zonas associadas" inclui:

- Infra-estruturas da rede de transportes (estradas, caminhos de ferro, etc.) com largura mínima de 100 m.
- Zonas de serviço de auto-estradas, estações de serviço, parques de estacionamento e de reboques associados a rodovias, zonas de manutenção associadas a estradas, portagens.
- Estações de caminho-de-ferro, zonas de manobras, serviço e manutenção.
- Zonas de grandes cruzamentos com superfície superior à AMC.
- Infra-estruturas de redes de carros eléctricos.
- Infra-estruturas de redes de teleféricos.

A classe "Rede viária e ferroviária e zonas associadas" exclui:

- Auto-estradas e ferrovias em construção, a classificar como zonas de construção
- Infra-estruturas de transportes abandonadas (a classificar face à ocupação actual do solo)

Freguesias	Redes viárias e ferroviárias e zonas associadas (Km²)			Percentagem da Freguesia	
	2000	2006	Taxa de variação 2000-2006	2000	2006
Benfica	0.34	0.34	0	4.29	4.28
Carnide	0	0	0	0	0
Lumiar	0	0	0	0	0
Santo Condestável	0.23	0.23	0	21.96	21.91
Alcochete	0.01	0.01	0	0.01	0.01
Pinhal Novo	0	0	0	0	0
Quinta do Conde	0	0	0	0	0

Quadro 31 – Área de "Rede viária e ferroviária e zonas associadas". (Km2 e percentagem da freguesia)

Fonte – EEA, Corine Land Cover, 2000 e 2006

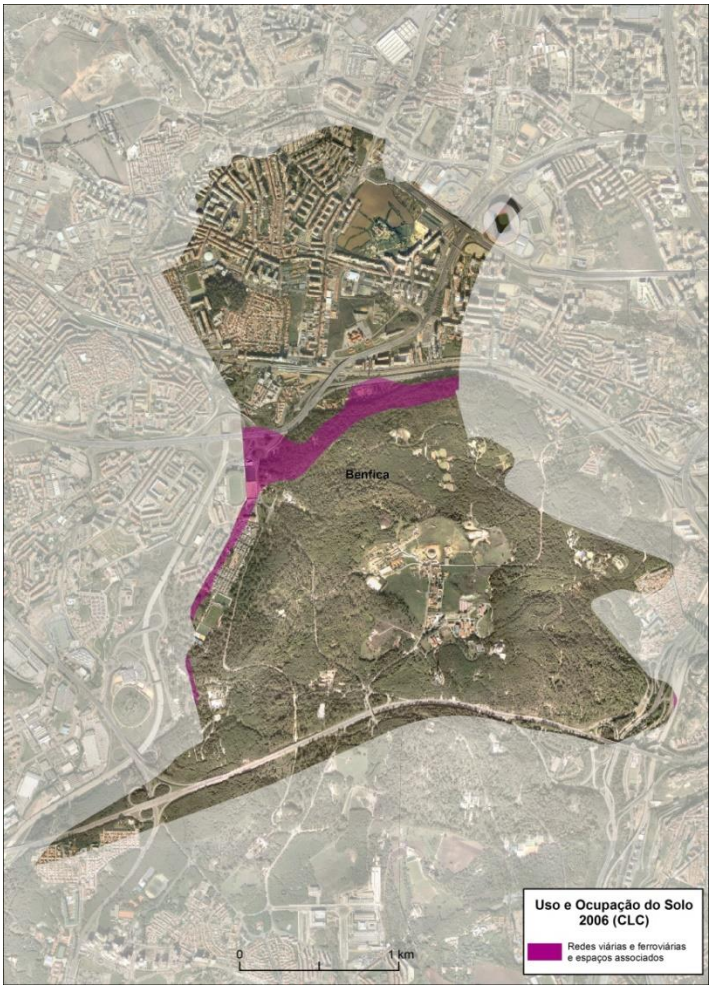


Figura 12 - Área de "Rede viária e ferroviária e zonas associadas". Caso de Estudo de Benfica

Fonte – EEA, Corine Land Cover, 2006

Das sete freguesias em análise, é em Benfica e Santo Condestável onde a classe "Redes viárias e ferroviárias e zonas associadas" mais se faz notar (Quadro 31). Atendendo à cartografia e às características da classe anteriormente descritas, observa-se que na freguesia de Benfica surge um eixo assinalado que respeita à Avenida General Correia Barreto, mais conhecida por "Radial de Benfica", com a extensão de 4Km, que circunda parte do Parque Florestal do Monsanto, e possui actualmente uma ciclovia (Figura 12). Paralelamente a este eixo está localizada a linha de comboio Lisboa-Sintra e nas proximidades localiza-se também a estação ferroviária de Benfica.

Já na freguesia de Santo Condestável (Figura 13), o espaço alocado a Área de "Rede viária e ferroviária e zonas associadas". respeita à Avenida de Ceuta (que limita a freguesia a oeste) e ao Viaduto Eduardo Pacheco, vindo da autoestrada A5 (a norte). Neste eixo agora identificado localiza-se ainda a linha ferroviária paralela à Avenida de Ceuta e a estação ferroviária "Alcântara Terra". Contiguamente ao limite da freguesia localiza-se também a estação de comboios de Campolide.

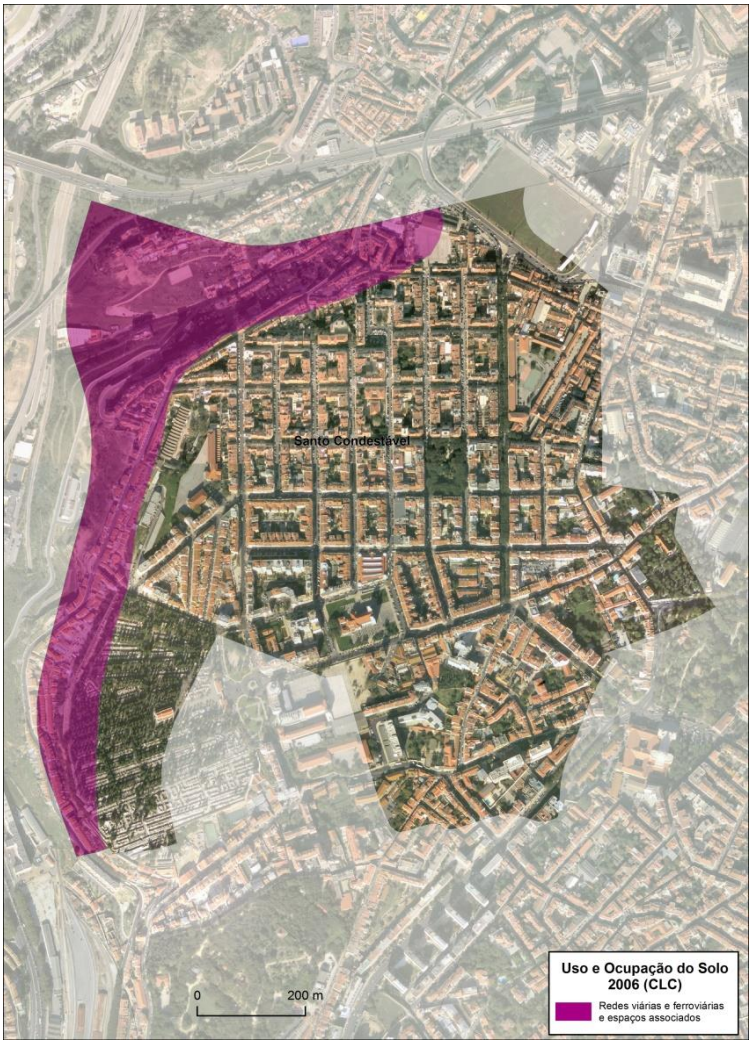


Figura 13 -Área de "Rede viária e ferroviária e zonas associadas". Caso de Estudo de Santo Condestável

Fonte – EEA, Corine Land Cover, 2006

COMPONENTE: 3. TRANSPORTES, MOBILIDADE E CONECTIVIDADE

SUB-COMPONENTE: 3.1. REDE VIÁRIA E DE TRANSPORTE PÚBLICO

PRESSUPOSTO:

As redes viárias e de transporte público são infra-estruturas fundamentais para uma melhor mobilidade. A densidade da rede viária está fortemente associada à tipologia de urbanização de cada lugar, à densidade populacional e do edificado bem como ao modelo de crescimento de uma área alargada como a metrópole ou a região.

INDICADOR: 3.1.2. DENSIDADE DA REDE VIÁRIA

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:***
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Densidade da rede viária
- ***METODOLOGIA:*** Modelação geográfica
- ***CÁLCULO:*** Comprimento das estradas (km)/ Superfície do território (km²)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS: C***artografia

EXEMPLO:

3.1.2. DENSIDADE DA REDE VIÁRIA

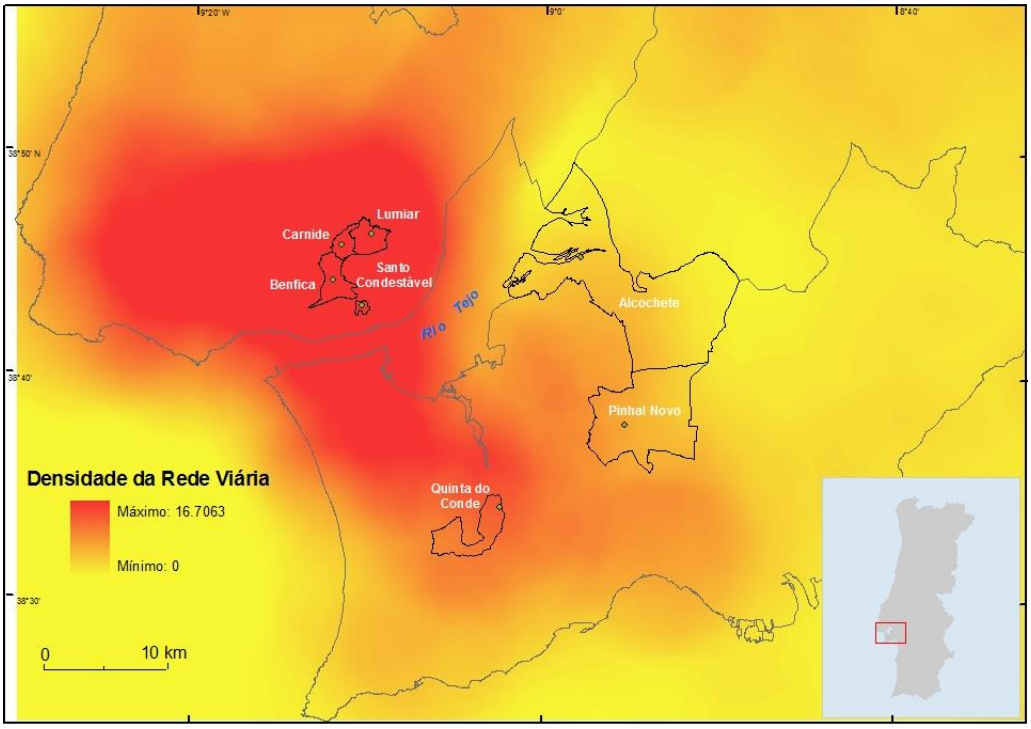


Figura 14 - Densidade da rede viária, 2010

Fonte – Cálculos próprios.

Analisando a cartografia referente à densidade da rede viária nas sete freguesias em estudo no contexto da Área Metropolitana de Lisboa (Figura 14), observa-se que são as freguesias de Lisboa que apresentam uma densidade de rede viária mais elevada, havendo um decréscimo gradual da densidade da rede rodoviária, desde o centro no município de Lisboa para as periferias norte e sul da AML. Contudo a margem norte do Tejo apresenta, no geral, maiores densidades viárias, decrescendo em "mancha", enquanto na margem sul do Tejo, há focos de grande densidade, localizado no município de Almada (onde há uma ligação privilegiada entre a margem sul e a margem norte), densidade essa que continua elevada num "eixo" até à área da Quinta do Conde. Porém, no lado oposto da margem sul, onde se localizam as freguesias de Alcochete e Pinhal Novo, a densidade da rede viária reduz drasticamente, apesar dos importantes acessos que cruzam essa área, como a Ponte Vasco da Gama ou a linha ferroviária.

COMPONENTE: 3. TRANSPORTES, MOBILIDADE E CONECTIVIDADE

SUB-COMPONENTE: 3.1. REDE VIÁRIA E DE TRANSPORTE PÚBLICO

PRESSUPOSTO:

As características da mobilidade detêm uma grande importância no quotidiano e qualidade de vida dos indivíduos e das famílias. Aspectos associados às deslocações como o local de origem e destino, tempos de deslocação, modos de transporte, entre outras características, tornam-se fundamentais para um eficaz planeamento urbano e dos transportes públicos. A cada vez maior utilização do automóvel tem suscitado diversos problemas urbanos, quer sejam relacionados com a gestão do território (ex. área de estradas, estacionamento) quer promovidos pelo consumo de recursos (ex. naturais, financeiros, tempo).

INDICADOR: 3.1.3. PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES SOBRE A SUFICIÊNCIA DE ESTACIONAMENTO NO BAIRRO

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Estacionamento
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

3.1.3. PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES SOBRE A SUFICIÊNCIA DE ESTACIONAMENTO NO BAIRRO

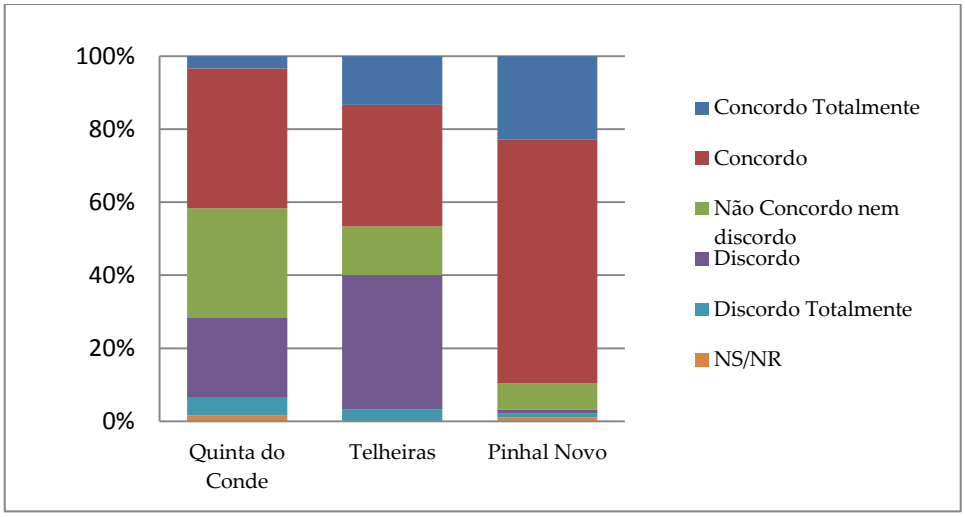


Figura 15 - Grau de concordância com a afirmação: "O estacionamento no bairro é suficiente."

Fonte: Inquérito Telheiras e Quinta do Conde [2], 2009; Inquérito Pinhal Novo [4], 2011

Com a cada vez maior utilização do automóvel, o estacionamento torna-se uma componente relevante no contexto da ocupação do solo por parte de infra-estruturas de transporte e acessibilidade. A adaptação do estacionamento às necessidades dos residentes acaba por ser variada consoante a disponibilidade de solos em cada bairro, por vezes através da construção de parques de estacionamento subterrâneos ou em áreas ainda não construídas, por outras, através da alteração do uso do solo, por exemplo, transformando área de passeios ou de faixas de rodagem para lugares de estacionamento. Assim, importa compreender qual o sentimento dos residentes quanto ao estacionamento, independentemente da sua tipologia (gratuito, pago, parque de estacionamento, etc.), existente em cada área de estudo (Figura 15). Analisando três casos de estudo – Quinta do Conde, Telheiras e Pinhal Novo, nota-se que é no último onde uma elevada percentagem dos inquiridos considerou haver estacionamento suficiente (90%). Apesar das diferentes tipologias urbanas dos casos de Telheiras e Quinta do Conde, a maioria dos inquiridos consideram haver estacionamento suficiente (47% e 42% respectivamente), enquanto uma parte relevante da amostra "discorda" ou "discorda totalmente" da afirmação apresentada – "O bairro possui estacionamento suficiente", quer em Telheiras (40%) quer na Quinta do Conde (27%). No caso da Quinta do Conde verificou-se também uma considerável reacção intermédia, ou seja, "não concorda nem discorda" da afirmação (30%).

COMPONENTE: 3. TRANSPORTES, MOBILIDADE E CONECTIVIDADE

SUB-COMPONENTE: 3.1. REDE VIÁRIA E DE TRANSPORTE PÚBLICO

PRESSUPOSTO:

O transporte e a mobilidade são aspectos fundamentais no quotidiano dos indivíduos, não só para a realização das suas necessidades diárias (ex. deslocação para o trabalho/escola, procura de bens e serviços, lazer, etc.). As redes viárias e de transporte público são assim fundamentais para uma melhor mobilidade. Porém, a deslocação pedonal ganha grande importância no contexto do conceito de Comunidade Sustentável. Entre outros aspectos, o estado das áreas para que se realize a deslocação pedonal é importante na hora de escolha do modo de deslocação, especialmente para indivíduos de mobilidade reduzida (ex. cadeira de rodas, carrinhos de crianças, idosos, etc.)

INDICADOR: 3.1.4. PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES SOBRE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS VIAS PARA ANDAR A PÉ NO BAIRRO

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Estado de conservação das vias
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

3.1.4. PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES SOBRE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS VIAS PARA ANDAR A PÉ NO BAIRRO

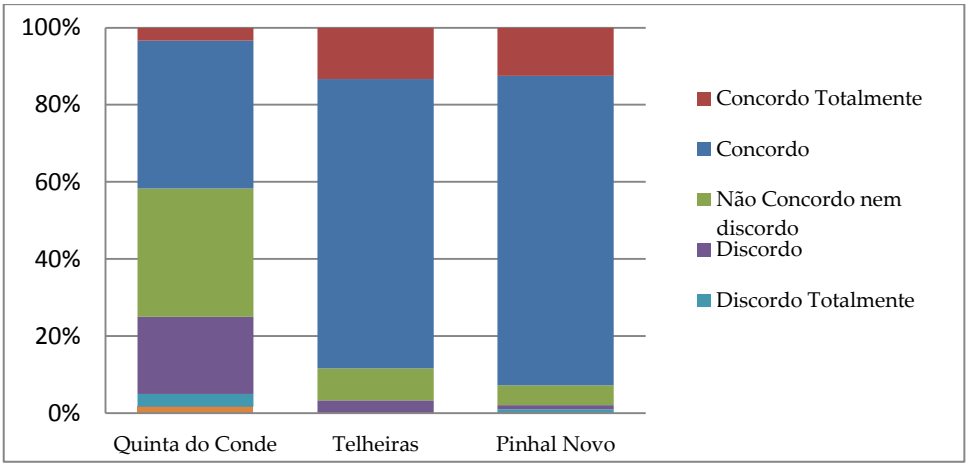


Figura 16 - Grau de concordância com a afirmação: "Os passeios apresentam bom estado de conservação para andar a pé"

Fonte: Inquérito Telheiras e Quinta do Conde [2], 2009; Inquérito Pinhal Novo [4], 2011

Sendo um dos aspectos fundamentais para a promoção de uma comunidade sustentável, a deslocação pedonal deveria ser a base das deslocações, especialmente para a satisfação dos principais bens e serviços diários ou regulares. Contudo, além dos principais aspectos que influenciam a escolha do modo de transporte (local de destino, tipologia da deslocação, tempo de deslocação), outros aspectos relativos à "infra-estruturação" do território com função de deslocação são relevantes como a existência ou não de estacionamento mas também as condições das ruas e passeios para a deslocação pedonal. Neste contexto, as respostas diferem entre os casos de estudo (Figura 16). Tanto em Telheiras como no Pinhal Novo a maioria dos inquiridos "concorda" ou "concorda totalmente" com a afirmação "o bairro possui boas condições para andar a pé" (88% e 93% respectivamente). Já os residentes da Quinta do Conde apresentam uma opinião diferente, com 23% dos indivíduos a discordarem da afirmação e um terço dos inquiridos que "não concorda nem discorda".

COMPONENTE: 3. TRANSPORTES, MOBILIDADE E CONECTIVIDADE

SUB-COMPONENTE: 3.1. REDE VIÁRIA E DE TRANSPORTE PÚBLICO

PRESSUPOSTO:

As características da mobilidade têm uma grande importância no contexto do quotidiano e da qualidade de vida dos indivíduos e das famílias. Aspectos associados às deslocações como o local de origem e destino, tempos de deslocação, modos de transporte, entre outras características, tornam-se fundamentais para um eficaz planeamento urbano e dos transportes públicos. Importa ainda compreender de que forma o local de trabalho ou escola pode influenciar, em parte, a escolha do modo de transporte utilizado. A percepção dos indivíduos relativamente ao sistema de transporte público pode reforçar o entendimento das escolhas dos modos de transporte dos mesmos.

INDICADOR: 3.1.5. PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES SOBRE O SERVIÇO DE TRANSPORTES PÚBLICOS NO BAIRRO

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Serviço de Transportes Públicos
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

3.1.5. PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES SOBRE O SERVIÇO DE TRANSPORTES PÚBLICOS NO BAIRRO

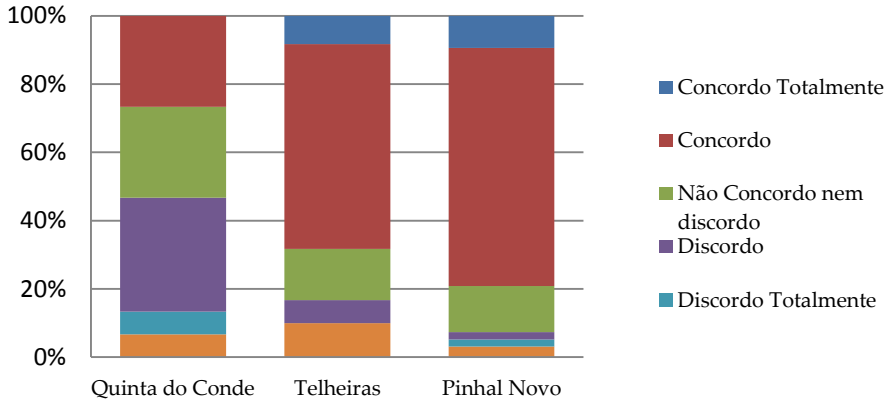


Figura 17 - Grau de concordância com a afirmação: "O serviço de transportes públicos no bairro apresenta boas condições"

Fonte: Inquérito Telheiras e Quinta do Conde [2], 2009; Inquérito Pinhal Novo [4], 2011

Apesar de toda a análise referente às infra-estruturas e serviços de transporte público existentes nos bairros, importa entender a percepção dos residentes quanto a este aspecto. Antes de analisar a respostas, salienta-se a diversidade de modos de transporte e entidades transportadoras que cobrem as áreas em estudo: em Telheiras encontra-se disponível o acesso ao Metropolitano de Lisboa e à Carris, havendo na proximidade da zona um interface relevante no contexto da AML (Campo Grande), onde se concentram diversas transportadoras como a Barraqueiro Oeste, Mafrense, Rodoviária do Tejo, Transportes Sul do Tejo (TST); na Quinta do Conde identificam-se algumas carreiras rodoviárias, por exemplo mais de 10 carreiras TST, e nas proximidades uma estação de comboio (Coina), com linha da Fertagus; no Pinhal Novo, além de uma estação ferroviária (CP e Fertagus), a área é abrangida por uma rede intermunicipal TST e por um circuito urbano Pinhal Novo, em torno do núcleo urbano). Apesar das grandes diferenças entre os casos de estudo Pinhal Novo e Telheiras (Figura 17), em ambos a grande maioria dos inquiridos "concorda" ou "concorda totalmente" que o seu bairro está bem servido de transportes públicos (79% e 68% respectivamente), enquanto 40% dos indivíduos inquiridos na Quinta do Conde não concordam com esta afirmação. A percentagem de não-respostas é considerável quando comparada com outras questões, em parte influenciada pela utilização do automóvel como modo de transporte utilizado diariamente e pelo desconhecimento do serviço existente.

COMPONENTE: 3. TRANSPORTES, MOBILIDADE E CONECTIVIDADE

SUB-COMPONENTE: 3.2. MOBILIDADE

PRESSUPOSTO:

As características da mobilidade têm uma grande importância no contexto do quotidiano e da qualidade de vida dos indivíduos e das famílias. Aspectos associados às deslocações como o local de origem e destino, tempos de deslocação, modos de transporte, entre outras características, tornam-se fundamentais para um eficaz planeamento urbano e dos transportes públicos.

INDICADOR: 3.2.1. NÚMERO DE VIAGENS REALIZADAS NUM DIA ÚTIL POR INDIVIDUO (ADULTO EMPREGADO E CRIANÇAS E JOVENS ATÉ AOS 18 ANOS)

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Viagem
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

3.2.1. NÚMERO DE VIAGENS REALIZADAS NUM DIA ÚTIL POR INDIVIDUO (ADULTO EMPREGADO E CRIANÇAS E JOVENS ATÉ AOS 18 ANOS)

Bairros	2	3	4	5	6	7	Total (%)
Alcochete	55.6	8.8	21.6	7.6	5.3	1.2	100
Benfica	55.6	16.3	18.3	5.9	2.6	1.3	100

Quadro 32 – Número de viagens realizadas num dia útil por individuo

Fonte – Inquérito Benfica e Alcochete [3], 2010;

Bairros	Activos (%)			Estudantes (%)		
	2	3 a 4	5 ou mais	2	3 a 4	5 ou mais
Alcochete	55.0	33.1	11.9	66.7	22.2	11.1
Benfica	63.1	28.7	8.2	18.8	75.0	6.3

Quadro 33 – Número de viagens realizadas num dia útil por individuo (adulto empregado e crianças e jovens até aos 18 anos)

Fonte – Inquérito Benfica e Alcochete [3], 2010

Analisando o número de viagens que os inquiridos e todos os indivíduos do seu agregado realizaram num dia útil nas áreas de Benfica e Alcochete (Quadros 32 e 33), verifica-se que mais de metade dos individuos em ambos os bairros, realiza apenas duas viagens diárias. A grande maioria destina-se à ida e regresso para o trabalho ou escola. É em Alcochete onde se verifica uma maior percentagem dos que realizam 5 ou mais viagens: 14% em Alcochete e 10% em Benfica, não havendo grandes diferenças entre os dois casos de estudo. Em ambos a vivência na área de residência é relevante, especialmente na procura de comércio local e produtos alimentares frescos. Contudo, um dos aspectos que poderá influenciar este indicador é a ocupação do indivíduo. Analisaremos duas situações distintas: indivíduos activos e estudantes entre os 6 e 18 anos. Enquanto os indivíduos activos inquiridos nas duas áreas de estudo apresentam comportamentos semelhantes, com uma tendência mais elevada no caso de Benfica para a realização de apenas 2 viagens diárias (63%). Porém, analisando o comportamento das crianças e jovens, verificam-se grandes diferenças: enquanto em Alcochete dois terços das crianças e jovens realizaram apenas duas deslocações num dia (casa-escola-casa), mas mais de 10% realizou 5 ou mais de deslocações (devido a vários motivos, como o acompanhamento dependente das deslocações dos pais ou a realização de actividades extracurriculares), já em Benfica 75% dos inquiridos revelam fazer 3 a 4 viagens por dia, revelando alguma independência por parte dos jovens em relação aos pais, apesar de 20% das crianças e jovens realizarem apenas duas viagens diárias.

COMPONENTE: 3. TRANSPORTES, MOBILIDADE E CONECTIVIDADE

SUB-COMPONENTE: 3.2. MOBILIDADE

PRESSUPOSTO:

As características da mobilidade têm uma grande importância no contexto do quotidiano e da qualidade de vida dos indivíduos e das famílias. Aspectos associados às deslocações como o local de origem e destino, tempos de deslocação, modos de transporte, entre outras características, tornam-se fundamentais para um eficaz planeamento urbano e dos transportes públicos. O destino das deslocações, qualquer que seja o motivo da mesma, permite compreender a existência de uma maior ou menor complexidade na rede de deslocações diárias.

INDICADOR: 3.2.2. PERCENTAGEM DAS DESLOCAÇÕES DIÁRIAS COM DESTINO NO BAIRRO, NO CONCELHO E FORA DO CONCELHO

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Deslocações diárias, Viagem
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

3.2.2. PERCENTAGEM DAS DESLOCAÇÕES DIÁRIAS COM DESTINO NO BAIRRO, NO CONCELHO E FORA DO CONCELHO

Bairros	Destino				Total (%)
	Casa	Bairro/Freguesia	Concelho	Outro concelho	
Benfica	39.6	24.4	23.5	12.5	100
Alcochete	38.7	27.7	1.2	33	100

Quadro 34 – Percentagem das deslocações diárias com destino no bairro, no concelho e fora do concelho

Fonte – Inquérito Benfica e Alcochete [3], 2010

Esta análise baseia-se no somatório de todas as viagens realizadas pelos indivíduos inquiridos num dia útil em Benfica e Alcochete (Quadro 34). A cada viagem associa-se um destino que, em relação ao local de residência, pode ser o bairro/freguesia, o concelho ou outro concelho. Na grande maioria dos inquiridos a última viagem do dia destinava-se ao regresso a casa (daí a maior percentagem nesta categoria). Em ambos os casos, o bairro ou freguesia é um destino relevante no contexto de todas as deslocações realizadas durante um dia útil, onde é possível encontrar deslocações para compra de alimentação fresca ou para transporte de crianças, entre outros, tanto de manhã como de tarde. A localização dos dois bairros no contexto do município respectivo tem também uma grande importância nos destinos das deslocações, não só devido à localização do emprego ou escola, mas também relativo À existência e variedade de estabelecimentos dos mais diversos bens e serviços que satisfaçam as necessidades das famílias. Assim, enquanto o município de Lisboa é destino de quase um quarto das deslocações diários dos inquiridos em Benfica (24%), já os inquiridos em Alcochete apresentam como destino "Outro concelho" (33%).

COMPONENTE: 3. TRANSPORTES, MOBILIDADE E CONECTIVIDADE

SUB-COMPONENTE: 3.2. MOBILIDADE

PRESSUPOSTO:

As características da mobilidade têm uma grande importância no contexto do quotidiano e da qualidade de vida dos indivíduos e das famílias. Aspectos associados às deslocações como o local de origem e destino, tempos de deslocação, modos de transporte, entre outras características, tornam-se fundamentais para um eficaz planeamento urbano e dos transportes públicos. Assim, a dinâmica da mobilidade pendular torna-se relevante no contexto das deslocações, pela sua repetição diária e pela dimensão de fluxos que gera, com grande impacte na gestão das infra-estruturas e equipamentos de transporte e acessibilidade.

INDICADOR: 3.2.3. ENTRADAS E SAÍDAS POR MOTIVO DE DESLOCAÇÃO LABORAL

3.2.3.1. ÍNDICE DE ATRACÇÃO: POPULAÇÃO QUE ENTRA NUMA UNIDADE TERRITORIAL PARA DESLOCAÇÃO LABORAL

3.2.3.2. ÍNDICE DE GERAÇÃO:POPULAÇÃO QUE SAI DE UMA UNIDADE TERRITORIAL PARA DESLOCAÇÃO LABORAL

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Município
- ***CONCEITOS:*** [1]Entrada na unidade territorial, [2] Saída na unidade territorial
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** [1] (População residente que trabalha ou estuda na unidade territorial residindo noutra unidade territorial/ População residente na unidade territorial) * 100

  [2] (População residente que trabalha ou estuda noutra unidade territorial/ População residente na unidade territorial) * 100
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

3.2.3.1. ÍNDICE DE ATRACÇÃO: POPULAÇÃO QUE ENTRA NUMA UNIDADE TERRITORIAL PARA DESLOCAÇÃO LABORAL

3.2.3.2. ÍNDICE DE GERAÇÃO:POPULAÇÃO QUE SAI DE UMA UNIDADE TERRITORIAL PARA DESLOCAÇÃO LABORAL

Município de residência	Movimentos pendulares			
	Proporção da população residente que entra na unidade territorial (%)		Proporção da população residente que sai da unidade territorial (%)	
	2001	2011	2001	2011
Lisboa	79.5	77.73	8.2	8.68
Alcochete	14	24.33	29.1	32.35
Palmela	25.4	24.04	24.7	25.31
Sesimbra	7.3	6.04	22.7	27.45

Quadro 35 – População que entra numa unidade territorial para deslocação laboral e População que sai de uma unidade territorial para deslocação laboral

Fonte – INE, Censos 2001 e 2011

A análise das tendências dos movimentos pendulares promove uma melhor gestão das infra-estruturas e equipamentos, mas também pode ser tido em conta como reflexo do potencial da dinâmica económica de cada município. Com base no total de residentes num município (Quadro 35), observa-se que Lisboa apresenta uma elevada proporção de população residente que entra na unidade territorial, ou seja, atrai quase tantos indivíduos de fora para trabalho ou estudo como o seu número de residentes (80% em 2001 e 78% em 2011), fenómeno em bastante menor escala em Palmela que atrai cerca de um quarto da sua população (25% em 2001 e 24% em 2011). Alcochete regista um aumento na proporção de população que entra no município entre 2001 (14%) e 2011 (24%), enquanto Sesimbra regista um decréscimo desta proporção entre 2001 (7%) e 2011 (6%). Por outro lado, quanto à proporção da população residente que sai dessa unidade territorial para trabalho ou estudo, verifica-se que é no município de Lisboa onde essa proporção é mais reduzida, tendo-se mantido na última década (8% em 2001 e 9% em 2011). Nos três municípios da AML em estudo, este valor aumentou entre 2001, valores situados entre os 23% em Palmela e os 29% em Alcochete, e 2011, registando valores entre os 25% em Palmela e os 32% em Alcochete.

COMPONENTE: 3. TRANSPORTES, MOBILIDADE E CONECTIVIDADE

SUB-COMPONENTE: 3.2. MOBILIDADE

PRESSUPOSTO:

As características da mobilidade têm uma grande importância no contexto do quotidiano e da qualidade de vida dos indivíduos e das famílias. Aspectos associados às deslocações como o local de origem e destino, tempos de deslocação, modos de transporte, entre outras características, tornam-se fundamentais para um eficaz planeamento urbano e dos transportes públicos. O principal modo de transporte utilizado nas deslocações pendulares é relevante para a compreensão da dinâmica de mobilidade dos indivíduos e famílias, embora se verifique um aumento crescente da complexidade das deslocações laborais através da combinação de vários modos de transporte (ex. utilização de transporte privado e público, utilização de dois ou mais transportes públicos) de acordo com os fins a que se destina cada viagem.

INDICADOR: 3.2.4. MODOS DE TRANSPORTE

3.2.4.1. MEIO DE TRANSPORTE MAIS UTILIZADO NOS MOVIMENTOS PENDULARES

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** Meios de transporte, movimentos pendulares
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

3.2.4.1. MEIO DE TRANSPORTE MAIS UTILIZADO NOS MOVIMENTOS PENDULARES

Freguesias		A pé	Transporte Público	Transporte colectivo privado	Automóvel	Motociclo ou bicicleta	Outro meio ou não se aplica	Total (%)
2001	Benfica	14.1	39.9	1.3	42.9	0.4	1.4	100
	Carnide	14.5	38.3	1.9	43.3	0.7	1.2	100
	Lumiar	11.1	28.4	1.4	57.2	0.6	1.3	100
	Santo Condestável	30.3	32.2	1.2	34.1	1.0	1.3	100
	Alcochete	28.2	14.3	4.5	47.1	2.9	2.9	100
	Pinhal Novo	26.9	21.3	5.5	41.8	2.7	1.9	100
	Quinta do Conde	22.1	18.4	3.6	51.7	1.5	2.6	100
2011	Benfica	11.9	35.6	0.8	50.6	0.9	0.3	100
	Carnide	12.3	26.0	0.9	59.5	1.0	0.2	100
	Lumiar	10.1	27.9	0.8	59.7	1.2	0.3	100
	Santo Condestável	26.0	27.6	0.6	42.1	1.4	2.3	100
	Alcochete	20.4	14.8	3.2	60.2	1.3	0.2	100
	Pinhal Novo	18.0	19.2	3.5	58.2	1.0	0.2	100
	Quinta do Conde	15.5	21.5	2.5	58.9	1.4	0.2	100

Quadro 36 – Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (2001)

Fonte – INE, Censos 2001 e 2011

Relativamente ao modo de transporte mais utilizado para os movimentos pendulares em 2011, são as freguesias da Margem Sul que apresentam uma maior percentagem de população se desloca a pé para o trabalho/escola (entre 16% na Quinta do Conde e 20% em Alcochete na margem sul e entre 10% no Lumiar e 12% em Carnide, com excepção de Santo Condstável com 26% dos movimentos pendulares realizados apenas a pé). Nas mesmas freguesias da Margem Sul verifica-se uma menor utilização de transportes públicos, entre 15% das deslocações em Alcochete e 19% no Pinhal Novo (em especial o utilização do comboio nos csaos do Pinhal Novo e Quinta do Conde), enquanto nas freguesias de Lisboa a proporção é superior, entre 26% em Carnide e 36% em Benfica, beneficiando da utilização dos autocarros, comboios, eléctricos e metropolitano. O Transporte colectivo privado é mais saliente nos casos da margem sul (entre os 3% e 4%), representando apenas 1% das deslocações dos casos de Lisboa Quanto à utilização do

automóvel, esta é bastante elevada em todos os casos de estudo, ultrapassando os 50% em todas as freguesias (de 51% em Benfica a 60% em Carnide, Lumiar e Alcochete), com excepção de Santo Condestável (42%). Salienta-se ainda que o número de utilizadores de automóvel nem todos são condutores, tornando-se importante para uma mobilidade sustentável a utilização do automóvel com o maior número de utilizadores por automóvel (onde se incluem, por exemplo, as crianças e jovens). Em três das sete freguesias, mais de 10% dos indivíduos são passageiros (Alcochete, Lumiar e Quinta do Conde), freguesias onde se verifica também uma maior utilização do automóvel. A utilização de motociclo, bicicleta, outro meio ou "não se aplica" é residual.

Entre 2001 e 2011, registam-se também alguns padrões entre as freguesias em estudo (Quadro 36). Em todas as freguesias a proporção de população que se desloca pedonalmente ou utiliza transporte colectivo privado diminuiu em detrimento do aumento, também em todas as freguesias, da proporção de utilização doa utomóvel. Quanto à utilização do transporte público, na maioria das freguesias em estudo, esta tambem diminuiu, com excepção dos casos de Alcochete e Quinta do Conde, beneficiados na última década pela melhoria substancial da rede viária que serve as freguesias e as conecta com as grandes bacias de emprego, nomeadamente Almada, Setúbal e Lisboa. Por outro lado, o uso de motociclo ou bicileta regista um ligeiro aumento de utilização nos casos de estudo localizados no município de Lisboa, enquanto nas freguesias da Margem Sul esta proporção diminuiu entre 2001 e 2011.

COMPONENTE: 3. TRANSPORTES, MOBILIDADE E CONECTIVIDADE

SUB-COMPONENTE: 3.2. MOBILIDADE

PRESSUPOSTO:

As características da mobilidade têm uma grande importância no contexto do quotidiano e da qualidade de vida dos indivíduos e das famílias. Aspectos associados às deslocações como o local de origem e destino, tempos de deslocação, modos de transporte, entre outras características, tornam-se fundamentais para um eficaz planeamento urbano e dos transportes públicos. Importa ainda compreender de que forma o local de trabalho ou escola pode influenciar, em parte, a escolha do modo de transporte utilizado.

INDICADOR: 3.2.4. MODOS DE TRANSPORTE

3.2.4.2. MODO DE DESLOCAÇÃO E DESTINO DAS DESLOCAÇÕES LABORAIS

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Meios de transporte
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

3.2.4.2. MODO DE DESLOCAÇÃO E DESTINO DAS DESLOCAÇÕES LABORAIS

Modo de transporte	Benfica			Alcochete		
	Local de Trabalho/Escola					
	Bairro/ freguesia	Concelho	Outro concelho	Bairro/ freguesia	Concelho	Outro concelho
	%					
A pé	47.9	9.1	0.0	59.3	27.8	0.7
Automóvel	31.3	46.5	50.0	37.0	61.1	67.2
T. Privado e T. Público	4.2	1.0	15.3	0.0	0.0	2.9
Transporte Público (1)	16.7	36.4	13.0	3.7	5.6	18.3
Transporte Público (2 ou mais)	0.0	7.1	21.7	0.0	5.6	11,0
Total	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**

Quadro 37 – Modo de deslocação e destino das deslocações laborais

Fonte – Inquérito Benfica e Alcochete [3], 2010

Com base no inquérito aplicado em Benfica e Alcochete, quanto ao modo de transporte utilizado para as deslocações laborais e o destino das mesmas (bairro ou freguesia, no concelho ou em outro concelho) (Quadro 37), verifica-se que a localização da residência tem uma grande influência. Em ambos os casos, a opção pedonal surge para deslocações mais próximas de casa, especialmente em Alcochete. Com o afastamento do local de trabalho à escala do concelho, enquanto em Benfica o transporte público (36%) ainda compete com o transporte privado (47%), quando o destino implica a deslocação para outro concelho, além do automóvel (50%), surge a possibilidade de conjugar o transporte privado com o transporte público (15%). Em Alcochete, para as deslocações laborais com destino a outras freguesias do município de Alcochete é o automóvel que surge como primeiro recurso (61%), apesar da deslocação pedonal ainda ter alguma relevância (28%), isto porque a proximidade do núcleo urbano da freguesia de Alcochete é relativamente próxima a outros núcleos urbanos de menor dimensão de outras freguesias. Com o aumento das distâncias do destino laboral, além da viatura privada (67%), a utilização de um ou mais transportes públicos torna-se essencial (29%).

COMPONENTE: 3. TRANSPORTES, MOBILIDADE E CONECTIVIDADE

SUB-COMPONENTE: 3.2. MOBILIDADE

PRESSUPOSTO:

As características da mobilidade têm uma grande importância no contexto do quotidiano e da qualidade de vida dos indivíduos e das famílias. Aspectos associados às deslocações como o local de origem e destino, tempos de deslocação, modos de transporte, entre outras características, tornam-se fundamentais para um eficaz planeamento urbano e dos transportes públicos. Em particular, destaca-se as deslocações de crianças e jovens para a escola. Estas deslocações apresentam características particulares devido à dependência das crianças e jovens no que trata à escolha dos meios de transporte, associado aos padrões de deslocação dos encarregados de educação ou, por exemplo, da existência ou não de serviços específicos de transporte escolar.

INDICADOR: 3.2.4. MODOS DE TRANSPORTE

3.2.4.3. MODO DE TRANSPORTE DE CRIANÇAS E JOVENS PARA A ESCOLA

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Meios de transporte
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

3.2.4.3. MODO DE TRANSPORTE DE CRIANÇAS E JOVENS PARA A ESCOLA

Modo de Transporte	Benfica		Alcochete	
	Crianças e jovens	Activos	Crianças e jovens	Activos
	%			
A pé	32.4	14.3	37.7	19
Automóvel	47.1	47.4	54.1	58.2
T. Privado e T. Público	2.8	3.8	0	2.5
T. Público	17.7	34.5	8.2	20.3
Total (%)	100	100	100	100

Quadro 38 – Modos de transporte de crianças e jovens para a escola

Fonte – Inquérito Benfica e Alcochete [3], 2010

Através de inquérito em Benfica e Alcochete, aprofundou-se o ou os modos de transporte utilizados para as deslocações casa-trabalho-casa dos activos e das deslocações casa-escola-casa das crianças e jovens até aos 18 anos (Quadro 38). Observa-se assim que, em ambos os casos, o automóvel é a opção mais frequente tanto para os activos (47% em Benfica e 58% em Alcochete), como para as crianças e jovens (como passageiros) (47% em Benfica e 54% em Alcochete). O segundo modo mais frequente dos activos é a utilização exclusiva de transporte público (independentemente do número de transportes distintos que os indivíduos utilizam, quer sejam associado ao transporte privado ou exclusivamente utilizando o transporte público) (35% em Benfica e 20% em Alcochete). Relativamente às deslocações pedonais dos activos, se em Benfica a sua importância é inferior às outras duas opções já mencionadas (14%), em Alcochete a deslocação pedonal (19%) aproxima-se muito da utilização dos transportes públicos. A conjugação do transporte privado e público é bastante reduzida em ambos os casos. Já no contexto das deslocações das crianças e jovens, e sendo as escolas um elemento âncora para a dinâmica de bairro, apesar do automóvel estar bem presente, sendo que as crianças surgem como passageiras, as deslocações pedonais ganham uma grande importância (32% em Benfica e 38% em Alcochete), em muito relacionado com a independência das crianças para realizar as deslocações para a escola sem acompanhamento parental. A utilização do transporte público é mais reduzida que nos activos, porém na área de Benfica surgem 18% de crianças ou jovens que assumem fazer-se deslocar de transporte público.

COMPONENTE: 3. TRANSPORTES, MOBILIDADE E CONECTIVIDADE

SUB-COMPONENTE: 3.2. MOBILIDADE

PRESSUPOSTO:

As características da mobilidade têm uma grande importância no contexto do quotidiano e da qualidade de vida dos indivíduos e das famílias. Aspectos associados às deslocações como o local de origem e destino, tempos de deslocação, modos de transporte, entre outras características, tornam-se fundamentais para um eficaz planeamento urbano e dos transportes públicos. Além das deslocações laborais, as deslocações na procura de bens e serviços são também relevantes no quotidiano das famílias. Contudo, nem sempre as características das deslocações laborais são as mesmas características das deslocações na procura de bens e serviços, especificamente no que trata ao modo de transporte seleccionado e destino da deslocação.

INDICADOR: 3.2.4. MODOS DE TRANSPORTE

3.2.4.4. MODOS DE TRANSPORTE UTILIZADOS NA PROCURA DE BENS E SERVIÇOS

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Meios de transporte, Bens e Serviços
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

3.2.4.4. MODOS DE TRANSPORTE UTILIZADOS NA PROCURA DE BENS E SERVIÇOS

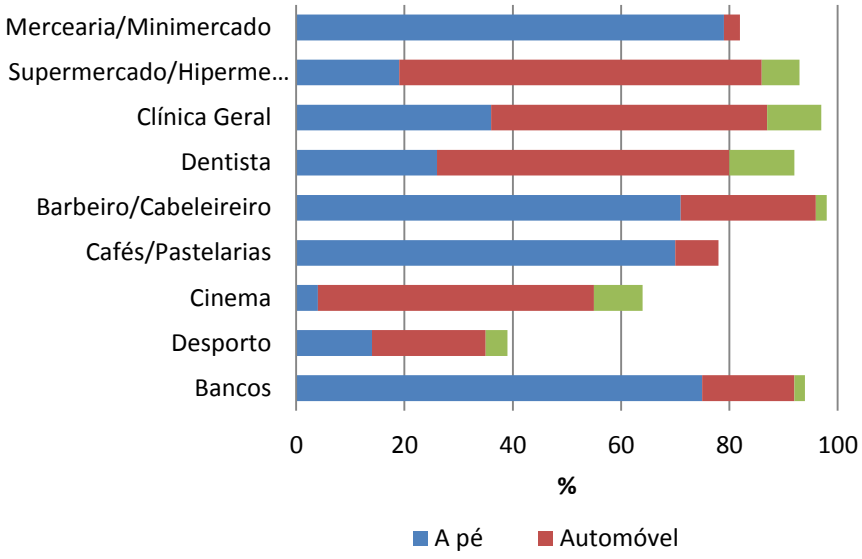


Figura 18 - Modos de transporte utilizados na procura de bens e serviços. Exemplo de Benfica

Fonte – Inquérito Benfica e Alcochete [3], 2010

Os inquiridos de Benfica e Alcochete identificaram qual o modo de transporte mais utilizado para deslocações na procura de um conjunto de bens e serviços, relacionado com o comércio alimentar, saúde e higiene, serviços gerais, cultural, lazer e desporto. Analisando o caso de Benfica (Figura 18), nem todos os serviços são frequentados pelos inquiridos. Independentemente do local de destino e do tempo de deslocação, observa-se que para os diversos serviços seleccionados, o padrão de mobilidade não é igual. Tomando Benfica como exemplo, para a procura de bens e serviços diários, onde se inclui os produtos frescos ("mercearia/minimercado"), os "cafés/pastelarias", mas também para os serviços regulares como "Bancos" ou serviços de proximidade como o "cabeleireiro/barbearia", a primeira opção de deslocação é pedonal, apesar de surgir o automóvel como o segundo modo de transporte mais utilizado (influencia de aspectos como o local de destino). Outros serviços, porém, são realizados maioritariamente com recurso ao automóvel, como "supermercado/hipermercado", os serviços de saúde. A mesma situação verifica-se com as opções de cultura, lazer e desporto. Este último aspecto - o desporto – é procurado também de forma pedonal.

COMPONENTE: 3. TRANSPORTES, MOBILIDADE E CONECTIVIDADE

SUB-COMPONENTE: 3.2. MOBILIDADE

PRESSUPOSTO:

As características da mobilidade têm uma grande importância no contexto do quotidiano e da qualidade de vida dos indivíduos e das famílias. Aspectos associados às deslocações como o local de origem e destino, tempos de deslocação, modos de transporte, entre outras características, tornam-se fundamentais para um eficaz planeamento urbano e dos transportes públicos. O total de minutos despendido em deslocações pode reflectir o comportamento diferenciado dos indivíduos no que respeita às suas necessidades e preferências, por exemplo no que respeita aos modos de transporte seleccionados, ao número de viagens por dia ou à localização do destino.

INDICADOR: 3.2.5. TEMPOS DE DESLOCAÇÃO

3.2.5.1. TEMPO GASTO EM DESLOCAÇÕES DURANTE UM DIA

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:***
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

3.2.5.1. TEMPO GASTO EM DESLOCAÇÕES DURANTE UM DIA

Bairro	Até 15 min.	16 a 30 min.	31 a 45 min.	46 a 60 min.	61 a 90 min.	91 a 120 min.	> 120 min.	Total (%)
Alcochete	4.2	16.1	10.1	10.7	19.0	18.5	21.4	100
Benfica	5.4	13.4	12.8	22.8	28.2	12.8	4.7	100

Quadro 39 – Tempo gasto em deslocações durante um dia (minutos)

Fonte: Inquérito Benfica e Alcochete [3], 2010

De acordo com os inquiridos em Benfica e Alcochete quanto ao total de minutos despedidos pelos indivíduos em todas as suas deslocações num dia útil (Quadro 39), não atendendo à idade do inquirido nem ao seu estatuto sócio-profissional, apenas uma pequena percentagem despendem até 15 minutos em deslocações, e entre 13% em Benfica e 16% em Alcochete despende entre 16 a 30 minutos. Se a percentagem de indivíduos que despende até 45 minutos diários em deslocações em ambos os bairros é bastante semelhante, o mesmo não ocorre quanto aos indivíduos que despendem mais tempo: em Benfica mais de metade dos inquiridos necessita entre 46 a 90 minutos para deslocações diárias, enquanto em Alcochete cerca de 40% dos inquiridos demora mais de 90 minutos, e destes 20% demoram mais de 120 minutos, em deslocações num dia útil.

COMPONENTE: 3. TRANSPORTES, MOBILIDADE E CONECTIVIDADE

SUB-COMPONENTE: 3.2. MOBILIDADE

PRESSUPOSTO:

As características da mobilidade têm uma grande importância no contexto do quotidiano e da qualidade de vida dos indivíduos e das famílias. Aspectos associados às deslocações como o local de origem e destino, tempos de deslocação, modos de transporte, entre outras características, tornam-se fundamentais para um eficaz planeamento urbano e dos transportes públicos. Para uma comunidade mais sustentável torna-se fundamental a possibilidade de realizar pequenas viagens para a satisfação das necessidades das famílias, no que trata à procura de bens, serviços ou equipamentos.

INDICADOR: 3.2.5. TEMPOS DE DESLOCAÇÃO

3.2.5.2. PROPORÇÃO DE PEQUENAS VIAGENS (DISTÂNCIA-TEMPO DE 15 MINUTOS)

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:***
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

3.2.5.2. PROPORÇÃO DE PEQUENAS VIAGENS (DISTÂNCIA-TEMPO DE 15 MINUTOS)

Tempo de Deslocação	Benfica	Alcochete
	%	
Até 5 min	15.3	20.0
Até 10 min	16.0	18.4
Até 15 min	13.9	13.6
TOTAL – Até 15 minutos	**45.2**	**52**
Até 30 min	38.5	13.6
Até 60 min	14.4	29.5
Mais de 60 min	0.9	4.7
Variável	1.1	0.4
Total	100	100

Quadro 40 – Percentagem de pequenas viagens (distância-tempo de 15 minutos) no total das viagens diárias)

Fonte – Inquérito Benfica e Alcochete [3], 2010

Quanto aos tempos de deslocação de todas as deslocações realizadas pelos indivíduos num dia útil, independentemente da sua origem/destino, do modo de transporte e do motivo da deslocação, observamos que há várias semelhanças entre os inquiridos das áreas de Benfica e Alcochete (Quadro 40). É em Alcochete que se verifica maior percentagem de viagens de curta duração – até 15 minutos (52%, contra 45% em Benfica), valor, contudo, muito elevado em ambos os bairros. A grande diferença surge nas deslocações de maior duração: se em Benfica 39% das deslocações demoram até 30 minutos, em Alcochete quase 30% das mesmas duram entre 30 a 60 minutos.

COMPONENTE: 3. TRANSPORTES, MOBILIDADE E CONECTIVIDADE

SUB-COMPONENTE: 3.2. MOBILIDADE

PRESSUPOSTO:

As características da mobilidade têm uma grande importância no contexto do quotidiano e da qualidade de vida dos indivíduos e das famílias. Aspectos associados às deslocações como o local de origem e destino, tempos de deslocação, modos de transporte, entre outras características, tornam-se fundamentais para um eficaz planeamento urbano e dos transportes públicos. O total de minutos despendidonos movimentos pendulares reflecte os comportamentos e necessidades diferenciados dos indivíduos, por exemplo no que respeita aos modos de transporte seleccionados, local de trabalho, entre outros.

INDICADOR: 3.2.5. TEMPOS DE DESLOCAÇÃO

3.2.5.3. DURAÇÃO MÉDIA DOS MOVIMENTOS PENDULARES

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** Movimentos Pendulares
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

3.2.5.3. DURAÇÃO MÉDIA DOS MOVIMENTOS PENDULARES

Freguesias	Nenhum	Até 15 min	16 a 30 min	31 a 60 min	61 a 90 min	Mais de 90 min	Não se aplica	Total (%)
Benfica	5	23.1	39	26.9	3.6	1.6	0.8	100
Carnide	4.3	29	38.7	22.3	3.6	1.4	0.8	100
Lumiar	3.4	30.7	44.1	17.7	2.3	1	0.8	100
Santo Condestável	7.7	30.9	39.6	16.9	3.2	1.1	0.6	100
Alcochete	5.7	51.7	20.8	15.1	4.2	1.7	0.8	100
Pinhal Novo	4.6	38.6	30.1	16.8	5.5	3.2	1.1	100
Quinta do Conde	5.2	35.7	23.9	19.2	10.5	4.5	1.1	100

Quadro 41 – Duração dos movimentos pendulares por escalão (min) da população residente empregada ou estudante por Local de residência

Fonte: INE, Censos 2001 (Indisponível para 2011)

Se se analisar as durações médias dos movimentos pendulares de indivíduos empregados ou estudantes por classes de tempo, verificamos diferentes perfis, em parte, justificados pela própria localização geográfica no contexto da AML (Quandro 41). Apesar de haver uma percentagem relevante de indivíduos que apenas despende 15 minutos em deslocações pendulares em todos os casos de estudo, é na freguesia de Alcochete que mais de metade dos indivíduos demora um quarto de hora, sendo das outras duas freguesias da AML Sul onde se verifica maior percentagem do gasto de tempo para deslocações pendulares de curta duração. Contudo são também estas freguesias que apresentam uma percentagem ainda relevante de indivíduos que despendem 61 ou mais minutos. Já nas quatro freguesias de Lisboa agora em estudo verifica-se que entre 57% (Santo Condestável) e 66% (Benfica) demoram entre 31 a 90 minutos nas deslocações pendulares, sendo residuais as percentagens de indivíduos que consomem mais de 90 minutos diários.

Freguesias	1991	2001	2011
Benfica	32.05	29.15	24.69
Carnide	33.3	28.07	23.10
Lumiar	30.23	25	22.89
Santo Condestável	25.07	24.22	21.52
Alcochete	19.81	22.42	24.01
Pinhal Novo	27.83	27.78	25.48
Quinta do Conde	31.13	33.77	30.79

Quadro 42 – Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por Local de residência

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Relativamente à duração média das deslocações pendulares (Quadro 42), verifica-se que na maioria das freguesias em análise este valor decresceu alguns minutos entre 1991 e 2011, com excepção das freguesias de Alcochete, que aumentou entre 1991 e 2011, e Quinta do Conde onde a duração média das viagens aumentou entre 1991 e 2001 e diminuiu entre 2001 e 2011. Em 2011, os valores registados são muito semelhantes entre os casos de estudo, variando entre os 22 minutos em Santo Condestável e os 31 minutos na Quinta do Conde.

COMPONENTE: 3. TRANSPORTES, MOBILIDADE E CONECTIVIDADE

SUB-COMPONENTE: 3.2. MOBILIDADE

PRESSUPOSTO:

As características da mobilidade têm uma grande importância no contexto do quotidiano e da qualidade de vida dos indivíduos e das famílias. Aspectos associados às deslocações como o local de origem e destino, tempos de deslocação, modos de transporte, entre outras características, tornam-se fundamentais para um eficaz planeamento urbano e dos transportes públicos. As deslocações na procura de bens e serviços são também relevantes no quotidiano das famílias, nomeadamente o tempo despendido para a sua realização.

INDICADOR: 3.2.5. TEMPOS DE DESLOCAÇÃO

3.2.5.4. TEMPO DESPENDIDO NA PROCURA DE BENS E SERVIÇOS

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Bens e Serviços
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

3.2.5.4. TEMPO DESPENDIDO NA PROCURA DE BENS E SERVIÇOS

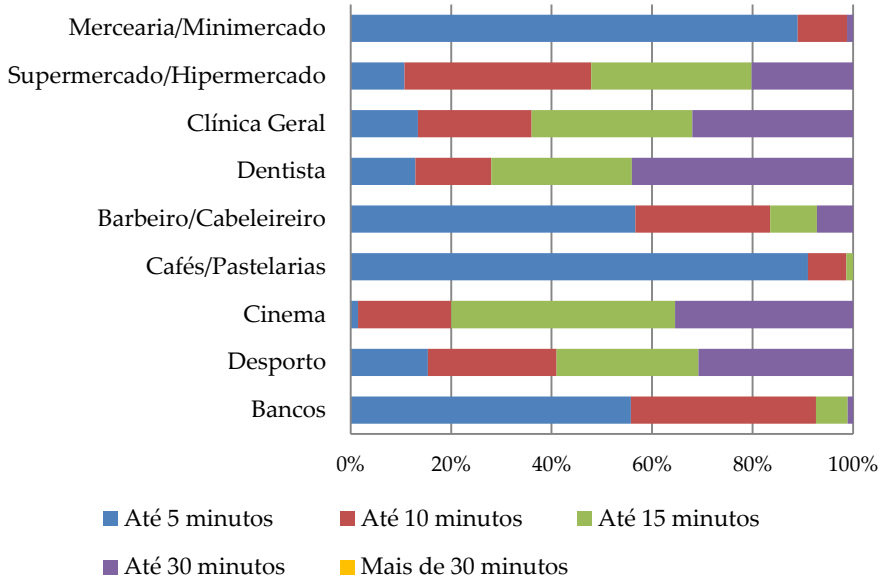


Figura 19 - Tempo despendido na procura de bens e serviços. Exemplo de Benfica

Fonte – Inquérito Benfica e Alcochete [3], 2010

Os inquiridos nos casos de estudo de Benfica e Alcochete identificaram o tempo médio que despendem em deslocações na procura de um conjunto de bens e serviços, relacionado com o comércio alimentar, saúde e higiene, serviços gerais, cultural, lazer e desporto. No caso de Benfica (Figura 19), observa-se que grande parte das deslocações para qualquer um dos serviços é maioritariamente realizada em 15 minutos, independentemente da sua localização ou modo de transporte. Os serviços que apresentam uma menor distância-tempo (até 5 minutos) são os serviços de procura mais frequente: "mercearias/minimercados", "café/pastelaria", "barbeiro/cabeleireiro" e "bancos". São os serviços de saúde geral e de especialidade (dentista) que apresentam maiores percentagens de indivíduos que demoram até 30 minutos. Sendo que os equipamentos primários de saúde são elementos âncora de um bairro, as novas opções, como por exemplo a privatização dos serviços de saúde, a existência de seguros de vida, etc., multiplicam a localização destes serviços. O mesmo se passa com as oportunidades de lazer, cultura e desporto, dada a variedade de opções, não só à escala do bairro ou freguesia, mas também fora dele, associado cada vez mais às preferências dos indivíduos.

COMPONENTE: 3. TRANSPORTES, MOBILIDADE E CONECTIVIDADE

SUB-COMPONENTE: 3.2. MOBILIDADE

PRESSUPOSTO:

As características da mobilidade têm uma grande importância no contexto do quotidiano e da qualidade de vida dos indivíduos e das famílias. Aspectos associados às deslocações como o local de origem e destino, tempos de deslocação, modos de transporte, entre outras características, tornam-se fundamentais para um eficaz planeamento urbano e dos transportes públicos. A localização dos bens e serviços procurados pelos indivíduos terá grande influência no tempo de deslocação alocado e do modo de transporte seleccionado.

INDICADOR: 3.2.6. DESTINO NA PROCURA DE BENS E SERVIÇOS

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Bens e Serviços
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

3.2.6. DESTINO NA PROCURA DE BENS E SERVIÇOS

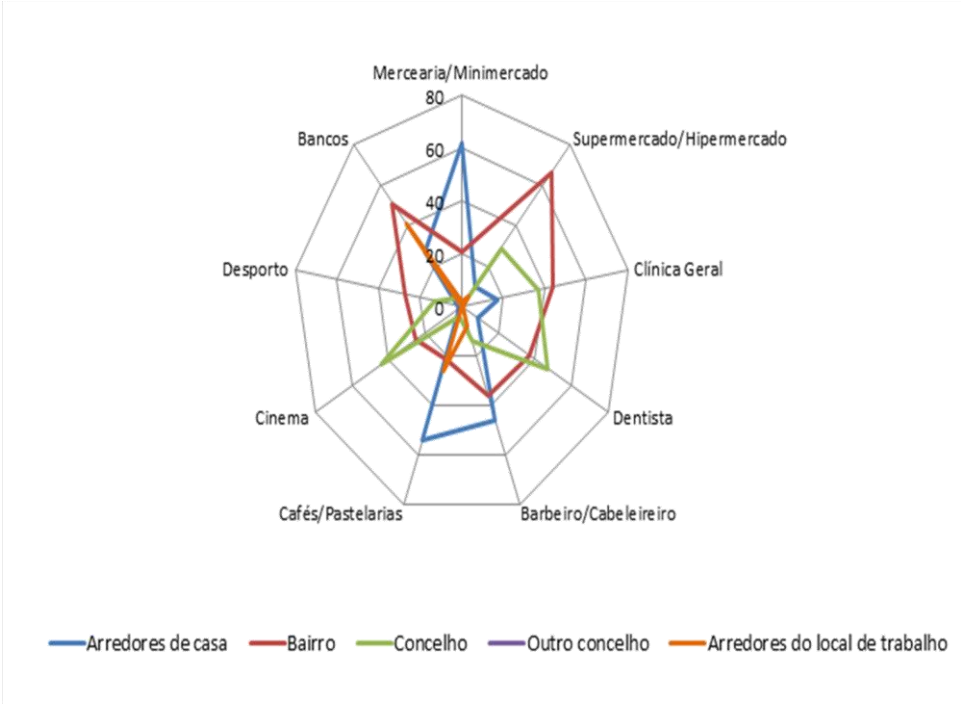


Figura 20 - Destino na procura de bens e serviços. Exemplo de Benfica.

Fonte – Inquérito Benfica e Alcochete [3], 2010

Também o local das deslocações para a aquisição de bens e serviços é diferenciado consoante o objectivo da deslocação. No caso de estudo de Benfica (Figura 20), nota-se uma procura diferenciada dos bens e serviços a diferentes escalas (bairro/freguesia, concelho, outro concelho). Alguns serviços são procurados nos arredores da residência, como a "mercaria/minimercado", "cafés/pastelarias" ou "barbeiro/cabeleireiro". Ainda assim, o bairro ocupa um espaço primordial na procura da maioria de serviços em estudo, com excepção de "dentista" e do "cinema", serviços esses procurados à escala do município por um maior número de inquiridos. Salienta-se também a importância do contexto do local de trabalho, onde se frequentam maioritariamente os "bancos" e os "cafés/pastelarias".

COMPONENTE: 3. TRANSPORTES, MOBILIDADE E CONECTIVIDADE

SUB-COMPONENTE: 3.3. CONECTIVIDADE

PRESSUPOSTO:

A conectividade, nomeadamente através das telecomunicações e das tecnologias de informação e comunicação, é cada vez mais útil, não só no contexto profissional mas também no contexto da rede social dos indivíduos e das famílias, reduzindo a distância física entre indivíduos. Este facto, sendo relevante no contexto de uma comunidade sustentável, deve registar continuas adaptações à evolução tecnológica e conhecimento dos individuos. Exemplo disso é o acesso telefónico das habitações, tecnologia que sofre actualmente um fenómeno de substituição através da existência de telemóveis e de Internet.

INDICADOR: 3.3.1. POSTOS TELEFÓNICOS RESIDENCIAIS POR 100 HABITANTES

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial - INE, Inquérito às Telecomunicações
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Município
- ***CONCEITOS:*** Postos telefónicos residenciais
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística

Nota: Poderá ser recolhido por inquérito

- ***CÁLCULO:*** Postos telefónicos residenciais/ População média anual residente*100
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

3.3.1. POSTOS TELEFÓNICOS RESIDENCIAIS POR 100 HABITANTES

Município	Postos telefónicos residenciais por 100 habitantes (N.º)				
	2005	2006	2007	2008	2009
Portugal	22.9	19.2	16.7	15.7	15.5
Lisboa	36.6	30.6	27.0	25.3	23.2
Alcochete	12.2	10.1	8.6	7.9	7.2
Palmela	25.5	19.9	17.2	17.4	18.0
Sesimbra	18.1	14.9	13.0	12.7	12.4

Quadro 43 – Postos telefónicos residenciais por 100 habitantes

Fonte – INE (5), 2001 (dados indisponíveis para 2011)

Com a evolução das novas tecnologias, incluindo-se o telefone móvel ou a Internet, onde se disponibilizam novas tecnologias para a realização de chamadas gratuitas, apesar da inclusão do telefone fixo a outros serviços digitais, como a televisão por cabo, notando-se assim, entre 2005 e 2009 um decréscimo no número de postos telefónicos residenciais por 100 habitantes em todos os municípios em estudo (Quadro 43). Em 2005, Lisboa era o município com maior relação entre o número de postos telefónico e o número de residentes mas também foi o município onde essa relação mais decresceu entre 2005 e 2009. Alcochete era o município com menor valor de postos telefónicos por 100 habitantes (12) mas ainda assim, entre 2005 e 2009, esse valor reduziu para 7 postos telefónicos residenciais por 100 habitantes. Nos restantes três municípios, entre 2005 e 2009, a existência de postos telefónicos residenciais diminuiu entre 5% (Alcochete) e 8% (Palmela).

COMPONENTE: 3. TRANSPORTES, MOBILIDADE E CONECTIVIDADE

SUB-COMPONENTE: 3.3. CONECTIVIDADE

PRESSUPOSTO:

A conectividade, nomeadamente através das telecomunicações e das tecnologias de informação e comunicação, é cada vez mais útil, não só no contexto profissional mas também no contexto da rede social dos indivíduos e das famílias, reduzindo a distância física entre indivíduos. Este facto, sendo relevante no contexto de uma comunidade sustentável, deve registar continuas adaptações à evolução tecnológica e conhecimento dos individuos. O acesso à Internet no quotidiano das famílias é cada vez mais evidente. O contexto mais ou menos urbano acaba por ter alguma influência neste fenómeno, embora as discrepâncias estejam a reduzir entre as áreas mais e menos urbanas.

INDICADOR: 3.3.2. ACESSO À BANDA LARGA

3.3.2.1. PROPORÇÃO DE AGREGADOS DOMÉSTICOS PRIVADOS COM PELO MENOS UM INDIVIDUO COM IDADE ENTRE OS 16 E 74 ANOS E COM LIGAÇÃO À INTERNET EM CASA ATRAVÉS DE BANDA LARGA

3.3.2.2. PROPORÇÃO DE AGREGADOS DOMÉSTICOS PRIVADOS COM PELO MENOS UM INDIVIDUO COM IDADE ENTRE OS 16 E 74 ANOS E COM LIGAÇÃO À INTERNET EM CASA ATRAVÉS DE BANDA LARGA POR TIPOLOGIA DE LOCALIDADE

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial - INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação pelas famílias, 2004 - 2011
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** NUTS II
- ***CONCEITOS:*** Agregado Doméstico Privado, Banda Larga, Tipologia da Localidade
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (Número de agregados com ligação à Internet em casa através de Banda Larga por NUT II/ Portugal)*100
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

3.3.2.1. PROPORÇÃO DE AGREGADOS DOMÉSTICOS PRIVADOS COM PELO MENOS UM INDIVIDUO COM IDADE ENTRE OS 16 E 74 ANOS E COM LIGAÇÃO À INTERNET EM CASA ATRAVÉS DE BANDA LARGA

Local de residência (NUTS II)	Agregados domésticos privados com pelo menos um indivíduo com idade entre 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa através de banda larga		
	2004	2007	2011
Portugal (N.º)	412591	1065989	2054998
Lisboa (N.º)	211711	417212	696659
Lisboa (%)	51.3	39.1	33.9

Quadro 44 – Proporção de agregados domésticos privados com pelo menos um individuo com idade entre os 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa através de Banda Larga

Fonte – INE (2), 2004, 2007 e 2011

O indicador Agregados domésticos privados com pelo menos um indivíduo com idade entre 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa através de banda larga não está disponível à escala da freguesia ou do município. Contudo, como exemplo apresenta-se o caso da NUT II Lisboa e a base nacional (Quadro 44). É possível observar que a NUT II Lisboa apresenta um volume considerável de agregados domésticos com ligação à Internet por Banda Larga. Contudo, tal proporção tem vindo a decrescer. Exemplo disso é a evolução do indicador entre 2004, onde cerca de metade dos agregados nacionais se concentravam nesta região (51%), e 2011, onde decresce para um terço dos agregados nacionais, resultado de uma maior distribuição deste indicador entre as restantes regiões de Portugal.

Tipologia de localidade	Agregados domésticos privados com pelo menos um indivíduo com idade entre 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa através de banda larga por tipologia de localidade				
	2007		2011		Var. 2007-2011
	N.º	%	N.º	%	%
Portugal	1065988.4	100	2054998	100	92.8
Zonas densamente povoadas	618482.3	58	1086304.3	52.9	75.6
Zonas medianamente povoadas	273081.6	25.6	613974.4	29.9	124.8
Zonas pouco povoadas	174424.5	16.4	354719.5	17.3.	103.4

Quadro 45 – Proporção de agregados domésticos privados com pelo menos um individuo com idade entre os 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa através de Banda Larga por tipologia de localidade

Fonte – INE (2), 2007 e 2011

À escala nacional (não havendo informação a outra escala), pode-se também observar que, tanto em 2007 como em 2011, quanto mais povoada a localidade, maior o número de agregados que possuem Banda Larga (como seria de esperar pela proporção da densidade de agregados) (Quadro 45). Contudo, também entre estes dois anos, a concentração dos agregados que possuem Internet em "zonas densamente povoadas" tem diminuído em detrimento de outras zonas, especialmente das "zonas medianamente povoadas", aumentando ligeiramente a proporção destes agregados em "zonas pouco povoadas", já que em ambas as tipologias de povoamento, o número de agregados com Internet através de Banda Larga mais que duplicou.

3.3.3. Reflexões

Na terceira componente em análise, referente ao "Transporte, mobilidade e conectividade", foi também analisado um vasto conjunto de indicadores, com base em diversas fontes de informação.

Considerando as tipologias do Corine Land Cover, foi analisada a área de "**Rede Viária ou ferroviárias e zonas associadas**", onde se incluem as redes de transporte com largura superior a 100 metros, zonas de serviço, estações de transporte público, entre outros aspectos, identificadas nas áreas de Benfica, Santos Condestável e Alcochete. Esta análise utilizando o CLC apresenta limitações para a leitura à escala local, sendo conveniente a utilização de informação georreferenciada para a escala do bairro, como por exemplo quanto à rede viária. Com essa informação mais pormenorizada é possível calcular e cartografar a densidade da rede viária. Através da cartografia, é possível observar que há uma maior "**Densidade da rede viária**" nas freguesias do município de Lisboa, havendo um decréscimo gradual para a margem Norte. Na margem Sul do Tejo identifica-se uma mancha em direcção à Quinta do Conde com uma maior densidade viária, havendo uma densidade bastante inferior nas freguesias de Alcochete e Pinhal Novo, apesar da existência da segunda travessia sobre o Tejo.

A percepção dos residentes quanto a alguns aspectos relacionados com as condições de mobilidade pode ter influência nas escolhas dos indivíduos. Com base no inquérito aplicado em Telheiras, Quinta do Conde e Pinhal Novo, a "**Percepção dos residentes sobre a suficiência de estacionamento no bairro**" é bastante diferenciada: enquanto a grande maioria dos residentes no Pinhal Novo considera ter estacionamento suficiente, nos outros restantes essa percentagem decresce para cerca de 45%. Contudo, em Telheiras cerca de 40% dos inquiridos consideraram que havia falta de estacionamento. Um fenómeno cada vez mais observado é o estacionamento pago. Por exemplo, no município de Lisboa existe a EMEL – Empresa Municipal de Estacionamento de Lisboa, que tem criado zonas de estacionamento pago por toda a cidade, recorrendo a vários modelos (ex. limite de horas de estacionamento, espaços apenas para residentes ou para visitantes, etc.). Em Campo de Ourique, o modelo proposto pela EMEL propunha a existência de três zonas distintas: uma reservada a residentes e comerciantes com dístico, uma de estacionamento misto onde só os visitantes pagariam e outra destinada a estacionamento de rotação em que todos pagariam entre as 9h00 e as 18h30. Este modelo foi discutido com os interessados locais, sendo que a EMEL acabou por recuar no modelo proposto mantendo toda a área do bairro mista, com pagamento apenas para os visitantes (Jornal Diário de Notícias, 04/08/2009). Já na área de Carnide foi testado um novo esquema de circulação automóvel durante cerca de

dois meses de 2011 discutido com a comunidade. Os principais objectivos prendiam-se com a criação de áreas de estacionamento apenas para moradores e a minimização do trânsito de passagem no centro histórico de Carnide, prevendo-se também a tomada de medidas como a tarifação do estacionamento no centro histórico (Jornal Público, 02/08/2011). Um outro problema verificado relativamente ao estacionamento em Lisboa é a existência de um número considerável de carros abandonados em espaço público (cerca de 3 mil em 2010), que limita o uso eficiente do estacionamento por residentes e visitantes (Jornal Diário de Notícias, 18/09/2010). Este aspecto está bastante relacionado com as tipologias urbanas verificadas (tecido urbano contínuo ou descontinuo, mais ou menos denso), mas também com as próprias infra-estruturas do bairro (lugares públicos, parques de estacionamento, etc.) e das habitações (ex. posse de garagem). A deslocação pedonal dentro do bairro é também um dos pontos fortes de uma Comunidade Sustentável. Inquiridos também pela sua "**Percepção dos residentes sobre o estado de conservação das vias para andar a pé no bairro**", as opiniões entre bairros também divergem: tanto em Telheiras como no Pinhal Novo a grande maioria dos inquiridos concordou que o bairro estava bem conservado quanto às vias, enquanto na Quinta do Conde, um quarto dos inquiridos discorda da afirmação proposta. Ainda neste contexto, a "**Percepção dos residentes sobre o serviço de transportes públicos no bairro**" justifica, em parte, as escolhas dos modos de transporte diários. Apesar das alterações nas redes de transporte públicos, em que algumas acarretaram a adaptação ou encerramento de algumas linhas, outras medidas facilitadoras da utilização são promovidas. Por exemplo, a criação do passe único "Navegante" permitirá pelo valor de 35 euros andar em todos os modos de transporte que cobrem a malha urbana de Lisboa, eliminando os passes intermodais combinados, reduzindo os custos administrativos com a simplificação tarifária, acabando com as 710 combinações diferentes de títulos de transporte na AML. Para além da Carris, CP e Metro, este passe poderá ser utilizado na Transtejo e nos Transportes Colectivos do Barreiro. O grande objectivo do Governo é evoluir para a implementação progressiva do sistema tarifário de toda a Área Metropolitana de Lisboa (Jornal Público, 20/01/2012). Contudo, as adaptações das redes de transporte à contingência actual do país levou, por exemplo, à diminuição do serviço de transportes públicos. É o exemplo do Metro onde se verificou, no início de 2012, a redução do número de carruagens e o aumento do intervalo de tempo entre veículos em algumas linhas (Jornal Público, 16/03/2012).

Quanto à temática da Mobilidade, interessa compreender os padrões de deslocação das famílias bem como as suas motivações. No que respeita ao "**Número de viagens realizadas num dia útil por indivíduo**" é notória a variedade de viagens diárias, apesar de mais de metade dos indivíduos apenas realizar duas viagens diárias. Analisando as deslocações dos activos e dos estudantes, visto terem de realizar deslocações obrigatórias para o trabalho ou escola, enquanto os activos apresentam o mesmo padrão, ou seja, uma maior percentagem de indivíduos que realizam duas deslocações diárias (ida e regresso

do trabalho), sendo em Alcochete que se observa uma maior percentagem de famílias que faz 3 ou mais deslocações diárias, já quanto aos estudantes o padrão difere. Quanto aos estudantes, e considerando apenas os estudantes até aos 18 anos, se em Alcochete um terço dos indivíduos realiza duas deslocações diárias, em Benfica três quartos dos inquiridos realizam entre 3 a 4 deslocações diárias, onde os principais motivos prendem-se com o "almoço em casa" ou com a "frequência de actividades extracurriculares".

Analisando todas as deslocações realizadas durante um dia útil, o padrão das deslocações entre os inquiridos de Benfica e Alcochete também são diferentes. Excluindo o principal **destino das deslocações**, que é a residência, enquanto em Alcochete as deslocações têm como destinos principais o "bairro" ou "outro concelho", já em Benfica as deslocações analisadas dispersam-se entre o "bairro" e o "concelho", sendo as deslocações para "outro concelho" em menor escala.

Numa leitura à escala municipal quanto aos movimentos pendulares em 2011, a "**Proporção da população residente que entra na unidade territorial**", é muito superior em Lisboa, representativa da importância da Capital no contexto das actividades económicas da AML (recebendo mais de três quartos de activos do proporção do seu número de residentes), contrastando com os municípios de Alcochete e Palmela, que atraem cerca de um quarto de população não-residente para trabalhar, e o município de Sesimbra, que atrai apenas 6%. Pelo contrário, a "**Proporção da população residente que sai da unidade territorial"** em estudo é maior nos municípios de Alcochete, Palmela e Sesimbra (entre 25% a 35%), e menor em Lisboa (não chegando a 10%).

Quanto ao **"Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares**" em 2011, em todas as freguesias de estudo, o automóvel é dominantes, sendo responsável por uma parte substancial das viagens: entre 42% em Santo Condestável e 60% em Alcochete. Na maioria das freguesias, o transporte público é a segunda opção como meio de transporte principal, entre 19% no Pinhal Novo e 36% em Benfica, com excepção do caso de estudo de Alcochete, onde o segundo meio mais utilizado é a deslocação pedonal (20%). Apesar deste facto, é na freguesia de Santo Condestável que se verifica uma maior proporção de deslocações realizadas pendonalmente (26%), enquanto no Lumiar é o caso que apresenta menor proporção desta escolha (10%).No ano de 2011 verificou-se uma redução de 4% no tráfego médio diário nas pontes sobre o Tejo motivado em parte pelo aumento do desemprego, fazendo com que as pessoas optem pelo transporte público em detrimento do transporte privado. Contudo, caso o desemprego aumente exponencialmente o transporte público também será fortemente afectado pela falta de utentes (Jornal Diário de Noticias, 05/09/2011).

Sublinhando em particular os casos de Benfica e Alcochete relativamente ao "**Modo de transporte de crianças e jovens para a escola**", o "automóvel" domina (em muito relacionado com o padrão de deslocação dos activos, que levam as crianças à escola de carro à ida para o trabalho). Em ambos os bairros verifica-se que um terço das crianças e jovens se deslocam a pé, sendo que há uma maior

predominância do recurso ao "transporte público" pelos inquiridos em Benfica, dadas as maiores distâncias entre a residência e a escola, associado a uma melhor rede de transportes. Contudo, em vários municípios surgem já iniciativas que pretendem facilitar a deslocação das crianças para as escolas. Por exemplo, em 2009, e sendo um projecto-piloto ("Os Alfacinhas"), foram disponibilizados 8 autocarros aos alunos do primeiro ciclo das escolas do Agrupamento Marquesa de Alorna para as deslocações casa-escola mas também para as deslocações para teatros e museus, deslocações gratuitas para as crianças do primeiro e segundo escalão de rendimento. Vargas, a vereadora da Educação da CML considera que "o transporte escolar é um serviço tão importante para as escolas como fornecerem refeições com qualidade, terem bons espaços de recreio ou serem seguras." (Jornal Público, 10/08/2009).

Analisando agora deslocações não-laborais, os "**Modos de transporte utilizados na procura de bens e serviços**" divergem entre as diferentes tipologias de bens e serviços estudados. Tendo Benfica como exemplo, nos serviços procurados na proximidade de casa, como a "mercearia", "cafés e pastelarias" ou "bancos", as deslocações para esse fim são realizadas maioritariamente "a pé". Outros serviços que, usualmente, se localizam mais longe das habitações ou necessitam de características específicas (ex. trazer cargas), como sejam para os "supermercados e hipermercados" ou para "serviços de saúde", o modo de deslocação mais frequente é o "automóvel". Neste caso, a tipologia do serviço, associado à sua localização são os factores de influência na opção do modo de transporte.

Já quanto ao "**Tempo gasto em deslocações durante um dia**", também nos casos de Benfica e Alcochete, os valores são variados nos dois bairros. Se em ambos cerca de 20% dos inquiridos gasta até 30 minutos diários em deslocações, em Benfica verifica-se uma maior predominância de indivíduos que despendem entre 46 a 90 minutos, enquanto em Alcochete há uma percentagem considerável de inquiridos que assumiu gastar mais de 120 minutos diários em deslocações (um quinto dos inquiridos). Para uma Comunidade Sustentável, é relevante que as viagens a realizar não sejam de grande dimensão, podendo assim os indivíduos optar pela deslocação pedonal ou com recurso a transportes limpos, como a bicicleta. Assim, no total de todas as deslocações realizadas num dia útil, a "**Percentagem de pequenas viagens no total das viagens diárias**", no total de 15 minutos, é próxima dos 50% em ambos os bairros, com maior tendência em Alcochete. Focando a leitura nas freguesias em estudo relativamente à "**Duração média dos movimentos pendulares dos activos e estudantes**", observa-se que entre 1991 e 2001 houve uma redução nas freguesias de Lisboa e um aumento ligeiro nas freguesias da Margem Sul (com a excepção do Pinhal Novo que reduziu ligeiramente) (não se verifica ainda disponibilidade dos dados para 2011). Contudo, no seio das freguesias em estudo, os valores situam-se entre os 22 minutos e os 34 minutos. Também focando o "**Tempo despendido na procura de bens e serviços**", com base no caso de Benfica, observa-se que independentemente

do bem ou serviço em causa, as deslocações demoram cerca de 15 minutos (independentemente do modo de transporte utilizado). Contudo, enquanto alguns serviços, como "cafés/pastelarias", "cabeleireiro/barbeiro" e "bancos", apresentam um tempo médio de deslocação de 5 minutos, outros serviços apresentam distâncias-tempo superiores, em muito influenciados pela sua localização, como se verifica para os "serviços de saúde", que já não se regulam apenas pela rede de equipamentos público mas também pela rede privada, muitas vezes associado aos contratos laborais, ou na escolha dos locais de lazer, cultura e desporto, não só escolhidos pela proximidade mas também por gostos pessoais, ou pela especialização e menor existência dos mesmos, o que implica a sua procura a maiores distâncias.

Quanto ao "**Destino na procura de bens e serviços**", tomando Benfica como exemplo, denota-se uma procura diferenciada: na proximidade da residência há uma maior procura de "mercearia/minimercado", "cafés/pastelarias" e "cabeleireiro/barbeiro". Outros serviços são procurados à escala do município, tais como o "Cinema" ou "Dentista", um serviço médico especializado. O local de trabalho ganha também importância na procura de bens e serviços, com destaque para os "bancos" e "cafés/pastelarias".

Relacionando **o modo de transporte com o local de trabalho ou escola** nos casos de Benfica e Alcochete, se a opção pedonal surge para distâncias próximas de casa, no bairro, quanto ao transporte motorizado há uma diferença: enquanto os inquiridos em Benfica ainda repartem a escolha do "transporte público" e do "automóvel" para deslocações no concelho, perdendo o primeiro modo peso para deslocações para outro concelho; já em Alcochete, tendo o "automóvel" predominância independentemente do destino da deslocação, quanto mais longe for, mais este será opção. Curiosamente, ao contrário de Benfica, a utilização de "transporte público" aumenta com a distância a percorrer.

Por fim, o sistema de indicadores aborda a componente da "Conectividade". As novas tecnologias começam a fazer parte do quotidiano das famílias, especialmente no desenvolvimento da conectividade. Foi então abordado o "**Número de postos telefónicos residenciais por 100 habitantes**" entre 2005 e 2009. Em 2009 era o município de Lisboa que apresentava um valor superior (23%), enquanto Alcochete era o município que apresentava um valor inferior (7%). Contudo, entre 2005 e 2009 a tendência foi de redução do número de postos telefónicos residenciais, facilitada pelas novas tecnologias, da Internet, que permitem por exemplo, realizar chamadas gratuitas para qualquer parte do Mundo, ou mesmo a grande expansão dos telemóveis. Quanto ao acesso à Banda Larga, é relevante compreender a "**Proporção de agregados domésticos privados com pelo menos um indivíduo com idade entre os 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa através da Banda Larga**". Apesar de este indicador ter sido analisado com recurso ao INE, tendo assim dados para a região de Lisboa, este indicador pode ser produzido para a escala do bairro recorrendo à aplicação de inquérito. Na região de Lisboa, apesar do número absoluto de agregados nesta

condição ter triplicado, à escala do país, a percentagem de famílias na região de Lisboa com acesso à Internet reduziu, significando que cada vez este serviço está mais disperso por todo o país e não só concentrado na região de Lisboa. Com base nos valores para Portugal, este indicador está associado à tipologia da localidade, dado que tanto em 2007 como em 2011, é nas zonas densamente povoadas que se concentra mais de metade dos agregados com acesso à Banda Larga. Contudo, o factor tipologia da localidade deixa de ter tanta influência, já que entre 2007 e 2011, a percentagem de agregados nesta condição de conectividade e residentes em zonas mediamente povoadas ou zonas pouco povoadas aumentaram. No geral, entre 2011 e 2012 o número de clientes com acesso fixo à Internet aumentaram para 2,3 milhões, sendo que a mensalidade média do serviço de acesso à Internet é de 21 euros para a Internet fixa (Jornal Público, 17/08/2012). O acesso à Internet foi potenciado por grandes projectos como os computadores Magalhães, fazendo com que o número de crianças e jovens a aceder à Internet através de computador pessoal em Portugal seja três vezes superior à média europeia (Jornal Diário de Notícias, 04/02/2011). Outro exemplo é a votação do Orçamento Participativo de Benfica em 2012, onde o projecto vencedor prende-se com a criação de um centro informático com acesso gratuito à Internet no Bairro da Boavista, em Benfica, um bairro carenciado (Jornal Público, 25/05/2012). No contexto da conectividade através da televisão, foi noticiado que metade do país recebe já a Televisão Digital Terrestre e que o número de subscrições de serviços de televisão ultrapassa já os 3 milhões, onde se enquadra a TV por cabo, por satélite, por Internet e por fibra óptica. Na mesma notícia surge a referência de que a maioria dos clientes de televisão paga adere a um pacote que inclui telefone fixo e internet de banda larga fixa (Jornal Público, 04/06/2012).

3.4.1. Pressupostos – Componente 4 - Serviços

No contexto das Comunidades Sustentáveis, os Serviços não servem apenas como resposta às necessidades básicas dos residentes (ex. alimentação, vestuário, produtos de saúde e beleza, etc.), mas como forma de dinamizar a rede social da comunidade, através do contacto com os comerciantes ou prestadores de serviço (ex. colegas e professores, médico de família, farmacêutico, talhante, merceeiro, etc.). A "**Satisfação dos residentes com os serviços**" na generalidade depende dos factores já referidos, influenciando o comportamento dos mesmos no bairro (frequenta ou não os serviços existentes no bairro).

Para uma Comunidade Sustentável, os equipamentos e serviços de Saúde e os equipamentos e serviços de Educação são centrais para uma melhor qualidade de vida da população e para uma boa dinâmica social no bairro. É importante que os "**Equipamentos de saúde de proximidade"** estejam identificados pelos cidadãos, incluindo os centros de saúde e extensões, farmácias e postos de enfermagem, que possuam fácil acesso, quer a pé ou de transporte motorizado, e uma resposta relativamente rápida e eficaz. É certo que outras características relativas à organização do sistema de saúde revelam-se também muito importantes, tais como n.º de habitantes por médico, n.º de especialidades existentes e em que equipamentos, distâncias-tempo de deslocação, entre outros. Quanto à "**Rede de equipamentos escolares**" à escala do bairro, esta pode variar consoante os vários níveis de ensino (ensino básico, ensino secundário, formação profissional, ensino universitário, etc.), e o seu número pode estar relacionado com a dimensão dos próprios equipamentos (número de salas, espaços para actividades extra-curriculares, etc.), e consequentemente, a sua capacidade de resposta, podendo ser representada, por exemplo, pela "**Taxa de ocupação dos equipamentos escolares**", ou seja a relação entre a população escolar e a capacidade do equipamento escolar. Para além da questão do número e ocupação dos equipamentos escolares, outro factor é relevante no planeamento destes. A distância-tempo às escolas é um aspecto relevante no quotidiano das famílias, não só das crianças, que maioritariamente apresentam uma deslocação dependente, mas também dos pais, familiares, ou outros que executem essa obrigação (por exemplo: empresas de transporte de crianças, amas, etc.), influenciando até toda a sequência de deslocações diárias. À escala do bairro, a "**Distância-tempo às escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico**" é fundamental para explicar o fenómeno anterior. A cobertura territorial de vários níveis de distância à escola (avaliadas pelo tempo de deslocação a pé ou pela distância em metros) permite contabilizar

tanto edifícios e alojamentos como o número de indivíduos residentes, e até especificamente de crianças e jovens, com recurso a uma combinação de informação estatística à escala da subsecção estatística e de modelação geográfica.

O mesmo exercício de modelação geográfica anteriormente referido é possível de executar para diferentes equipamentos, serviços ou até para as estações de transporte público, de forma a representar geograficamente as distâncias-tempo dos residentes aos itens em estudo.

Aspectos relevantes para uma Comunidade Sustentável
Serviços

- Uma Comunidade Sustentável deve possuir um conjunto de serviços e equipamentos variados, de qualidade e de fácil acessibilidade;
- As redes de equipamentos escolares são centrais para a Comunidade, abrangendo múltiplas funções: desenvolvimento de relações de comunidade entre famílias vizinhas, com aspectos comuns (ex. ciclo de vida, actividades dos filhos, etc.), educação e formação das gerações futuras;
- É importante haver uma variedade das opções de escolarização e formação, não só para as crianças e jovens, mas também para a formação ao longo da vida;
- Os serviços sociais e os serviços de saúde devem apresentar boa qualidade e respostas eficientes às necessidades das famílias;

3.4.2. Fichas de Indicadores – Componente 4. Serviços

COMPONENTE: 4. SERVIÇOS

SUB-COMPONENTE: 4.1. SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS

PRESSUPOSTO:

A variedade de serviços e comércio disponíveis na área do bairro acessíveis a toda a comunidade são uma mais-valia na dinâmica local para uma comunidade mais sustentável. A satisfação dos indivíduos residentes no bairro avalia a adequabilidade dos serviços e comércio existentes às necessidades das famílias. Contudo, salienta-se que a avaliação dos residentes é influenciada pela frequência dos estabelecimentos do bairro, e das opções individuais no que respeita ao local e tipo de estabelecimento na procura de bens e serviços, associado aos meios de transporte disponíveis ou devido a motivações pessoais.

INDICADOR: 4.1.1. PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES SOBRE A SUA SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS EM GERAL DISPONÍVEIS NO BAIRRO

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Serviços, Comércio
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

4.1.1. PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES SOBRE A SUA SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS EM GERAL DISPONÍVEIS NO BAIRRO

Bairro	Concordo Totalmente	Concordo	Nem Concordo Nem Discordo	Discordo	Discordo Totalmente	Total (%)
Telheiras	6.7	56.6	21.7	13.3	1.7	100
Quinta do Conde	16.7	60	16.7	4.9	1.7	100
Pinhal Novo	2.2	35.2	47.2	14.3	1.1	100

Quadro 46 – Concordância com a afirmação "O bairro onde reside é uma zona com muito comércio e serviços".

Fonte: Inquérito Pinhal Novo [4], 2011; Inquérito Telheiras e Quinta do Conde [2], 2010

Analisando a opinião relativa ao comércio e serviços existentes no bairro, tanto no caso de Telheiras como da Quinta do Conde (Quadro 46), a maioria dos inquiridos "concorda" ou "concorda totalmente" que a sua área de residência está bem servida (63% e 77% respectivamente). No caso de estudo do Pinhal Novo, cerca de 37% dos indivíduos inquiridos "concorda" ou "concorda totalmente" que o bairro se encontra bem servido de comércio e serviços, contrariando os 47% que afirmam "não concordar nem discordar". Contudo, é no caso da Quinta do Conde onde se verifica menor discordância com a afirmação (8%) quando comparado com os outros casos (15% em cada).

Bairro	Nada	Pouco	Razoavelmente	Muito	Total (%)
Campo de Ourique	0.0	2.7	19.0	78.3	100

Quadro 47 – Satisfação com a oferta de comércio

Fonte: Inquérito Campo de Ourique [1], 2009

Relativamente à satisfação apenas do comércio (Quadro 47), a grande maioria dos inquiridos em Campo de Ourique afirma estar "muito satisfeito" com a oferta de comércio na área. Apenas 3% dos mesmos encontra-se pouco satisfeito com o comércio de Campo de Ourique.

COMPONENTE: 4. SERVIÇOS

SUB-COMPONENTE: 4.2. SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

PRESSUPOSTO:

A rede de equipamentos de saúde de proximidade é fundamental para uma boa qualidade de vida de uma comunidade mais sustentável. Sendo a Saúde um pilar fundamental do sector dos Serviços é importante que o sistema de equipamentos de saúde de proximidade, incluindo os centros de saúde e extensões, farmácias e postos de enfermagem, esteja bem identificado e bem estruturado de forma a servir todo o território da forma mais equitativa possível.

INDICADOR: 4.2.1. NÚMERO DE EQUIPAMENTOS DE SAÚDE DE PROXIMIDADE

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** CESAP
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** Equipamentos de saúde de proximidade
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** N.A.
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

4.2.1. NÚMERO DE EQUIPAMENTOS DE SAÚDE DE PROXIMIDADE

Freguesia	Centro de saúde ou extensão	Farmácia	Posto de enfermagem
Benfica	2	13	6
Carnide	1	1	1
Lumiar	1	10	1
Santo Condestável	1	13	2
Alcochete	2	2	1
Pinhal Novo	2	3	4
Quinta do Conde	1	2	6

Quadro 48 – Número de equipamentos de saúde de proximidade (Centro de saúde ou extensão, farmácia, posto de enfermagem)

Fonte: INE (3), CESAP, 2002 (Informação descontinuada pelo INE)

Como serviço de saúde de proximidade foram considerados três equipamentos e serviços diferentes: Centros de saúde e extensões, farmácias e postos de enfermagem. Em todas as freguesias de estudo (Quadro 48), o número de centros de saúde e extensões situa-se, no total, entre um e dois. O modelo territorial de cada freguesia (tecido urbano compacto, disperso ou nuclear) exige, por vezes a existência de extensões do serviço de saúde. Já relativamente às farmácias, o fenómeno é diferente: nas freguesias de Lisboa, verifica-se a existência entre 10 a 13 farmácias, independentemente da maior ou menor área da freguesia ou da sua densidade populacional (não servindo apenas os residentes da área mas também os activos não-residentes), enquanto as freguesias da margem sul apresentam um número bastante inferior de farmácias (de 2 a 3 farmácias). Pelo contrário, é nas freguesias da margem sul que se verifica a existência de um maior número de postos de enfermagem, e nas freguesias de Lisboa este número é bastante reduzido (com excepção de Benfica que contabiliza 6 postos de enfermagem).

COMPONENTE: **4. SERVIÇOS**

SUB-COMPONENTE: **4.3. SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS ESCOLARES**

PRESSUPOSTO:

O número de equipamentos escolares por ciclo de ensino reflecte a rede de equipamentos existentes por freguesia. Contudo, outros factores tornam-se relevantes neste contexto, tais como: a localização dos diversos equipamentos de ensino (concentrados ou dispersos pela freguesia), a sua dimensão quanto ao número de vagas e taxas de ocupação, a densidade populacional e o número de crianças a frequentar cada ciclo de ensino.

INDICADOR: **4.3.1. NÚMERO DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES POR CICLO DE ENSINO**

APLICAÇÃO:

- *FONTE DE INFORMAÇÃO:* CESAP
- *ESCALA TERRITORIAL:* Freguesia
- *CONCEITOS:* Equipamento escolar
- *METODOLOGIA:* Análise estatística
- *CÁLCULO:* N.A.
- *APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:* Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

4.3.1. NÚMERO DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES POR CICLO DE ENSINO

Freguesias	Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ensino secundário	Ensino universitário
Benfica	7	7	5	4	2	2
Carnide	9	5	3	4	3	0
Lumiar	9	15	7	6	8	0
Santo Condestável	2	2	2	2	2	1
Alcochete	5	4	1	1	1	0
Pinhal Novo	11	10	1	2	1	0
Quinta do Conde	12	6	2	2	1	0

Quadro 49 – Número de equipamentos escolares por ciclo de ensino (Estabelecimentos públicos e privados)

Fonte: INE (3), CESAP, 2002 (Informação descontinuada pelo INE)

Apesar de todas as condicionantes nas redes de equipamentos escolares, é possível observar que todas as freguesias em análise possuem, no mínimo, um equipamento por cada nível de ensino, com excepção do Ensino Universitário, que se verifica apenas em duas freguesias de Lisboa (Benfica e Santo Condestável) (Quadro 49). Contudo, a área de atracção dos estabelecimentos de ensino universitário é bastante superior à dos restantes estabelecimentos escolares. Relativamente ao ensino pré-escolar, a grande maioria das freguesias possui cinco ou mais equipamentos, com grande destaque para as freguesias da margem sul – Pinhal Novo e Quinta do Conde, com 11 e 12 respectivamente. A excepção é a freguesia de Santo Condestável que apenas contabiliza 2 estabelecimentos. O 1º ciclo apresenta também um grande número de estabelecimentos, destacando-se agora a freguesia do Lumiar com 15 e o Pinhal Novo com 10. Tanto os estabelecimentos de ensino pré-escolar como do 1º ciclo do ensino básico são estruturantes para as comunidades. Já a rede de equipamentos que possui 2º e 3º ciclos do Ensino Básico diminuem substancialmente, a par de uma diminuição ainda mais evidente para a rede de escolas do Ensino Secundário. Apesar de analisarmos o número de estabelecimento que possui determinado nível de ensino, e sabendo que um estabelecimento pode possuir vários níveis de ensino, um factor é preponderante para uma análise mais fidedigna, factor que se prende com o número de vagas e salas e consequente taxa de ocupação dos equipamentos em comparação com o número de alunos da freguesia.

COMPONENTE: 4. SERVIÇOS

SUB-COMPONENTE: 4.3. SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS ESCOLARES

PRESSUPOSTO:

O número de equipamentos escolares por ciclo de ensino reflecte a rede de equipamentos existentes por freguesia. Contudo, outros factores tornam-se relevantes neste contexto, tais como: a localização dos diversos equipamentos de ensino (concentrados ou dispersos pela freguesia), a sua dimensão quanto ao número de vagas e taxas de ocupação, a densidade populacional e o número de crianças a frequentar cada ciclo de ensino.

INDICADOR: 4.3.2. TAXA DE OCUPAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ESCOLARES

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Carta Educativa de Alcochete
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** Equipamento escolar
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (População escolar/capacidade escolar) *100
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

4.3.2. TAXA DE OCUPAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ESCOLARES

Estabelecimento	Educação pré-Escolar			1º Ciclo EB		
	Capa-cidade	Pop. Escolar	Taxa de Ocupação (%)	Capa-cidade	Pop. Escolar	Taxa de Ocupação (%)
EB1 / JI da Restauração	50	50	100	120	215	179,2
EB1 / JI do Passil	25	25	100	44	20	45,5
EB1 de Alcochete (Monte Novo)				96	129	134,4
EB2 de Alcochete (Valbom)				96	98	102,1

Quadro 50 – Taxa de Ocupação dos Estabelecimentos de Pré-Escolar e 1º Ciclo na freguesia de Alcochete

Fonte: CM Alcochete, Carta Educativa de Alcochete, 2007

No caso de Alcochete (Quadro 30), as taxas de ocupação dos estabelecimentos escolares são apresentadas na Carta Educativa do Município de Alcochete (2009). Observa-se, relativamente à ocupação de vagas no Ensino Pré-Escolar, esta é de 100%, havendo uma lista de espera para a sua frequência. Quanto ao 1º Ciclo do Ensino Básico, as taxas de ocupação são variadas. Apenas uma das escolas (EB1 / JI do Passil) apresenta uma taxa de ocupação inferior a 100%, aliás, bastante inferior (46%), possivelemente devido à elevada distância da escola à sede do concelho. Dois dos três equipamentos escolares com Ensino Básico apresentam uma taxa de ocupação bastante elevada, havendo até a necessidade destes equipamentos escolares apresentarem um regime duplo de funcionamento (como por exemplo a EB1/JI da Restauração e EB1 de Alcochete (Monte Novo)).

COMPONENTE: 4. SERVIÇOS

SUB-COMPONENTE: 4.3. SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS ESCOLARES

PRESSUPOSTO:

Para uma comunidade sustentável importa que haja uma considerável diversidade de serviços e equipamentos na proximidade de qualquer residente, de forma a que a deslocação na procura de bens e serviços possa ser realizada num curto espaço de tempo e preferencialmente a pé ou de bicicleta. As escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico são um exemplo deste pressuposto das comunidades sustentáveis dado que, maioritariamente, a frequência das crianças está associada ao equipamento associado à sua área de residência.

INDICADOR: 4.3.3. DISTÂNCIA-TEMPO ÀS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

4.3.3.1. ÁREA A MENOS DE 10 MINUTOS A PÉ DE ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

4.3.3.2. RESIDENTES A MENOS DE 10 MINUTOS A PÉ DE ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito e INE
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Taxa de cobertura (área e população)
- ***METODOLOGIA:*** Modelação Geográfica
- ***CÁLCULO:*** Cálculos realizados com recurso à modelação geográfica
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou cartografia

EXEMPLO:

4.3.3.1. ÁREA A MENOS DE 10 MINUTOS A PÉ DE ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

4.3.3.2. RESIDENTES A MENOS DE 10 MINUTOS A PÉ DE ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

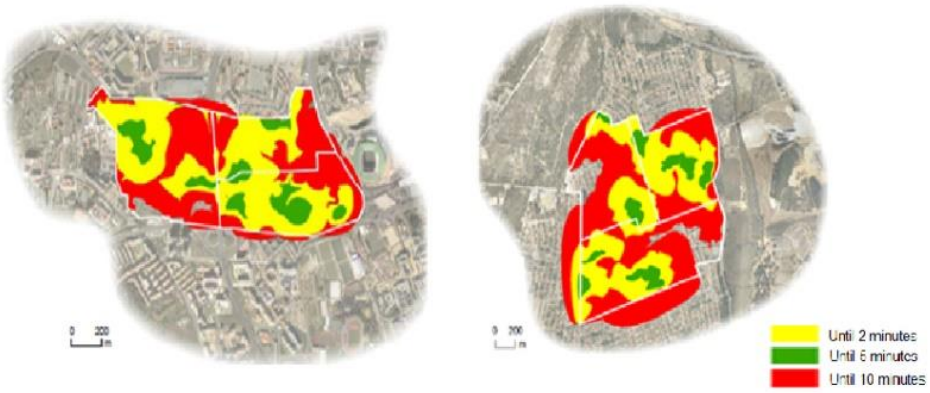


Figura 21 - Isócronas simulando o tempo de deslocação pedonal a partir das escolas de Ensino Básico e Secundário, Telheiras e Quinta do Conde

Fonte – Mendes, Costa (2009)

Área abrangida em torno dos serviços	**Até 2 min**	**Até 5 min**	**Até 10 min**	**Mais de 10 min**	**Total (%)**
	Σ Acumulado				
Telheiras	11.7	54.3	93.3	6.7	100
Quinta do Conde	8.0	46.7	92.0	8.0	100
População residente na área de influência	**Até 2 min**	**Até 5 min**	**Até 10 min**	**Mais de 10 min**	**Total (%)**
	Σ Acumulado				
Telheiras	58.3	86.3	96.7	3.3	100
Quinta do Conde	28.0	71.0	89.7	10.3	100

Quadro 51 – Taxas de cobertura (área e população) a partir das escolas de Ensino Básico e Secundário

Fonte – Mendes, Costa (2009)

Através de modelação geográfica (Figura 21 e Quadro 51) observa-se que a grande maioria das áreas em estudo – Telheiras e Quinta do Conde - encontra-se a menos de 10 minutos da localização dos equipamentos escolares: 93,3% da área de Telheiras e 92% da

área de Alcochete (sendo certo que nestes equipamentos encontramos serviços distintos na vocação do Ensino – 1º, 2º, 3º Ciclos ou Secundário, incluindo-se apenas as escolas públicas). Este aspecto torna-se relevante na escolha do modo de transporte diário para as deslocações escolares das crianças (e dos pais que também as têm de realizar). Porém, a área não é tudo, interessa também analisar a percentagem de população que reside na área de influência dos equipamentos, numa distância que se percorra até 10 minutos a pé. Neste aspecto observa-se uma ligeira diferença entre os bairros: se em Telheiras, apenas 3,3% dos residentes reisnde numa área fora da área de influência dos equipamentos escolares públicos, já na Quinta do Conde esse valor ascende os 10% de população.

COMPONENTE: 4. SERVIÇOS

SUB-COMPONENTE: 4.4. OUTROS SERVIÇOS

PRESSUPOSTO:

Para uma comunidade sustentável importa que haja uma considerável diversidade de serviços e equipamentos na proximidade de qualquer residente, de forma a que a deslocação na procura de bens e serviços possa ser realizada num curto espaço de tempo e preferencialmente a pé ou de bicicleta. Assim, é possivel observar as áreas de influência de equipamentos e serviços, através das áreas abrangidas a determinadas distâncias-tempo dos estabelecimentos bem como a população residente nessa área de influência.

INDICADOR: 4.4.1. DISTÂNCIA-TEMPO A SERVIÇOS VÁRIOS

4.4.1.1. ÁREA A MENOS DE 10 MINUTOS A PÉ DE CAFÉS

4.4.1.2. RESIDENTES A MENOS DE 10 MINUTOS A PÉ DE CAFÉS

APLICAÇÃO:

- *FONTE DE INFORMAÇÃO:* Inquérito e INE
- *ESCALA TERRITORIAL:* Freguesia ou bairro
- *CONCEITOS:* Taxa de cobertura (área e população)
- *METODOLOGIA:* Modelação Geográfica
- *CÁLCULO:* Cálculos realizados com recurso à modelação geográfica
- *APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:* Quadro ou cartografia

EXEMPLO:

4.4.1.1. ÁREA A MENOS DE 10 MINUTOS A PÉ DE CAFÉS

4.4.1.2. RESIDENTES A MENOS DE 10 MINUTOS A PÉ DE CAFÉS

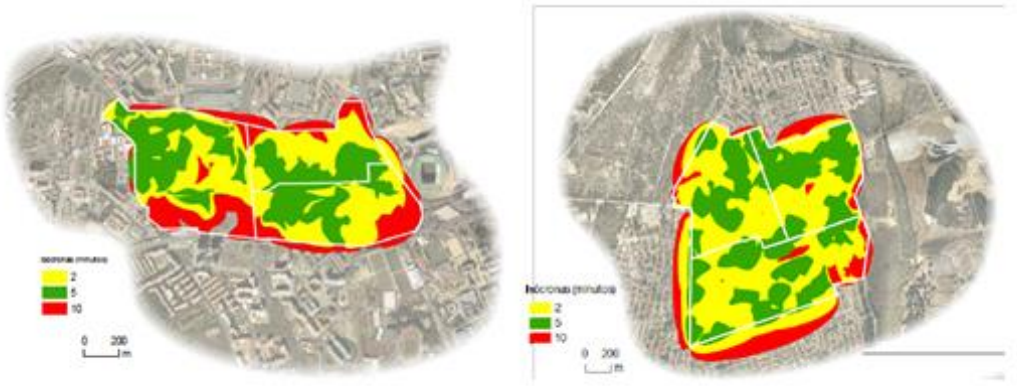


Figura 22 - Isócronas simulando o tempo de deslocação pedonal a partir dos cafés

Fonte – Mendes, Costa (2009)

Área abrangida em torno dos serviços	**Até 2 min**	**Até 5 min**	**Até 10 min**	**Mais de 10 min**	**Total (%)**
	Σ Acumulado				
Telheiras	89	94.7	97	3	100
Quinta do Conde	94	99.3	100	0	100
População residente na área de influência	**Até 2 min**	**Até 5 min**	**Até 10 min**	**Mais de 10 min**	**Total (%)**
	Σ Acumulado				
Telheiras	36.7	80.3	98.7	1.3	100
Quinta do Conde	42	94.7	98.3	1.7	100

Quadro 52 – Taxas de cobertura (área e população) a partir dos cafés

Fonte – Mendes, Costa (2009)

Com base na cartografia elaborada (Figura 22 e Quadro 52), representando a área de cobertura das distâncias-tempo aos cafés observa-se que a grande maioria da área dos

bairros apresenta-se nas proximidades de um ou mais cafés (95% da área em Telheiras e 99% na Quinta do Conde apresenta um café a menos de 5 minutos). Relativamente à população residente nas várias isócronas delimitadas, se a menos de dois minutos de todos os cafés residem entre 37% (Telheiras) e 42% (Quinta do Conde) da população, já na isócrona seguinte (até 5 minutos) reside a grande maioria da população (80% em Telheiras e 95% na Quinta do Conde). Constata-se assim que os estabelecimentos de café/pastelaria estão bastante presentes e bastante distribuídos nos dois bairros em estudo.

COMPONENTE: 4. SERVIÇOS

SUB-COMPONENTE: 4.4. OUTROS SERVIÇOS

PRESSUPOSTO:

Para uma comunidade sustentável importa que haja uma considerável diversidade de serviços e equipamentos na proximidade de qualquer residente, de forma a que a deslocação na procura de bens e serviços possa ser realizada num curto espaço de tempo e preferencialmente a pé ou de bicicleta. Assim, é possivel observar as áreas de influência de equipamentos e serviços, através das áreas abrangidas a determinadas distâncias-tempo dos estabelecimentos bem como a população residente nessa área de influência.

INDICADOR: 4.4.1. DISTÂNCIA-TEMPO A SERVIÇOS VÁRIOS

4.4.1.3. ÁREA A MENOS DE 10 MINUTOS A PÉ DE SUPERMERCADOS

4.4.1.4. RESIDENTES A MENOS DE 10 MINUTOS A PÉ DE SUPERMERCADOS

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito e INE
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Taxa de cobertura (área e população)
- ***METODOLOGIA:*** Modelação Geográfica
- ***CÁLCULO:*** Cálculos realizados com recurso à modelação geográfica
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou cartografia

EXEMPLO:

4.4.1.3. ÁREA A MENOS DE 10 MINUTOS A PÉ DE SUPERMERCADOS

4.4.1.4. RESIDENTES A MENOS DE 10 MINUTOS A PÉ DE SUPERMERCADOS

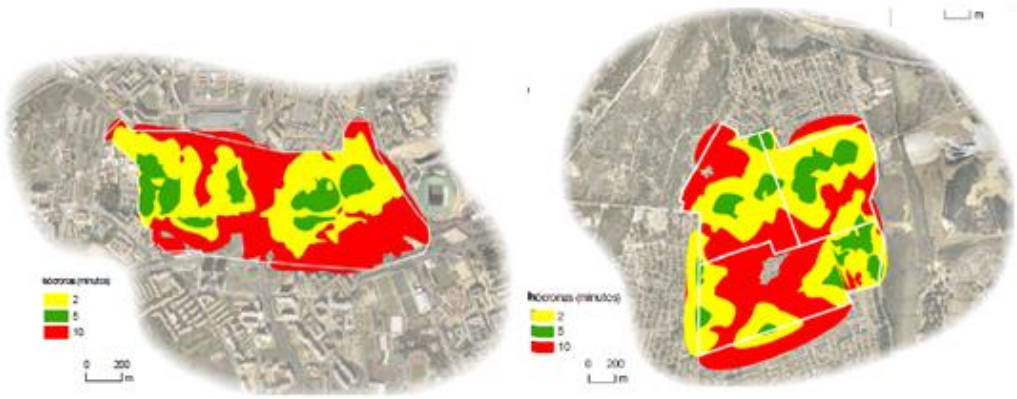


Figura 23 - Isócronas simulando o tempo de deslocação pedonal a partir dos supermercados

Fonte – Mendes, Costa (2009)

Área abrangida em torno dos serviços	**Até 2 min**	**Até 5 min**	**Até 10 min**	**Mais de 10 min**	**Total (%)**
	Σ Acumulado				
Telheiras	51	84.7	97	3	100
Quinta do Conde	47	83	100	0	100
População residente na área de influência	**Até 2 min**	**Até 5 min**	**Até 10 min**	**Mais de 10 min**	**Total (%)**
	Σ Acumulado				
Telheiras	13.3	49.7	93	7	100
Quinta do Conde	13	58.7	97.7	2.3	100

Quadro 53 – Taxas de cobertura (área e população) a partir dos supermercados

Fonte – Mendes, Costa (2009)

Através da cartografia elaborada é possível identificar as diversas isócronas de distância-tempo com centro nos supermercados existentes nos bairros e variando nos

limiares de distância (Figura 23 e Quadro 53). Tendo os bairros zonas (e até quarteirões) de densidades populacionais distintas, é natural que as coberturas de área não correspondam directamente às coberturas populacionais. Assim, é notória a cobertura do território numa proximidade de 2 minutos aos supermercados, porém nos dois casos essa área abrange apenas 13% da população residente. Contudo, se analisarmos o limite dos 10 minutos observamos que quase toda a área (97% em Telheiras e 100% na Quinta do Conde) e população (943% em telheiras e 98% na Quinta do Conde) estão dentro deste limiar de tempo Este padrão de concentração da população é notória um pouco devido à concentração de grandes espaços comerciais onde se integram os supermercados.

3.4.3. Reflexões

A componente "4. Serviços" apresentou não só a leitura relativa aos equipamentos e serviços existentes, com especial incidência para os serviços de Saúde e de Educação, dado serem serviços-âncora para uma Comunidade Sustentável, como abordou também a percepção dos residentes quanto aos serviços existentes no bairro. Neste contexto, foi dado um particular enfâse à questão da deslocação para vários serviços.

Relativamente à "**Percepção dos residentes sobre a sua satisfação com os serviços em geral disponíveis no bairro**", foi questionado aos residentes de Telheiras, Quinta do Conde e Pinhal Novo se consideravam que o bairro onde residiam era uma zona de muito comércio e serviços. Tanto em Telheiras como na Quinta do Conde mais de dois terços dos inquiridos estão de acordo com a afirmação anterior, enquanto no caso do Pinhal Novo quase metade dos inquiridos "não concorda nem discorda". Já no bairro de Campo de Ourique inquiriu-se se os indivíduos estavam satisfeitos com a oferta de comércio, sendo que quase quatro quintos responderam que estavam "muito satisfeitos". Atendendo aos resultados do Projecto InSity – Indicadores de Mobilidade Urbana, neste conclui-se que o bairro de Campo de Ourique apresenta a melhor acessibilidade pedonal e de transportes públicos a serviços, num conjunto de seis bairros de Lisboa (Jornal Diário de Noticias, 16/06/2011). Num projecto de investigação sobre alguns bairros da cidade de Lisboa, Ramalhete refere que é dada muita importância pela comunidade à relação entre a zona residencial e o serviço comercial local, sendo positiva a existência de comércio que promove a vivência de rua, sendo o comércio de proximidade o elemento agregador da comunidade (Jornal Público, 29/07/2012).

Abordando agora os Serviços e equipamentos de saúde, foi contabilizado o "**Número de equipamentos de saúde proximidade**", onde se incluíram os centros de saúde ou extensões de saúde, farmácias e postos de enfermagem. Em todas as freguesias em estudo há pelo menos um equipamento de cada tipologia, sendo que o seu número está também relacionado com a área da freguesia e com a sua densidade populacional. O planeamento do bairro deve considerar a sua infra-estuturação. Caso contrário, a desadequação poderá afectar o futuro da Comunidade. Por exemplo, dado o elevado crescimento populacional da Quinta do Conde, é notória a necessidade de um novo centro de saúde associada também aos problemas identificados no equipamento de saúde já existente (falta de médicos e um precário sistema informático) (Setúbal na rede, 22/08/2012).

Ainda quanto aos serviços de Saúde foi noticiado que, entre o primeiro trimestre de 2011 e o período homólogo em 2012, foram realizadas menos 7% de urgências hospitalares e menos 26% de atendimentos nos Serviços de Atendimento Permanente. Por outro lado, aumentaram ligeiramente as consultas hospitalares bem como aumentaram 15% das consultas médicas domiciliárias. Esta dinâmica pode dever-se ao encerramento de alguns serviços ou da redução dos horários de

atendimento (Jornal Diário de Noticias, 10/05/2012). Para minimizar as recentes alterações no sistema de Saúde, são tomadas medidas como a existência de deslocações grátis para doentes com critério clínico, com rendimento mensal inferior a 628,5 euros ou, como nova medida, que necessitem de cuidados frequentes. Este último critério pretende minimizar o número de doentes que deixaram de fazer os tratamentos por dificuldades financeiras para a deslocação (Jornal Público, 06/04/2012). À escala municipal surgem também iniciativas na temática da Saúde. Por exemplo, a Rede Social de Alcochete produziu uma campanha para angariação de equipamentos de saúde (ex. muletas, cadeiras de rodas, andarilhos, etc.), para a criação do Banco de Ajudas Técnicas (Jornal Público, 17/03/2012).

Quanto aos Serviços e equipamentos escolares, foi também contabilizado o "**Número de equipamentos escolares por ciclo de ensino**", onde se inclui os equipamentos pré-escolares, de 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo do Ensino Básico, Ensino Secundário e Ensino Universitário. Em todas as freguesias analisadas a rede de equipamentos pré-escolares apresenta um maior número de equipamentos, a par da rede de equipamentos de primeiro ciclo. Estes equipamentos são fundamentais para a coesão das Comunidades Sustentáveis, reforçando os laços de vizinhança através das crianças. Os equipamentos de níveis educativos superiores são geridos à escala dos territórios educativos que não apresentam a mesma delimitação das freguesias. O Ensino Secundário apresenta um menor número de equipamentos também porque, usualmente, apresentam uma maior dimensão (maior número de salas). Quanto ao Ensino Universitário, dado o menor número de instituições existentes, nem todas as freguesias possuem tais equipamentos. Havendo uma elevada concentração no município de Lisboa, pode acontecer mesmo alguns municípios da AML não possuírem qualquer instituição universitária. As condições do edificado dos equipamentos escolares é também relevante para a qualidade de vida das crianças e para um melhor aproveitamento. Como exemplo, só em 2009 é que a última escola pré-fabricada foi demolida, dando lugar à escola básica integrada de Telheiras. O Presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, referiu a importância da melhoria da rede escolar como forma de atrair famílias jovens (Jornal Público, 04/09/2009). Ainda assim, associado ao edificado está também o serviço e acompanhamento disponível nos equipamentos escolares, por vezes pouco adaptados às necessidades. Um exemplo disso aconteceu em 2010 em Benfica, onde os encarregados de educação iam à escola à hora de almoço para vigiar as deslocações que as crianças tinham de realizar para almoçar noutra escola e os próprios almoços, de forma a colmatar a falta de auxiliares de educação, verificando-se este fenómeno mais premente na região de Lisboa e Vale do Tejo (Jornal Diário de Notícias, 03/11/2010). Nem só o número de equipamentos mas também a sua "**Taxa de ocupação dos equipamentos escolares**" são relevantes na gestão dos equipamentos. Considerando as taxas de ocupação dos estabelecimentos pré-escolares e de primeiro ciclo na freguesia de Alcochete, observa-se que a taxa de ocupação dos dois equipamentos de educação pré-escolar

é de 100% (restando saber qual o número de crianças que não conseguiram entrar para a Educação Pré-escolar). No que respeita aos equipamentos do 1º ciclo do Ensino Básico, se existe uma escola com Taxa de ocupação de menos de 50%, sendo que a sua capacidade máxima é de apenas 40 crianças, nos outros três equipamentos apresentam taxas de ocupação superiores a 100%, apresentando maior número de população escolar que a sua capacidade. A EB1 da Restauração apresenta mesmo uma Taxa de ocupação de 180%. Em alguns equipamentos a mesma sala de aula recebe duas turmas (turno da manhã e turno da noite), daí a possibilidade de apresentar tão elevadas taxas de ocupação. Também no contexto das reformas da rede escolar em Portugal nos últimos anos, onde se procura fechar os estabelecimentos escolares com menor número de crianças ou com falta de condições para uma formação eficiente, criando estabelecimentos educativos maiores e mais evoluídos tecnologicamente, cobrindo uma área territorial maior, em Julho de 2012, é noticiada uma medida do Ministério da Educação com o objectivo de reduzir mais de 239 escolas do 1º ciclo. Esta medida é apoiada pela Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas e da Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação, desde que tida em consideração necessidades como o transporte escolar. Desde 2005 até agora foram encerradas cerca de 3720 escolas de 1º ciclo, mantendo-se em funcionamento cerca de 2330 escolas (Jornal Diário de Noticias, 24/07/2012). Contudo, já em 2012 foi noticiado o perigo de cerca de 300.000 estudantes terem de pagar o transporte escolar, tudo devido às dívidas das Câmaras Municipais aos Operadores privados de transporte escolar (cerca de 250 CM devem 60 milhões de euros) (Jornal Público, 29/02/2012). Por outro lado, denota-se um grande investimento na infraestruturação das salas de aula. Por exemplo, através do Plano Tecnológico da Educação, a Área metropolitana de Lisboa desenvolveu acordos no total de 9 milhões de euros para dotar cerca de 400 escolas do 1º ciclo com quadros interactivos, redes locais de Internet e equipamentos de videovigilância (Jornal Diário de Noticias, 29/06/2011).

Dada a grande relevância da mobilidade no contexto das Comunidades Sustentáveis, esta questão foi também desenvolvida para a procura de alguns bens e serviços. Num primeiro momento, foi quantificada e cartografada a "Á**rea a menos de 10 minutos a pé das escolas do 1º ciclo do Ensino Básico**" e "R**esidentes a menos de 10 minutos a pé das escolas do 1º ciclo do Ensino Básico**" para os bairros de Telheiras e Quinta do Conde. Neste âmbito, a área das freguesias a menos de 10 minutos de qualquer equipamento escolar já referido é pouco mais de 90% em cada uma das freguesias. Porém, o padrão dos residentes a menos de 10 minutos dos mesmos equipamentos é ligeiramente diferente: se em Telheiras cerca de 97% dos residentes está dentro deste limite de distância-tempo, na Quinta do Conde este valor aumenta para 10%.

A mesma análise de distâncias-tempo foi realizada mas agora para outros serviços – cafés e supermercados. Assim, quanto à "Á**rea a menos de 10 minutos a pé de cafés**" e a proporção de "**Residentes a menos de 10 minutos a pé de cafés**" e

à "Á**área a menos de 10 minutos a pé de supermercados**" e a proporção de "**Residentes a menos de 10 minutos a pé de supermercados**", os padrões revelam-se também semelhantes entre os bairros de Telheiras e Quinta do Conde. Assim, grande parte da área dos bairros está a menos de 10 minutos de distância-tempo dos serviços. Contudo, se atendermos a um limiar de 5 minutos de distância-tempo para os cafés, em ambos os bairros estes valores já se aproximam de 100%, fazendo prever um número elevado de estabelecimentos e localizados de forma dispersa pela área de estudo. Já quanto ao número de residentes localizados a menos de 10 minutos a pé dos serviços é também aproximado da totalidade. Já no limiar dos 5 minutos, se para os cafés a percentagem de residentes está entre os 80% e os 95% (Telheiras e Quinta do Conde, respectivamente), quanto aos supermercados a proporção de população a menos de 5 minutos dos serviços é de 50% e 58% (Telheiras e Quinta do Conde, respectivamente), dado que em ambas as áreas existe áreas de concentração deste tipo de serviços, reduzindo a densidade populacional nas proximidades.

Apesar de não ter sido analisado em profundidade, apesar de ser um vector fundamental das Comunidades Sustentáveis, a existência de uma rede de equipamentos sociais que responda às necessidades das comunidades, especialmente das crianças e idosos. Esta rede, para além dos benefícios directos aos seus utentes, dinamizará também os laços de vizinhança bem como gera maior emprego. Por exemplo, em 2010 estimava-se que a construção de cerca de 610 equipamentos sociais pelo país através do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos (Pares) criaria 10 mil postos de trabalho directos e serviria mais de 30 mil utentes (Jornal Diário de Noticias, 31/07/2010). Em 2011 o Estado Português geria apenas 4,6% da oferta de equipamentos sociais (creches, centros de dia, lares de idosos), tendo o sector solidário um grande peso e até substituindo o Estado em acções como cantinas sociais, os centros de acolhimento para crianças em perigo ou os centros de apoio a deficientes. No Programa de Emergência Social apresentado em 2011 foi apresentado um conjunto de medidas, onde se integra a transferência de equipamentos públicos para instituições de solidariedade social. Neste contexto, é também referida a importância da economia social à escala local, referindo que as cerca de 10 mil organizações do terceiro sector abarcam 250 mil pessoas e que dado o trabalho local destes serviços estes não se deslocalizam como as grandes empresas (Jornal Público, 20/08/2011). O ano passado havia também a intenção do Governo Português de criar mais 20 mil vagas em creches, através da melhor gestão da capacidade instalada dos equipamentos, simplificando a burocracia e as normas obrigatórias, que permitiriam receber mais crianças em casa sala já existente, medidas a expandir para equipamentos sociais como lares ou centros de dia (Jornal Público, 26/07/2011). Já em 2012 foi aprovada a proposta da criação de 11 novas creches para 840 crianças até aos três anos através de um investimento de 6 milhões de euros pela CML em parceria com a União das Misericórdias Portuguesas, da União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Lisboa e da União das Mutualidades Portuguesas, não só para apoiar as

necessidades dos residentes, dada a crescente carência social e económica das famílias, mas também dos que trabalham e estudam em Lisboa. As creches localizam-se nas freguesias da Charneca, Lumiar, Carnide, Benfica, Santa Maria dos Olivais, Alto do Pina, Santo Condestável e Ajuda. Por exemplo, no ano de 2011 foram encerrados 86 lares após 536 inspecções, o dobro do ocorrido em 2010. As principais motivações para tal prendem-se com a falta de alvará, más condições das instalações e de segurança, falta de certificado de condições de segurança do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil e de vistoria higieno-sanitária (Jornal Público, 04/12/2011). Um exemplo de má gestão dos equipamentos ocorre na Câmara Municipal de Lisboa, onde se verifica em 2012, a existência de espaços para ATL, centro de dia para idosos e parques de estacionamento concluídos mas fechados ao público (Jornal Público, 22/03/2012).

3.5.1. Pressupostos – Componente 5 - Ambiente

O ambiente tem sido uma das grandes preocupações actuais, especialmente pela influência das áreas urbanas nos problemas identificados (poluição, consumo de recursos, produção de resíduos, etc.). Dentro da componente "**5 – Ambiente**" debatem-se três temáticas principais: os recursos naturais, a reciclagem e o saneamento urbano.

Quanto à primeira temática – Recursos Naturais – especialmente aplicado a áreas urbanas, identifica-se não só o "**Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante**" mas também o "**Consumo de água per capita**". Estes dois indicadores estão fortemente relacionados com os comportamentos e estilos de vida das famílias, relacionado com a utilização de aparelhos eléctricos, hábitos de higiene, influenciados também pela eficiência das habitações e das infra-estruturas. As actividades económicas existentes num determinado local podem também influenciar o consumo e o custo dos recursos.

Já no que respeita aos resíduos sólidos urbanos (RSU), um comportamento cada vez mais generalizado é o da "Reciclagem". Neste distinguem-se duas perspectivas de análise: por um lado, importa saber se a rede dos equipamentos de reciclagem está adequada ao lugar, aumentando a cobertura de recolha de lixo reciclado, quantificado, por exemplo, pela "**Cobertura dos pontos de reciclagem"** e por outro lado, a resposta da população a esta acção através da "**Proporção de população residente que recicla resíduos sólidos**". Este comportamento depende também dos sistemas de recolha de resíduos sólidos existentes (por exemplo: Ecopontos e Vidrões, recolha Porta-a-Porta). As motivações para a realização ou não realização de tal acção são variadas.

Por fim, o "Saneamento urbano", relacionado com a recolha de RSU e a Limpeza urbana, é analisado de forma a compreender a "**Satisfação dos residentes com a qualidade do sistema de recolha de lixo**", confrontando, por outro lado, com a "**Proporção de edifícios servidos pelo sistema de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos**". Quanto à limpeza urbana, neste caso referente aos passeios, ruas, fachadas dos edifícios e dejectos caninos, importa analisar a "**Satisfação dos residentes com a qualidade da limpeza urbana no bairro**". As características do ambiente urbano relacionadas com a limpeza são também um dos principais motivos de fortalecimento ou enfraquecimento do sentimento de pertença dos indivíduos ao seu bairro de residência.

Aspectos relevantes para uma Comunidade Sustentável
Ambiente

- Deve-se promover o uso eficiente dos recursos (energia, água) tanto no edificado residencial como nos serviços e equipamentos públicos;
- Uma Comunidade Sustentável está atenta aos resíduos que produz, havendo acções de sensibilização e minimização dos impactes negativos, por exemplo através da reciclagem;
- Caso haja áreas verdes no contexto do bairro (ex. jardins, parques, clareiras, floresta, parque natural) estas devem ser protegidas, bem como os seus recursos naturais e a biodiversidade;
- A qualidade do ar deve ser verificada regularmente, dado o seu impacte na saúde da população, desenvolvendo acções de combate à poluição (ex. gestão de tráfego);
- É importante que o sistema de abastecimento de água e da recolha de resíduos esteja em boas condições, de forma a potenciar a sua eficiência e evitar perdas de recursos;
- É importante a existência de espaços permeáveis e bons sistemas de esgotos públicos, que escoem as águas da chuva, evitando inundações

3.5.2. Fichas de Indicadores – Componente 5. Ambiente

COMPONENTE: 5. AMBIENTE

SUB-COMPONENTE: 5.1.RECURSOS NATURAIS

PRESSUPOSTO:

O consumo doméstico de alguns recursos, como a electricidade ou a água, reflecte, por um lado o comportamento das famílias e os seus estilos de vida (p.ex. utilização do número de aparelhos eléctricos ou hábitos de higiene), e, por outro, uma componente associada à eficiência das próprias habitações e das infra-estruturas disponíveis para os residentes.

INDICADOR: 5.1.1. CONSUMO DOMÉSTICO DE ENERGIA ELÉCTRICA POR HABITANTE

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial - Direcção Geral de Energia e INE
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Município
- ***CONCEITOS:*** Consumo Doméstico de Electricidade
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (consumo doméstico de energia eléctrica) / (população residente)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

5.1.1. CONSUMO DOMÉSTICO DE ENERGIA ELÉCTRICA POR HABITANTE

Municípios	2004	2008	2012	2004-2012 (%)
Lisboa	1300.8	1337.9	1368.7	5,2
Alcochete	1204.2	1330.4	1256.6	4,4
Sesimbra	1181.8	1383.1	1268.7	7,4
Palmela	1540.2	1588.4	1440.4	-6,5

Quadro 54 – Consumo Doméstico de Energia Eléctrica por Habitante (kW/h)

Fonte: Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG/MEE), INE

Não havendo a informação necessária à escala da freguesia, é recolhida a informação relativa ao Consumo Doméstico de Energia Eléctrica por Habitante à escala do município (Quadro 54). Apesar de limitar a análise entre bairros ou freguesias do mesmo município, permite destrinçar o enquadramento dos mesmos numa área mais alargada, embora heterogénea. Assim, e de acordo com os casos de estudo em análise, observa-se que em 2012 é o concelho de Palmela onde o consumo de energia eléctrica por habitante é superior, seguido do município de Lisboa (apesar da tipologia urbana dos dois casos ser totalmente diferente). Contudo, destaca-se que é também no município de Palmela onde, entre 2004 e 2012, se regista o maior decréscimo relativo a este consumo por habitante. Por outro lado, o município de Sesimbra, que em 2004 era o que apresentava um menor consumo doméstico de energia eléctrica por habitante, foi o que registou um maior aumento relativo, entre 2004 e 2012, de 7%.

COMPONENTE: 5. AMBIENTE

SUB-COMPONENTE: 5.1.RECURSOS NATURAIS

PRESSUPOSTO:

O consumo doméstico de alguns recursos, como a electricidade ou a água, reflecte, por um lado o comportamento das famílias e os seus estilos de vida (p.ex. utilização do número de aparelhos eléctricos ou hábitos de higiene), e, por outro, uma componente associada à eficiência das próprias habitações e das infra-estruturas disponíveis para os residentes.

INDICADOR: 5.1.2. CONSUMO DE ÁGUA POR HABITANTE (M3/HAB.)

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Município
- ***CONCEITOS:*** Consumo de água por habitante (m3/hab.)
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (Consumo de água na freguesia/ Total de população na freguesia) *100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

5.1.2. CONSUMO DE ÁGUA POR HABITANTE (M3/HAB.)

Municípios	2006	2007	2008	2006-2008 (%)
Lisboa	57	57	60	5.3
Alcochete	123	119	123	0.0
Sesimbra	78	78	70	-10.3
Palmela	98	110	96	-2.0

Quadro 55 – Consumo de água por habitante (m3/hab.)

Fonte: INE, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais). Cálculos Próprios

Não havendo a informação necessária à escala da freguesia, é recolhida a informação relativa ao indicador Consumo de água por habitante (m3/hab.) à escala do município (Quadro 55). Apesar de limitar a análise entre bairros ou freguesias do mesmo município, permite destrinçar o enquadramento dos mesmos numa área mais alargada, embora que heterogénea. Assim, e de acordo com os casos de estudo em análise, é possível observar que a população do concelho de Alcochete é a que consome mais água. Já o concelho de Lisboa é o que apresenta um menor valor de consumo, apesar de crescente entre 2006 e 2008 (5%), fenómeno inverso ao verificado em Sesimbra, já que há uma redução média de 10% de consumo de água por habitante. O elevado consumo em Alcochete poderá estar, em grande parte, associado à actividade agrícola muito presente no município.

COMPONENTE: 5. AMBIENTE

SUB-COMPONENTE: 5.2. RECICLAGEM

PRESSUPOSTO:

Uma das acções que potencia o reaproveitamento dos recursos utilizados é a reciclagem. Apesar desta actividade depender muito das atitudes das famílias, a maior ou menor aceitação do processo de reciclagem dos resíduos sólidos urbanos é facilitada ou dificultada pela existência de ecopontos nas proximidades, no próprio edificio ou pela existência de algum serviço específico. Assim, interessa compreender a distribuição dos pontos de reciclagem ou de acções que promovam a mesma (p.ex. recolha de lixo porta-a-porta).

INDICADOR: 5.2.1. COBERTURA DOS PONTOS DE RECICLAGEM

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** CML - DHU – DLU
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** Pontos de reciclagem, recolha de lixo porta-a-porta
- ***METODOLOGIA:*** Georeferenciação
- ***CÁLCULO:*** N.A.
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou cartografia

EXEMPLO:

5.2.1. COBERTURA DOS PONTOS DE RECICLAGEM

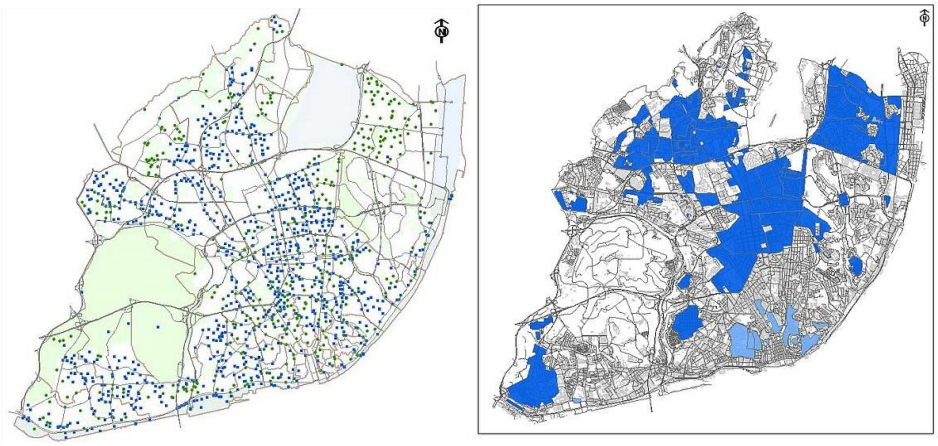


Figura 24 - Localização dos Ecopontos (azul) e Vidrões (verde) em Lisboa.

Figura 25 - Localização da Recolha Porta-a-Porta em Áreas Residenciais, Novembro 2011. Fonte: CM Lisboa - DHU – DLU (2011)

Para a análise da cobertura dos pontos de reciclagem no território, é necessário numa primeira fase georreferenciar todos os pontos de reciclagem. Como exemplo, apresenta-se a Georeferenciação dos Ecopontos e Vidrões no município de Lisboa (Figura 24), onde se denota já uma grande distribuição deste tipo de pontos de reciclagem por todo o município com excepção dos grande espaços verdes, como o Parque Florestal do Monsanto ou o Parque da Bela Vista, e espaços de grandes equipamentos, como Aeroporto de Lisboa. Na zona Oriental de Lisboa, onde se localiza a zona dos Olivais e Expo, não há presença de Ecopontos mas apenas vidrões. Também no município de Lisboa identifica-se outro sistema - sistema recolha de lixo diferenciado porta-a-porta, que actualmente cobre 35% dos fogos do município (Figura 25). Os três casos de estudo (Campo de Ourique, Telheiras e Benfica) já estão integrados em tal sistema, embora tenham entrado em momentos diferentes: Benfica entre 2006 e 2008, Telheiras entre Novembro de 2008 e Fevereiro de 2010 e Campo de Ourique em Novembro de 2011 (Fonte: DHURS, CML)

COMPONENTE: 5. AMBIENTE

SUB-COMPONENTE: 5.2. RECICLAGEM

PRESSUPOSTO:

Uma das acções que potencia o reaproveitamento dos recursos utilizados é a reciclagem. Apesar desta actividade depender muito das atitudes das famílias, a maior ou menor aceitação do processo de reciclagem dos resíduos sólidos urbanos é facilitada ou dificultada pela existência de ecopontos nas proximidades, no próprio edificio ou pela existência de algum serviço específico. A existência de tais equipamentos promovem a frequência da realização de acções de reciclagem pelos residentes.

INDICADOR: 5.2.2. PERCENTAGEM DE RESIDENTES QUE RECICLAM RSU

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Reciclagem de Resíduos Sólidos Urbanos
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

5.2.2. PERCENTAGEM DE RESIDENTES QUE RECICLAM RSU

Bairros	Sempre/ regularmente	Raramente/Nunca	NS/NR	Total (%)
Quinta do Conde	65	33.3	1.7	100
Telheiras	90	10	0	100

Quadro 56 – Percentagem de residentes que reciclam Resíduos Sólidos Urbanos

Fonte – Inquérito Telheiras e Quinta do Conde [2], 2009

Para que as famílias possam reciclar os Resíduos Sólidos Urbanos é essencial a existência de infra-estruturas ou mecanismos para tal. Sendo assim, todas as áreas em estudo já possuem recolha selectiva de lixos (CESAP, 2002), sendo que em alguns municípios existem outros mecanismos de recolha de lixo (p. ex. recolha diferenciada de RSU porta-a-porta). Através de inquérito, quando analisada a frequência da realização da reciclagem (Quadro 56), é possível observar que a grande maioria das famílias inquiridas em Telheiras (Lisboa) afirma realizar algum tipo de reciclagem "regularmente" ou "sempre". Já na Quinta do Conde (Sesimbra),um terço dos inquiridos revela "raramente" ou "nunca" reciclar RSU. Os principais motivos indicados pelos inquiridos para não reciclar, tanto em Telheiras coo na Quinta do Conde, relacionam-se essencialmente com três aspectos: 1. falta de tempo, interesse ou vontade, 2. falta de informação, e 3. falta de infra-estruturas nas proximidades – não existem ou são muito longe.

COMPONENTE: 5. AMBIENTE

SUB-COMPONENTE: 5.3. RECOLHA DE RSU E LIMPEZA URBANA

PRESSUPOSTO:

A limpeza urbana é uma das características que condicionam a Qualidade de Vida dos residentes, aspecto que deve ser avaliado pelos próprios. O estado de limpeza das ruas, das fachadas dos edifícios ou até dos ecopontos são aspectos a ter em linha de conta. Para o eficaz funcionamento dos mecanismos de limpeza urbana, além do comportamento das famílias, importa compreender também qual a cobertura de edifícios servidos por recolhas de RSU. A percepção dos indivíduos em relação à recolha do lixo pode influenciar as suas atitudes quanto à temática.

INDICADOR: 5.3.1. PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES SOBRE A QUALIDADE DA RECOLHA DE LIXO NO BAIRRO

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Recolha de resíduos sólidos
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

5.3.1. PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES SOBRE A QUALIDADE DA RECOLHA DE LIXO NO BAIRRO

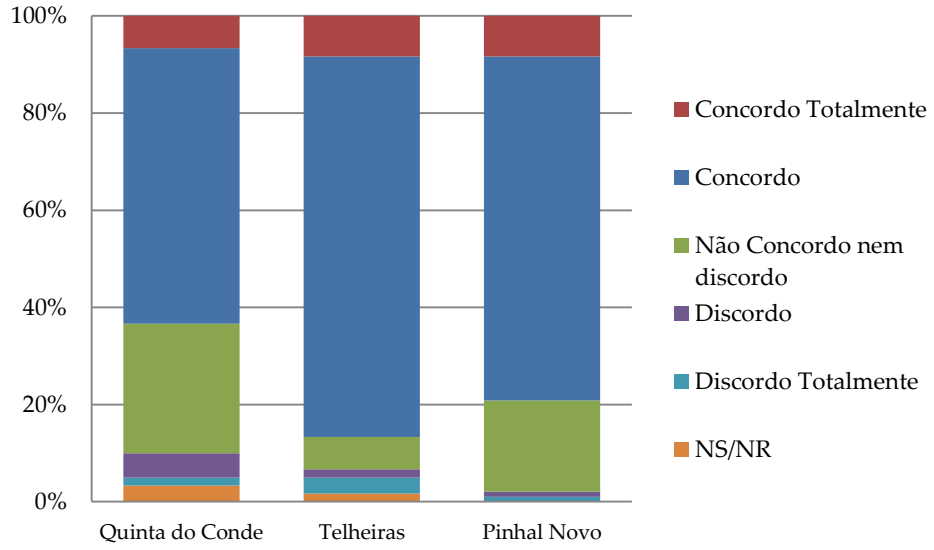


Figura 26 - Grau de concordância com a afirmação: "A qualidade da recolha de lixo no bairro apresenta boas condições"

Fonte: Inquérito Telheiras e Quinta do Conde [2], 2009; Inquérito Pinhal Novo [4], 2011

A recolha de resíduos sólidos urbanos apresenta diversos formatos, entre eles a recolha indiferenciada de resíduos (com as opções de contentores herméticos distribuídos pelos edifícios e remoção "porta-a-porta" ou contentores de utilização colectiva localizados na via pública), a recolha selectiva de resíduos (através de ecopontos e vidrões e papelões isolados, ou recolha selectiva "porta-a-porta"), a recolha de resíduos domésticos volumosos fora de uso e a recolha de resíduos verdes e de pequenas quantidades de entulhos. Independentemente do sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos existente em cada área, nos três casos de estudo a recolha do lixo é um aspecto avaliado positivamente (Figura 26), ou seja, os residentes consideram que a recolha do lixo funciona bem (63% na Quinta do Conde, 79% no Pinhal Novo e 87% em Telheiras). É nas freguesias das Margem Sul que se verifica uma maior percentagem de "Não concordo nem discordo" da afirmação apresentada: 19% no Pinhal Novo e 27% na Quinta do Conde.

COMPONENTE: 5. AMBIENTE

SUB-COMPONENTE: 5.3. RECOLHA DE RSU E LIMPEZA URBANA

PRESSUPOSTO:

A limpeza urbana é uma das características que condicionam a Qualidade de Vida dos residentes, aspecto que deve ser avaliado pelos próprios. O estado de limpeza das ruas, das fachadas dos edifícios ou até dos ecopontos são aspectos a ter em linha de conta. Para o eficaz funcionamento dos mecanismos de limpeza urbana, além do comportamento das famílias, importa compreender também qual a cobertura de edifícios servidos por recolhas de RSU. A percepção dos indivíduos em relação à recolha do lixo pode influenciar as suas atitudes quanto à temática.

INDICADOR: 5.3.2. PROPORÇÃO DE EDIFÍCIOS SERVIDOS POR RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** Edifícios servidos por recolha de resíduos sólidos urbanos
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (Edifícios servidos por recolha de resíduos sólidos urbanos/ Edifícios)*100
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

5.3.2. PROPORÇÃO DE EDIFÍCIOS SERVIDOS POR RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Freguesias	Proporção de edifícios servidos por recolha de resíduos sólidos urbanos (%)	
	2001	2011
Benfica	98.5	96.0
Carnide	98.4	93.7
Lumiar	93.3	97.2
Santo Condestável	95.6	98.3
Alcochete	93.3	90.1
Pinhal Novo	82.6	96.3
Quinta do Conde	99.9	98.7

Quadro 57 – Proporção de edifícios servidos por recolha de resíduos sólidos urbanos

Fonte – INE, Censos 2001 e 2011

Sendo que um edifício só é servido com recolha de resíduos sólidos quando a produção de resíduos relativa aos alojamentos que o constituem está integrada num sistema público de recolha regular e organizada, e analisando as sete freguesias em estudo, verifica-se uma elevada percentagem de edifícios servidos pela recolha de RSU, chegando, em alguma freguesias, a aproximar-se da totalidade do edificado, como os casos de Santo Condestável Lumiar e Quinta do Conde (Quadro 57). O sistema de recolha de RSU tem vindo a ser desenvolvido em todas as áreas em estudo, sendo que já em 2001 se evidenciavam proporções bastante elevadas do edificado servido pela recolha de RSU. Contudo, se em algumas freguesias este valor conseguiu aumentar entre 2001 e 2011, nomeadamente no Lumiar, Santo Condestável e Pinhal Novo, nas restantes em estudo os valores apresentam um decréscimo, justificado pela existência de novo edificado ou de alterações nos sistemas de recolha de RSU.

COMPONENTE: 5. AMBIENTE

SUB-COMPONENTE: 5.3. RECOLHA DE RSU E LIMPEZA URBANA

PRESSUPOSTO:

A limpeza urbana é uma das características que condicionam a Qualidade de Vida dos residentes, aspecto que deve ser avaliado pelos próprios. O estado de limpeza das ruas, das fachadas dos edifícios ou até dos ecopontos são aspectos a ter em linha de conta. Para o eficaz funcionamento dos mecanismos de limpeza urbana, além do comportamento das famílias, importa compreender também qual a cobertura de edifícios servidos por recolhas de RSU. A percepção dos indivíduos relativamente à limpeza urbana influencia, em parte, a sua qualidade de vida.

INDICADOR: 5.3.3. PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES SOBRE A QUALIDADE DA LIMPEZA URBANA (PASSEIOS, RUAS, FACHADAS DE EDIFÍCIOS, DEJECTOS CANINOS)

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:***
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

5.3.3. PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES SOBRE A QUALIDADE DA LIMPEZA URBANA (PASSEIOS, RUAS, FACHADAS DE EDIFÍCIOS, DEJECTOS CANINOS)

Freguesias	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente	Total (%)
Quinta do Conde	3.3	13.3	41.7	40	1.7	100
Telheiras	0	3.3	26.7	63.3	6.7	100
Pinhal Novo	0	6.3	24	64.6	5.2	100

Quadro 58 – Percepção dos residentes sobre a qualidade da limpeza urbana (passeios, ruas, fachadas de edifícios, dejectos caninos)

Fonte – Inquérito Telheiras e Quinta do Conde [2], 2009, Inquérito Pinhal Novo [4], 2011

Quando inquiridos os residentes de três áreas de estudo - Telheiras, Quinta do Conde e Pinhal Novo - sobre a limpeza urbana dos mesmos (Quadro 58), nota-se algumas diferenças na percepção deste assunto, embora havendo dados relativamente a este tema que se verificam em ambas as áreas, como, por exemplo, a cobertura do sistema de lixo ser entre 91% e 100% da área da freguesia, a frequência da recolha do lixo ser entre 5 a 7 vezes por semana e existir recolha selectiva do lixo (CESAP, 2002). Se nas freguesias de Telheiras (Lisboa) e do Pinhal Novo (Palmela) a maioria dos inquiridos concorda com a afirmação proposta, ou seja, considera que o seu bairro é uma zona limpa (70% em ambas), já na Quinta do Conde (Sesimbra) quase metade dos inquiridos não apresenta opinião formada, quer seja positiva ou negativa (41,7%), havendo contudo ainda bastante população que considera a sua área de residência limpa (41,7%).

3.5.3. Reflexões

Mesmo na perspectiva das áreas urbanas e mesmo dos bairros, a componente 5. Ambiente apresenta grande relevância. Neste contexto, abordou-se temáticas como o Consumo de recursos naturais, a Reciclagem e a Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Urbana.

Quanto à temática do Consumo de recursos naturais, foi analisado o "**Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante**" à escala do município, em 2004 e 2012. Entre os dois períodos de análise a consumo de electricidade aumentou em todos os municípios de estudo, com excepção de Palmela, embora seja o município que, tanto em 2004 e 2012, apresenta o maior consumo doméstico de energia eléctrica por habitante. Os valores verificados em 2012 são aproximados entre os municípios de Lisboa, Alcochete e Sesimbra, independentemente das suas tipologias urbanas. Apesar dos esforços para a redução do consumo energético doméstico, através de novas tecnologias e de sensibilização da população, de forma a obter impactes ambientais positivos, este facto tem também influência no orçamento familiar, já que o preço da electricidade tem subido devido ao custo da matéria-prima energética, dos custos de produção e do consumo de energia (Jornal Diário de Noticias, 15/12/2011).Já relativamente ao "**Consumo de água por habitante (m3/habitante)**" se no município de Lisboa se verificou um aumento entre 2006 e 2008, em municípios como Sesimbra e Palmela o consumo diminui. Apesar disso, Lisboa foi o município com menor consumo de água, metade do consumo no município de Alcochete. Este consumo de água pode estar relacionado com as actividades económicas mais presentes, relacionadas com agricultura e indústrias. Ainda sobre a temática do consumo de água, já em 2011 era referido que as tarifas da água deveriam ser aumentadas em Portugal de forma a tentar tornar o sistema sustentável, onde o utilizador cobre os custos reais do abastecimento e do tratamento de água (Jornal Diário de Noticias, 05/12/2011). Não só a questão do consumo e da poupança dos recursos como a energia ou a água são positivos para a sustentabilidade ambiental, como são uma forma de poupança do orçamento familiar. A utilização eficiente da energia, através do isolamento da casa, da utilização eficiente de equipamentos de aquecimento, desligar as luzes desnecessárias ou optar por lâmpadas de consumo eficiente, e da água, por exemplo diminuindo o tempo do duche ou evitando os banhos de imersão, usar redutores de caudal nas torneiras ou utilizar as máquinas de lavar roupa e loiça com carga completa, são algumas medidas a tomar, podendo poupar até cerca de 125 euros com tais medidas. Até mesmo quanto à mobilidade e ao uso de transporte rodoviários, deve-se procurar reduzir a velocidade, evitando grades picos de aceleração ou travagem, diminuindo o consumo médio de combustível e a emissão de gases poluentes (Jornal Diário de Noticias, 31/10/2011). Sendo o transporte motorizado uma das principais fontes de gases poluentes, algumas autarquias tomaram medidas de protecção do ar. Exemplo disso foi a limitação da

mobilidade de veículos com mais de 20 anos e sem catalisar em algumas ruas de Lisboa em Zonas de Emissões Reduzidas (ZER), tanto para veículos privados como públicos (ex. táxis), já que desde 2005 se infringia a Lei Nacional e Comunitária em matéria de qualidade do ar, com a ultrapassagem dos limites de concentração de partículas e de dióxido de azoto (Jornal Público, 01/04/2012). Também neste sentido, em 2010 24 autarquias portuguesas aderiram ao Pacto Europeu em defesa do Ambiente, onde se incluem os municípios de Almada, Cascais, Lisboa, Loures, Oeiras e Palmela. Um dos principais objectivos do pacto é, até 2020, reduzir em 20% a emissão de gases com efeito de estufa (Jornal Diário de Noticias, 04/05/2010). Já em 2012 foi noticiado que o município de Alcochete seria o primeiro da zona de Lisboa a integrar um projecto da EDP Distribuição, que permitirá reduzir os consumos de energia, através da substituição dos contadores normais por "boxes" que permitiram que a factura incida sobre o consumo real e não estimativas (Jornal Público, 22/05/2012). Em 2011 foi apresentado o Relatório Ambiental da OCDE para Portugal, que considera que o país aproveitou bem os fundos da EU para desenvolver a política ambiental, porém mantém-se problemas como a produção de lixo, na poluição do ar urbano e na perda de biodiversidade (Jornal Diário de Notícias, 12/04/2011).

No que respeita à Reciclagem, é importante compreender a "**Localização e Cobertura dos Pontos de reciclagem**", bem como a sua densidade relativamente ao número de residentes. Neste trabalho desenvolveu-se o caso do município de Lisboa, onde para além da identificação dos ecopontos, foi também identificado a existência de outros tipos de sistemas de recolha de lixo, como a recolha "Porta-a-Porta". A existência dos equipamentos e serviços são relevantes para que os residentes participem nestas iniciativas. Tendo Telheiras e Quinta do Conde como exemplo, se em Telheiras a grande maioria da população inquirida afirmou reciclar os RSU "sempre ou regularmente", na Quinta do Conde esse valor reduz-se para 65%. Quando inquiridos sobre os motivos da não-reciclagem surgem três aspectos comuns aos dois casos: a falta de tempo ou falta de interesse e vontade, a falta de informação e a falta de infra-estruturas nas proximidades (não existem ou estão muito longe). Recentemente foi noticiado pelo projecto "Hábitos e Atitudes face à separação de resíduos domésticos 2011", da Sociedade Ponto Verde que a crise económica que o país enfrenta alterou as formas de consumo dos portugueses, contudo a prática da reciclagem do lixo doméstico mantém-se (Jornal Diário de Noticias, 13/02/2012). Já na temática da "Recolha de RSU e Limpeza urbana", importa compreender a "**Proporção de edifícios servidos por recolha de Resíduos Sólidos Urbanos**". Em 2011, nas freguesias analisadas já se verifica uma grande proporção de edifícios servidos pela recolha de RSU, todas acima dos 90%: entre 90% em Alcochete e 98% em Santo Condestável. A infra-estruturação dos bairros influencia a "**Percepção dos residentes sobre a qualidade da recolha de lixo no bairro**" bem como a "**Percepção dos residentes sobre a qualidade da limpeza urbana (passeios, ruas, fachadas de edifícios, dejectos caninos, etc.)**". A maioria dos inquiridos em Telheiras, Quinta do Conde e Pinhal Novo afirmou que a

recolha do lixo no bairro funciona bem (87%, 63% e 79% respectivamente). Já relativamente à limpeza urbana, as opiniões não são tão semelhantes. Se nos bairros de Telheiras e Pinhal Novo mais de dois terços dos inquiridos considera que há uma boa qualidade na limpeza urbana, já na Quinta do Conde a opinião é intermédia, havendo cerca de 40% que considera não haver nem boa nem má limpeza urbana, apesar de outros 40% avaliarem este tópico de forma positiva. Contudo, a questão da limpeza não pode ser tida em conta apenas à escala do bairro, visto este ser um serviço proporcionado pelas câmaras municipais, sendo essencial a existência de parcerias entre os vários órgãos autárquicos, como a Junta de Freguesia (JF) e a Câmara Municipal. Um exemplo ocorreu em 2008 com integração da freguesia de Benfica numa experiência-piloto de gestão da limpeza urbana, sendo a JF parte integrante na procura de uma melhor articulação das entidades na resolução deste problema (Jornal Público, 07/12/2008).

Componente 6 – Sociedade e Cultura

3.6.1. Pressupostos – Componente 6 – Sociedade e Cultura

A componente "**6. Sociedade e Cultura**", a par do pilar 4. Serviços, está vocacionada para o estudo dos equipamentos existente, por exemplo de cultura, desporto ou lazer, e em paralelo, relaciona-se também com a percepção dos residentes quanto à satisfação que sentem pelos mesmos equipamentos ou actividades já referidas. Também nesta componente, o sentimento de segurança é relevante para a existência de uma comunidade fortalecida, que desenvolve laços com a vizinhança e que se sente segura nos espaços públicos do bairro, desenvolvendo assim, a vontade de frequentar o comércio e serviços existentes nas proximidades da sua habitação.

O estilo de vida das famílias é essencial para uma vida saudável. Neste contexto salienta-se a alimentação, mas também o exercício físico, quer este seja realizado de forma directa (por exemplo: frequentar o ginásio, realizar desportos colectivos, correr, etc.), quer seja realizado de forma indirecta (por exemplo: ir a pé ou de bicicleta para o trabalho ou outros destinos). Contudo, em ambos os casos, é importante que o bairro esteja preparado para as actividades anteriormente referidas, quer através da "**Área de equipamentos de desporto e lazer**", como estádios, piscinas, campo de jogos, pavilhão desportivo, campos de ténis, pistas de atletismo, etc., atendendo também ao seu número e à relação por habitantes.

As actividades culturais e de lazer podem servir também para dinamizar os relacionamentos entre as famílias e entre as famílias e os comerciantes, por exemplo, a par da formação e cultura geral que determinadas actividades podem desenvolver, desde as crianças até aos idosos. Assim, o "**Número e/ou a existência de equipamentos desportivos, culturais e de lazer**", nomeadamente com a existência de clubes recreativos, associações desportivas, teatro, cinema, museus, bibliotecas ou salas de espectáculos podem ser uma mais-valia para a Comunidade, desde que dinamizadas e publicitadas. Contudo, para a construção de uma comunidade sustentável, a existência, a quantidade e a qualidade dos equipamentos e serviços desportivos, de cultura e lazer não é suficiente. Interessa então compreender a "**Regularidade na realização de actividades desportivas, culturais ou de lazer no bairro**", sendo que a frequência das actividades poderá

influenciar o "**Grau de satisfação com a Qualidade dos serviços culturais e de lazer no bairro**".

Por fim, a questão da segurança no contexto das Comunidades Sustentáveis é também relevante. Contudo, especialmente devido às influências dos *media*, o sentimento de segurança, ou seja, a "**Percepção dos residentes sobre o seu sentimento de segurança no bairro**" apresenta discrepâncias quando comparado com as "**Taxas de Criminalidade**", sendo certo que esta taxa não representa na totalidade a criminalidade existente, dado que nem todas as ocorrências de crimes são apresentadas à Polícia, formalizando a contabilização dos crimes.

Aspectos relevantes para uma Comunidade Sustentável
Sociedade e Cultura

- Para uma Comunidade Sustentável é relevante a existência de tolerância e respeito entre os indivíduos, independentemente das culturas, passados e crenças
- Importa desenvolver uma vizinhança amigável e cooperativa, com reflexo nas suas atitudes perante o bairro e a comunidade;
- É importante que haja oportunidades variadas de actividades desportivas, culturais e de lazer, que sejam acessíveis aos vários grupos
- Um baixo nível de criminalidade e de comportamentos anti-sociais, apoiado num policiamento de proximidade, fortalece os laços entre a comunidade bem como torna o território mais apetecível, por exemplo para a procura de bens e serviços;

3.6.2. Fichas de Indicadores – Componente 6. Sociedade e Cultura

COMPONENTE: 6. SOCIEDADE E CULTURA

SUB-COMPONENTE: 6.1. SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE DESPORTO. CULTURA E LAZER

PRESSUPOSTO:

A existência de equipamentos e actividades desportivos, cultuais e de lazer, geridos e promovidos por Juntas de Freguesia, Associações ou Clubes, fomentam a participação das famílias nas dinâmicas do bairro. Porém, é também necessário que tais infra-estruturas e actividades estejam adaptadas às necessidades das comunidades, atendendo à estrutura etária da comunidade (especialmente crianças, jovens e idosos), aos interesses e necessidades dos mesmos, procurando respostas inovadoras e flexíveis para todos, através da diversidade de opções e flexibilidade, por exemplo, dos horários.

INDICADOR: 6.1.1. ÁREA DE "EQUIPAMENTOS DE DESPORTO E LAZER"

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Corine Land Cover
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Área de Equipamentos desportivos, culturais e de lazer e zonas históricas
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (Áreas de Equipamentos desportivos, culturais e de lazer e zonas históricas / Área Total) *100 (percentagem)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

6.1.1. ÁREA DE "EQUIPAMENTOS DE DESPORTO E LAZER"

Com base na Nomenclatura Comentada do Corine Land Cover 2006, o espaço definido como "Equipamentos de desporto e lazer" é ocupado por construções urbanas e infra-estruturas da rede de transportes (superfícies impermeabilizadas), ocupando mais de 80% da área.

A classe "Equipamentos de desporto e lazer" inclui:

- Zonas de complexos desportivos (estádios de futebol e infra-estruturas anexas, estádios de hóquei, piscinas e campos de ténis, pistas de ciclismo, pistas de atletismo e estádios, etc.) inclusos ou não em tecido urbano.
- Campos de tiro.
- Cemitérios com vegetação não inclusos em tecido urbano.
- Parques de campismo.
- Aldeamentos turísticos com vivendas não inclusos em tecido urbano, utilizados para fins de recreio e lazer e apenas para residência temporária.
- Jardins zoológicos e botânicos não inclusos em tecido urbano.
- Complexos arqueológicos a céu aberto.
- Campos de golfe.
- Autódromos.
- Complexo de esqui (excepto pistas de esqui).
- Parques florestais na periferia de aglomerados urbanos.
- Pequenos aeródromos com pistas não pavimentadas.

Esta classe exclui:

- Circuitos automóveis inclusos em zonas de unidades industriais e utilizados para testes
- Parques de caravanas utilizados para fins comerciais, a classificar como unidades industriais ou comerciais
- Praias, a classificar como praias, dunas ou areais
- Parques de campismo não especialmente preparados para o efeito, situados em florestas
- Quintas de criação de gado, a classificar como unidades industriais ou comerciais

Nota: Apesar de apresentado neste Guia, a fonte Corine Land Cover utilizada está limitada ao nível da escala territorial utilizada (1: 100 000). Assim, algumas áreas que deveriam ser classificadas não são abrangidas.

Freguesias	Equipamentos desportivos, culturais e de lazer				
	Área (Km²)			% Freguesia	
	2000	2006	Taxa de variação 2000-2006 (%)	2000	2006
Benfica	0	0	0	0	0
Carnide	0	0.001	0	0	0.1
Lumiar	0.22	1.22	455	0.2	19.2
Santo Condestável	0	0	0	0	0
Alcochete	0	0	0	0	0
Pinhal Novo	0	0	0	0	0
Quinta do Conde	0.96	1.92	100	6.7	13.5

Quadro 59 – Área de "Equipamentos de desporto e lazer" (Km2 e percentagem da freguesia)

Fonte – EEA, Corine Land Cover, 2000 e 2006

De acordo com o Corine Land Cover de 2000 e 2006 (Quadro 59), a existência de áreas de equipamentos desportivos, culturais e de lazer e zonas históricas é bastante reduzida em todas as freguesias. Salienta-se a freguesia do Lumiar, que nos últimos anos foi sujeita a grandes transformações urbanísticas, e a Quinta do Conde, que também foi palco de algumas acções de requalificação do espaço público a par do seu crescimento urbanístico. Como é referido em nota, estes valores não representam fidedignamente a realidade, pois a escala de análise do CLC é desproporcional a uma análise territorial à escala da freguesia.

COMPONENTE: 6. SOCIEDADE E CULTURA

SUB-COMPONENTE: 6.1. SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE DESPORTO. CULTURA E LAZER

PRESSUPOSTO:

A existência de equipamentos e actividades desportivos, cultuais e de lazer, geridos e promovidos por Juntas de Freguesia, Associações ou Clubes, fomentam a participação das famílias nas dinâmicas do bairro. Porém, é também necessário que tais infra-estruturas e actividades estejam adaptadas às necessidades das comunidades, atendendo à estrutura etária da comunidade (especialmente crianças, jovens e idosos), aos interesses e necessidades dos mesmos, procurando respostas inovadoras e flexíveis para todos, através da diversidade de opções e flexibilidade, por exemplo, dos horários.

INDICADOR: 6.1.2. EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS, CULTURAIS E DE LAZER

6.1.2.1. NÚMERO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

6.1.2.2.EXISTÊNCIA DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DE LAZER

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** CESAP
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** Equipamentos e Serviços desportivos, culturais e de lazer
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** N.A.
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

6.1.2.1. NÚMERO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

6.1.2.2. EXISTÊNCIA DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DE LAZER

Freguesia	6.1.2.1. Equipamentos desportivos									6.1.2.2. Equipamentos de cultura e lazer						
	Piscina (coberta ou descoberta)	Campo de jogos	Pavilhão desportivo	Ginásio	Campo de ténis	Pista de atletismo	Centro de equitação	Campo de golfe	Sala de squash	Clube recreativo, ass.desportiva	Teatro	Cinema	Museu	Serviço de biblioteca itinerante	Biblioteca aberta ao público	Sala espectáculos, de conferências ou congressos
Benfica	2	5	1	3	1	1	1	0	0	X	X	X		X		
Carnide	0	2	1	1	0	0	0	0	1	X	X	X	X	X	X	X
Lumiar	2	6	1	1	2	1	0	0	0	X			X			
Santo Condestável	1	2	0	0	0	0	0	0	0	X				X		
Alcochete	1	6	1	2	1	0	2	0	0	X	X		X		X	X
Pinhal Novo	1	9	1	4	1	0	2	0	0	X	X				X	X
Quinta do Conde	0	8	0	2	0	0	0	0	0	X		X			X	X

Quadro 60 – Número de equipamentos desportivos e existência de equipamentos culturais e de lazer

Fonte – INE, CESAP, 2002 (Informação descontinuada pelo INE)

Analisando o número de equipamentos desportivos em 2002 (Quadro 60), observa-se que são os campos de jogos (38), os Ginásios (13) e Piscinas (7) que existem em maior quantidade e na grande maioria das freguesias. Não tendo a área nem a população residente como variáveis, é o conjunto das freguesias da margem Sul do Tejo que apresentam um maior número de equipamentos desportivos (ex. 18 no Pinhal Novo e 13 em Alcochete), salientando a função central que estas detêm no contexto dos seus municípios, bastante ruralizados. Já as freguesias de Lisboa apresentam maiores discrepâncias, porém, o contexto de toda a cidade permite mais facilmente a frequência de equipamentos em outras freguesias nas proximidades da área de residência. São as freguesias de Benfica e Lumiar que apresentam um maior número de equipamentos. Quanto à existência de equipamentos de Cultura e Lazer, em todas as freguesias de estudo se encontra pelo menos um "Clube recreativo ou associação desportiva". É a freguesia de Carnide, em Lisboa, a única que apresenta todas as categorias analisadas, seguida da freguesia de Alcochete, com 5 categorias diferentes, sendo as freguesias de Santo Condestável e Lumiar as que apresentam menor diversidade de equipamentos culturais (2 categorias em cada freguesia).

COMPONENTE: 6. SOCIEDADE E CULTURA

SUB-COMPONENTE: 6.2. SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS

PRESSUPOSTO:

A existência de equipamentos e actividades desportivos, cultuais e de lazer, geridos e promovidos por Juntas de Freguesia, Associações ou Clubes, fomentam a participação das famílias nas dinâmicas do bairro. Porém, é também necessário que tais infra-estruturas e actividades estejam adaptadas às necessidades das comunidades, atendendo à estrutura etária da comunidade (especialmente crianças, jovens e idosos), aos interesses e necessidades dos mesmos, procurando respostas inovadoras e flexíveis para todos, através da diversidade de opções e flexibilidade, por exemplo, dos horários. Desta forma, a satisfação da comunidade com a qualidade dos serviços culturais e de lazer será maior.

INDICADOR: 6.2.1. GRAU DE SATISFAÇÃO COM A QUALIDADE DOS SERVIÇOS CULTURAIS E DE LAZER NO BAIRRO

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** **S**erviços culturais e de lazer
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

6.2.1. GRAU DE SATISFAÇÃO COM A QUALIDADE DOS SERVIÇOS CULTURAIS E DE LAZER NO BAIRRO

Actividades/Equipamentos	Nada	Pouco	Razoavelmente	Muito	NS/NR	Total (%)
Desporto e lazer	13.5	35.1	44.6	4.1	2.7	100
Bibliotecas e livrarias	29.7	37.8	23.0	4.1	5.4	100
Museus, cinemas e teatros	48.7	37.8	9.5	2.7	1.4	100
Galerias de arte, escolas de música/dança	21.6	32.4	33.8	2.7	9.5	100
Parques e espaços ao ar livre	0.0	31.1	60.8	8.1	0.0	100

Quadro 61 – Grau de satisfação com a qualidade dos serviços culturais e de lazer no bairro

Fonte – Inquérito Campo de Ourique [1], 2009

Analisando a satisfação dos residentes inquiridos em Campo de Ourique relativamente a diversas actividades e equipamentos culturais e de lazer que possam existir no bairro de residência (Quadro 61), observa-se uma insatisfação generalizada, ou seja, em todos os itens propostos mais de 50% dos inquiridos considera-se "insatisfeito", com excepção da existência de parques e espaço ao ar livre, já que o bairro possui, entre outros espaços menores, um amplo jardim central com parque infantil e espaço de lazer (Jardim Teófilo Braga). É especialmente no tópico relativo aos "Museus, cinemas e teatros" que há uma maior insatisfação (Nada ou Pouco satisfeitos), porém não nos podemos esquecer que este tipo de serviços não são estritamente à escala do bairro mas de uma área territorial maior, havendo nas proximidades alguns locais com tais serviços (ex. Centro Comercial Amoreiras possui cinema). A não resposta (NS/NR) pode reflectir também o desconhecimento do inquirido em relação ao assunto, salientando-se neste caso as "galerias de arte, escolas de música e dança". De forma a suportar a análise subjectiva dos inquiridos, importa recolher o número de estabelecimentos relacionados com a temática (CESAP, 2002), e eventualmente analisar a área de cobertura dos serviços existentes, mas, por outro lado, inquirir as famílias das suas necessidades e interesses.

COMPONENTE: 6. SOCIEDADE E CULTURA

SUB-COMPONENTE: 6.2. SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS

PRESSUPOSTO:

A existência de equipamentos e actividades desportivos, cultuais e de lazer, geridos e promovidos por Juntas de Freguesia, Associações ou Clubes, fomentam a participação das famílias nas dinâmicas do bairro. Porém, é também necessário que tais infra-estruturas e actividades estejam adaptadas às necessidades das comunidades, atendendo à estrutura etária da comunidade (especialmente crianças, jovens e idosos), aos interesses e necessidades dos mesmos, procurando respostas inovadoras e flexíveis para todos, através da diversidade de opções e flexibilidade, por exemplo, dos horários. A regularidade na realização de tais actividades pode ser um indicador relativo à predisposição dos indivíduos para a realização das actividades, mas também dependendo das actividades existentes na área de residência.

INDICADOR: 6.2.2. REGULARIDADE NA REALIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DESPORTIVAS, CULTURAIS OU DE LAZER NO BAIRRO

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Serviços culturais e de lazer
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

6.2.2. REGULARIDADE NA REALIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DESPORTIVAS, CULTURAIS OU DE LAZER NO BAIRRO

Equipamentos	Frequência						Total (%)
	Diariamente	3x Semana	2x Semana	1x Semana	Esporadicamente	Não utiliza	
Equipamentos de desporto	2.7	1.4	12.2	10.8	2.7	70.3	100
Equipamentos culturais e de lazer	0	1.4	1.4	13.5	21.6	62.2	100

Quadro 62 – Regularidade na realização de actividades desportivas, culturais ou de lazer no bairro

Fonte – Inquérito Campo de Ourique [1], 2009

No bairro de Campo de Ourique (Lisboa) foi questionado aos inquiridos qual a frequência na realização de actividades desportivas e actividades culturais e de lazer no bairro (Quadro 62). A grande maioria dos inquiridos afirmou não utilizar ou frequentar qualquer uma das actividades no bairro, em especial os equipamentos de desporto (70%). Por outro lado, quem utiliza os equipamentos desportivos utiliza-o maioritariamente uma vez ou duas por semana (11% e 12% respectivamente). Já no que respeita à frequência de equipamentos culturais ou de lazer, cerca de um terço dos inquiridos afirma que tal frequência é esporádica (22%) ou semanal (14%), sendo que a grande maioria dos restantes não utiliza tais equipamentos (62%).

COMPONENTE: 6. SOCIEDADE E CULTURA

SUB-COMPONENTE: 6.3. SEGURANÇA

PRESSUPOSTO:

O sentimento de segurança relativamente ao local de residência tem reflexos no que respeita à dinâmica do bairro e à forma como o individuo se relaciona com a comunidade. Sendo esse sentimento subjectivo, é muitas vezes suportado na informação dos *media*, particularmente no que trata à Taxa de Criminalidade e os principais crimes ocorridos. Para além de aspectos quantificáveis, importa então compreender o sentimento de segurança dos residentes no bairro.

INDICADOR: 6.3.1. TAXA DE CRIMINALIDADE

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial - INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Município
- ***CONCEITOS:*** Taxa de criminalidade
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (Número de crimes/ Total da população residente) *1000 (permilagem)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

6.3.1. TAXA DE CRIMINALIDADE (‰)

Municipios	Taxa de Criminalidade						
	Crime contra a integri-dade física	Furto/roubo por esticão e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 g/L	Condução sem habilita-ção legal	Crimes contra o patrimó-nio	Total (‰)
Lisboa	8.5	6.9	14.2	3.7	3.6	54.3	86
Alcochete	5.1	0.7	7.4	0.7	2.3	24.2	39.9
Palmela	5.1	1.3	5.9	1.4	2.6	31.2	48
Sesimbra	4.7	0.9	6.6	1.5	1.2	21.6	36

Quadro 63 – Taxa de criminalidade

Fonte – INE (4), Direcção-Geral da Política de Justiça, 2010

Não havendo informação disponível à escala da freguesia, analisa-se a Taxa de criminalidade à escala municipal (Quadro 63), considerando o crime "todo o facto descrito e declarado passível de pena criminal por lei anterior ao momento da sua prática" (INE). A Taxa de Criminalidade apresenta a proporção de crimes ocorridos a cada 1000 residentes.

Com base nos dados da Direcção-Geral da Política de Justiça de 2010 para os casos de estudo, é no município de Lisboa onde se verifica um maior número de crimes por cada 1000 residentes (86‰), valor substancialmente menor nos outros três municípios em estudo, Alcochete (40‰), Palmela (48‰) e Sesimbra (36‰). Quanto à categoria do crime, a mais frequente nos quatro municípios é o "Crime contra o Património" (entre 22‰ em Sesimbra e 54‰ em Lisboa). O "Furto de veículo e em veículo motorizado" é o segundo mais frequente em todos os municípios (entre 6‰ em Palmela e 14‰ em Lisboa), distinguindo-se em terceiro lugar em Alcochete, Sesimbra e Palmela o "Crime contra a integridade física" (5‰ nos três casos) e em Lisboa o "Furto/roubo por esticão e na via pública" (7‰).

COMPONENTE: 6. SOCIEDADE E CULTURA

SUB-COMPONENTE: 6.3. SEGURANÇA

PRESSUPOSTO:

O sentimento de segurança relativamente ao local de residência tem reflexos no que respeita à dinâmica do bairro e à forma como o individuo se relaciona com a comunidade. Sendo esse sentimento subjectivo, é muitas vezes suportado na informação dos *media*, particularmente no que trata à Taxa de Criminalidade e os principais crimes ocorridos. Para além de aspectos quantificáveis, importa então compreender o sentimento de segurança dos residentes no bairro.

INDICADOR: 6.3.2. PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES SOBRE O SEU SENTIMENTO DE SEGURANÇA NO BAIRRO

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Segurança
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

6.3.2. PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES SOBRE O SEU SENTIMENTO DE SEGURANÇA NO BAIRRO

Bairros	Sinto-me seguro	Nem muito nem pouco seguro	Não me sinto seguro	NS/NR	Total (%)
Quinta do Conde	65.00	13.33	21.67	0.00	100
Pinhal Novo	2.2	35.2	47.3	14.3	1.1
Telheiras	66.66	21.67	11.67	0.00	100

Quadro 64 – Percepção dos residentes sobre o seu sentimento de segurança no bairro

Fonte – Inquérito Telheiras e Quinta do Conde [2], 2009; Inquérito Pinhal Novo [4], 2011

Através de inquérito à população, foi avaliada a percepção relativamente ao sentimento de segurança no bairro em alguns casos de estudo (Quadro 64). Tanto em Telheiras como na Quinta do Conde, cerca de dois terços dos inquiridos afirma sentir-se "seguro" na área de residência, havendo contudo um quinto e um décimo dos inquiridos, na Quinta do Conde e em Telheiras respectivamente, que afirma sentir-se "pouco seguro" ou "nada seguro". No caso de estudo do Pinhal Novo, pelo contrário, quase metade dos inquiridos "não se sente seguro" no bairro (47%). À avaliação subjectiva da segurança no bairro, associa-se a avaliação, também subjectiva, da tranquilidade do bairro e da vizinhança. Nos três casos de estudo os bairros de residência foram considerados pelos inquiridos como zonas tranquilas para residir e onde predomina a boa vizinhança, especialmente em Telheiras.

3.6.3. Reflexões

Na componente "6. Sociedade e Cultura" focaram-se temáticas como os "Serviços e equipamentos de desporto, cultura e lazer", a "Satisfação com os serviços" e a questão da "Segurança".

Com base no Corine Land Cover, foi possível quantificar e cartografar a "**Área de Equipamentos de Desporto e Lazer**", apesar da leitura limitada que esta fonte permite, dada a sua aplicabilidade a uma escala maior que a escala do bairro. Contudo, de forma mais concreta e aplicado às freguesias de estudo, foram quantificados o "**Número de equipamentos desportivos**", sendo os "Campos de jogos" e as "Piscinas cobertas ou descobertas" as tipologias mais frequentes. O número e a variedade de equipamentos estão também relacionados com a área das freguesias, sendo que nas freguesias de menor dimensão contabilizam-se menos equipamentos. Em algumas freguesias com grandes espaços não construídos foi permitida a construção de grandes infra-estruturas de desporto. Outras acções são tidas em conta, a uma menor escala, com o objectivo de promover a frequência dos espaços verdes para actividades desportivas. Exemplo disso é a instalação de circuitos de manutenção em 19 locais de Lisboa. A instalação de cerca de 40 quiosques em espaços verdes e na cidade, a manutenção e instalação de novos parques infantis e a consolidação de redes de percursos pedonais e cicláveis que unem vários jardins e parques são medidas que também fazem parte da estratégia da Câmara Municipal de Lisboa (Jornal Diário de Noticias, 7/08/2012)

O mesmo fenómeno ocorreu na análise da "**Existência de equipamentos culturais e de lazer**", sendo que é nas maiores freguesias que se verifica maior variedade de equipamentos culturais, onde se inclui clubes, recreativos e associações desportivas, teatros, cinemas ou museus.

Para além da existência e variedade de actividades e equipamentos, importa compreender o "**Grau de satisfação dos residentes com a qualidade dos serviços culturais e de lazer no bairro**". Tendo o bairro de Campo de Ourique como exemplo, a satisfação varia consoante o serviço inquirido. Quase metade dos inquiridos estão razoavelmente satisfeitos com o "Desporto e Lazer". Quanto a "Bibliotecas e livrarias" mais de metade dos inquiridos afirmou estar pouco ou nada satisfeito (68%), sendo ainda mais evidente esta insatisfação com os "Museus, cinemas e teatros" (87%). No que respeita aos "Parques e espaços de ar livre" cerca de 69% dos inquiridos estavam razoavelmente ou muito satisfeitos. Neste contexto, temos de reforçar que o bairro de Campo de Ourique, localizado no centro de Lisboa, acaba por ter actividades ou equipamentos fora do bairro mas nas suas proximidades (por exemplo: cinema no Centro Comercial Amoreiras). A satisfação com as actividades e equipamentos de desporto, cultura e lazer influencia a "**Regularidade na realização de actividades desportivas, culturais ou de lazer no bairro**", verificando-se também em Campo de Ourique, uma elevada percentagem de não frequência nem de "Equipamentos de desporto" (70%) nem de

"Equipamentos culturais e de lazer" (62%). Contudo, comparando ambos, são as actividades desportivas que mais frequentemente são realizadas no bairro.

A última temática desenvolvida na componente 6 prende-se com a "Segurança". Nesta temática abordou-se, por um lado, a taxa de criminalidade e, por outro, a percepção dos residentes sobre o seu sentimento de segurança no bairro. No que respeita à "**Taxa de criminalidade**", considerando os municípios em estudo, é em Lisboa onde se verifica uma maior taxa, aproximadamente o dobro da contabilizada nos outros municípios em análise. Em todos os municípios, os "Crimes contra o Património" são os mais frequentes, sobretudo no município de Lisboa, salientando-se em menor escala "Furto de veículo e em veículo motorizado" especialmente em Lisboa, e os "Crimes contra a integridade física". Já em 2012 era noticiado que enquanto a criminalidade geral subiu 0,4% e a criminalidade violenta decresceu 7,7% quando comparado os primeiros quatro meses de 2011 e 2012. Neste contexto, é divulgado que os assaltos a bencos aumentaram 64% e os roubos a residências aumentaram 41%, bem como aumentou o roubo a ourivesarias e de falsificação de moeda. Por outro lado, decresceram os roubos a farmácias, furtos de veículos motorizados, roubos na via pública, furtos em residências e roubos por estição (Jornal Diário de Noticias, 20/07/2012).

A taxa de criminalidade, associada à exposição dos crimes e problemas sociais, como o vandalismo, afectam a "**Percepção dos residentes sobre o seu sentimento de segurança no bairro**". Noticias como o aumento de 24% de incêndios ateados a carros e casas em Lisboa entre 2008 e 2012 (ao contrário do que se verifica no resto do país), devido a actos de vandalismo de gangs violentos e actos de vingança pode influenciar tal percepção (Jornal Público, 06/09/2009). Com base nos inquéritos aplicados em Telheiras, Quinta do Conde e Pinhal Novo, as respostas apresentam diferenças consideráveis. Tanto em Telheiras como na Quinta do Conde dois terços dos inquiridos sentem-se "seguros" no seu bairro, apesar de cerca de um quinto dos mesmos "não se sente seguro" na Quinta do Conde enquanto a mesma proporção sente-se "nem muito nem pouco seguros" em Telheiras. Já no Pinhal Novo quase metade dos inquiridos "não se sentem seguros", havendo uma percentagem ínfima de inquiridos que se "sentem seguros".

Componente 7 – Equidade e Capital Social

3.7.1. Pressupostos – Componente 4 – Equidade e Capital Social

A Componente "**7. Equidade e Capital Social**" está em parte relacionada com outros pilares já referidos, especialmente no que respeita ao acesso a bens, serviços e equipamentos por parte de todos os grupos, independentemente da faixa etária ou do escalão de rendimento. Para além do acesso, já referido anteriormente, o Capital Social da comunidade depende das suas características, ou seja das características das famílias, mas também das características do bairro previamente discutidas.

Neste contexto, desenvolve-se ou não o sentimento de pertença dos indivíduos à Comunidade, através do seu envolvimento. Assim, uma das questões primordiais para uma Comunidade Sustentável é compreender qual a "**Proporção de residentes que se identificam com o bairro ou comunidade**", associado também a outro facto que se prende com a "**Satisfação dos residentes quanto ao seu bairro como lugar para viver**". Os dois tópicos referidos anteriormente influenciam, entre outros, a "**Percepção dos residentes quanto ao seu bairro ou Comunidade**" e também a "**Percepção dos residentes quanto ao ambiente do seu bairro**" (por exemplo, quanto à tranquilidade, dinamismo, segurança, etc.).

Para a formação e gestão de políticas locais, o conhecimento das características da Comunidade são fulcrais. O conhecimento da "**Densidade Populacional**", tanto do bairro como das diferentes áreas que o compõe (caso seja possível), é relevante para um planeamento eficaz dos equipamentos, serviços e infra-estruturas, já que estes apresentam limiares de ocupação diferenciados (como foi anteriormente discutido com a ocupação dos equipamentos escolares ou dos equipamentos de saúde de proximidade, ou das infra-estruturas de água e saneamento, gás ou electricidade). As características das famílias que compõem a Comunidade são também relevantes, especificamente questões como a "**Dimensão da família**" ou a "**Idade da população residente por escalão**", de forma a compreender em que fase do ciclo se encontra a Comunidade (por exemplo: rejuvenescido vs envelhecido). Estas questões tornam-se relevantes para adaptar, por exemplo, os serviços sociais possíveis às necessidades identificadas pelas famílias. O conhecimento da "**Proporção de famílias clássicas unipessoais**" e, especialmente, a "**Proporção de famílias clássicas unipessoais constituída por**

indivíduos com 65 ou mais anos" fazem prever a necessidade de maior atenção para os serviços domiciliários para apoio a idosos. O volume de indivíduos em idade activa é também relevante para a constituição de uma Comunidade mais coesa, visto serem estes que suportam, na sua maioria, as suas próprias famílias. O "**Índice de renovação da população activa**" de um lugar, ou seja a proporção de população residente com idade entre os 20 e 29 anos no total da população residente com idade entre os 55 e 64 anos, faz também prever qual será a dinâmica num futuro próximo da própria Comunidade, e consequentemente o ciclo de vida do bairro. A análise da dinâmica demográfica e das consequências das características das famílias residentes no bairro podem ser discutidas com recurso a outros dois índices: "**Índice de dependência de Jovens**" e "**Índice de dependência de Idosos**". A identificação da comunidade mais jovem e mais idosa torna-se deveras relevante na adaptação dos equipamentos e serviços às necessidades. Ainda no contexto das famílias, e de forma a compreender também o seu ciclo de vida, com reflexos para a dinâmica do bairro, torna-se importante compreender a "**Proporção de núcleos familiares com filhos**", distinguindo também a condição de parentalidade, ou seja, se são núcleos familiares constituídos por um casal ou se são núcleos familiares monoparentais.

Por fim, e de acordo com um dos pressupostos das Comunidades Sustentáveis, as Comunidades devem ser receptivas a várias nacionalidades e culturas, promovendo a coesão social e a diversidade cultural, tornando-se relevante conhecer a "**Proporção de residentes de nacionalidade estrangeira**".

Uma das possíveis questões a desenvolver no contexto da equidade é o acesso à Habitação, não só o acesso através de disponibilidade financeira mas, mais concretamente, o acesso físico ao edificado residencial por parte dos residentes com algum problema de mobilidade. É importante para o desenvolvimento de um bairro mais acessível a todos os residentes procurar soluções de adaptação, já que a nova construção segue já normas que minimizam as limitações físicas dos residentes. Importa então conhecer, entre outros indicadores, a "**Taxa de deficiência da população**" como forma de providenciar adaptações necessárias, especialmente em espaço público. Por exemplo, a "**Proporção de edificado com acessibilidade através de cadeira-de-rodas**" fará prever um perfil de bairro mais ou menos adaptado a uma comunidade com uma multiplicidade de características quanto à sua mobilidade (por exemplo: rampas de acesso a cadeira-de-rodas, existência de elevadores, etc.). Esta característica está fortemente relacionada com as épocas de construção das habitações e as tipologias urbanísticas aplicadas nessa mesma época. Quanto ao espaço público, alguns projectos, tanto camarários como de outras índoles, são praticados de forma a minimizar as dificuldades de mobilidade da população em geral (desde os idosos, a pessoas de mobilidade reduzida, pessoas invisuais, ou até para passagem de cadeiras-de-rodas ou carrinhos de bebé).

Aspectos relevantes para uma Comunidade Sustentável
Equidade e Capital Social

- É importante a existência de uma governança inclusiva, activa e participativa pelos indivíduos e pelas organizações locais;
- Deve desenvolver-se uma liderança forte, através de parcerias, da participação social e da divulgação da informação.

3.7.2. Fichas de Indicadores – Componente 7. Equidade e Capital Social

COMPONENTE: 7. EQUIDADE E CAPITAL SOCIAL

SUB-COMPONENTE: 7.1. SENTIMENTO DE PERTENÇA E ENVOLVIMENTO COM A COMUNIDADE

PRESSUPOSTO:

A identificação dos indivíduos com o bairro de residência tem um papel relevante na forma como os mesmos encaram o seu quotidiano no bairro. A participação em actividades locais, a frequência de espaços públicos comunitários e até a supressão das necessidades de bens e serviços no bairro, frequentando o comércio local, potenciam uma maior ligação do individuo ao bairro e à comunidade residente.

INDICADOR: 7.1.1. PROPORÇÃO DE RESIDENTES QUE SE IDENTIFICAM COM O BAIRRO OU COMUNIDADE

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:***
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

7.1.1. PROPORÇÃO DE RESIDENTES QUE SE IDENTIFICAM COM O BAIRRO OU COMUNIDADE

Bairros	Nada	Pouco	Razoavelmente	Muito	NS/NR	Total (%)
Campo de Ourique	4.1	5.4	20.3	70.3	0.0	100
Quinta do Conde	11.7	18.3	50.0	18.3	1.7	100
Telheiras	3.3	13.3	65.0	16.7	1.7	100
Benfica	0.0	1.0	30.0	67.0	2.0	100
Alcochete	0.0	14.3	32.7	53.1	0.0	100

Quadro 65 – Percentagem de residentes que se identificam com o bairro ou comunidade

Fonte: Inquérito Campo de Ourique [1], Inquérito Telheiras e Quinta do Conde [2], 2009; Inquérito Benfica e Alcochete [3], 2010;

Em todos os casos de estudo foi realizada a questão da identificação dos indivíduos com o bairro de residência (Quadro 65). Nos cinco casos, a grande maioria dos inquiridos revelaram sentir-se "muito" ou "razoavelmente" identificados com o bairro de residência. Salienta-se a grande identificação dos inquiridos especialmente nos bairros antigos de Lisboa como Campo de Ourique e Benfica (cerca de 70% em ambos os casos de estudo afirmam sentir-se "muito identificados"), fenómeno também verificado, embora que a uma menor escala, no núcleo histórico de Alcochete (53%). Tanto no caso de Telheiras (65%) como na Quinta do Conde (50%), mais de metade dos inquiridos afirma identificar-se "razoavelmente" com o seu local de residência, havendo uma menor proporção de individuos que se identificam "muito" (17% em Telheiras e 18% na Quinta do Conde). Destaca-se ainda um conjunto de individuos em vários casos de estudo que não se identificam nada com o bairro, nomeadamente 3% em Telheiras, 4% em Campo de Ourique e 12% na Quinta do Conde.

COMPONENTE: 7. EQUIDADE E CAPITAL SOCIAL

SUB-COMPONENTE: 7.1. SENTIMENTO DE PERTENÇA E ENVOLVIMENTO COM A COMUNIDADE

PRESSUPOSTO:

A satisfação com o bairro como lugar de residência é um reflexo da percepção das famílias relativamente ao mesmo. Contudo, a avaliação da satisfação com o bairro não deixa de ser um aspecto bastante subjectivo, relacionado com inúmeros factores de influência que cada família prioriza. Se, por um lado, a existência de comércio, serviços, equipamentos culturais, de lazer ou desporto, escolas e centros de saúde, espaços verdes, entre outros, podem explicar esta avaliação, outros aspectos mais subjectivos, como o nível de identificação com o bairro ou a satisfação com a comunidade, fazem também parte desta avaliação da satisfação.

INDICADOR: 7.1.2. GRAU DE SATISFAÇÃO COM O BAIRRO COMO LUGAR PARA VIVER

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:***
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

7.1.2. GRAU DE SATISFAÇÃO COM O SEU BAIRRO COMO LUGAR PARA VIVER

Bairro	Nada	Pouco	Razoavelmente	Muito	Total (%)
Campo de Ourique	1.3	2.7	23.0	73.0	100

Quadro 66 – Satisfação com o bairro como local para viver

Fonte: Inquérito Campo de Ourique [1], 2010

O grau de satisfação com o bairro como lugar para viver foi analisado para o caso de estudo de Campo de Ourique (Quadro 66). Os valores observados demonstram uma grande satisfação com o bairro como local para viver: 73% dos inquiridos está "muito" satisfeito enquanto 23% está "razoavelmente" satisfeito com o bairro de residência, sendo que apenas 4% dos inquiridos afirmaram estar "pouco" ou "nada satisfeitos".

COMPONENTE: 7. EQUIDADE E CAPITAL SOCIAL

SUB-COMPONENTE: 7.1. SENTIMENTO DE PERTENÇA E ENVOLVIMENTO COM A COMUNIDADE

PRESSUPOSTO:

A identificação dos indivíduos com o bairro de residência tem um papel relevante na forma como os mesmos encaram o seu quotidiano. A participação em actividades locais, a frequência de espaços públicos comunitários e até a supressão das necessidades de bens e serviços no bairro, frequentando o comércio local, potenciam uma maior ligação do individuo ao bairro e à comunidade residente. O conhecimento e relacionamento com a vizinhança, ou seja, com a comunidade, é também um factor chave para que se desenvolva ou evite um maior envolvimento das famílias na comunidade e nos assuntos do bairro.

INDICADOR: 7.1.3. PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES SOBRE A SUA VIZINHANÇA NO BAIRRO

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:***
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

7.1.3. PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES SOBRE A SUA VIZINHANÇA NO BAIRRO

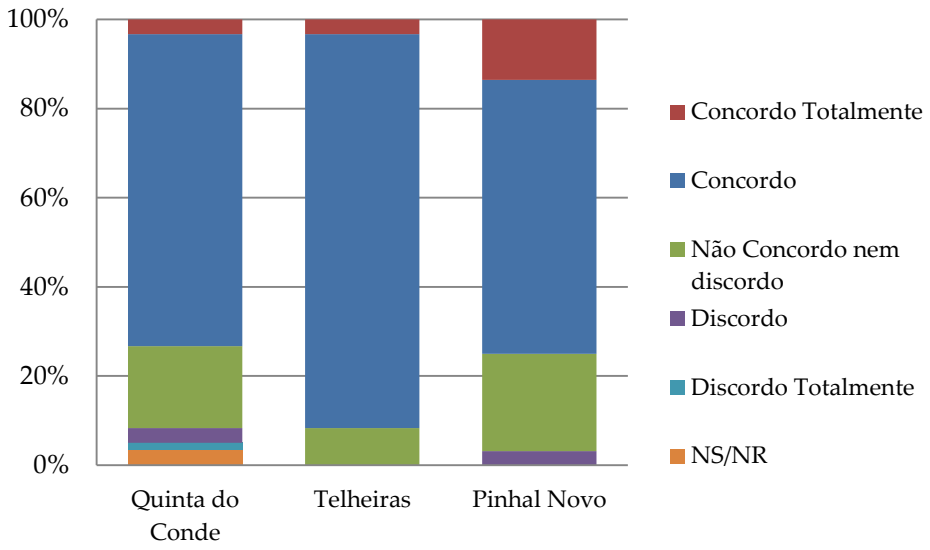


Figura 27 - Grau de concordância com a afirmação: "O bairro onde vivo tem boa vizinhança"

Fonte: Inquérito Telheiras e Quinta do Conde [2], 2009; Inquérito Pinhal Novo [4], 2011

É assumido que a existência e desenvolvimento de relacionamentos entre a vizinhança está em decréscimo com o estilo de vida e o quotidiano das famílias, associado ao sentimento de insegurança ou desconfiança ou de não-identificação do indivíduo com os "outros". Contudo, atendendo às respostas dos inquiridos em três casos de estudo – Quinta do Conde, Telheiras e Pinhal Novo, relativamente à "avaliação" subjectiva da vizinhança ou da comunidade onde o inquirido se enquadra (Figura 27), a resposta é altamente positiva, sendo que nos três casos de estudo, mais de três quartos dos inquiridos afirmou "concordar" ou "concordar totalmente" que o seu bairro tenha uma boa vizinhança: 73% na Quinta do Conde, 75% no Pinhal Novo e 92% em Telheiras. Nas duas freguesias da margem sul identifica-se uma maior percentagem de inquiridos que "não concordam nem discordam" (18% na Quinta do Conde e 22% no Pinhal Novo). Salienta-se também um aspecto relativo ao caso da Quinta do Conde. Nesta área, sublinha-se os 3% de respostas "Não sabe/Não responde", prevendo também algum desconhecimento da própria vizinhança/comunidade onde o indivíduo se integra residencialmente, justificado em parte pela função de "dormitório" que esta área apresenta.

COMPONENTE: 7. EQUIDADE E CAPITAL SOCIAL

SUB-COMPONENTE: 7.1. SENTIMENTO DE PERTENÇA E ENVOLVIMENTO COM A COMUNIDADE

PRESSUPOSTO:

A identificação dos indivíduos com o bairro de residência tem um papel relevante na forma como os mesmos encaram o seu quotidiano. A participação em actividades locais, a frequência de espaços públicos comunitários e até a supressão das necessidades de bens e serviços no bairro, frequentando o comércio local, potenciam uma maior ligação do individuo ao bairro e à comunidade residente. O ambiente que se vive no bairro (seguro/inseguro, dinâmico e animado) é também fundamental para que se desenvolva um maior sentimento de identificação com a área de residência.

INDICADOR: 7.1.4. PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES SOBRE O AMBIENTE DO BAIRRO (SOSSEGO E TRANQUILIDADE)

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:***
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

7.1.4. PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES SOBRE O AMBIENTE DO BAIRRO (SOSSEGO E TRANQUILIDADE)

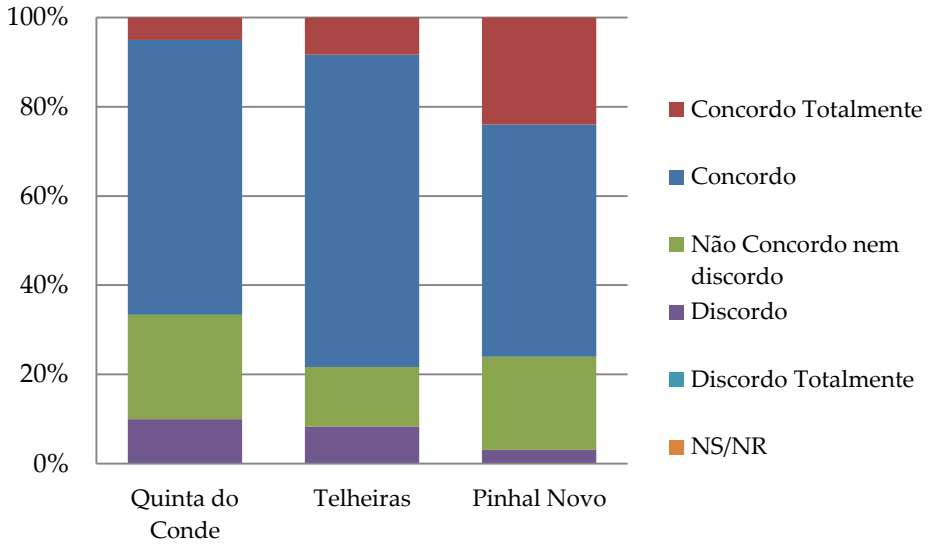


Figura 28 - Grau de concordância com a afirmação: "O bairro onde vivo tem bom ambiente (sossegado e tranqulo)"

Fonte: Inquérito Telheiras e Quinta do Conde [2], 2009; Inquérito Pinhal Novo [4], 2011

A grande maioria dos inquiridos nos três casos de estudo em foco – Quinta do Conde, Telheiras e Pinhal Novo (Figura 28), "concorda" ou "concorda totalmente" com a afirmação proposta "O bairro está numa zona sossegada": 68% na Quinta do Conde, 76% no Pinhal Novo e 78% em Telheiras. Neste contexto, apesar de nas áreas da Quinta do Conde e Telheiras haver uma percentagem razoável de indivíduos que "discordam" da afirmação (10% e 8% respectivamente), há uma parte substancial dos inquiridos que "não concordam nem discordam" que o seu bairro seja uma zona tranquila: 13% em Telheiras, 21% no Pinhal Novo e 23% na Quinta do Conde.

COMPONENTE: 7. EQUIDADE E CAPITAL SOCIAL

SUB-COMPONENTE: 7.2. COMUNIDADE

PRESSUPOSTO:

A densidade populacional é um factor relevante no contexto das Comunidades Sustentáveis, por exemplo no que respeita a uma maior eficiência de equipamentos, infra-estruturas e serviços, já que cada um dos referidos apresenta limiares de ocupação específicos (ex. equipamentos escolares e número de vagas por ano escolar, equipamentos de saúde e número de habitantes por médico, infra-estruturas de saneamento e o consumo de água, gás e electricidade, etc.). A densidade populacional está fortemente associada às tipologias urbanas existentes do bairro.

INDICADOR: 7.2.1. DENSIDADE POPULACIONAL

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** Densidade Populacional
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (Número de residentes/área da freguesia) (nº/Km2)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

7.2.1. DENSIDADE POPULACIONAL

Freguesias	Densidade populacional (N.º/ km²)		
	1991	2001	2011
Benfica	5908	5189	4640
Carnide	3913	5031	5736
Lumiar	5571	5933	6706
Santo Condestável	21533	17036	14847
Alcochete	56	72	103
Pinhal Novo	276	377	459
Quinta do Conde	559	1164	1808

Quadro 67 – Densidade populacional por freguesia

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Com base nas sete freguesias em estudo, distinguem-se três níveis de densidade populacional (Quadro 67). Num primeiro nível, identifica-se a freguesia de Santo Condestável com uma densidade populacional extremamente elevada (14.847 habitantes por Km² em 2011), freguesia maioritariamente considerada "tecido urbano contínuo", onde se verifica construção em altura, ou seja, vários pisos por edifício, multiplicando assim o número de alojamentos na mesma área de ocupação de solo. Contudo, entre 1991 e 2011 verificou-se uma redução de 30% da densidade populacional. Num segundo escalão apresentam-se as outras freguesias de Lisboa em estudo – Benfica, Carnide e Lumiar – onde a densidade populacional não reflecte a densidade populacional da área residencial / construída, dado que estas freguesias apresentam uma considerável área verde (p.ex. Parque Florestal do Monsanto em Benfica) ou áreas sem qualquer função. No entanto, entre 1991 e 2011, enquanto a densidade populacional na freguesia de Benfica decresceu (a par das freguesias mais consolidadas da cidade) (-22%), nas freguesias de Carnide (47%) e Lumiar (20%), onde ainda hoje se verificam novas dinâmicas de construção, a densidade populacional aumentou. Já nas três freguesias da Margem Sul em estudo, a densidade populacional é bastante mais reduzida que os exemplos da cidade de Lisboa, em grande parte devido às outras funções de uso do solo (para actividades, agrícolas, industriais, etc.), à extensa área das freguesias e à tipologia de habitação dominante (habitação unifamiliar). Salienta-se o perfil mais compacto da freguesia de Quinta do Conde em que apresenta uma densidade populacional considerável (1808 habitantes por Km2 em 2011), que triplicou entre 1991 e 2011. Apesar da reduzida densidade populacional em 2011 tanto de Alcochete (103 habitantes por Km²) como do Pinhal Novo (459 habitantes por Km²), em ambas as freguesias o seu aumento entre 1991 e 2011 é considerável (84% em Alcochete e 66% no Pinhal Novo).

COMPONENTE: 7. EQUIDADE E CAPITAL SOCIAL

SUB-COMPONENTE: 7.2. COMUNIDADE

PRESSUPOSTO:

A dimensão média das famílias torna-se um indicador de caracterização da comunidade bastante relevante. A dimensão das famílias reflecte-se nas necessidades de habitação e suas características, mas também quanto ao consumo de recursos (p.ex. energia e água), influenciando, por outro lado, o próprio comportamento dos indivíduos no que trata às deslocações diárias e escolhas dos modos de transporte.

INDICADOR: 7.2.2. DIMENSÃO DAS FAMÍLIAS

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** Dimensão das famílias
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria da dimensão da família/total de famílias) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

7.2.2. DIMENSÃO DAS FAMÍLIAS

Ano	Freguesias	Com 1 pessoa	Com 2 pessoas	Com 3 a 4 pessoas	Com 5 a 7 pessoas	Com 8 ou mais pessoas	Total (%)
2001	Benfica	26.8	33.2	34.7	5.0	0.4	100
	Carnide	18.8	26.2	43.1	10.9	1.0	100
	Lumiar	21.9	28.2	43.1	6.5	0.4	100
	Santo Condestável	37.2	32.0	26.8	4.0	0.1	100
	Alcochete	16.8	32.0	45.5	5.6	0.2	100
	Pinhal Novo	14.6	29.3	49.0	6.9	0.2	100
	Quinta do Conde	10.5	29.5	52.4	7.4	0.2	100
2011	Benfica	32,60	36,52	26,86	3,76	0,26	100
	Carnide	27,18	29,80	35,50	7,12	0,40	100
	Lumiar	30,33	31,13	33,27	4,96	0,30	100
	Santo Condestável	39,74	33,27	23,05	3,83	0,11	100
	Alcochete	20,33	31,38	42,95	5,19	0,15	100
	Pinhal Novo	19,24	31,26	44,16	5,17	0,17	100
	Quinta do Conde	20,97	30,50	43,27	5,16	0,11	100

Quadro 68 – Dimensão das famílias, 2001 e 2011

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Quanto à dimensão das famílias em 2011 (Quadro 68), observam-se algumas variações entre as freguesias em estudo. Por exemplo, são as freguesias de Santo Condestável e Benfica que apresentam uma maior percentagem de famílias unipessoais (40% e 33% respectivamente). Pelo contrário, é a freguesia de Pinhal Novo que apresenta uma proporçãod e famílias unipessoais inferior (19%). Em todas as freguesias de estudo, esta proporção maumentou entre 2001 e 2011 Os valores percentuais das famílias com dois indivíduos em 2011 são bastante semelhantes nas freguesias em estudo, situando-se entre os 30% (Carnide) e os 37% (Benfica). Nesta tipologia, todas as freguesias registaram um aumento relativo entre 2001 e 2011, com excepção do caso de Alcochete que regista um diminuição da proporção desta tipologia, embira muito ligeira. Quanto às famílias com 3 ou 4 indivíduos, em nenhum dos casos de estudo, este valor é superior a 50% em 2011, situando-se entre os 27% em Benfica e 44% em Pinhal Novo. Quanto a famílias com 5 a 7 elementos, esta proporção é relativamente reduzida quando comparada com as outras tipologias de família. Em 2011, situa-se entre os 4% em Benfica e Santo Condestável e os 7% em Carnide, sendo que entre 2001 e 2011 este valor reduziu em todos os casos de estudo.

COMPONENTE: 7. EQUIDADE E CAPITAL SOCIAL

SUB-COMPONENTE: 7.2. COMUNIDADE

PRESSUPOSTO:

A pirâmide etária da população revela, em parte, a sua dinâmica actual e futura. A adaptação de uma área à sua população é fundamental para uma maior coesão social, potenciando a eficiência na utilização dos equipamentos e serviços, adaptando-os às necessidades actuais e futuras da comunidade.

INDICADOR: 7.2.3. IDADE DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR ESCALÃO

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** Escalão etário
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (número total de residentes de um determinado escalão/número total de residentes) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

7.2.3. IDADE DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR ESCALÃO

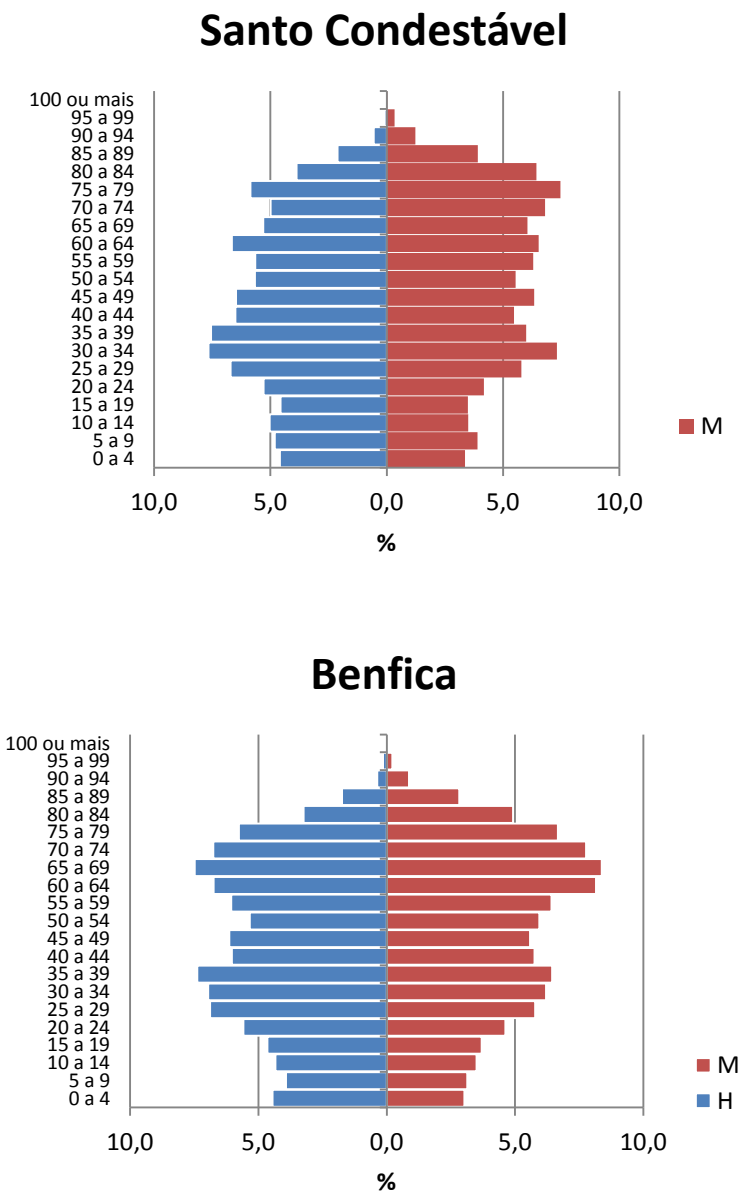
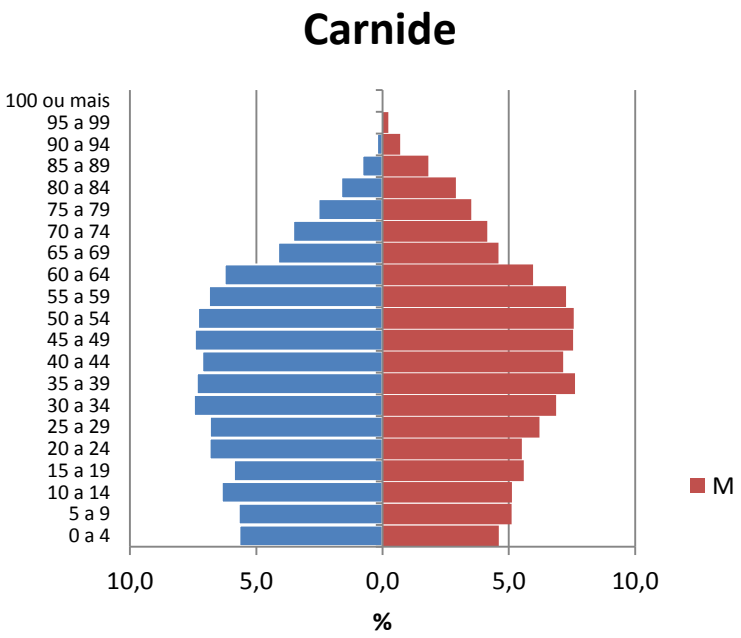


Figura 29 – Idade da população residente por escalão. Freguesias de Santo Condestável e Benfica

Fonte: INE, Censos 2011



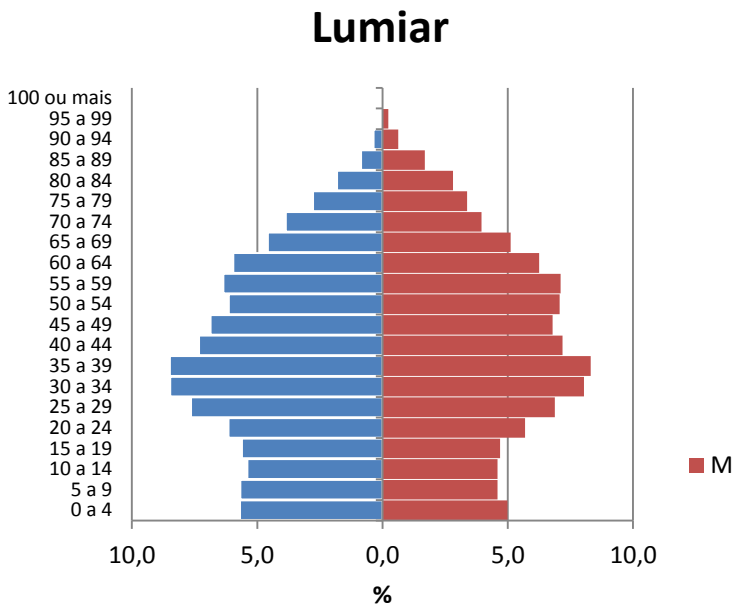
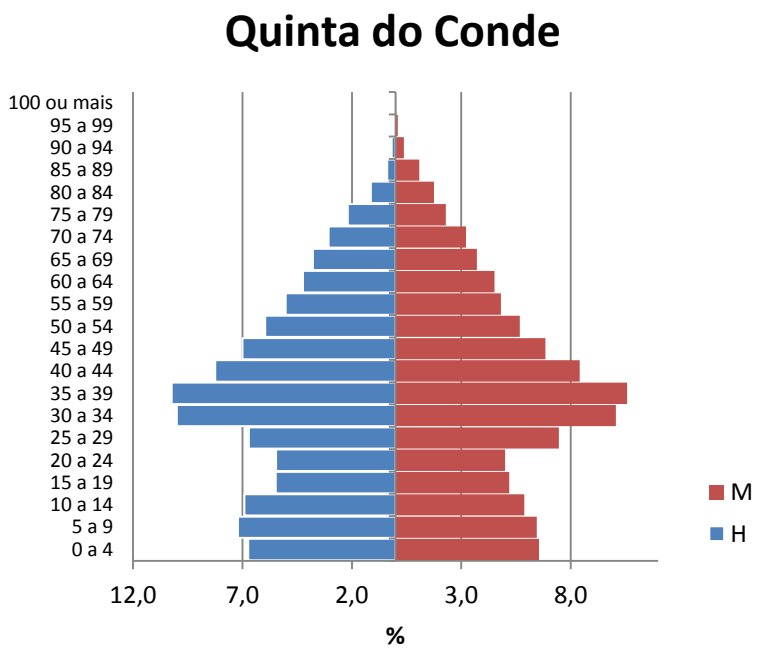


Figura 29 – Idade da população residente por escalão. Freguesias de Carnide e Lumiar

Fonte: INE, Censos 2011



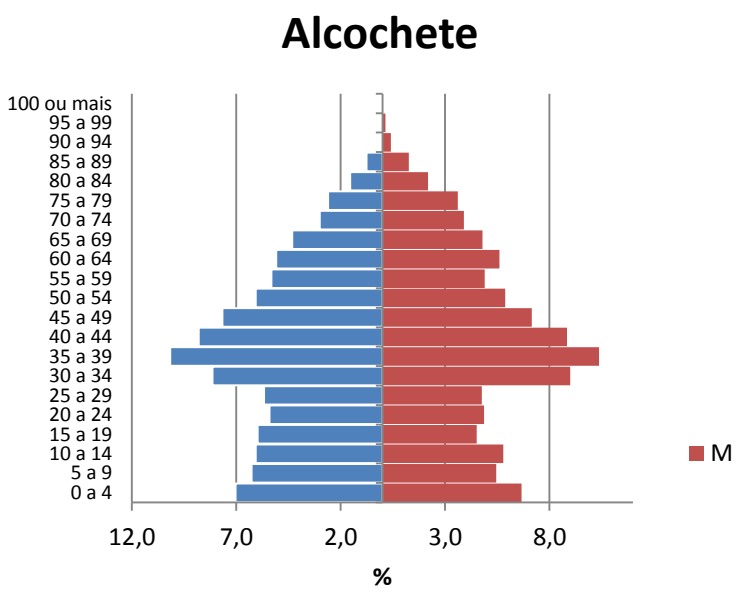


Figura 29– Idade da população residente por escalão. Freguesias de Quinta do Conde e Alcochete

Fonte: INE, Censos 2011

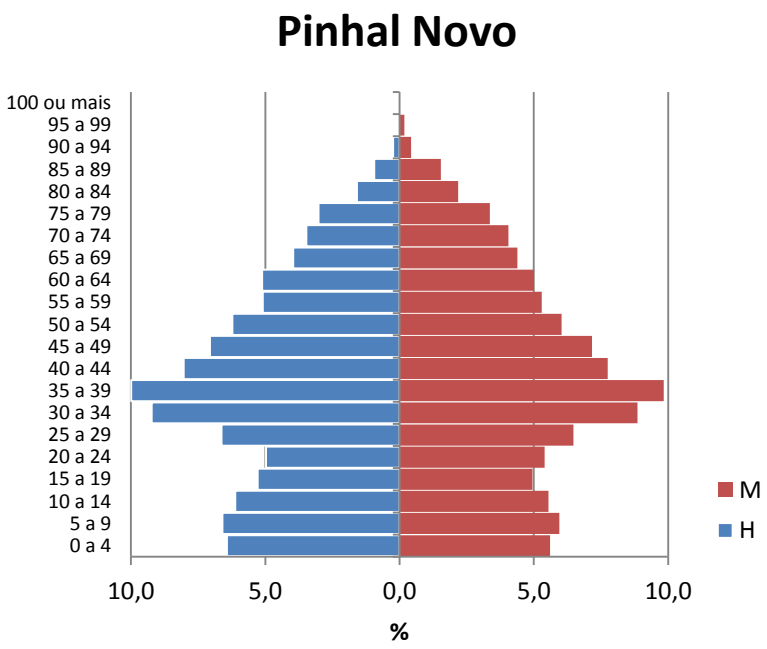


Figura 29 – Idade da população residente por escalão. Freguesia de Pinhal Novo

Fonte: INE, Censos 2011

Analisando as pirâmides etárias das freguesias em estudo (Figura 29), nas quatro freguesias de Lisboa, observa-se que em todas o perfil da pirâmide etária em 2001 é "Idoso ou decrescente", ou seja, há um predomínio de indivíduos no topo da pirâmide, ou seja o escalão dos 65 ou mais anos está mais presente, consequência de uma redução da taxa de natalidade de há muito tempo e do aumento da esperança média de vida. Ainda assim, as tipologias diferem entre freguesias. As freguesias de Santo Condestável e Benfica revelam uma percentagem de jovem muito reduzida e uma percentagem muito elevada de idosos. Em Benfica verifica-se um fenómeno interessante: no escalão dos adultos houve uma inversão na tendência, ou seja, encontra-se um fenómeno de rejuvenescimento causado pelo nascimento ou atracção de indivíduos nascidos entre a década de 1970 e 1980), apesar da posterior redução do número de crianças e jovens. Já as freguesias do Lumiar e Carnide apresentam um espesso escalão de adultos e, apesar da redução, a percentagem de crianças e jovens ainda é bastante relevante. Já nas três freguesias estudadas na Margem Sul do Tejo, a pirâmide etária revela um perfil de rejuvenescimento. Nos três casos as classes relativas aos jovens estão a aumentar, não tendo os escalões etários dos idosos um peso excessivo, quando comparadas com os escalões dos adultos, que apresentam uma dimensão considerável, nomeadamente os jovens adultos.

COMPONENTE: 7. EQUIDADE E CAPITAL SOCIAL

SUB-COMPONENTE: 7.2. COMUNIDADE

PRESSUPOSTO:

A variedade de tipologia de famílias é fundamental para uma comunidade mais sustentável. As suas características devem ser estreitamente relacionadas com as condições existentes nos bairros. Por exemplo, a existência de uma proporção considerável de famílias com filhos deve ser associada à gestão de equipamentos e serviços associados às necessidades específicas dessas famílias. Da mesma forma, a existência de famílias unipessoais, especialmente as famílias constituidas por individuios com 65 ou mais anos devem também ser associadas a serviços que respondam Às encessidades dos mais idosos, nomeadamente de apoio à alimentação, higiene ou outros serviços de apoio.

INDICADOR: 7.2.4. PROPORÇÃO DE FAMÍLIAS CLÁSSICAS UNIPESSOAIS

7.2.4.1. PROPORÇÃO DE FAMÍLIAS CLÁSSICAS UNIPESSOAIS

7.2.4.2. PROPORÇÃO DE FAMÍLIAS CLÁSSICAS UNIPESSOAIS CONSTITUÍDAS POR INDIVÍDUOS COM 65 OU MAIS ANOS

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** Família clássica unipessoal, família clássica unipessoal constituída por indivíduos com 65 ou mais anos
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** [1](Famílias clássicas unipessoais/ Famílias clássicas) *100
  [2](Famílias clássicas unipessoais constituídas por indivíduos com 65 ou mais anos/ Famílias clássicas) *100
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

7.2.4.1. PROPORÇÃO DE FAMÍLIAS CLÁSSICAS UNIPESSOAIS
7.2.4.2. PROPORÇÃO DE FAMÍLIAS CLÁSSICAS UNIPESSOAIS CONSTITUÍDAS POR INDIVÍDUOS COM 65 OU MAIS ANOS

Freguesias	Proporção de famílias clássicas unipessoais (%)			Proporção de famílias clássicas unipessoais constituídas por indivíduos com 65 ou mais anos (%)		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Benfica	18.3	26.8	32.60	38.9	40.7	15.89
Carnide	14.7	18.8	27.18	36	35.8	8.48
Lumiar	17.2	21.9	30.33	29.1	27.4	8.75
Santo Condestável	27.5	37.2	39.74	53.2	50.6	20.13
Alcochete	13.9	16.8	20.33	57	47.9	8.25
Pinhal Novo	10.9	14.6	19.24	50.5	40.6	7.49
Quinta do Conde	8.5	10.5	20.97	35.2	33.2	6.10

Quadro 69 – Proporção de famílias clássicas unipessoais e Proporção de famílias clássicas unipessoais constituídas por indivíduos com 65 ou mais anos

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

O número crescente de famílias unipessoais tem-se revelado uma tendência em Portugal. De acordo com os casos de estudo, em 2011 (Quadro 69), verifica-se uma maior proporção de famílias unipessoais nas freguesias de Lisboa, apesar das grandes diferenças no mesmo município: enquanto Carnide é a freguesia com menor proporção de famílias clássicas unipessoais (27%), Santo Condestável quase duplica essa proporção, reflexo de um perfil envelhecido da população (40%). As freguesias localizadas na margem sul apresentam valores entre os 19% (Pinhal Novo) e os 21% (Quinta do Conde). Entre 1991 e 2011, todas as freguesias em estudo registam um aumento na proporção de famílias clássicas unipessoais, nomeadamente nas freguesias do município de Lisboa. Dada a forte associação da tipologia à idade dos indivíduos, observa-se que no contexto da proporção de famílias clássicas unipessoais, uma parte considerável refere-se a agregados de um indíviduo com 65 ou mais anos. Neste sentido, em 2011 destacam-se as freguesias de Santo Condestável (20%) e Benfica (16%). Considerando a evolução de 1991 e 2011, regista-se uma considerável redução da proporçao de famílias clássicas unipessoais constituídas por indivíduos com 65 ou mais anos. Se em 1991 os valores registados pelos casos de estudo situavam-se entre os 29% no Lumiar e os 57% em Alcochete, em 2011 os valores rondam os 6% na Quinta do Conde e os 20% em Santo Condestável.

COMPONENTE: 7. EQUIDADE E CAPITAL SOCIAL

SUB-COMPONENTE: 7.2. COMUNIDADE

PRESSUPOSTO:

A relevância da dinâmica da população é um dos principais pilares para uma comunidade sustentável. Tal dinâmica, reflectida por exemplo na pirâmide etária ou nas tipologias de famílias, deve ser considerada também numa perspectiva a longo prazo através da análise da renovação da população activa.

INDICADOR: 7.2.5. ÍNDICE DE RENOVAÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ACTIVA

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Índice de renovação da população activa
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (População residente com idade entre 20 e 29 anos/ População residente com idade entre 55 e 64 anos) *100
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

7.2.5. ÍNDICE DE RENOVAÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ACTIVA

Freguesias	Índice de renovação da população em idade activa	
	2001	2011
Benfica	97.2	82.1
Carnide	152.6	96.0
Lumiar	146.5	102.0
Santo Condestável	104.9	86.2
Alcochete	138.8	98.7
Pinhal Novo	185.1	114.5
Quinta do Conde	178.7	132.5

Quadro 70 – Índice de renovação da população activa

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Sendo o Índice de renovação da população em idade activa a relação entre a relação entre a população que potencialmente está a entrar (entre os 20 e os 29 anos) e a que está a sair do mercado de trabalho (entre os 55 e os 64 anos), o valor base de 100 reflecte o equilíbrio total entre as duas faixas etárias. Assim, neste conjunto de freguesias em estudo em 2011 (Quadro 70), algumas apresentam um Índice de renovação da população em idade activa inferior a 100, ou seja, a proporção de população entre 55 a 64 anos é superior à população entre os 20 e 29 anos, nomeadamente: Benfica (82), Santo Condestável (86), Carnide (96) e Alcochete (99). Considerando os casos de estudo de Lisboa, apenas a freguesia do Lumiar regista um índice superior a 100 (102). As freguesias de Pinhal Novo (115) e Quinta do Conde (133) registam valores superior a 100, reflectindo um elevado índice de renovação da população em idade activa, tornando-se expectável um potencial aumento na dinâmica dos agregados familiares com o passar dos anos (formação de famílias, existência de filhos, etc.). Entre 2001 e 2011, todas as freguesias em estudo registaram um decréscimo considerável do Índice de renovação da população em idade activa, quer as freguesias que apresentam em 2011 Índices superiores a 100, como aconteceu em Pinhal Novo (-71) e Quinta do Conde (-46), quer freguesias que em 2001 apresentavam um índice superior a 100, valor que decresceu em 2011, a destacar Alcochete (-40), Carnide (-57) e Santo Condestável (-19), quer os casos que já apresentavam em 2001 valores abaixo dos 100, como Benfica (-15).

COMPONENTE: 7. EQUIDADE E CAPITAL SOCIAL

SUB-COMPONENTE: 7.2. COMUNIDADE

PRESSUPOSTO:

A população residente numa determinada área é um factor fundamental para o desenvolvimento de políticas e estratégias territoriais à escala local, que se pretendem as mais adaptadas à realidade e às necessidades da população. O conhecimento das camadas mais jovens, mais idosas ou com deficiência pode antever as necessidades a curto e longo prazo ao nível dos equipamentos, infra-estruturas e serviços (ex. existência de creches, centros de dia e lares de idosos). Por outro lado, a dependência de jovens e idosos em relação à população em idade activa pode revelar a dinâmica mais ou menos sustentável ao nível da Segurança Social e Finanças (embora com maior impacte nas escalas regional e nacional).

INDICADOR: 7.2.6. ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA

7.2.6.1. ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS

7.2.6.2. ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** [1]Índice de dependência de jovens, [2]Índice de dependência de idosos,
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística

CÁLCULO: [1]Quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos

[2]Quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos

- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

7.2.6.1. ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS
7.2.6.2. ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS

Freguesias	Índice de dependência de jovens		Índice de dependência de idosos	
	2001	2011	2001	2011
Benfica	15.2	18.4	30.9	48.2
Carnide	25.2	23.7	19.5	22.8
Lumiar	22.5	22.5	17.6	23.6
Santo Condestável	17.4	20.8	46.4	47.3
Alcochete	24.5	27.8	21.5	21.5
Pinhal Novo	25.3	27.1	19.2	26.6
Quinta do Conde	27.5	29.0	15.3	17.1

Quadro 71 – Índice de dependência de jovens e Índice de dependência de idosos

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Considerando o índice de dependência de jovens (0-14 anos) (IDJ) e o índice de dependência de idosos (65 ou mais anos) (IDI) em relação à população em idade activa (15 aos 64 anos) para os casos de estudo (Quadro 71), distinguem-se duas tendências em 2011: em duas das quatro freguesias de Lisboa em estudo (Santo Condestável e Benfica), o IDI é bastante superior ao IDJ. Em Santo Condestável um Índice de dependência de idosos bastante elevado (IDI de 47), ou seja, a cada 100 indivíduos em idade activa existem 47 idosos, e em Benfica o mesmo índice é de 48. Nas outras duas freguesias de Lisboa (Carnide e Lumiar), verifica-se o inverso: a presença de jovens é superior à dos idosos (em ambos os casos o IDJ e o IDI rondam os 23 e 24), fenómeno que se verifica também nas três freguesias da Margem Sul em estudo. Neste contexto, destaca-se a freguesia de Quinta do Conde, onde há um maior diferencial entre os índices com vantagem para o índice de dependência de jovens (IDJ de 29 e IDI de 17). Considerando a evolução do IDJ entre 2001 e 2011, apenas a freguesia de Carnide registou um decréscimo desde índice (-2), enquanro as freguesias de Benfica, Alcochete e Santo Condestável registam um aumento do mesmo (+3). Relativamente à evolução do IDI entre 2001 e 2011, apenas Alcochete manteve o seu índice, enquanto se destaca um aumento considerável do mesmo em Benfica (+17) e Pinhal Novo (+7).

COMPONENTE: 7. EQUIDADE E CAPITAL SOCIAL

SUB-COMPONENTE: 7.2. COMUNIDADE

PRESSUPOSTO:

A família é a unidade nuclear das comunidades. Assim, as suas características influenciam, em muito, o seu estilo de vida e o seu quotidiano. Aspectos como a dimensão, tipologia da família, existência de crianças ou idosos, devem caracterizar uma comunidade, para uma melhor previsão das necessidades de equipamentos, serviços e infra-estruturas de resposta às procuras das famílias. A existência de famílias com crianças é um aspecto relevante para o desenvolvimento de uma comunidade mais sustentável.

INDICADOR: 7.2.7. PROPORÇÃO DE NÚCLEOS FAMILIARES COM FILHOS

7.2.7.1. PROPORÇÃO DE NÚCLEOS FAMILIARES DE CASAIS COM FILHOS

7.2.7.2. PROPORÇÃO DE NÚCLEOS FAMILIARES MONOPARENTAIS

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** [1]Núcleos familiares de casais com filhos, [2]Núcleos familiares monoparentais
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** [1] (Núcleos familiares monoparentais/ Núcleos familiares) *100 (%)
  [2] (Núcleos familiares de casais com filhos/ Núcleos familiares de casais)*100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

7.2.7.1. PROPORÇÃO DE NÚCLEOS FAMILIARES DE CASAIS COM FILHOS
7.2.7.2. PROPORÇÃO DE NÚCLEOS FAMILIARES MONOPARENTAIS

Freguesias	Proporção de núcleos familiares de casais com filhos (%)		Proporção de núcleos familiares monoparentais (%)	
	2001	2011	2001	2011
Benfica	55.2	45.11	17.7	20.76
Carnide	67.6	60.80	17.5	21.55
Lumiar	67.3	57.77	15.7	19.37
Santo Condestável	49.6	45.04	19.0	23.73
Alcochete	61.6	61.63	12.2	14.92
Pinhal Novo	64.0	60.91	9.6	15.34
Quinta do Conde	65.4	61.67	8.0	12.19

Quadro 72 – Proporção de núcleos familiares de casais com filhos e Proporção de núcleos familiares monoparentais

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Torna-se relevante, no contexto das Comunidades Sustentáveis, entender no seio de cada comunidade qual a proporção de famílias que possuem filhos, quer sejam núcleos familiares constituídos por casais ou apenas por um dos pais. Com base nas sete freguesias que compõem os casos de estudo em 2011 (Quadro 72), no total dos núcleos familiares constituídos por casais, mais de metade são núcleos com filhos: no município de Lisboa, enquanto a proporção é de cerca de 45% nas freguesias de Benfica e Santo Condestável, noutras freguesias essa proporção é superior, como nas freguesias de Carnide (61%) e Lumiar (58%). Nos casos de estudo da Margem Sul, esta proporção é superior a 60%: 61% no Pinhal Novo e 62% em Alcochete e Quinta do Conde. Se em todos os casos do município de Lisboa esta proporção registou decréscimos entre 2001 e 2011, nos casos da Margem Sul as proporções mantiveram-se (Alcochete) ou registam decréscimos de cerca de 4% (Pinhal Novo e Quinta do Conde). Uma situação cada vez mais presente na sociedade é a monoparentalidade dos núcleos familiares, ou seja, famílias em que o núcleo é constituído apenas pelo pai ou pela mãe e pelo filho ou filhos. Com base no total de núcleos familiares, esta proporção apresenta-se bastante diferenciada entre as freguesias em estudo em 2011: considerando os casos de estudo, Quinta do Conde é a freguesia com uma menor proporção de núcleos familiares monoparentais (12%), sendo que em Alcochete e Pinhal Novo esta proporção é ligeiramente superior (15%). Os casos do município de Lisboa apresentam proporções superiores, entre os 19% no Lumiar e os 24% em Santo Condestável. Entre 2001 e 2011, os casos de estudo verificam aumentos na proporção de núcleos familiares monoparentais na ordem dos 3% em Benfica e Alcochete e os 6% no Pinhal Novo.

COMPONENTE: 7. EQUIDADE E CAPITAL SOCIAL

SUB-COMPONENTE: 7.2. COMUNIDADE

PRESSUPOSTO:

A existência e aceitação de indivíduos estrangeiros também é um aspecto relevante no contexto dos bairros e das comunidades, visto que, apesar de se pretender comunidades coesas, a diversidade social e cultural é um aspecto valorizador.

INDICADOR: 7.2.8. PROPORÇÃO DE RESIDENTES DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** População residente de nacionalidade estrangeira
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (População residente de nacionalidade estrangeira/ População residente) *100
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

7.2.8. PROPORÇÃO DE RESIDENTES DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA

Freguesias	Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%)		
	1991	2001	2011
Benfica	1.0	2.0	4.1
Carnide	1.7	3.2	2.7
Lumiar	1.7	2.7	3.3
Santo Condestável	1.3	3.3	5.1
Alcochete	0.6	1.5	4.6
Pinhal Novo	0.7	2.2	3.4
Quinta do Conde	1.3	3.0	5.0

Quadro 73 – Proporção de residentes de nacionalidade estrangeira

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

A proporção de população residente de nacionalidade estrangeira registou um considerável aumento entre 1991 e 2011 (Quadro 73). Em 1991, esta proporção era bastante reduzida sendo os casos de estudo de Carnide e Lumiar as que apresentavam um valor mais elevado (1,7%), contrapondo com os casos de Alcochete (0,6%) e Pinhal Novo (0,7%) com as proporçãos mais reduzidas. Entre 1991 e 2011, algumas freguesias em estudo, nomeadamente Santo Condestável e Quinta do Conde, registaram aumentos de 4% na proporção de população residente de nacionalidade estrangeira. Assim, em 2011 os valores situam-se entre os 3% nas freguesias de Carnide, Lumiar e Pinhal Novo, e os 5% na Quinta do Conde e Santo Condestável.

COMPONENTE: 7. EQUIDADE E CAPITAL SOCIAL

SUB-COMPONENTE: 7.2. COMUNIDADE

PRESSUPOSTO:

A população residente numa determinada área é um factor fundamental para o desenvolvimento de políticas e estratégias territoriais à escala local, que se pretendem o mais adaptadas à realidade e às necessidades da população. O conhecimento das camadas mais jovens e mais idosas, ou com deficiência pode antever as necessidades a curto e longo prazo, tanto ao nível dos equipamentos e infra-estruturas como de serviços (ex. existência de creches, centros de dia e lares de idosos, centros de saúde, etc.).

INDICADOR: 7.2.9. TAXA DE DEFICIÊNCIA DA POPULAÇÃO

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** Taxa de deficiência da população
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (População residente com deficiência/ População residente)*100
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

7.1.5. TAXA DE DEFICIÊNCIA DA POPULAÇÃO

Freguesias	Taxa de deficiência (%)
Benfica	6.9
Carnide	6.0
Lumiar	6.4
Santo Condestável	8.3
Alcochete	5.1
Pinhal Novo	5.7
Quinta do Conde	5.3

Quadro 74 – Taxa de deficiência da população

Fonte: INE, Censos 2001 (Dados indisponíveis para o Censos 2011)

Sendo a deficiência considerada uma "Perda ou alteração de uma estrutura ou de uma função psicológica, fisiológica ou anatómica", é importante conhecer este indicador de forma a promover uma resposta eficaz e eficiente dos serviços e equipamentos que servem a comunidade. Em 2001, não se verificava uma grande discrepância entre as sete freguesias em estudo (Quadro 74). Os valores situavam-se em 2001 entre 5 individuos com deficiência a cada 100 residente, nomeadamente em Alcochete e Quinta do Conde, e 8 indivíduos com deficiência a cada 100 residente, como em Santo Condestável.

COMPONENTE: 7. EQUIDADE E CAPITAL SOCIAL

SUB-COMPONENTE: 7.2. COMUNIDADE

PRESSUPOSTO:

A adaptação do edificado, tanto residencial como de serviços e infra-estrutura, torna o bairro "mais acessível" a indivíduos de mobilidade reduzida, promovendo a sua inclusão e aumentando a sua acessibilidade, e consequentemente a sua qualidade de vida. É esperado assim que os novos edifícios e os edificios requalificados cumpram as normativas relacionadas com os acessos a pessoas com mobilidade condicionada.

INDICADOR: 7.2.10. PROPORÇÃO DO EDIFICADO COM ACESSIBILIDADE ATRAVÉS DE CADEIRA-DE-RODAS

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Estatística Oficial – INE, Recenseamento Geral da População e Habitação
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia
- ***CONCEITOS:*** Edificado com acessibilidade através de cadeira de rodas
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (Edifícios com acessibilidade através de cadeira de rodas/ Edifícios)*100
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

7.1.6. PROPORÇÃO DO EDIFICADO COM ACESSIBILIDADE ATRAVÉS DE CADEIRA-DE-RODAS

Municípios (MUN)/ Freguesias	Proporção de edifícios com acessibilidade através de cadeira-de-roda (%)
	2011
Benfica	32.59
Carnide	34.26
Lumiar	60.23
Santo Condestável	41.26
Alcochete	43.63
Pinhal Novo	42.09
Quinta do Conde	64.02

Quadro 75 – Proporção do edificado acessível através de cadeira-de-roda

Fonte: INE, Censos 2011

A proporção de edifícios com acessibilidade através de cadeira-de-roda à escala da freguesia é uma informação existente apenas para 2011 (Quadro 75). Considerando os casos de estudo no município de Lisboa, já se constata na freguesia do Lumiar mais de metade dos edificios com acessibilidade através de cadeira-de-rodas (60%), enquanto em freguesias com um edificado mais antigo a proporção é inferior, nomeadamente em Santo Condestável (41%), Carnide (34%) e Benfica (33%). Nos três casos da Margem Sul também se registam proporções diversas: próximas dos 40% em Alcochete (44%) e Pinhal Novo (42%) e mais de 60% na freguesia de Quinta do Conde (64%)

3.7.3. Reflexões

Na sétima componente "7. Equidade e Capital Social" desenvolveram-se duas temáticas principais: o sentimento de pertença e envolvimento da Comunidade e as características da Comunidade.

Na temática relativa ao "Sentimento de pertença e envolvimento da Comunidade" foi analisada a "**Percentagem de residentes que se identificam com o bairro ou comunidade onde residem**" nos bairros em estudo, sendo que em alguns bairros a grande maioria dos inquiridos identifica-se "muito" com o seu bairro, casos de Campo de Ourique e Benfica, enquanto noutros casos a identificação é apenas "razoável", sendo que no bairro da Quinta do Conde cerca de 30% identifica-se "pouco" ou "nada". Em Campo de Ourique foi também estudada a "**Percentagem de residentes satisfeitos com o seu bairro como lugar para viver**", sendo que três quartos dos inquiridos afirmaram estar "muito satisfeitos". Num projecto realizado em colaboração com o CEACT, e-Geo e o IHRU, Telheiras é o bairro onde mais pessoas gostam de viver e onde há maior sentimento de pertença. Salientam que tanto em Telheiras como em Campo de Ourique um dos pressupostos da existência de um bairro é cumprido - a sua auto-suficiência no que respeita à procura de bens e serviços e haver realmente laços de vizinhança entre os indivíduos. Ramalhete, coordenadora do projecto, afirma que iniciativas como o "Cartão de bairro" para o comércio em Campo de Ourique é um bom exemplo de iniciativas que colocam o capital social ao serviço da promoção da ideia de bairro (Jornal Público, 29/07/2012).

A satisfação com o bairro também pode estar relacionada com a "**Percepção dos residentes sobre a sua vizinhança no bairro**". Tendo como base os casos de Telheiras, Quinta do Conde e Pinhal Novo, a grande maioria dos inquiridos afirma concordar que tem uma boa vizinhança. Já no que respeita à "**Percepção dos residentes sobre o ambiente do bairro**", especialmente no que trata à tranquilidade do mesmo, a maioria dos inquiridos dos mesmos bairros consideram que vivem num bairro com bom ambiente. O comércio e os serviços, a par da própria comunidade, detém um papel relevante para o bom ambiente do bairro. Por exemplo, em Benfica o merceeiro tem um papel relevante na comunidade local para além do seu trabalho, já que ajuda os mas idosos a levar as compras a casa, arruma-lhes as compras, trata de assuntos pessoais, como com as contas para pagar ou cartas de difícil leitura e até faz-lhes companhia em casa. Também no bairro de Alvalade surgem mercearias que permitem que os mais idosos façam as suas compras por telefone. Se entre 2001 e 2010 o número de mercearias reduziu para cerca de metade, é noticiado que o comércio alimentar de proximidade está a conseguir resistir, devido a três factores: ao envelhecimento da população que dificulta as deslocações a grandes superfícies ou a distâncias maiores, a falta de poder de compra das famílias que levam ao menor consumo de cada vez, e o preço dos combustíveis que dificulta as deslocações (Jornal Diário de

Noticias, 20/07/2012). Ainda no que respeita ao sentimento de pertença ao bairro, mas também à avaliação da vizinhança, salienta-se o caso do Casal Ventoso, área de tráfico de droga, numa zona limítrofe ao bairro de Campo de Ourique. Tanto a CM como a JF de Santo Condestável procuram iniciativas que minimizem a actividade ilegal e promovam novamente o espaço para usufruto da comunidade. Por exemplo, em 2009 foi noticiada a vontade da JF em demolir alguns prédios dessa área para diminuir o tráfico e o consumo de droga, para além destes prédios estarem em risco de derrocada dada a sua localização na encosta. A maioria destes prédios encontrava-se desabitada permitindo aos toxicodependentes pernoitar e consumir droga aí. Contudo, seria necessário realojar as pessoas, maioritariamente idosas, que residem nesses prédios (Jornal Diário de Noticias, 10/08/2009). Outra medida realizada, criticada pelo anterior presidente da Junta de Freguesia, foi a reflorestação da encosta. O novo presidente da JF, Pedro Cegonho, viria a afirmar que a iniciativa era boa mas não suficiente (Jornal Diário de Noticias, 10/03/2010). O mesmo viria a reclamar a construção de equipamentos sociais na mesma encosta de forma a atrair pessoas e actividade e dissuadir o tráfico e consumo de droga, discutindo-se ainda por esta altura a demolição dos prédios em risco de ruína. Cegonho defendia então que se deveria desenvolver um programa de aproveitamento de espaço verde, área de lazer, prática desportiva e equipamentos. Termina também fazendo uma referência à incapacidade das JF actuarem em áreas como o "combate ao tráfico" ou à "segurança", mas podem apoiar iniciativas de prevenção e educação (Jornal Diário de Noticias, 13/03/2010).

Como já foi referido, as características da Comunidade são bastante explicativas da sua dinâmica. A "**Densidade populacional**" é também um dos pressupostos para uma Comunidade Sustentável, dado que uma maior densidade populacional, até ao seu limiar óptimo, torna todo o sistema de equipamentos, serviços e infra-estruturas mais eficientes no que trata a consumo de recursos. Nas freguesias em estudo, em 2001, a densidade populacional é bastante variada, sendo as freguesias do município de Lisboa que apresentam maior densidade populacional, destacando-se a freguesia de Santo Condestável (14847 habitantes por Km^2), onde se localiza o bairro de Campo de Ourique, que apresenta um decréscimo entre 1991 e 2011. As freguesias dos municípios da Margem Sul apresentam uma densidade muito inferior às anteriores, havendo contudo grande diferença entre a densidade populacional da Quinta do Conde (1808 habitantes por Km^2) e de Alcochete (103 habitantes por Km^2), reflectindo em muito o tecido urbano já apresentado, e as tipologias de construção predominantes, contudo revelam um aumento entre 1991 e 2011.

A "**Pirâmide etária da população"** residente demonstra também o ciclo de vida do bairro e o seu potencial futuro. Considerando a população em 2011, as freguesias de Benfica e Santo Condestável, no município de Lisboa, apresentam uma pirâmide etária "Idosa ou decrescente". Contudo, se em Santo Condestável observa-se uma proporção do grupo etário idoso muito semelhante ao do adulto, e um grupo jovem consideravelmente mais reduzido, em Benfica registam-se dois

épocas de nascimento com relevância: o grupo dos 60 a 79 anos e o grupo dos 25 a 40 anos, também com um grupo jovem reduzido. Já as freguesias do Lumiar e Carnide apresentam uma pirâmide, ainda que envelhecida, com sinais de rejuvenescimento, através do alargamento da sua base. As três freguesias em análise na margem sul apresentam todas o mesmo formato: um grupo adulto considerável, sobressaindo as faixas etárias dos jovens adultos e um grupo idoso inferior ao grupo jovem, grupo este que tem registam um crescimento, embora ligeiro, nos últimos quinquénios.

A "**Dimensão das famílias**" é um indicador relevante para caracterização da população residente, pois, em parte, explica os ciclo de vida das famílias residentes em cada área. Considerando as freguesias em estudo, é possível observar que, nas freguesias mais envelhecidas há uma maior tendência para uma maior proporção de famílias com um ou dois elementos. É o caso de Santo Condestável, que apresenta uma maior proporção de famílisa apenas com um elemento, seguido das famílias com dois elementos, ou de Benfica que apresenta uma maior proporção de famílias com dois elementos, seguido das famílias com apenas um elemento. Por outro lado, nas freguesias onde se assiste, de alguma forma, a um fenómeno de rejuvenescimento, a tendência é para a existência de uma maior proporção de famílias com três indivíduos, seguido das famílias com dois indivíduos. É o caso de Carnide e Lumiar, em Lisboa, e Alcochete, Pinhal Novo e Quinta do Conde, na margem sul do Tejo. Neste contexto, a "**Proporção de famílias clássicas unipessoais**", em particular a "**Proporção de famílias clássicas unipessoais constituídas por um individuo com 65 ou mais anos**", tornam-se relevantes para compreender a ocupação do bairro, e, especialmente atendendo à população envelhecida, torna-se relevante para adaptar os serviços de apoio social existentes à necessidade da população. Se entre 1991 e 2011 a **Proporção de famílias clássicas unipessoais** aumentou em todas as freguesias em estudo, representando entre um quinto e um terço das famílias clássicas, já a **Proporção de famílias clássicas unipessoais constituídas por um indivíduo com 65 ou mais anos** diminuiu razoavelmente, como por exemplo no caso de Santo Condestável (de 51% para 20%), Alcochete (de 48% para 8%) ou Pinhal Novo (41% para 8%), fazendo prever um maior número de jovens e adultos que constituem família nestas freguesias. Sabendo que estas famílias estão mais vulneráveis socialmente, pelo seu isolamento e pelas dificuldades de mobilidade associadas à idade, alguns municípios e associações tomam iniciativas para minimizar esta dificuldade. É o caso da Câmara Municipal de Loures, que distribuiu um conjunto de aparelhos de teleassistência para os casos de idosos isolados, com ligação directa aos bombeiros, após um trabalho exaustivo de identificação dos indivíduos em situação mais frágil (Jornal Público, 08/02/2012).

O "**Índice de renovação da população activa**" é também exemplo da dinâmica demográfica das comunidades. Das freguesias em estudo, apenas Benfica apresentava em 2001 um índice inferior a 100, ou seja, a proporção de população residente entre os 20 e 29 anos é inferior à proporção de população residente entre

os 55 e 64 anos,. Em 2011, quatro das sete freguesia em análise apresentam um índice inferior a 100: Benfica (82), Carnide (96), Santo Condestável (86) e Alcochete (99). Pelo contrário, as freguesias do Lumiar, Pinhal Novo e Quinta do Conde apresentam uma proporção da população entre os 20 e 29 anos superior à da população entre os 55 e 64 anos. O "**Índice de dependência de jovens**" e o "**Índice de dependência de idosos**" é também relevante para compreender a sustentabilidade da comunidade. Das freguesias analisadas, em 2011, nas freguesias de Santo Condestável e de Benfica, freguesias constituídas por um tecido urbano também envelhecido, o Índice de dependência de idosos é superior ao Índice de dependência de jovens. Nas restantes ocorre o fenómeno contrário, prevendo assim um crescimento mais sustentado da comunidade, através da existência de população jovem, destacando-se a freguesia da Quinta do Conde, onde o Índice de dependência de jovens é quase o dobro do Índice de dependência de idosos.

Outro aspecto que caracteriza o ciclo de vida das famílias dentro das comunidades é a "**Proporção de núcleos familiares de casais com filhos**" relativamente à totalidade dos núcleos familiares de casais e a "**Proporção de núcleos familiares monoparentais com filhos**" em relação ao total de núcleos familiares. Assim, quanto à "**Proporção de núcleos familiares de casais com filhos**" no contexto das freguesias em estudo em 2011, é nas freguesias de Santo Condestável e de Benfica que se verifica uma menor proporção (cerca de 45%), enquanto nas restantes freguesias os valores são superiores (entre os 60% e 62%). Entre 2001 e 2011, esta proporção apresentou uma redução em todos os casos de estudo, com excepção do caso de Alcochete que manteve os mesmos valores. No que respeita à "**Proporção de núcleos familiares monoparentais com filhos**", em 2011 verifica-se uma maior incidência nas freguesias de Lisboa (entre 19% e 24%), especialmente em Santo Condestável, enquanto nas freguesias da Margem Sul, a proporção reduz bastante (12% na Quinta do Conde e 15% no Pinhal Novo e Alcochete). Em todos os casos entre 2001 e 2011, observou-se um aumento da proporção de famílias monoparentais. No estudo "Trajectórias Familiares e Redes Sociais: Percursos de Vida numa Perspectiva Intergeracional" (ICS-UL) são identificadas as principais razões que levam as famílias não quererem ter um segundo filho. Preocupações financeiras, vida profissional demasiado exigente (falta de tempo e vontade), falta de suporte familiar, custo demasiado elevado da educação ou a instabilidade laboral são alguns dos motivos referidos (Jornal Diário de Noticias, 26/08/2012).

Tendo como premissa das Comunidades Sustentáveis a importância de haver uma mistura de culturas, religiões e nacionalidades que consigam conviver em paz, e sendo que essa multiplicidade de vivências é principalmente produzida pela existência de população estrangeira, interessa compreender a "**Proporção de residentes de nacionalidade estrangeira"**. Entre 1991 e 2011, a proporção de residentes de nacionalidade estrangeira aumentou em todas as freguesias de estudo, situando-se entre os 2,7% em Carnide e os 5,1% em Santo Condestável. A

imigração tem levantado algumas questões sociais, umas negativas e outras positivas. Por exemplo, em 2010 7% dos desempregados eram imigrantes, situação piorada pelas baixas qualificações e os sectores onde estes trabalham (ex. construção civil) (Jornal Diário de Noticias, 28/07/2010). Quanto à segurança, surge também uma notícia em 2011 revelando que os "Estrangeiros não são mais criminosos que os portugueses" (Jornal Diário de Notícias, 07/02/2011). Um reflexo positivo das políticas de integração de migrantes, potenciadas pelos Planos para a Integração de Imigrantes de 2007-2009 e 2010-2013, é a manutenção no segundo lugar do ranking internacional de políticas de integração de migrantes, ficando em 2º lugar na integração dos imigrantes no mercado de trabalho, em 4º lugar no acesso dos imigrantes à educação e no acesso a autorizações de residência e em 7º lugar na participação política dos imigrantes (Jornal Diário de Notícias, 28/02/2011). Exemplo de medidas de integração tomadas anteriormente a esta avaliação foi o apoio a 50 mil imigrantes em situação de pobreza extrema (entre eles mil idosos) ou a estudantes do ensino superior residentes há mais de 5 anos, e foram disponibilizados 120 fogos para famílias imigrantes carenciadas (Jornal Diário de Noticias, 18/09/2010). Também em 2010 foi lançado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa o Roteiro de Saúde para Todos os Imigrantes (Jornal Diário de Noticias, 02/11/2010). A questão da pobreza, em particular da pobreza envergonhada, faz despoletar um conjunto de iniciativas com o objectivo de minimizar as dificuldades sociais. Por exemplo, uma das medidas do Plano de Emergência Social é distribuir refeições a famílias carenciadas, recorrendo às cozinhas e cantinas já existentes nos equipamentos sociais, dado que Governo "não quer construir mais equipamentos, mas rentabilizar e maximizar os que já existem nas instituições sociais" e, desta forma, "permitir que possam fornecer um conjunto de refeições a famílias que necessitam" (Mota Soares, Ministro da Solidariedade e Segurança Social) (Jornal Público, 13/02/2012)

As características da Comunidade são também relevantes para uma melhor adaptação do bairro às necessidades das famílias. É o caso das necessidades da população com deficiência. A "**Taxa de deficiência da população**" é um dos indicadores que pode representar esta condição dentro das comunidades. Considerando as freguesias em estudo em 2011, as taxas não são muito distintas, situando-se entre os 5,1% em Alcochete e os 8,3% em Santo Condestável. Uma das características do ambiente construído que tem impacte no quotidiano da população com deficiência ou com mobilidade condicionada é a construção, que necessita por vezes de adaptação. A "**Proporção do edificado com acessibilidade através da cadeira-de-rodas**" é um indicador da adaptação do bairro, em especial da habitação, às limitações da comunidade. Analisando este indicador à escala do município em 2011, destacam-se algumas freguesias do município de Lisboa com menor adaptabilidade do edificado, nomeadamente em Benfica (33%) e Carnide (34%), em parte justificado pela antiguidade do edificado. Nos casos de estudo da Margem Sul, destaca-se a freguesia da Quinta do Conde com maior proporção de edificado acessível por cadeira-de-rodas (64%), justificado não só pela existência de

um maior número de edifícios de um alojamento e de um pavimento, mas também pela dinâmica de construção recente, que já promove a adaptação do edificado a diferentes tipos de limitações físicas (ex. existência de rampas e elevadores). Ainda no contexto da população com deficiência é noticiado que o sistema de ensino Português no contexto dos países da EU é dos que menos integra crianças com necessidades educativas especiais em escolas. O relatório desenvolvido assume a necessidade da educação inclusiva, minimizando o isolamento dos alunos marginalizados, já que estes terão maior probabilidade de ficar desempregadas ou economicamente inactivas (Jornal Público, 10/07/2012).

3.8.1. Pressupostos – Componente 8 - Governança

A última componente das Comunidades Sustentáveis apresentada prende-se com a "8. Governança". Nesta componente identificam-se três grandes aspectos a desenvolver: a confiança na comunidade, a divulgação de informação, e por fim, a participação dos indivíduos.

A Confiança que os indivíduos depositam, tanto nos seus vizinhos como em determinadas Instituições Públicas, pode ser um elemento valioso no que respeita ao desenvolvimento da rede social de uma Comunidade. A confiança na comunidade e nos órgãos com poder de decisão promovem ou não a maior participação das famílias na vida e nas decisões do bairro. Contudo, é natural que o comportamento seja diferenciado entre as diferentes instituições públicas (ex. Junta de freguesia, Câmara Municipal, Assembleia da República, Presidência da República), havendo um maior "**Grau de confiança na vizinhança/comunidade e instituições públicas**" consoante a existência de um maior ou menor relacionamento entre os indivíduos e as anteriores, promovido pela participação em acções de participação social mas também das informações disponibilizadas ao público.

A maior ou menor disponibilidade de informação sobre a área de residência é relevante para um melhor conhecimento e vivência dos residentes nas proximidades da sua habitação, influenciando a "**Proporção de residentes que considera estar informado sobre os benefícios e serviços que o bairro oferece**". O conhecimento das actividades promovidas pelas Juntas de Freguesia ou Associações e Colectividades, entre outros, dos projectos a executar na área no que respeita à melhoria do espaço público ou de equipamentos colectivos, são exemplo de informações à comunidade. Para tal podem ser utilizados diversos meios de comunicação, como o jornal da freguesia/bairro, folhetos e cartazes nas vitrinas, *sites* das Juntas de Freguesia e Colectividades, etc.

Para que haja uma maior ligação entre a população e os órgãos executivos das freguesias, órgão de gestão, a participação dos residentes em alguns momentos é fundamental. Porém, o sentimento que estes possuem sobre o seu poder de influência nos órgãos referidos promove ou retrai a sua participação nas discussões públicas, reuniões de assembleias, entre outros momentos, em que podem e devem participar, tornando-se relevante compreender a "**Proporção de residentes que considera que as suas opiniões têm influência nas decisões locais**". Este sentimento poderá ou não tornar a comunidade mais participativa e coesa. Para tal é necessário também compreender a "**Regularidade na realização de actividades**

de participação activa no bairro". O sentimento de envolvimento com a Comunidade é desenvolvido, entre outros aspectos, com a pré-disposição que os indivíduos apresentam para a realização de determinadas acções no bairro ou em prol do mesmo, para o relacionamento com os vizinhos e comerciantes, na participação em actividades relacionadas com o poder local, entre outros. Assim, a regularidade na participação em diversas actividades é um aspecto fundamental para o fortalecimento da Componente Social e Cultural.

Aspectos relevantes para uma Comunidade Sustentável
Governança

- É importante a existência de uma governança inclusiva, activa e participativa pelos indivíduos e pelas organizações locais;
- Deve desenvolver-se uma liderança forte, através de parcerias, da participação social e da divulgação da informação;
- O sector voluntário deve ser forte e inclusivo, sendo um dos agentes de grande impacte par a resolução de problemas sociais no bairro, minimizando a criminalidade ou os casos extremos de necessidade;
- Os valores cívicos devem ser desenvolvidos e divulgados para e pelas famílias;

3.8.2. Fichas de Indicadores – Componente 8. Governança

COMPONENTE: 8. EQUIDADE E CAPITAL SOCIAL

SUB-COMPONENTE: 8.1. CONFIANÇA

PRESSUPOSTO:

A Confiança que os indivíduos depositam tanto nos seus vizinhos como em determinadas Instituições Públicas, pode ser um elemento valioso no que respeita ao desenvolvimento da rede social de uma Comunidade. A confiança na comunidade e nos órgãos com poder de decisão promovem ou não a maior participação das famílias na vida e nas decisões do bairro.

INDICADOR: 8.1.1. GRAU DE CONFIANÇA NA VIZINHANÇA E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Nível de confiança
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (n.º de resposta "Confia"/Total de inquiridos)*100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

8.1.1. GRAU DE CONFIANÇA NA VIZINHANÇA E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Instituições	Confia	Não confia	NS/NR	Total (%)
Vizinhança	82.4	9.5	8.1	100
Presidência da República	44.6	36.5	18.9	100
Assembleia da República	28.4	55.4	16.2	100
Câmara Municipal	41.9	40.5	17.6	100
Junta de Freguesia	63.5	16.2	20.3	100

Quadro 76 – Grau de Confiança na Vizinhança e nas Instituições Públicas

Fonte: Inquérito [1] Campo de Ourique, 2009

Foi inquirido em Campo de Ourique o grau de confiança dos residentes por um conjutno de entidades ou instituições, nomeadamente a própria vizinhança, a Presidêcnia da República, a Assembleia da República, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia (Quadro 76). Neste serntido, verifica-se um elevado nível de confiança com a vizinhança do bairro (82%). Já no que se refere à confiança perante as Instituições Públicas mais relevantes, há uma tendência de maior confiança nas Instituições mais próximas dos indivíduos, especialmente na Junta de Freguesia (64%). Por outro lado, a confiança nas instituições públicas é menor, sendo que menos de 50% de inquiridos afirma confiar na Câmara Municipal (42%) e na Presidência da República (45%), valor ainda menor no que toca à confiança depositada na Assembleia da República (28%). Relativamente à proporção de inquiridos que não sabem ou não respondem a esta questão, esta é bastante relevante, situando-se entre os 8% no que trata à vizinhança e os 20% respectivamente às Juntas de Freguesia.

COMPONENTE: 8. EQUIDADE E CAPITAL SOCIAL

SUB-COMPONENTE: 8.2. INFORMAÇÃO

PRESSUPOSTO:

A maior ou menor disponibilidade de informação sobre a área de residência é relevante para um melhor conhecimento e vivência dos residentes nas proximidades da sua habitação. O conhecimento das actividades promovidas pelas Juntas de Freguesia ou Associações e Colectividades, dos projectos a executar na área no que respeita à melhoria do espaço público ou de equipamentos colectivos, são exemplo de informações à comunidade. Para tal podem ser utilizados diversos meios de comunicação, como o jornal da freguesia/bairro, folhetos e cartazes nas vitrinas, sites das Juntas de Freguesia e Colectividades, entre outros.

INDICADOR: 8.2.1. PROPORÇÃO DE RESIDENTES QUE CONSIDERA ESTAR INFORMADO SOBRE O BAIRRO (SERVIÇOS, ACTIVIDADES, ETC.)

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Informação sobre o bairro
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos)*100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

8.2.1. PROPORÇÃO DE RESIDENTES QUE CONSIDERA ESTAR INFORMADO SOBRE O BAIRRO (SERVIÇOS, ACTIVIDADES, ETC.)

Bairro	Muito	Bastante	Nem muito nem pouco	Pouco	Nada	Total (%)
Pinhal Novo	4.3	23.4	40.4	25.5	6.4	100

Quadro 77 – Percentagem de residentes que considera estar informado sobre o bairro (serviços, actividades, etc.)

Fonte: Inquérito [4] Pinhal Novo, 2011

São várias as possíveis fontes de informação onde se apresentam diversas actividades culturais, de lazer, para crianças, jovens ou idosos, actividades e equipamentos desportivos, serviços de apoio social (centros de dia, lares, creches, etc), serviços administrativos, entre outros. A difusão destas informações poderá ser realizada através do jornal da freguesia, de folhetos informativos, de painéis no espaço público ou sítio da Internet, com recurso também às instituições do bairro, como as escolas ou IPSS. Quando questionados os residentes do Pinhal Novo sobre se consideram estar informados sobre as actividades e serviços disponíveis no bairro de residência (Quadro 77), uma boa parte dos inquiridos assume não estar totalmente a par de tais informações ("nem muito nem pouco") (40%). A proporção relativa de quem afirma saber "pouco" ou "nada" (32%) e de quem assume saber "muito" ou "bastante" (28%) são relativamente próximas, apesar de sobressair, na generalidade, que o conhecimento dos residentes sobre as opções existentes na sua área de residência é limitado.

COMPONENTE: 8. EQUIDADE E CAPITAL SOCIAL

SUB-COMPONENTE: 8.3. PARTICIPAÇÃO

PRESSUPOSTO:

Para que haja uma maior ligação entre a população e os órgãos executivos das freguesias, a participação dos residentes em alguns momentos é fundamental. Porém, o sentimento que os residentes possuem sobre o seu poder de influência nos órgãos referidos promove ou retrai a sua participação nas discussões públicas, reuniões de assembleias, entre outros momentos, em que os residentes podem e devem participar.

INDICADOR: 8.3.1. PROPORÇÃO DE RESIDENTES QUE CONSIDERA TER INFLUÊNCIA NAS DECISÕES LOCAIS

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Influência nas decisões locais
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos)*100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

8.3.1. PROPORÇÃO DE RESIDENTES QUE CONSIDERA TER INFLUÊNCIA NAS DECISÕES LOCAIS

Bairro	Muito	Bastante	Nem muito nem pouco	Pouco	Nada	Total (%)
Pinhal Novo	0	20.8	47.9	14.6	16.7	100

Quadro 78 – Percentagem de residentes que considera ter influência nas decisões locais

Fonte: Inquérito [4] Pinhal Novo, 2011

O sentimento que um indivíduo possui relativamente ao seu "poder de influência" sobre decisões políticas à escala local poderá ter repercussões na participação dos indivíduos na vida da comunidade, nas actividades, mas também em momentos decisores como as Assembleias de Freguesia, eleições ou outros momentos semelhantes. É notória uma percepção pouco positiva relativamente ao "sentimento de influência da comunidade nas decisões locais" no caso de estudo do Pinhal Novo (Quadro 78). Quase metade dos inquiridos assume uma posição intermédia ("nem muito nem pouco") em relação à sua influência nas decisões locais à escala da freguesia (48%). Contudo, são mais os que creem que a comunidade "pouco" ou "nada" pode influenciar o poder local (31%), do que os que afirmam ter "bastante" influência (21%). Nenhum inquirido afirmou ter "muita" influência na tomada de decisões à escala local, do bairro ou freguesia.

COMPONENTE: 8. EQUIDADE E CAPITAL SOCIAL

SUB-COMPONENTE: 8.3. PARTICIPAÇÃO

PRESSUPOSTO:

O sentimento de envolvimento com a Comunidade é desenvolvido, entre outros aspectos, com a pré-disposição que os indivíduos apresentam para a realização de determinadas acções no bairro ou em prol do mesmo, para o relacionamento com os vizinhos e comerciantes, na participação em actividades relacionadas com o poder local, entre outros. Assim, a regularidade na participação em diversas actividades é um aspecto fundamental para o fortalecimento da Componente Social e Cultural de uma comunidade e do seu capital social.

INDICADOR: 8.3.2. REGULARIDADE NA REALIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE PARTICIPAÇÃO ACTIVA NO BAIRRO

APLICAÇÃO:

- ***FONTE DE INFORMAÇÃO:*** Inquérito
- ***ESCALA TERRITORIAL:*** Freguesia ou bairro
- ***CONCEITOS:*** Actividades de participação activa no bairro
- ***METODOLOGIA:*** Análise estatística
- ***CÁLCULO:*** (categoria seleccionada/total de inquiridos) * 100 (%)
- ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS:*** Quadro ou gráfico

EXEMPLO:

8.3.2. REGULARIDADE NA REALIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE PARTICIPAÇÃO ACTIVA NO BAIRRO

a. Com que regularidade discutiu assuntos do seu bairro com vizinhos?

Bairros	Muitas vezes	Algumas vezes	Raramente	Nunca	NS/NR	Total (%)
Quinta do Conde	6.7	25.0	16.7	48.3	3.3	100
Telheiras	1.7	23.3	28.3	46.7	0.0	100

b. Com que regularidade participou em acontecimentos ou actividades culturais, recreativas, desportivas no bairro?

Bairros	Muitas vezes	Algumas vezes	Raramente	Nunca	NS/NR	Total (%)
Quinta do Conde	6.7	10.0	13.3	66.7	3.3	100
Telheiras	1.7	11.7	18.3	68.3	0.0	100

c. Com que regularidade participou em acontecimento ou actividades de manutenção/melhoria do seu bairro?

Bairros	Muitas vezes	Algumas vezes	Raramente	Nunca	NS/NR	Total (%)
Quinta do Conde	0.0	5.0	5.0	85	5.0	100
Telheiras	1.7	3.3	11.7	83.3	0.0	100

d. Com que regularidade participou numa Assembleia na JF ou na CM?

Bairros	Muitas vezes	Algumas vezes	Raramente	Nunca	NS/NR	Total (%)
Quinta do Conde	0.0	5.0	5.0	85.0	5.0	100
Telheiras	0.0	5.0	10.0	85.0	0.0	100

Quadro 79 – Regularidade na realização de actividades de participação activa no bairro

Fonte: Inquérito [1] Campo de Ourique, 2009

Considerando os casos de estudo de Quinta do Conde e Telheiras no que respeita a acções realizadas no bairro é visível a pouca ou nenhuma regularidade (Quadro 79), nomeadamente a "frequência de discussão de assuntos sobre o bairro com os vizinhos", à "participação em actividades culturais, recreativas ou desportivas", à "participação em

actividades de manutenção ou melhoria do bairro" e a regularidade na "participação em assembleias de Junta de Freguesia da Câmara Municipal". Apesar de mais de 50% dos inquiridos afirmar raramente ou nunca a realizar, a "discussão de assuntos sobre o bairro com os vizinhos" é a actividade mais frequente (32% na Quinta do Conde e 25% em Telheiras realiza esta acção "Muitas vezes" ou "Algumas vezes"). A participação em actividades relacionadas com a política local ou de manutenção do bairro revelam-se também pouco frequentes, com mais de 80% dos inquiridos em ambos os bairros a afirmarem que nunca realizam tais acções.

3.8.3. Reflexões

Nesta última componente "**8. Governança**" foram abordados três tópicos principais relacionais com a Confiança nas instituições públicas, a informação divulgada pelas instituições e a participação dos indivíduos. Quanto ao "**Grau de confiança na vizinhança e nas instituições públicas**" no bairro de Campo de Ourique, se a confiança na vizinhança, ou seja, na comunidade, é bastante elevada, já a confiança nas entidades públicas não é tão consensual. Verifica-se uma maior confiança nas instituições mais próximas do dia-a-dia dos indivíduos, como com a Junta de Freguesia, e um maior afastamento de instituições como a Assembleia da República, onde não há a possibilidade de um contacto próximo e diário entre o cidadão e a instituição. Ainda assim, a elevada percentagem de não-resposta faz prever algum desconhecimento e falta de contacto entre os indivíduos e as instituições.

No que respeita à "**Percentagem de residentes que considera estar informado sobre o bairro**" no que trata, por exemplo, a serviços ou actividades, no caso de estudo do Pinhal Novo uma larga percentagem dos inquiridos afirma estar "Nem muito nem pouco informado", havendo contudo um grande equilíbrio entre os que consideram estar "muito" ou "bastante" informados e os que consideram estar "pouco" ou "nada" informados.

Por fim, no que trata à "**Percentagem de residentes que considera ter influência nas decisões locais**", ainda no caso do Pinhal Novo, quase metade dos inquiridos afirmaram ter "Nem muita nem pouca" influência nas decisões locais do e para o bairro, sendo maior a proporção que considera ter "pouca" ou "nenhuma" influência nas tomadas de decisão. Exemplo de uma iniciativa da comunidade foi a eleição no contexto do Orçamento Participativo de Lisboa de 2010 da transformação do antigo Cinema Europa, em Campo de Ourique, degradado até há bem pouco tempo, recebendo uma verba de 690 mil euros e reforçando a necessidade da CML exercer o poder de compra sobre o edifício. Foi também ganho um projecto relacionado com as condições de tomada e largada de passageiros junto a cinco escolas privadas (Jornal Público, 19/01/2010).

Bibliografia

Bibliografia

CM Alcochete (2007) Carta Educativa de Alcochete. http://www.cm-alcochete.pt/NR/rdonlyres/F8384BE2-BE16-4FD4-A6F2-0E2DFF8055A9/0/CartaEducativadoMunic%C3%ADpiodeAlcochete.pdf [Acedido a 15 de Março de 2010]

Costa, E.; Louro, A. (2010a) The influence of community labor mobility on urban sustainability. 3ª Conferência EURA – "Understanding city dynamics". 24 a 26 de Setembro de 2010. Alemanha. Org. EURA

Costa, E.; Louro, A. (2010b) Mobility in daily life – two case studies in Lisbon Metropolitan Area. CITTA – 3rd Annual Conference on Planning Research, Bringing city form back into planning.14 de Maio. Org. CITTA, Faculdade de Engenharia da universidade do Porto. Porto

DGEG/MEE (2004, 2008, 2012) Indicadores sobre Energia

EEA (2000) Corine Land Cover 2000, Classe Nível 3

EEA (2000) Corine Land Cover 2006, Classe Nível 3

Egan (2004) The Egan`s Review – Skills for Sustainable Communities. Londres: ODPM. http://www.communities.gov.uk/publications/communities/eganreview [Acedido a 17 de Novembro de 2009]

Fumega, J. (2009) Comunidades Sustentáveis como a Expressão Social da Sustentabilidade urbana. Dissertação apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território e Urbanismo. Orientação: Eduarda Marques da Costa. http://www.mopt.org.pt/uploads/1/8/5/5/1855409/fumega_site.pdf. [Acedido a 7 de Fevereiro de 2011]

GEP/MTSS (2011) Esabelecimentos por Secção da CAE Rev. 3

GEP/MTSS (2011) Pessoal ao Serviço por Secção da CAE Rev. 3

Indigo Development (2006) The Unsustability of Cities. http://www.indigodev.com/Sustain.html [Acedido a 17 de Novembro de 2009]

INE (1991) Censos 1991, XIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento Geral da Habitação

INE (2) (2004, 2007, 2011) Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação pelas Famílias

INE (2001) Censos 2001, XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação

INE (2011) Censos 2011, XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação

INE (3) (2002) CESAP - Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População, CD-ROM O País em Números

INE (4) - Direcção-Geral da Política de Justiça (2010) Indicadores de Criminalidade

INE (5) (2005-2009) Inquérito às Telecomunicações

Institute for Sustainable Communities (1997) Definition of Sustainable Community. http://www.iscvt.org/impact/definition-sustainable-community/ [Acedido a 17 de Novembro de 2009]

Jornal Diário de Notícias (2009) Administração de prédio intimadaa fazer obras urgentemente [Notícia de Imprensa, 29/07/2009]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1319897 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2009) Demolir casas para controlar droga junto ao Casal Ventoso [Notícia de Imprensa, 10/08/2009]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1330555&seccao=Sul [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2009) EMEL recua e mantém todas as zonas mistas em Campo de Ourique [Notícia de Imprensa, 04/08/2009]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1325167&seccao=Sul [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2010) 50 mil imigrantes com apoio social [Notícia de Imprensa, 18/07/2010]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1665260 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2010) Benfica pede obras para salvar vilas antigas [Notícia de Imprensa, 27/03/2010]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1529670&seccao=Sul [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2010) Casal Ventoso: Reflorestação de encosta é boa "mas não chega" - Presidente Junta [Notícia de Imprensa, 10/03/2010]. http://www.dn.pt/Inicio/interior.aspx?content_id=1518273 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2010) Equipamentos sociais reclamados para afastar droga do Casal Ventoso [Notícia de Imprensa, 13/03/2010]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1517996 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2010) Equipamentos Sociais: Mais de 600 novos espaços criam 10 mil postos de trabalho – Governo [Notícia de Imprensa, 31/07/2010].

http://www.dn.pt/Inicio/interior.aspx?content_id=1631383 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2010) Lisboa lança saúde para imigrantes [Notícia de Imprensa, 02/11/2010]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1700731 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2010) Mais desemprego entre imigrantes [Notícia de Imprensa, 28/07/2010]. http://www.dn.pt/bolsa/emprego/interior.aspx?content_id=1628348 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2010) Pais obrigados a substituir funcionários nas escolas [Notícia de Imprensa, 03/11/2010]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1701457 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2010) Reordenamento dos 40 hectares das hortas de Lisboa custa três milhões de euros [Notícia de Imprensa, 22/08/2010]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1646070&seccao=Sul [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2010) Ruas de Lisboa 'entupidas' por três mil carros abandonados [Notícia de Imprensa, 18/10/2010]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1665260 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2011) 3060 casas devolvidas aos bancos [Notícia de Imprensa, 20/07/2011]. http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content_id=1918700&especial=Revistas%20de%20Imprensa&seccao=TV%20e%20MEDIA [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2011) Câmara tem 81 prédios devolutos para vender ou recuperar [Notícia de Imprensa, 14/12/2011]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2185594&seccao=Sul [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2011) É possível poupar 125 euro/ano em energia e água [Notícia de Imprensa, 31/10/2011] http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=2092648 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2011) Educação: AML aposta em acordos de 9ME para equipar quase 400 escolas com novas tecnologias [Notícia de Imprensa, 29/06/2011]. http://www.dn.pt/Inicio/interior.aspx?content_id=1892393 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2011) Estrangeiros não são mais criminosos que os portugueses [Notícia de Imprensa, 07/02/2011]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1778097 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2011) Jovens portugueses têm mais portáteis [Notícia de Imprensa, 04/02/2011]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1775292&page=-1 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2011) Lisboa: Campo de Ourique é onde há melhores acessos a serviços - estudo [Notícia de Imprensa, 16/06/2011]. http://www.dn.pt/Inicio/interior.aspx?content_id=1880342 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2011) Metro perde passageiros, Carris e Fertagus aumentam [Notícia de Imprensa, 05/09/2011]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1976072 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2011) População prefere residir nas localidades periféricas e deixa grandes cidades [Notícia de Imprensa, 30/06/2011]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1893537 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2011) Portugal deve aumentar progressivamente tarifa da água [Notícia de Imprensa, 05/12/2011]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2168107 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2011) Portugal em segundo lugar nas políticas de integração [Notícia de Imprensa, 28/02/2011]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1795026 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2011) Portugal está mais limpo mas ainda faz demasiado lixo [Notícia de Imprensa, 12/04/2011]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1828757 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2012) Assaltos a residências cresceram 40,9% até abril [Notícia de Imprensa, 20/07/2012]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2678435&page=-1 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2012) Aumenta número de pessoas a ganhar menos de 310 euros [Notícia de Imprensa, 17/08/2012]. http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=2723361&seccao=Dinheiro%20Vivo [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2012) Câmara instala circuitos de manutenção em 19 locais [Notícia de Imprensa, 07/08/2012]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2708483&seccao=Sul [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2012) Crianças 'custam' 10 mil euros às famílias [Notícia de Imprensa, 20/06/2012]. http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=2620362 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2012) Crise altera hábitos de consumo dos portugueses [Notícia de Imprensa, 13/0/2012]. http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=2301929&seccao=Dinheiro%20Vivo [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2012) Deslocações grátis para tratamentos de saúde frequentes [Notícia de Imprensa, 06/04/2012]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2406446 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2012) Famílias gastam mais de metade do orçamento com habitação, transportes e alimentação [Notícia de Imprensa, 20/06/2012]. http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=2620437 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2012) Famílias gastam mais em hóteis, cafés e restaurantes do que em educação e saúde [Notícia de Imprensa, 20/06/2012]. http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=2620447 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2012) Mais de 300 mil beneficiam de apoio ao emprego [Notícia de Imprensa, 22/08/2012]. http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=2731527 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2012) Mercearias combatem a crise levando compras a casa [Notícia de Imprensa, 20/07/2012]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2677159 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2012) Metade do ensino obrigatório vai ser professional [Notícia de Imprensa, 21/08/2012]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2729848 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2012) Número de casais desempregados quase duplica [Notícia de Imprensa, 22/08/2012]. http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=2731518 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2012) Onze novas creches para 840 crianças até aos 3 anos [Notícia de Imprensa, 18/07/2012]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2673590&seccao=Sul [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2012) Pais e diretores tranquilos com fecho de 239 escolas [Notícia de Imprensa, 24/07/2012]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2683169&page=-1 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal Diário de Notícias (2012) Urgências e atendimentos nos centros de saúde baixam [Notícia de Imprensa, 10/05/2012]. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2510824 [Acedido a 5 de Setembro de 2012]

Jornal O Portal do Distrito (2012) Quinta do Conde reivindica mais um centro de saúde [Notícia de Imprensa, 22/08/2012]. http://www.setubalnarede.pt/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=17658 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (…) Oito autocarros para crianças de escolas de Lisboa em Setembro [Notícia de Imprensa, 10/08/2009]. http://www.publico.pt/local/noticia/oito-autocarros-para-criancas-de-escolas-de-lisboa-em-setembro-1395432 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (…)Segurança Social encerrou 86 lares só este ano [Notícia de Imprensa, 04/12/2011]. http://www.publico.pt/sociedade/noticia/seguranca-social-encerrou-86-lares-so-este-ano-1523703 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2008) Só uma Junta aceitou para já experiência-piloto de limpeza com Câmara de Lisboa [Notícia de Imprensa, 07/12/2008]. http://www.publico.pt/local/noticia/so-uma-junta-aceitou-para-ja-experienciapiloto-de-limpeza-com-camara-de-lisboa-1352362 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2009) Incêndios ateados a carros e casas em Lisboa aumentaram 24 por cento [Notícia de Imprensa, 06/09/2009]. http://www.publico.pt/local/noticia/incendios-ateados-a-carros-e-casas-em-lisboa-aumentaram-24-por-cento-1399330 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2009) Última escola pré-fabricada de Lisboa vai ser demolida [Notícia de Imprensa, 04/09/2009]. http://www.publico.pt/educacao/noticia/ultima-escola-prefabricada-de-lisboa-vai-ser-demolida-1399150 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2010) Câmara de Cascais quer abrir mais quatro parques urbanos até 2013 [Notícia de Imprensa, 05/06/2010]. http://www.publico.pt/ciencia/noticia/camara-de-cascais-quer-abrir-mais-quatro-parques-urbanos-ate-2013-1440644 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2010) Cidadãos elegem centro cultural para espaço que não é municipal [Notícia de Imprensa, 19/01/2010]. http://www.publico.pt/local/noticia/cidadaos-elegem-centro-cultural-para-espaco-que-nao-e-municipal-1418574 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2010) Crise: Famílias cortam sobretudo no supermercado e na farmácia [Notícia de Imprensa, 13/06/2010]. http://publico.pt/sociedade/noticia/crise-familias-cortam-sobretudo-no-supermercado-e-na-farmacia-1441682 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2010) Lisboa: utentes da linha verde queixam-se de viajar como sardinhas em lata [Notícia de Imprensa, 06/2010]. Link [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2010) Vinte e quatro autarquias aderiram a pacto europeu em defesa do Ambiente [Notícia de Imprensa, 04/05/2010]. http://www.publico.pt/ciencia/noticia/vinte-e-quatro-autarquias-aderiram-a-pacto-europeu-em-defesa-do-ambiente-1435362 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2011) Câmara promete reduções do IMI e vendas coercivas para acabar com prédios em ruína [Notícia de Imprensa, 28/04/2011]. http://www.publico.pt/local/noticia /camara-promete-reducoes-do-imi-e-vendas-coercivas-para-acabar-com-predios-em-ruina-1491702 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2011) Carnide testa solução para "proteger os moradores do estacionamento selvagem" [Notícia de Imprensa, 02/08/2011]. http://www.publico.pt/local/noticia/carnide-testa-solucao-para-proteger-os-moradores-do-estacionamento-selvagem-1505788 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2011) Consumidores vão pagar mais 1,75 euros por mês com subida da electricidade [Notícia de Imprensa, 15/12/2011]. http://www.publico.pt/economia/ noticia/familias-vao-pagar-mais-175-euros-por-mes-com-subida-na-electricidade-1525255 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2011) Estado gere uma pequena parte das creches e lares mas quer delegar mais [Notícia de Imprensa, 20/08/2011]. http://www.publico.pt/sociedade/noticia/estado-gere-uma-pequena-parte-das-creches-e-lares-mas-quer-delegar-mais-1508419 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2011) Governo quer mais 20 mil vagas em creches [Notícia de Imprensa, 26/07/2011]. http://www.publico.pt/sociedade/noticia/governo-quer-mais--20-mil-vagas-em-creches-1504790 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2012) "Navegante" e permite andar de autocarro, metro, elétrico e comboio [Notícia de Imprensa, 20/01/2012]. http://www.publico.pt/sociedade/noticia/navegante-e-permite-andar-de-autocarro-metro-eletrico-e-comboio-1530042 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2012) 1,8 milhões de portugueses estavam em risco de pobreza em 2010 [Notícia de Imprensa]. http://www.publico.pt/economia/noticia/18-milhoes-de-portugueses-estavam-em-risco-de-pobreza-em-2010-1554780 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2012) Alcochete acolhe projecto de rede inteligente que reduz consumos de energia [Notícia de Imprensa, 22/05/2012]. http://www.publico.pt/ciencia/noticia/alcochete-acolhe-projecto-de-rede-inteligente-que-reduz-consumos-de-energia-1547134 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2012) Câmara de Lisboa tem garagens, centro de dia e ATL prontos e fechados há anos [Notícia de Imprensa, 22/03/2012]. http://www.publico.pt/local/noticia/camara-de-lisboa-tem-garagens-centro-de-dia-e-atl-prontos-e-fechados-ha-anos-1538969 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2012) Centro informático de acesso gratuito vence Orçamento Participativo de Benfica [Notícia de Imprensa, 25/05/2012]. http://www.publico.pt/local/noticia/centro-informatico-de-acesso-gratuito-vence-orcamento-participativo-de-benfica-1547601 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2012) Clientes de acesso fixo à Internet sobem 6,3% no 2º trimestre [Notícia de Imprensa, 17/08/2012]. http://www.publico.pt/tecnologia/noticia/clientes-de-acesso-fixo-a-internet-sobem-63-no-2%C2%BA-trimestre-1559408 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2012) Filhos únicos poderão atingir recorde na geração dos que têm 35-40 anos [Notícia de Imprensa, 26/08/2012]. http://www.publico.pt/sociedade/noticia/filhos-unicos-poderao-atingir-recorde-na-geracao-dos-que-tem-3540-anos-1560493 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2012) Há quase 709 mil famílias que não conseguem pagar empréstimos à banca [Notícia de Imprensa, 06/08/2012]. http://www.publico.pt/economia/noticia/ha-quase-709-mil-familias-que-nao-conseguem-pagar-emprestimos-a-banca-1557963 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2012) Instituições criam *take away* para distribuir refeições a carenciados [Notícia de Imprensa. 13/02/2012]. Link [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2012) Lançada campanha em Alcochete para angariar equipamentos de saúde [Notícia de Imprensa, 17/03/2012]. http://www.publico.pt/local/noticia/lancada-campanha-em-alcochete-para-angariar-equipamentos-de-saude-1538293 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2012) Lisboa fecha várias ruas a veículos com mais de 20 anos e sem catalisador [Notícia de Imprensa, 01/04/2012]. http://www.publico.pt/local/noticia/carros-com-mais-de-20-anos-proibidos-de-circular-em-varias-ruas-de-lisboa--1540314 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2012) Lisboa: Moradores escolhem construir jardim em Campolide num referendo local [Notícia de Imprensa, 12/07/2012].

http://www.publico.pt/local/noticia/lisboa-moradores-escolhem-construir-jardim-em-campolide-num-referendo-local-1554632 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2012) Lisboetas gostam dos seus bairros e mais ainda quem mora em Telheiras [Notícia de Imprensa]. http://www.publico.pt/local/noticia/lisboetas-gostam-dos-seus-bairros-e-mais-ainda-quem-mora-em-telheiras-1556830 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2012) Loures distribui equipamentos para ajudar idosos que vivem sozinhos [Notícia de Imprensa, 08/02/2012]. http://www.publico.pt/local/noticia/loures-distribui-equipamentos-para-ajudar-idosos-que-vivem-sozinhos-1532850 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2012) Rendas da habitação sobem 3,3% no próximo ano, o maior aumento desde 2004 [Notícia de Imprensa, 13/08/2012]. http://www.publico.pt/economia/noticia /rendas-da-habitacao-sobem-33-em-2013-1558833 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2012) Sistemas de ensino sem tratamento adequado para alunos deficientes [Notícia de Imprensa, 10/07/2012]. https://www.publico.pt/educacao/noticia/sistemas-de-ensino-sem-tratamento-adequado-para-alunos-deficientes-1554271 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2012) Televisão paga tinha em Março mais de três milhões de subscritores [Notícia de Imprensa, 04/06/2012]. http://www.publico.pt/media/noticia/televisao-paga-tinha-em-marco-mais-de-tres-milhoes-de-subscritores-1548907 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Jornal Público (2012) Transporte escolar pode estar em risco para 300 mil estudantes [Notícia de Imprensa, 29/02/2012]. http://www.publico.pt/local/noticia/transporte-escolar-pode-estar-em-risco-para-300-mil-estudantes-1535834 [Acedido a 3 de Setembro de 2012]

Keating, M. (…) The Sustainability Report – Issues and trends shaping our environment, health and economy. http://www.sustreport.org/issues/sust_comm.html [Acedido a 17 de Novembro de 2009]

Louro, A. (2011) O uso do tempo associado à mobilidade das famílias como elemento diferenciador na configuração de uma comunidade sustentável. Dissertação apresentada Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território e Urbanismo. Orientação: Eduarda Marques da Costa. http://www.mopt.org.pt/uploads/1/8/5/5/1855409/louro_mopt.pdf [Acedido a 11 de Junho de 2011]

Louro, A.; Costa, E.; Silva, S. (2009) "O papel das práticas quotidianas das famílias na definição das Comunidades Sustentáveis à escala urbana". Comunicação apresentada e publicada no VII Congresso da geografia Portuguesa, Trunfos de uma Geografia activa:

desenvolvimento local, ambiente, ordenamento e tecnologia. 26 a 28 de Novembro. Org. APG e Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra. Coimbra

Louro, A.; Silva, S. (2009) "A Sustentabilidade de um bairro observada a partir dos padrões de consumo de bens e serviços – os casos de Telheiras e Quinta do Conde". Comunicação apresentada e publicada no 7th International Congress of Investigation and Sociocultural Development. 29 a 31 de Outubro de 2009. Org. Ass. Para a Investigação e Desenvolvimento Sociocultural. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto

Marques da Costa, E.; Fumega, J.; Louro, A. (2012) "Defining Sustainable Communities: development of a toolkit for policy orientation". Journal of Urban Regeneration and Renewal, The University of Chicago Urban Network - Illinois, pp. 1 - 12.

Mountain Association for Community Economic Development (MACED): Hart Environmental Data. http://www.subjectmatters.com/indicators/Sustainability/DefinitionsCommunity.html [Acedido a 17 de Novembro de 2009]

Raco, M. (2007) Securing Sustainable communities: citinzenchip, safety and sustainability in the new urban planning. European Urban and Regional Studies, 2007, N.º 14, Pp. 305-320.

Smart Growth Network (2003) Getting to Smart Growth – 100 more Policies for implementation. SGN and ICMA. Acessível: http://www.smartgrowth.org/pdf/gettosg2.pdf

Smart Growth Network (sem data) Getting to Smart Growth – 100 Policies for implementation. SGN and ICMA. Acessível: http://www.smartgrowth.org/pdf/gettosg.pdf

FURBS

Forma Urbana Sustentável - Desenvolvimento Metodológico para Portugal

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR